



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
Câmpus de Marília

**Faculdade de Filosofia e Ciências**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**

LEDA MARIA ARAÚJO

**DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA  
PÚBLICA PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Marília - SP  
2022

LEDA MARIA ARAÚJO

## **DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (nível Doutorado) da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação.

Orientador: Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Marília/SP  
2022

A663d

Araújo, Leda Maria

Diretrizes para elaboração de uma política pública para bibliotecas públicas no Brasil / Leda Maria Araújo. -- Marília, 2022

250 p. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Oswaldo Francisco Almeida Junior

1. Biblioteca pública. 2. Política Pública. 3. Brasil. 4. Colômbia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LEDA MARIA ARAÚJO

**DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA  
BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (nível Doutorado) da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Marília, como requisito para título de doutor em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de pesquisa: Gestão, Mediação e Uso da Informação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Oswaldo Francisco de Almeida Junior  
(orientador)  
PPGCI- Universidade Estadual Paulista

---

Tamara de Souza Brandão Guaraldo  
PPGCI- Universidade Estadual Paulista

---

Rosângela Formentini Caldas  
PPGCI- Universidade Estadual Paulista

---

Sueli Bortolin  
PPGCI- Universidade Estadual de Londrina

---

Elisa Campos Machado  
PPGCI- Universidade Federal do Estado do Rio  
de Janeiro

Marília, 20 de agosto de 2022.

## RESUMO

As bibliotecas públicas no Brasil na contemporaneidade estão vivenciando um processo de mudanças em seu cenário, incorporando novos serviços e integrando novas estruturas de trabalho. O avanço das tecnologias da informação e comunicação possibilitou inovações em seu fazeres cotidianos. Contudo, para que isso ocorra é necessário recurso orçamentário, investimento do poder público na área cultural por meio de políticas públicas. Neste sentido, essa pesquisa tem como objetivo geral construir diretrizes para construção de políticas públicas para bibliotecas públicas no Brasil por meio da análise de documentos oficiais do Brasil e da Colômbia, e como objetivos específicos: Identificar quais políticas para biblioteca pública estão vigentes hoje no Brasil; Comparar documentos governamentais do Brasil e da Colômbia, apontando seus pontos principais; Coletar elementos que possam compor diretrizes para elaboração de política pública para bibliotecas públicas no Brasil. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, e adota como métodos a pesquisa bibliográfica e documental. Utiliza a teoria Análise de Conteúdo (AC) de Laurence Bardin. A análise dos documentos permitiu identificar elementos para construção de diretrizes para compor uma política pública efetiva para bibliotecas públicas. Desta forma, destacam-se as seguintes diretrizes: 1- Conhecer os conceitos da instituição 2- Institucionalização da Biblioteca Pública, 3- Recursos para materiais, equipamentos e mobiliários, 4- Inovação dos serviços, 5- Capacitação contínua da equipe, 6- Recursos humanos, 7- Recursos financeiros, 8- Articulação política, 9- Equipe específica para atuar em programas e projetos, 10- Circulação do acervo e as possibilidades de acesso à informação, 11- Acervo diversificado e atualizado, 12- Preservação do patrimônio bibliográfico, 13- Acessibilidade, 14- Indicadores de Avaliação. Estas diretrizes estão associadas a cada etapa da elaboração de uma política pública e podem ser utilizadas nas diversas esferas: nacional, estadual e municipal. Conclui-se que a biblioteca pública é uma instituição complexa que desempenha papel essencial na vida na sociedade. No que se refere a Colômbia, este país construiu uma estrutura organizacional de trabalho cooperativo e aprovou uma Lei específica para o desenvolvimento da biblioteca pública e estas fornecem soluções para os problemas sociais. No Brasil ainda não há uma legislação específica para estas instituições. É necessário investimento do poder público e adoção de novas estratégias de trabalho e uma das possibilidades é o trabalho cooperativo, em rede. Contudo é a partir das diretrizes que será possível elaborar políticas públicas que garantam o desenvolvimento das bibliotecas públicas e sua inovação neste terceiro milênio.

**Palavras-chave:** bibliotecas públicas e políticas públicas na América do Sul, biblioteca pública no Brasil; política pública no Brasil; biblioteca pública na Colômbia, política pública na Colômbia, redes de bibliotecas no Brasil, redes de bibliotecas na Colômbia.

## ABSTRACT

Contemporary public libraries in Brazil are experiencing a process of change in their scenario, incorporating new services and integrating new work structures. The advancement of information and communication technologies made possible innovations in their daily activities. However, for this to occur, budgetary resources are needed, as well as public investment in the cultural area through public policies. In this sense, this research has the general objective of building guidelines for the construction of public policies for public libraries in Brazil through the analysis of official documents from Brazil and Colombia, and as specific objectives: Identify which public library policies are in force today in Brazil ; Compare government documents from Brazil and Colombia, pointing out their main points; Collect elements that can compose guidelines for the elaboration of public policy for public libraries in Brazil. This is an exploratory research, qualitative in nature, and adopts bibliographic and documental research as methods. It uses Laurence Bardin's Content Analysis (CA) theory. The analysis of the documents made it possible to identify elements for the construction of guidelines to compose an effective public policy for public libraries. In this way, the following guidelines are highlighted: 1- Knowing the concepts of the institution 2- Institutionalization of the Public Library, 3- Resources for materials, equipment and furniture, 4- Innovation of services, 5- Continuous training of the team, 6- Resources human resources, 7- Financial resources, 8- Political articulation, 9- Specific team to work on programs and projects, 10- Circulation of the collection and the possibilities of access to information, 11- Diversified and updated collection, 12- Preservation of bibliographic heritage, 13- Accessibility, 14- Assessment Indicators. These guidelines are associated with each stage of the elaboration of a public policy and can be used in different spheres: national, state and municipal. It is concluded that the public library is a complex institution that plays an essential role in life in society. With regard to Colombia, this country has built an organizational structure for cooperative work and approved a specific law for the development of public libraries and these provide solutions to social problems. In Brazil, there is still no specific legislation for these institutions. It is necessary to invest from the government and to adopt new work strategies, and one of the possibilities is cooperative work, in a network. However, it is from the guidelines that it will be possible to develop public policies that guarantee the development of public libraries and their innovation in this third millennium.

Keywords: public libraries and public policies in South America, public library in Brazil; public policy in Brazil; public library in Colombia, public policy in Colombia, library networks in Brazil, library networks in Colombia.

## RESUMEN

Las bibliotecas públicas contemporáneas en Brasil están experimentando un proceso de cambio en su escenario, incorporando nuevos servicios e integrando nuevas estructuras de trabajo. El avance de las tecnologías de la información y la comunicación hizo posibles innovaciones en sus actividades diarias. Sin embargo, para que esto ocurra se necesitan recursos presupuestarios, así como inversión pública en el área cultural a través de políticas públicas. En ese sentido, esta investigación tiene como objetivo general construir lineamientos para la construcción de políticas públicas para bibliotecas públicas en Brasil a través del análisis de documentos oficiales de Brasil y Colombia, y como objetivos específicos: Identificar qué políticas de bibliotecas públicas están vigentes hoy en Brasil ; Compara documentos gubernamentales de Brasil y Colombia, señalando sus puntos principales; Recoger elementos que puedan componer directrices para la elaboración de políticas públicas para bibliotecas públicas en Brasil. Se trata de una investigación exploratoria, de carácter cualitativo, y adopta como métodos la investigación bibliográfica y documental. Utiliza la teoría de análisis de contenido (CA) de Laurence Bardin. El análisis de los documentos permitió identificar elementos para la construcción de lineamientos para componer una política pública efectiva para las bibliotecas públicas. De esta forma, se destacan los siguientes lineamientos: 1- Conocer los conceptos de la institución 2- Institucionalización de la Biblioteca Pública, 3- Recursos para materiales, equipos y mobiliario, 4- Innovación de los servicios, 5- Capacitación continua del equipo, 6- Recursos humanos, 7- Recursos financieros, 8- Articulación política, 9- Equipo específico para trabajar en programas y proyectos, 10- Difusión de la colección y posibilidades de acceso a la información, 11- Colección diversificada y actualizada, 12- Preservación del patrimonio bibliográfico, 13- Accesibilidad, 14- Indicadores de Evaluación. Estos lineamientos están asociados a cada etapa de la elaboración de una política pública y pueden ser utilizados en diferentes ámbitos: nacional, estatal y municipal. Se concluye que la biblioteca pública es una institución compleja que juega un papel esencial en la vida en sociedad. En lo que a Colombia se refiere, este país ha construido una estructura organizativa para el trabajo cooperativo y ha aprobado una ley específica para el desarrollo de las bibliotecas públicas y estas dan solución a los problemas sociales. En Brasil, aún no existe una legislación específica para estas instituciones. Es necesario invertir en el gobierno y adoptar nuevas estrategias de trabajo, y una de las posibilidades es el trabajo cooperativo, en red. Sin embargo, es a partir de los lineamientos que será posible desarrollar políticas públicas que garanticen el desarrollo de las bibliotecas públicas y su innovación en este tercer milenio.

Palabras clave: bibliotecas públicas y políticas públicas en América del Sur, biblioteca pública en Brasil; política pública en Brasil; biblioteca pública en Colombia, política pública en Colombia, redes de bibliotecas en Brasil, redes de bibliotecas en Colombia.

Dedico esta tese a minha mãe Marlene Pereira de Araújo (*in memoriam*), que sonhava em ter um filho doutor e a minha filha Beatriz Araújo Lima, que tanto amo.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço de coração!

À DEUS, meu escudo e fortaleza, que me proporcionou saúde e sabedoria em momentos de dificuldades;

A minha filha Beatriz Araújo Lima, pela paciência, compreensão e autonomia nestes quatro anos em que muitos dias eu saía de madrugada para as aulas e ela ainda estava dormindo e quando chegava à noite ela já estava indo dormir. Gratidão por tudo filha! Te amo!

Ao programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista- UNESP, campus de Marília por oportunizar a realização do doutorado no programa, o que possibilitou a realização de um sonho. Gratidão infinita!

Ao Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, pelas orientações, conteúdos transmitidos, pela paciência, bondade, leveza e confiança. Minha eterna admiração e respeito!

A Sueli Bortolin, minha mestra, todo agradecimento é insuficiente para expressar o apoio, acolhida, amizade e conselhos durante estes quatro anos de curso;

Ao Secretário de Cultura Bernardo Pellegrini, meu chefe e líder, por possibilitar compensação de banco de horas e férias para escrita da pesquisa. Bernardo gratidão e admiração pela humanidade que você traz no coração!

A minha amiga/irmã bibliotecária, Crislielle Suzana Rodrigues de Paula Camilo pelo apoio, amizade de uma vida e acompanhamento nesses quatro anos de curso e contribuiu muito com a pesquisa. Te amo amiga!

A Tamara de Souza Brandão Guardado pela doçura e delicadeza e ao mesmo tempo firme e imperiosa. Suas considerações na qualificação foram enriquecedoras. Muito carinho por ti.

A banca agradeço pelo aceite e pelas orientações;

A minha mãezinha (in memoriam) que tanto valorizava a leitura e os estudos e tinha o sonho de ter um filho doutor;

Ao meu avô (in memoriam), na certeza que ele está todos os dias ao meu lado, me protegendo e guiando pelos caminhos da paz e da vitória;

Aos professores do curso do programa de pós-graduação em ciência da

informação da UNESP, por possibilitar reflexões, diálogos interdisciplinares e pelos ensinamentos e informações compartilhadas;

Aos amigos da Biblioteca Pública Municipal, pelo apoio de sempre;

Aos amigos de turma do doutorado pelas trocas, união e compartilhamentos em momentos de alegria e dificuldades;

Aos amigos que fiz durante estes quatro anos em Marília, não irei citar nomes, para não correr o risco de esquecer algum.

“Um pequeno teste de argúcia faria dizer que somos um país que só tem superestrutura. Não achamos ainda a estrutura nacional. Talvez seja esta a chave do nosso dicionário de revoluções”

Oswaldo de Andrade, citado pelo seu neto Rudá K. de Andrade em seu livro  
“A arte de devorar o mundo”

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Etapas do processo de elaboração das políticas públicas	<b>Erro! Indicador não definido</b>
<b>Quadro 2</b> - Quantidade de Bibliotecas em cada Município da Colômbia em 1937...	89
<b>Quadro 3</b> - Atividades de leitura .....	111
<b>Quadro 4</b> - Recuperados na BRAPCI.....	138
<b>Quadro 5</b> - Documentos recuperados da BDTD- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.....	149
<b>Quadro 6</b> – EBSCOhost .....	157
<b>Quadro 7</b> - Google Acadêmico .....	159
<b>Quadro 8</b> - Scielo.....	164
<b>Quadro 9</b> - Web Of Science.....	166
<b>Quadro 10</b> - Documentos dos sites oficiais .....	168
<b>Quadro 11</b> – Decreto nº 520 - objetivos.....	172
<b>Quadro 12</b> – Lei nº 13.696 - diretrizes .....	178
<b>Quadro 13</b> – Lei nº 13.696 - objetivos .....	180
<b>Quadro 14</b> – Lei nº 1379 - definições .....	183
<b>Quadro 15</b> – Lei nº 1379 – objetivos estratégicos .....	185
<b>Quadro 16</b> – Lei nº 1379 – princípios fundamentais.....	187
<b>Quadro 17</b> – Lei nº 1379 - diretrizes.....	188
<b>Quadro 18</b> - Etapas para elaboração das políticas públicas, diretrizes e ações dos profissionais da informação.....	207

## LISTA DE ABREVIATURAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIBLIOEFAS	Bibliotecas Famílias Agrícolas
BINAGRI	Sistema Embrapa de Bibliotecas e Biblioteca Nacional de Agricultura
BN	Biblioteca Nacional
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CCL	Catálogo Coletivo de Livros do Estado de São Paulo
CCN	Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos
CERLALC	Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe
CI	Ciência da Informação
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CNDA	Conselho Nacional de Direito Autoral
COMUT	Programa de Comutação Bibliográfica
COPERE	Consórcio Periódico Eletrônico
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DLLL B	Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
DNL	Dia Nacional da Leitura
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNARTE	Fundação Nacional de Arte
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas
INL	Instituto Nacional do Livro
IR	Imposto de Renda
MES	Ministério da Educação e Saúde
MRA	Ministério da Reforma Agrária
MTur	Ministério do Turismo
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Plano de Ação Cultural
PEP	Programa Estampilla Procultura
PNBE	Programa Nacional de Biblioteca Escolar

PNC	Plano Nacional de Cultura
PNL	Política Nacional do Livro
PNLD	Programa Nacional de Livro Didático
PNLE	Política Nacional de Leitura e Escrita
PNLL	Plano Nacional do Livro e da Leitura
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PROBE	Programa Biblioteca Eletrônica
RNBP	Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
SECDEC	Secretaria Nacional de Economia Criativa Diversidade Cultural
SECULT	Secretaria Especial da Cultura
SEGIB	Secretaria Geral Ibero-Americana
SIC	Serviço de Intercâmbio de Catalogação
SNB	Sistema Nacional de Bibliotecas
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNLB	Semana Nacional do Livro e da Biblioteca
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCCN	Territórios Coletivos de Comunidades Negras
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA .....	18
1.2	JUSTIFICATIVA .....	19
1.3	OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS .....	22
1.4	ESTRUTURA DA TESE .....	22
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	24
2.1	DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	32
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS.....	37
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA AMÉRICA DO SUL.....	42
<b>3</b>	<b>BIBLIOTECAS PÚBLICAS E REDES DE BIBLIOTECAS</b> .....	71
3.1	CONCEITO E EVOLUÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....	71
3.2	CONCEITO E EVOLUÇÃO DAS REDES DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....	102
<b>4</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	134
4.1	TIPOLOGIA E DELINEAMENTO DA PESQUISA: .....	134
4.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	135
4.2.1	Revisão Bibliográfica .....	136
4.2.2	Análise Documental.....	167
4.3	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS .....	168
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS</b> .....	171
5.1	DECRETO Nº 520 DE 13 DE MAIO DE 1992 .....	171
5.2	LEI Nº.13.696 DE 12 DE JULHO DE 2018 .....	177
5.3	LEI Nº1379 DE 15 DE JANEIRO DE 2010.....	183
5.4	REFLEXÕES.....	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>6</b>	<b>PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS NO BRASIL</b> .....	193
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	209
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	213

<b>ANEXOS</b> .....	228
ANEXO A - Lei nº 1379 de 2010 .....	229
ANEXO B - Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018 .....	246
ANEXO C – Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992 .....	249



## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Linha de Pesquisa, “Gestão, Mediação e Uso da Informação” da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Marília, propôs elaborar diretrizes para desenvolvimento de políticas para biblioteca pública no Brasil.

Essas instituições sempre tiveram papel fundamental na sociedade, a princípio com função de guarda, conservação e preservação dos registros do conhecimento. Ao longo do tempo, além dessas funções, foram ampliando sua atuação com organização, busca, recuperação, mediação, disseminação e compartilhamento da informação. Além disso, seu papel educativo, social e cultural é essencial para formação do cidadão, transformação e para construção da cidadania.

A biblioteca pública (BP) é um equipamento cultural que deveria suprir de forma rápida e proativa as diversas necessidades de informação dos usuários e atuar como um organismo vivo, dinâmico e interativo. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), consciente do importante papel dessas instituições, elaborou em seu *Manifesto sobre Bibliotecas Públicas*, princípios universais para criar, reger e fortalecer esses espaços e também garantir o acesso dos cidadãos à informação e à cultura. No entanto, apesar do documento, a realidade não se apresenta dessa forma. Almeida Júnior (2003, p. 77), destaca que:

[...] apesar de afirmarem categoricamente que sua atuação visa à democratização da informação, ou seja, oferecer e possibilitar o acesso de todos a qualquer tipo de informação que necessitem, na prática, analisando suas ações, conclui-se que esse objetivo não é alcançado.

Nesse contexto, pode-se inferir que são vários os fatores que influenciam o não alcance dos objetivos de uma biblioteca pública. Apesar de ser criada legalmente por meio de leis e decretos, a maioria delas não possui a estrutura necessária para realmente desempenhar seu papel na sociedade. A realidade atual em muitos países da América do Sul apresenta bibliotecas públicas tímidas, desprovidas de equipamentos e recursos financeiros para investimento, que possuem em sua maioria acervos desatualizados, geralmente em um único formato

(impresso). Falta ainda uma legislação própria para BP que garanta seu fortalecimento, sua valorização e sua estrutura na sociedade, como equipamento público para o público.

No Brasil há políticas em prol do livro, da leitura e da literatura e de bibliotecas, mas não são específicas para a biblioteca pública. Por exemplo, em 30 de outubro de 2003, pela Lei 10.753, foi instituída a Política Nacional do Livro (PNL), possibilitando ao poder executivo criar e executar projetos de acesso ao livro, de incentivo à leitura e venda. Apesar de ser uma Política do Livro, não é específica às bibliotecas públicas.

Em 2006, pela Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, foi criado o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), com diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil. Entre suas finalidades básicas estão: assegurar a democratização do acesso ao livro, a formação de mediadores para atuar no incentivo à leitura, bem como sua valorização institucional e o desenvolvimento da economia do livro (BRASIL, 2006). Neste sentido, o PNLL, possui como foco principal incentivar a leitura nos mais diversos espaços e ambientes, como bibliotecas e livrarias. Contudo, também não menciona em específico ações ou apoio as bibliotecas públicas.

Em 24 de maio de 2010, pela Lei 12.244, ocorreu um avanço na universalização das bibliotecas escolares (BRASIL, 2010a). No entanto, a biblioteca pública só é referenciada em 2016, no Projeto de Lei nº 5.270, por meio do qual o Congresso Nacional cria a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), aprovada em 12 de julho de 2018 por meio da Lei nº 13.696, como estratégia permanente para promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil (BRASIL, 2018). Contudo, a lei é genérica no que tange à criação, desenvolvimento, manutenção e fortalecimento das bibliotecas de acesso público e também não apresenta diretrizes com foco na BP.

Desde 02 de fevereiro de 2015 há o projeto de Lei nº 28 no Senado para Instituir a Política Nacional de Bibliotecas. Este projeto foi de autoria do senador Cristovam Buarque, e em seu artigo 4º é nítido a criação de bibliotecas pela iniciativa privada e por qualquer órgão da administração direta, autarquias, fundações, empresas e entidades (BRASIL, 2015). A terminologia “bibliotecas” utilizada engloba todos os tipos de bibliotecas, como: escolares, públicas, privadas, comunitárias, especializadas, jurídicas, universitárias e nacionais.

Assim, uma vez que existe a Lei 12.244 Universalização das Bibliotecas Escolares, é necessária a criação de uma Política Nacional específica para as bibliotecas públicas no território brasileiro, visto que o país de acordo com Brasil (2021) possui 5.610 bibliotecas públicas mantidas por municípios, estados e governo federal e integram os sistemas municipais, estaduais e nacionais. No entanto, não houve avanço no fortalecimento e investimento nestas instituições. É necessário incluí-las nas agendas governamentais, investir em sua estrutura física, no funcionamento, em produtos e serviços de qualidade de acordo com a realidade e demandas da comunidade.

As bibliotecas públicas são instituições que contribuem significativamente para diminuição das desigualdades sociais e para o acesso à informação, pois são essenciais ao desenvolvimento de uma sociedade. Neste sentido, o Manifesto da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) e aprovado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre bibliotecas públicas, apresenta a BP, como sendo um local central, onde a informação e a documentação estejam acessíveis a todos os públicos. (UNESCO, 1994). Para isso são necessárias diretrizes para a elaboração de uma política pública nacional específica para a BP.

Esta realidade de falta de política pública para investimento nas bibliotecas públicas se apresenta em grande parte dos países da América do Sul, com exceção da Colômbia, que possui uma lei específica direcionada à atuação em rede de BP. Esta Lei foi aprovada em fevereiro de 2010 e é chamada de *Ley de Bibliotecas Públicas* (COLÔMBIA, 2010).

Nesta perspectiva, o objetivo desta pesquisa é elaborar diretrizes para construção de políticas públicas voltadas as BPs que subsidiem a formação para a diretiva norteadora para legislação brasileira, considerando a rede de bibliotecas públicas da Colômbia.

Os objetivos específicos são: Identificar quais políticas para biblioteca pública estão vigentes hoje no Brasil; Comparar documentos governamentais do Brasil e da Colômbia, apontando seus pontos principais; Coletar elementos que possam compor diretrizes para elaboração de política pública para bibliotecas públicas no Brasil.

Para isso realizou-se uma pesquisa nas seguintes Bases de Dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Base de Dados em

Ciência da Informação (BRAPCI); Plataforma de Pesquisa EBSCOhost (EBSCO), SCIELO Brasil e no portal da Web Of Science (CAPES), a fim de identificar, conhecer, comparar e analisar as estruturas e legislações das BPs nos países da América do Sul.

Além das bases de dados, efetuou-se uma busca nos sites institucionais dos países, bem como nos sites do IberCultura Viva e Iberbibliotecas para verificar se há registros ainda não identificados nas bases de dados. Após a pesquisa nas bases e nos portais dos países e breve leitura dos documentos, optou-se por analisar a Ley nº 1379 de BP da Colômbia por sua completude e atuação em rede e pelo trabalho inovador de gestão e articulação que as BPs desenvolvem no país.

Além deste motivo outros aspectos contribuíram para a escolha da Colômbia para a realização da pesquisa. Em 14 de dezembro de 2005, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi firmado uma declaração de cooperação entre os países, reiterando compromissos com a democracia, luta contra a pobreza, a fome e a discriminação em ambos os países. Ambos os presidentes do Brasil e da Colômbia fortaleceram apoio na segurança na região da fronteira entre os países e atuaram conjuntamente no combate as atividades ilícitas de tráfico e conflitos fronteiriços. Além disso, facilitou residência, comércio, estudos, intercâmbio acadêmico, trabalho e integração cultural. A cultura se tornou o centro de uma discussão para o desenvolvimento e luta contra a desigualdade e inclusão social em ambos os países. (BORGES, 2015).

Neste sentido, será analisada a Ley nº 1379 da Colômbia e duas leis Brasileiras: o Decreto Lei nº 520, de 13 de maio de 1992, que institui o SNBP e a Lei nº 13.696 que regulamentou a PNLE. Estas legislações subsidiaram a construção das diretrizes. Ao final dessa pesquisa espera-se construir as diretrizes e colaborar positivamente para o desenvolvimento e melhoria das bibliotecas públicas no Brasil.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Quanto à problemática que envolve a pesquisa, é a seguinte: O Brasil não possui uma Lei específica para biblioteca pública? Neste sentido, parte-se de a premissa da imprescindibilidade dessa instituição possuir diretrizes que orientem a elaboração de políticas públicas para BP nas diversas esferas governamentais.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

São vários os fatores que levaram à escolha desta proposta de pesquisa. Primeiramente, a inquietação da pesquisadora em relação ao objeto de estudo apontado, pois é bibliotecária e diretora do Sistema de Bibliotecas Públicas da cidade de Londrina, a segunda maior cidade do Estado do Paraná, e como tal anseia pela estruturação de uma política própria para biblioteca pública, que vise investimento, o fortalecimento e ascensão desta instituição no país.

Por muito tempo estas instituições estiveram centradas em um modo de funcionamento voltado aos eruditos, aos letrados, servindo apenas a classe mais nobre, excluindo grande parte da população. O acesso aos livros, aos documentos, à informação, era para poucos. Contudo, com o passar do tempo, várias transformações ocorreram no mundo, dentre eles: mudanças políticas, expansão da indústria e das tecnologias, refletindo na concepção e função da biblioteca pública.

Nesta perspectiva, a BP tornou-se aos poucos um ambiente educativo, cultural e multidisciplinar, um lugar de todos, de leitura, de acesso à informação, de troca, de ponto de encontro, de debates e aprendizagem. Isto é, um ambiente realmente público, um equipamento de fruição cultural que contribui para transformações sociais, por meio da inclusão e formação de um cidadão crítico e reflexivo.

Outro fenômeno que motivou a pesquisa é a percepção de que a biblioteca pública atende uma diversidade de público, que vai desde o leitor diário do jornal da cidade até o pesquisador pós-graduado, o que a torna fundamental para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Apesar disso ela sempre esteve à margem das políticas públicas governamentais, e em consequência disso, ainda em pleno século XXI o Brasil não possui uma política nacional para as bibliotecas públicas.

Apesar dos avanços que ocorreram ao longo do tempo, devido à ação de órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Centro Regional para Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC) e a Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas (IFLA), a BP necessita de intervenções e investimentos do governo local. Chegou a hora de estas instituições adquirirem um perfil mais dinâmico e novas configurações, que dialogue com a comunidade, e exercerem plenamente seu papel social e cultural no fortalecimento da democracia.

Seja no âmbito científico ou profissional, esta pesquisa configura-se como uma necessidade social, sua fundamentação centra-se na inexistência de uma Política Pública Nacional específica para a BP.

As publicações científicas apresentam as dificuldades destas instituições ao longo da história e evidenciam a necessidade de um redimensionamento destes espaços, com mudanças de paradigmas, atualização e inovação de seus produtos e serviços. Apesar dos discursos, na prática não há soluções mais contundentes para que esta instituição atue no fortalecimento da sociedade, na inclusão e formação do ser humano em pleno século XXI.

O Brasil é um país regido por leis, há legislação para as mais diversas finalidades e nas diferentes esferas governamentais. A Constituição Federal é a lei maior, que garante elementos básicos aos cidadãos, como por exemplo: acesso à educação, cultura e a informação. Neste sentido é essencial que haja amparo legal, uma legislação que garanta a criação, manutenção e desenvolvimento das BPs no país.

Atualmente exige novas formas de atuação da BP, bem como o uso das Tecnologias de informação e comunicação para atendimento das novas demandas dos leitores em outros ambientes além do físico. Isso requer investimento, dotação orçamentária e aplicação contínua de recursos econômicos para garantir a democratização do acesso a informação. Sendo assim, a elaboração de diretrizes para construção de políticas para a BP, contribuirá para que estados e municípios tenham elementos para fundamentar futuras políticas para as bibliotecas.

A ausência de políticas públicas regulamentadas para a área que assegure seu progresso e expansão impacta o atendimento ao cidadão e em seu direito de acesso à informação. Nesta perspectiva, o Estado deve garantir à BP uma infraestrutura que permita o desenvolvimento de práticas que visem atender as necessidades e demandas reais e potenciais dos diferentes públicos.

Neste sentido, a pesquisa insere-se nos temas que constituem uma preocupação para pesquisadores e profissionais da biblioteconomia, pois a BP é um equipamento essencial para o desenvolvimento da democracia, para a produção, circulação e troca de saberes, para incentivar o exercício da cidadania. A BP é um organismo vivo, em constante transformação que carece de capital, de políticas públicas para se estabelecer, sendo assim é indispensável que esta instituição faça parte da agenda governamental.

Além disso, a relevância desta tese está na imperiosidade de propor diretrizes para uma política específica para biblioteca pública no Brasil. Nesse sentido, é importante conhecer, analisar e compreender como estão estruturadas estas políticas em outros países da América do Sul e como refletem na atuação da BP em seu cotidiano.

Espera-se que esta pesquisa traga contribuição social, pois as diretrizes poderão favorecer a criação de políticas públicas nos estados e municípios do Brasil e colaborar com a estruturação da BP em todo território nacional.

Todo avanço nas pesquisas e discussões a respeito das políticas públicas para bibliotecas públicas serão relevantes para a CI e para o programa de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista, que tem como linha mestra o estudo crítico das metodologias utilizadas para tornar a informação disponível e acessível a todos. Também busca-se abrir espaço para o debate, reflexões e instigar novas pesquisas acerca dessa temática no país.

Esta pesquisa está em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 (ODS), pois a informação é transversal e perpassa por todas as áreas do conhecimento e segmentos sociais. Contudo, destaca-se os objetivos 10 e 16. O objetivo 10, busca “Reduzir as desigualdades dentro dos países” por meio das bibliotecas e do acesso à informação. O objetivo 16 visa “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Neste sentido, espera-se que essa pesquisa chegue até as estruturas públicas e que este convença os governantes quanto à importância das bibliotecas públicas para a sociedade e do papel dos gestores nas diversas esferas governamentais (federal, estadual e municipal), na elaboração e execução da legislação em prol deste equipamento cultural.

Também poderá contribuir pessoal e profissionalmente, pois a pesquisadora é bibliotecária de carreira da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina e atua como diretora do Sistema de Bibliotecas Públicas do Município, logo o conhecimento obtido na pesquisa refletirá em sua prática profissional. A pesquisadora defende a ideia que a BP carece de políticas públicas que reconheçam sua magnitude e sua relevância para evolução do indivíduo e da sociedade, e que as políticas reflitam nas práticas e desenvolvimento destas instituições.

### 1.3 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral da pesquisa é: elaborar diretrizes para construção de políticas públicas voltadas às BPs brasileiras, considerando a rede de bibliotecas da Colômbia.

Visando alcançar o objetivo proposto foram elencados os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar quais políticas para biblioteca pública estão vigentes no Brasil;
2. Comparar documentos governamentais do Brasil e da Colômbia, apontando seus pontos principais;
3. Coletar elementos que possam compor diretrizes para elaboração de política pública para bibliotecas públicas no Brasil.

### 1.4 ESTRUTURA DA TESE

Na primeira seção apresenta-se a introdução desta tese, evidenciando o contexto na qual se insere a problemática, bem como a justificativa da pesquisa, as hipóteses e objetivos.

Na segunda seção realiza-se uma revisão de literatura a respeito das políticas públicas e políticas públicas culturais, tema tão importante no atual cenário político e econômico que o país atravessa. Considerando que é o Estado que elabora, toma as decisões e executa as leis, esta seção se torna imprescindível para compreender a temática e atingir os objetivos da tese.

A terceira seção apresenta a BP e as redes de bibliotecas, sua origem, evolução histórica, conceitos, função. Evidencia sua importância como ambiente de informação e cultura, que busca a transformação social e construção da cidadania. É objetivo deste tópico, entender como são realizados os trabalhos em redes, a colaboração entre instituições e qual o impacto no dia a dia das bibliotecas públicas.

A quarta seção discorre a respeito dos procedimentos metodológicos que conduziram o desenvolvimento da pesquisa. Indica-se a natureza, tipologia e delineamento da pesquisa, bem como os procedimentos para coleta de dados e análise dos dados.

A quinta seção discorrerá a respeito da análise dos dados dos documentos institucionais coletados do Brasil e da Colômbia (Decreto Nº 520 de 13 de maio de



1992; Lei Nº 13.696 de 12 de julho de 2018 e Lei Nº 1379 de 15 de janeiro de 2010). A análise foi realizada também fazendo inferências com estudos da produção científica a partir do levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados da CI.

A sexta seção apresenta as diretrizes elaboradas a partir da análise das legislações do Brasil e Colômbia, bases imprescindíveis para construção de políticas para a BP no Brasil.

Na sétima e última seção é apresentada as considerações finais da presente pesquisa, evidenciando o alcance dos objetivos propostos. Na sequência apresenta-se as referências utilizadas na elaboração da tese, apêndice e anexos das Leis.

## 2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta seção compreende as reflexões a respeito das políticas públicas e políticas públicas culturais. Inicia-se a apresentação por uma perspectiva histórica, funções, tipologias, seguida de conceitos, definições, processos para sua elaboração, implementação e avaliação de uma política pública, e sobre como ela está formatada atualmente na área cultural no quesito da BP.

Escrever a respeito deste assunto se torna um desafio, pois as políticas públicas estão diretamente relacionadas às formas de gestão, aos vieses administrativos, à agenda governamental, à tomada de decisões e restrições de gastos. É uma área multidimensional, fundamentada na multiplicidade de saberes, e de acordo com Camillo (2020, p. 49) “[...] solidifica-se nas mais distintas áreas do conhecimento humano. Está nas Ciências Políticas, Economia, Sociologia, Administração Pública, Engenharia, Psicologia Social e Direito”. Elas também dialogam com as relações e políticas exteriores, bem como com as relações do Estado na vida cotidiana da coletividade.

“A Política Pública enquanto área de conhecimento acadêmica, primeiramente ligada à subárea da Ciência Política e após como uma disciplina multidisciplinar, teve suas origens nos Estados Unidos da América - EUA”. (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015, p. 21). Consolidou-se em estudos de importantes pesquisadores que constituíram as principais escolas de pensamento da Ciência Política, como: Harold Dwight Lasswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton (CAMILLO, 2020). Neste sentido, é necessário compreender e discutir as políticas públicas, bem como sua consolidação, objetivos, interfaces, como são elaboradas, a quem elas devem servir e qual seu papel na sociedade.

Souza (2006, p. 21), corrobora com essa premissa quando diz que: “Entender a origem e a ontologia de uma área do conhecimento é importante para melhor compreender seus desdobramentos, sua trajetória e suas perspectivas”. Neste sentido é importante ressaltar que Harold Dwight Laswell foi o precursor ao utilizar a expressão Política Pública e análise de Política Pública (Policy Analysis) em 1936. De acordo com Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 14) “O autor procurou estabelecer contato entre a produção das ações governamentais no conhecimento científico e acadêmico em torno do tema”. Dialogou com diversos atores sociais como: políticos, cientistas, governantes e funcionários públicos.

Secchi (2013, p. 11), apresenta que o ano de 1951 “[...] pode ser considerado o marco de estabelecimento da área disciplinar de estudos das políticas públicas”. Este marco se deve à publicação do texto “The Policy Sciences” dos autores Harold Lasswell e Daniel Lerner. O texto apresenta métodos, procedimentos e práticas que os governantes poderiam utilizar em prol da sociedade da época (RUA; ROMANINI, 2013).

Contudo, ao contrário dos avanços que ocorriam neste campo nos países europeus, a maioria dos países da América do Sul possuíam um governo autoritário e ditaduras militares. As décadas seguintes de 1960 e 1970 foram marcadas pela censura, pela repressão e pelo medo.

Importante ressaltar que, em 1976, na América do Sul apenas dois países viviam em democracia, eram eles: a Venezuela e a Colômbia, ainda assim com muita tensão. Os demais países todos viviam regimes ditatoriais que censuravam e repreendiam a liberdade de expressão e o desenvolvimento da área cultural (NEPOMUCENO, 2015).

A partir da década de 1980 ampliaram-se as discussões desta temática, tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento. Souza (2002, p. 1), afirma que isso “[...] deve-se, em grande parte, às restrições financeiras e políticas que estão sendo impostas aos governos, gerando demandas pela elaboração de políticas públicas eficientes e efetivas”.

Neste sentido, houve um novo dimensionamento com ênfase no ajuste fiscal, no controle de despesas do governo, com adoção de medidas econômicas resultando em maior visibilidade, e também em pesquisas e discussões na área. Apesar da ampliação do número de estudos esta é uma temática ainda complexa, com diferentes vertentes teóricas, principalmente por ser a nossa sociedade marcada historicamente por um contrassenso social, político, econômico e cultural.

Portanto, elaborar políticas públicas é complexo e exige protagonismo do governo. Constitui-se na elaboração de diretrizes para enfrentar os problemas existentes ou para atingir uma condição ideal de uma determinada situação ou realidade. O objetivo é construir uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

De acordo com Secchi (2013, p. 3) “Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público”, ou seja, é elaborada com um objetivo, para solução de um ou mais problemas, que afetam a coletividade, o bem comum.

Dispõe sobre o que fazer, como fazer, aonde chegar e impacta vários aspectos da vida social como: saúde, educação, cultura, segurança, saneamento básico, previdência social, cuidado com rodovias, desemprego, entre outros, ou seja, tudo que afeta a qualidade de vida dos cidadãos.

Quando bem elaborada e colocada em prática de forma competente, a política pública contribui para a construção de uma sociedade mais justa, pois soluciona muitos problemas sociais. As políticas públicas podem se tornar leis e estas devem ser cumpridas pelos atores governamentais e pela sociedade civil. Contudo, para isso são necessárias análises constantes da realidade, bem como definir os objetivos e a metodologia a ser aplicada na elaboração, execução e avaliação da política pública.

Para isso é necessário saber reconhecer os tipos de políticas públicas. Secchi (2013) afirma que atualmente há várias tipologias de políticas públicas, algumas voltadas aos aspectos técnicos, outras exclusivamente políticas, e são denominadas como: regulatórias, distributivas, redistributiva e constitutiva. Nessa acepção para decidir qual o tipo de política deve ser implantado, é importante analisar o que se pretende fazer, sua viabilidade, os recursos disponíveis, as pessoas afetadas e as mudanças geradas com a aplicabilidade da política.

Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 20) afirmam que a política regulatória, se caracteriza por estabelecer “[...] padrões para atores privados e públicos. Ela é desenvolvida em grande parte em um ambiente pluralista [...]”. Neste modelo de política pública há um controle e regulamentação das atividades realizadas, dos recursos orçamentários e dos serviços públicos mantendo um equilíbrio e paridade no atendimento dos interesses dos diversos grupos e atores sociais.

Souza (2006, p.20) alerta que a política regulatória “[...] passou a dominar corações e mentes a partir dos anos 80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como os da América Latina”. São políticas que promovem a inclusão social de grande parte da população e impulsionam o desenvolvimento econômico. Para sua implementação, consideram vários fatores internos e externos como legislação, burocracias administrativas, recursos financeiros, demandas dos diversos grupos e implicações na aplicabilidade. Geralmente este tipo de política pública é voltada a regulamentar e estabelecer uma ordem nos serviços de utilidade pública.

As políticas distributivas são decisões tomadas pelo governo com objetivo de

beneficiar alguns grupos ou regiões específicas, sem que nenhuma outra seja prejudicada. Seu objetivo é pontual e desconsidera a limitação dos recursos orçamentários. Este tipo de política atende um significativo número de pessoas na sociedade, mas de forma individualizada e isolada uns dos outros (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015; FARAH, 2006; SOUZA, 2006).

Geralmente são voltadas à assistência social, criança e adolescente, educação, saúde, subsídios gerais, desenvolvimento local entre outros. Como exemplo é possível citar distribuição de cestas básicas, campanhas de vacinação, construção de estradas, apoio a vítimas de enchentes, pandemia, entre outros (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015; FARAH, 2006; SOUZA, 2006).

O benefício de uma política é específico, porém seu custo é difuso na sociedade. Raramente é possível identificar os custos deste tipo de política pública. Apesar de seus efeitos serem benéficos à sociedade. “[...] os benefícios são claros, mas os custos não” (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015, p. 21).

Como o próprio nome informa, a política redistributiva tem como objetivo redistribuir e redirecionar a renda. Assim, alocar bens e serviços à população com menor poder aquisitivo, com recursos orçamentários retirados de outros grupos detentores de melhores condições, buscando garantir a equidade na sociedade. Neste tipo de política geralmente há conflito entre os atores, uma vez que há transferência de renda de classes abastadas para um programa de distribuição de renda à população mais carente. Pode-se citar como exemplo deste tipo de política a reforma agrária (SECCHI, 2013).

Nesta perspectiva, de acordo com Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 21) “O benefício para uma categoria [de pessoas], resulta em custos sobre as outras”. É por este motivo que este tipo de política pública é mais difícil de ser implementado, pois impacta as classes sociais, o cotidiano de ricos e pobres.

Apesar da pressão e conflito político que acontece na implantação da política redistributiva, é importante discuti-la nas diversas instâncias governamentais, partindo é claro, do governo federal. Estados e Municípios precisam contribuir para a redistribuição de renda, terra entre outros, uma vez que a desigualdade social tem raiz histórica, política e precisa ser revista. Combater a desigualdade é o caminho para que todos os cidadãos conquistem sua cidadania plena e melhoria na qualidade de vida.

As políticas constitutivas abrangem a responsabilidade entre municípios,

estados e governo federal. Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 21) dizem que “[...] não se trata necessariamente sobre a prestação concreta de serviços demandados pela sociedade em geral [...]”. Esta dita os procedimentos, competências, normas e formas de participação da sociedade nas decisões estatais e também no sistema político das relações intergovernamentais que regulamentam a própria criação das políticas públicas.

Como exemplo e de acordo com Secchi (2013, p. 8), está a implantação de uma lei que “[...] obrigue partidos políticos a escolher seus candidatos em processos internos de seleção e posteriormente apresentar listas fechadas aos eleitores [...]”. Secchi (2013) chama este tipo de política como meta-políticas, porque está acima dos outros três tipos de políticas apresentadas e geralmente molda a dinâmica política nessas outras arenas.

Secchi (2013, p. 42) diz que “O processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas [...]”. Este ciclo é composto de sete fases principais como: “1 – Identificação do problema, 2- Formação da agenda, 3- Formulação de Alternativas, 4- Tomada de decisão, 5- Implementação, 6- Avaliação, 7 – Extinção” (SECCHI, 2013, p. 42).

Quanto a este processo, Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 24) ressaltam que “[...] o ciclo da política pública não pode ser entendido de maneira linear e como um corpo organizado, seguindo necessariamente uma sequência cronológica”. Na prática este ciclo poderá sofrer alterações conforme o desenvolvimento das estratégias de ação. No entanto, todas estas etapas são necessárias, pois envolvem todo um processo político e institucional decisório que, além de gerar um resultado, “[...] faz com que a complexidade de uma política pública seja simplificada [...]” (SECCHI, 2013, p. 44).

A primeira etapa constitui-se na identificação do problema. Para isso é necessário um prognóstico da realidade evidenciando as características da sociedade, para reconhecer e definir os problemas públicos eminentes e urgentes. Estes podem ser os mais diversos possíveis, que vão desde a falta de saneamento básico, violência ou uma catástrofe natural, questões de segurança, desemprego, a demora em um atendimento ou a falta de acesso à cultura, entre outros. Secchi (2013, p. 45) defende a importância desta fase e diz que neste momento “[...] também são criados os norteadores para a definição do conjunto das causas, soluções, obstáculos e avaliações”. É nesta fase que são discutidas as

possibilidades para resolução, os atores sociais envolvidos e se o problema é urgente, pois se for, entrará na lista de prioridades e irá fazer parte da agenda. Todavia, esta fase também recebe influência do tipo de atuação do Estado, do tipo de governo.

Na segunda etapa, a formação da agenda, são reconhecidos e discriminados os diversos problemas entendidos como urgentes e que necessitam de solução. Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 26) afirmam que “[...] o orçamento público não consegue suprir todas as necessidades [...]. Sendo assim, é preciso eleger o que será contemplado, e mais do que isso, elencar o que de fato será alvo de políticas públicas”. No entanto, os problemas podem entrar e sair desta agenda a qualquer momento, pois dependem de pressão popular, do poder da mídia, de recursos humanos ou financeiros, de tempo, de surgimento de outros problemas mais graves e urgentes e também da vontade política (SECCHI, 2013).

Importante ressaltar que a consciência e participação coletiva constituem-se uma grande força de persuasão para um problema entrar ou não para a agenda. Em síntese, as agendas listam e ordenam as prioridades para intervenção pública.

A terceira fase do ciclo é a formulação de alternativas para a resolução dos problemas elencados como urgentes. São os estudos e as reflexões a respeito dos objetivos, da elaboração dos métodos e procedimentos a serem adotados, das estratégias de ação e dos “[...] potenciais custos e benefícios de cada alternativa disponível” (SECCHI, 2013, p. 48).

Esta fase é o levantamento das possibilidades de ação, é a constituição das perspectivas e probabilidades possíveis a serem seguidas, “[...] é o momento em que são elaborados os métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos. Um mesmo objetivo pode ser alcançado de várias formas, por diversos caminhos”. (SECCHI, 2013, p. 48).

A quarta fase, tomada de decisão no processo de elaboração de políticas públicas, é considerada uma ação determinante. No entanto, nem sempre a decisão tomada, a solução escolhida, é a melhor opção para a resolução de um determinado problema. De modo geral, a opção escolhida é “[...] aquela que foi lapidada em um processo de construção de consensos e de ajustes mútuos de interesses” (SECCHI, 2013, p. 53). Faria (2003), já afirmava que desde o surgimento da ciência política as políticas públicas eram exclusivamente onde se concentravam as demandas e articulações de interesses o sistema política e sociedade civil (FARIA, 2003).

Desta forma os interesses políticos e até partidários influenciam nesta fase de tomada de decisão. Isto posto, é necessário que os gestores públicos sejam empreendedores, articulados, entendam as inter-relações do Estado e sociedade, questões ideológicas e saibam buscar soluções, além das esferas governamentais, considerando toda a conjuntura existente e implicações políticas.

A quinta fase, de implementação de uma política pública, é o momento em que a intenção é transformada em ação política, é a fase da execução. É neste instante “[...] que são produzidos os resultados concretos da política pública.” (SECCHI, 2013, p. 56).

É neste tópico que acontecem várias reflexões e análises, por exemplo: Como serão gerenciadas e coordenadas às ações públicas, quem são os atores envolvidos neste processo, será executado pela administração pública direta ou terá prestadores de serviços? Serão realizadas campanhas de mobilização? A legislação vigente está sendo respeitada? O cenário econômico e orçamentário é favorável à efetivação da política? Dentre outras questões.

São inúmeras as análises que devem ser realizadas pelos gestores públicos na execução de uma política, buscando a eficiência e efetividade da mesma. Estas análises são complexas, pois devem considerar todos os aspectos e elementos que influenciam na implementação da política pública. Por exemplo, o técnico, o econômico, os recursos materiais e humanos disponíveis, as regras vigentes, o foco da gestão e instituição, as pessoas envolvidas no processo, sua competência, entre outros.

A sexta fase a ser considerada no ciclo da elaboração de uma política pública é a avaliação. É nesta fase que “[...] os desempenhos da política são examinados com o intuito de conhecer melhor o estado da política e o nível da redução do problema que a gerou.” (SECCHI, 2013, p. 63). Para esta avaliação são utilizados instrumentos com critérios, indicadores e parâmetros que revelam se a política pública funcionou bem ou mal em relação aos objetivos que foram propostos, à economicidade, à produtividade, aos aspectos legais, administrativos e eficiência. Além disso, também é considerada a qualidade dos serviços oferecidos por meio da política pública implantada, o nível de satisfação dos cidadãos, se houve algum tipo de reclamação, se houve receitas ou não (SECCHI, 2013). Para realizar uma avaliação eficaz, o objetivo da política pública deve ser bem definido.

A sétima e última fase a ser analisada no ciclo de vida de uma política



pública é a extinção da política pública. Essa fase se refere ao fim, ao término da política pública, pois após sua implantação é verificado se está sendo eficaz ou não e se o problema inicial foi resolvido. Importante ressaltar que algumas políticas são implantadas “[...] com prazo de validade determinado. São políticas públicas criadas para resolver um problema específico ou contextual, e têm vigência determinada em Lei [...]” (SECCHI, 2013, p. 65). Finalizar uma política pública é algo complexo, pois são gerados muitos conflitos entre os atores sociais e governamentais. Assim, para evitar atritos muitas acabam sendo institucionalizadas mesmo com o problema já resolvido.

A reflexão a respeito dos conceitos, ciclos de vida e funcionamento das políticas públicas é importante no sentido de compreender os elementos que a permeiam. Além disso, perceber as inúmeras possibilidades para resolução de problemas coletivos, emancipação social e transformações no serviço público, principalmente no atual cenário, com economia em desequilíbrio e demandas sociais crescentes, é fundamental para pesquisadores e gestores públicos.

O Estado tem capacidade de gerir planos, programas e projetos com qualidade e inovação por meio de estratégias de reorganização e ressignificação contínua das práticas de gestão por meio de políticas públicas que solucionem os mais diversos problemas sociais.

Brasil e Capella (2015, p. 10) corroboram com esta afirmação quando dizem que “A consolidação democrática e a cidadania precisam ser fortalecidas na base, e a forma de se fazer está diretamente relacionada com a relação entre o Estado e a sociedade”. Isso ocorre por meio da elaboração e implantação de políticas públicas eficientes que garantam o desenvolvimento humano, social, econômico e cultural do país.

A sociedade civil pode participar da elaboração e gestão das políticas por meio da participação em Conselhos municipais, estaduais e federais. São muitos os conselhos existentes hoje, pois a sociedade contemporânea se caracteriza pela diversidade e devem ser reconhecidas pelas autoridades do poder executivo e legislativo.

O próximo tópico abordará definições para melhor compreensão do que é uma política pública.

## 2.1 DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O termo política pública vem de política, ciência da governança, que teve sua origem do grego *politiká*, que significa aquilo que é público. De acordo com Secchi (2013, p. 1):

Países de língua latina como Brasil, Espanha, Itália e França encontram dificuldades na distinção de alguns termos essenciais das ciências políticas. Na língua portuguesa, por exemplo, o termo “política” pode assumir duas conotações principais, que as comunidades epistêmicas de países de língua inglesa conseguem diferenciar usando os termos *politics* e *policy*.

O termo *politics* está substanciado no domínio, na manutenção do poder sobre o homem. Já *policy* representa uma dimensão mais concreta e prática em relação à decisão e ação. O termo *public policy* “[...] trata do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões [...]”, com objetivo de atender e solucionar problemas públicos e locais por meio da criação de leis (SECCHI, 2013, p. 1).

Os primeiros estudos teóricos acerca dos conceitos e definições de políticas públicas iniciaram-se na década de 1930 “[...] e se constituiu como campo de conhecimento e disciplina nos Estados Unidos, onde as análises não tinham o papel do Estado como foco, diferentemente dos estudos desenvolvidos na Europa.” (BEZERRA; GUERRA, 2012, p. 2). A Europa adotou um caminho focado na importância das políticas públicas como ferramentas para orientar os governantes em suas tomadas de decisões e também para compreender a atuação do Estado em determinada área em detrimento de outras.

Herbert Simon (1957), outro pensador, traz para o debate o conceito “*Policy Makers*”. Para Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 14) este termo é entendido como a “[...] criação de um meio racional de estruturas que pudesse satisfazer as necessidades próprias dos tomadores de decisão”. Simon acreditava que “[...] a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse dos decisores, etc.” (SOUZA, 2006, p. 23-24).

Neste sentido, Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 14) afirmam que para sanar essa situação seria necessário “[...] a criação de um arcabouço teórico prático

com a finalidade de dar suporte às ações que deveriam ser racionais, embasadas em um conjunto de informações a respeito do assunto [...]”.

Segundo Souza (2006), Simon acreditava que este arcabouço composto por estruturas de regras e incentivos correspondia ao comportamento dos atores das políticas públicas em direção aos resultados desejados.

Charles Lindblom (1959, 1979) questionou o racionalismo difundido por seus antecessores Laswell e Simon e “[...] propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório” (SOUZA, 2006, p. 24). Este pesquisador defendeu que além das questões de racionalidade, nos vieses administrativo e funcional, era necessário considerar as burocracias, o papel do Estado, das eleições, dos partidos, dos grupos de interesse, ou seja, da coletividade. Lindblom enfatizou que era necessário observar todos os fatores, atores e instituições envolvidas na elaboração da política pública, pois elas sofrem influência de todos os grupos de interesse (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

Assim, ao longo do tempo o conceito de políticas públicas foi sendo ressignificado, reelaborado, incorporado e inserido na elaboração das políticas públicas, integrando e interligando os mais diversos atores no processo de formulação e tomada de decisões. David Easton (1965 *apud* SOUZA, 2006, p. 24):

Contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Ele ainda propôs a Teoria de Sistemas nos estudos das políticas públicas, pois acreditava que elas “[...] eram conformadas numa relação de intersecção, entre a formulação, os resultados e o ambiente em que as políticas públicas são criadas” (CAMILLO, 2020, p. 51). Easton acredita que a política pública recebe influência do meio, dos atores sociais, passando por diversas interfaces e inter-relações para sua elaboração e implementação.

É possível observar que são várias as definições existentes para o termo política pública. Além dos precursores apresentados, é importante ressaltar que teóricos mais recentes também contribuíram para a estruturação da área. É o caso de Lynn (1980), que define políticas públicas “como um conjunto de ações do

governo que irão produzir efeitos específicos”. Thomas Dye (1984) define política pública como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

Peters (1986 *apud* SOUZA, 2006, p. 24) diz que política pública “[...] é a soma das atividades dos governos, [...] que influenciam a vida dos cidadãos”. Mead (1995 *apud* SOUZA, 2006, p. 24) a define como “[...] um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas [...]”.

Destaca-se que o conceito de PP tem evoluído ao longo do tempo, sobretudo na Ciência Política, que começou a considerar todo o processo desde a origem à finalização da PP, e não apenas uma ação estatal. Atualmente ocorre a interação de vários atores e interesses para seu desenvolvimento. Além disso, passa por várias fases e processos.

Teixeira (2002, p. 2), outro pesquisador dessa temática, define políticas públicas da seguinte forma:

[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas.

Este conceito aborda elementos essenciais como alocação e orçamento e desenvolvimento de ações do governo e sociedade. A atuação da pesquisadora dessa tese há muitos anos na BP a faz concluir que o silenciamento e omissão dos gestores a respeito dela, e sua inexistência nos discursos públicos, é mais prejudicial que os poucos recursos. Isso foi evidenciado por Teixeira (2002, p. 2) quando afirma que: “Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos”.

Este mesmo autor explica que as políticas públicas, “[...] visam responder a demandas dos setores marginalizados da sociedade [...] e visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais.” (TEIXEIRA, 2002, p. 3).

Gaspari (2016, p. 22), afirma que “[...] política pública é a intencionalidade de ação de governo [...]”. É a arte de governar e resolver conflitos por meio de

legislações para o povo em prol da coletividade.

Neste sentido é possível observar que não existe uma única definição de política pública. Esta nasce do interior da Ciência Política, mas dialoga e se entrelaça com outras áreas e autores, gerando vários conceitos e perspectivas. Apesar dos diversos atores que agem e interagem na construção de definições, tanto de cunho público como privado, ainda hoje, no século XXI, não há uma teoria completa a respeito do tema, sabe-se, porém, que estão diretamente associadas ao Estado.

Após reflexão das várias concepções apresentadas, é possível afirmar que as políticas públicas representam todo processo de elaboração, construção, implementação e execução das decisões políticas. O objetivo é oferecer serviços de qualidade, transformadores a coletividade, frente às demandas e necessidades sociais. Embora isso muitas vezes ocorra em meio a conflitos nos processos de decisão. Queiróz (2011, p. 96) corrobora com este pensamento quando afirma que:

Uma política pública envolve conteúdos, instrumentos e aspectos institucionais. Os conteúdos são os objetivos expressos nas políticas públicas. Os instrumentos são os meios para se alcançar os objetivos enunciados e os aspectos institucionais dizem respeito aos procedimentos institucionais necessários, incluindo modificações nas próprias instituições.

Desta forma uma política pública é complexa, gera confrontos, pois abrange todos os grupos de indivíduos, as interações com o meio, os objetivos, necessidades e determinadas ações. É uma ferramenta que apresenta um conjunto de atividades que determinam as decisões do governo sobre quais problemas públicos e desigualdades sociais solucionar.

Ao trabalharmos com definições de políticas públicas assumimos o risco de limitar o papel dessas ações [...]. É entendido que uma política para ser implementada passa por várias fases e processos sociais. Reflexões a respeito das ações é importante pois direciona algumas práticas, mas as abordagens conceituais devem prezar por uma visão ampla do processo de constituição e aplicação da PP. Deve considerar o todo, evitando ser simplistas, é um campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação analisar essa ação e quando necessário propor mudanças. (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015, p. 15)

As políticas públicas deveriam ocupar um lugar central na gestão pública e

fazer parte do debate e planejamento do Estado, com objetivo de solucionar demandas da sociedade e promover o bem-estar social.

As políticas públicas fazem parte do cotidiano de vários países do mundo e são executadas nas diversas esferas governamentais (federal, estadual e municipal). É um ato multidisciplinar que pode possibilitar mudanças e transformações em uma sociedade, além de compreender quais os recursos financeiros existentes, o ambiente, os atores e o planejamento estratégico e técnico presente na PP. Assim, essas políticas, de acordo com Souza (2006, p. 5-6) “[...] após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas” institucionais, que buscam garantir os direitos dos cidadãos nas diversas esferas sociais.

As políticas públicas possuem dimensões desafiadoras para a consolidação da democracia. São muitos os obstáculos na definição, visto que possuem abordagens que devem ser consideradas para o estabelecimento da política.

A Abordagem Estatista concentra seus esforços analíticos nos atores estatais. Estes possuem o monopólio na execução das ações referentes às políticas públicas. Ela atribui essa característica ao ator que protagoniza a ação, logo, apenas o ator estatal é passível de execução de políticas públicas. Essa definição e abordagem é tratada por Dye. (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015, p. 17)

Ao contrário da abordagem estatista, a abordagem Multicêntrica:

[...] trabalha com uma gama quase ilimitada de atores. A definição para que uma ação tenha o caráter de política pública é quando a mesma é um problema público, independente de quem executa a ação, podendo ser organização não-governamental (privadas ou não), organismos multilaterais, entre outros. Essa abordagem permite a qualquer ator social ser protagonista de políticas públicas, desde que o problema a ser enfrentado tenha características públicas. (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015, p. 17)

Apesar de concentrar seus esforços nos atores estatais, a abordagem estatista não ignora os atores não estatais e reconhece a participação destes, bem como a influência deles no estabelecimento e prática de uma política pública. No entanto, quem lidera e desenvolve os processos é o Estado. A abordagem multicêntrica atribui caráter público a muitas ações que geram benefícios a órgãos e grupos privados. Como exemplo é possível citar a infraestrutura de transporte nas estradas, os pedágios. Geralmente o Estado “[...] prevê as fontes de execução das

políticas e o ator privado se beneficia dos resultados positivos” (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015, p. 18).

A compreensão da definição do que realmente é uma política pública é complexa, pois envolve situações, problemas e demandas em diversos níveis que implicam debates, tomadas de decisões, ações práticas e aplicabilidade. Muitas vezes determina a própria dinâmica e atuação do governo e assim impulsiona os estudos e reflexões por pesquisadores, profissionais, políticos e organizações não governamentais.

As políticas públicas são fundamentais para o planejamento e para prever os impactos das ações do Estado. Neste sentido, conhecer como estas políticas funcionam e quais são as perspectivas da área na sociedade contemporânea é imprescindível a todos aqueles que acreditam no poder transformador delas.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Esta seção tem como objetivo refletir acerca do desenvolvimento das políticas públicas culturais, a partir da perspectiva sócio-histórica e conceitual da cultura. Peter-Burke, Rubens Bayardo, Albino Canelas Rubim, Teixeira Coelho e Isaura Botelho destacam-se em suas escritas importantes reflexões sobre a história, evolução, impactos e os diferentes papéis que a cultura desempenha na sociedade.

“No século XIX, o termo *Culture*, ou *Kultur*, foi empregado com frequência cada vez maior na Inglaterra e na Alemanha” (BURKE, 2005, p.15). O período entre 1800 e 1950 marcou a Europa com o renascimento da arte, da arquitetura, da literatura, das grandes obras-primas, evidenciando a importância da cultura para a época (BURKE, 2005).

Na América, os Estados Unidos iniciam o século XX com foco na cultura da civilização. Começam nessa época movimentos e cursos abordando essa temática. Para Burke (2005, p.25) “Em meados do século, muitas universidades norte-americanas exigiam cursos em civilização ocidental [...]” ou seja, o conhecimento a respeito da cultura do mundo ocidental.

Importante evidenciar que a cultura traz traços característicos do modo de vida de um povo, ela influenciou e ainda influencia a civilização e a forma de agir dos cidadãos na sociedade. Ela não é estática, possui peculiaridades e está em contínuas mudanças. É um conjunto de valores e simbologias que se vai

constituindo ao longo de gerações. Nesta perspectiva é importante conhecer o passado de uma determinada área ou sociedade para entender as transformações e inovações ocorridas ao longo do tempo.

A cultura pode ser vista sob diferentes perspectivas e dimensões, seu conceito foi sendo ampliado nas últimas décadas e é constituída pelas mais diversas manifestações. Termos como: identidade, diversidade, arte, crença, hábitos, símbolos, patrimônio material e imaterial, equipamento cultural, entre outros, fazem parte do seu dia a dia. A cultura é ampla e complexa, pela multiplicidade de grupos e por suas mais diversas expressões.

Botelho (2001) apresenta duas dimensões da cultura: a antropológica e a sociológica, apesar de cada uma apresentar características estruturais, ambas são fundamentais no que se refere à política pública governamental. “Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 74). Esta dimensão envolve as relações, os estilos de vida de cada grupo, de cada região, abrangem as peculiaridades familiares, a religião, o trabalho, os costumes e a sociabilidade num sentido amplo.

A dimensão sociológica não se constitui no cotidiano do cidadão, mas em uma “[...] produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão” (BOTELHO, 2001, p. 74). Esta dimensão envolve ações de desenvolvimento, aperfeiçoamento e expressão dos talentos artísticos dos indivíduos das mais variadas áreas como: música, teatro, dança, literatura, cinema, artesanato, circo, entre outros. Para isso, necessitam de apoio governamental, de forma que seja possibilitada a implementação de programas para estimular as ações dos produtores culturais, ou seja, carecem de políticas públicas culturais (BOTELHO, 2001).

As políticas públicas culturais devem contemplar as duas dimensões, conhecer o que acontece na área e assim traçar metas para prever recursos, atender as demandas, solucionar problemas e impulsionar o desenvolvimento do setor. Neste sentido, o poder público deve se comprometer e planejar estrategicamente políticas governamentais efetivas para a cultura. É papel do Estado conhecê-las, formular políticas públicas que estruture, promova e garanta o



acesso à diversidade cultural “[...] conferindo-lhes o justo valor cultural, preenchendo lacunas e reparando erros” (FERREIRA, 2005, p. 19).

De acordo com Calabre (2007, p. 1) “[...] a política cultural como uma ação global e organizada é algo que surge no período pós-guerra, por volta da década de 1950”. Até então o que existia eram ações isoladas de educação, arte e cultura. A institucionalização da cultura só ocorreu em 1959 na França com a criação de um ministério exclusivo para o setor cultural, o “Ministère des Affaires Culturelles”, que se tornou referência para os outros países. Sempere (2011, p. 116) apresenta que “[...] o crescimento das políticas culturais e a necessidade da intervenção do Estado na regulação do interesse geral da cultura gerou, a partir dos anos 1970, em muitos países, o surgimento de estruturas próprias de gestão da cultura”.

No que se refere ao conceito das políticas públicas culturais, Canclini (2001, p. 65) afirma que é um conjunto de “intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de [...] satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para [...] transformação social”. É uma área transversal que interage e dialoga com a comunidade e com os cidadãos para construção da identidade e desenvolvimento de uma nação.

Para Botelho (2016, p. 47), “A cultura não é apenas um bem coletivo [...], mas uma produção coletiva com constante incorporação do novo [...] que envolve [...] a produção local [...] e nacional”, a todo cidadão. Coelho Neto (1997, p. 292) completa afirmando que “[...] as iniciativas devem promover a produção, distribuição e o uso da cultura, bem como a preservação do patrimônio histórico [...]”. Este mesmo autor ainda conceitua a política cultural como uma “[...] ciência da organização das estruturas culturais”, ou seja, “[...] o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento de iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam” (COELHO NETO, 1997, p. 292).

Rubim (2011, p. 67) corrobora com o conceito de Teixeira Coelho, e afirma que política pública cultural é “[...] composta por um conjunto de formulações e de ações desenvolvidas ou a serem implantadas [...]” para a produção e difusão de ações, produtos e serviços que propiciem o acesso do cidadão aos bens culturais. Para isso é importante considerar a diversidade de manifestações e áreas artísticas.

Neste sentido, é fundamental a valorização das diferentes culturas dentro de um território e incentivar a participação da sociedade. É direito do cidadão intervir

nas decisões governamentais a fim de garantir tanto o acesso quanto a fruição da cultura (CHAUÍ, 2006). A Declaração Universal dos Direitos Humanos proclama no artigo 27 que: Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de gozar das artes e aproveitar dos progressos científicos e dos bens que deles resultam. (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

Com esta Declaração, a maioria dos países da América do Sul ampliou as expectativas para a construção da identidade nacional e para a formação de políticas de desenvolvimento do setor cultural. A conjuntura sociocultural que está instalada hoje nesses países é resultado de um processo histórico complexo originado nas décadas de 1920 e 1930. Este período foi marcante, de grande movimento no campo da educação, da arte e da cultura, com a modernização e institucionalização da cultura no campo das políticas públicas (CALABRE, 2013).

A Declaração foi assinado por grande parte desses países, passando a se referir à cultura como um direito. Contudo, ao contrário dos avanços almejados no setor, nas décadas seguintes a maioria dos países da América do Sul vivenciou um governo autoritário e ditaduras militares. As décadas seguintes, 1950, 1960, 1970 e 1980 foram marcadas pela censura, pela repressão e pelo medo na maioria destes países. Somente a partir da década de 1980, de maneira gradativa, as políticas culturais vêm sendo incorporadas aos programas de governo, dentro da perspectiva da construção de sociedades mais democráticas e mais igualitárias (CALABRE, 2013).

No início da década de 1980 começou uma crise relacionada aos produtos culturais na América Latina. Os produtores de cinema, do mercado editorial foram aos poucos desaparecendo. Por exemplo: “Nesse período, o investimento público na cultura mexicana foi extremamente reduzido” (CALABRE, 2013, p. 334).

Foi somente em 1982 que ocorreu no México uma Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Este evento combatia as desigualdades por meio da integração dos países e da democracia cultural. Dessa forma, a partir deste momento intensificaram-se os estudos e reconhecimento das políticas públicas na área cultural, principalmente nos países da América Latina (KLEIN; ZAMORANO; RIUS, 2015).

Apesar deste avanço, as políticas culturais continuaram com dificuldades para serem elaboradas e implantadas em cada país, pois havia hesitação no quesito

institucional imposto pelos governos. Esta realidade só começou a se transformar em parte, recentemente no fim do século XX, como resultado das reivindicações dos diversos atores sociais, que eram minorias na área cultural (KLEIN; ZAMORANO; RIUS, 2015).

Em toda América do Sul foi essa minoria que defendeu e construiu as políticas e instituições de cultura, incentivando a produção e a difusão das manifestações culturais mesmo sofrendo perseguição de opositores políticos. Os poucos governos democráticos que optaram por uma política neoliberal não se preocuparam em construir modelos de gestão participativos e inclusivos (CALABRE, 2013).

O Estado deve normatizar os procedimentos e decisões na elaboração e implementação das políticas públicas de uma determinada área, respeitando os diversos atores sociais envolvidos na efetivação da política. Assim, a cultura deve ser estruturada e desenvolvida nos países pelo governo, independentemente de sua constituição como campo de pesquisa. Acredita-se que isso é fundamental para a inclusão e desenvolvimento humano.

Os governantes necessitam olhar a cultura como um importante viés para o desenvolvimento dos cidadãos e desse modo valorizar as manifestações artísticas, o patrimônio histórico dos povos, que são para os povos. Assim, deve-se entendê-la como um conjunto de saberes e fazeres históricos, artísticos, populares, eruditos e universais.

Brant (2004, p. 45) declara que a “Cultura deve ser encarada como um setor estratégico, de articulações entre as diversas instâncias e pastas governamentais, justamente pelo poder articulador da sociedade que é peculiar ao processo cultural”. É função do Estado criar políticas institucionais para a área cultural. Este deve ser ativo e trabalhar a cultura como algo diverso e plural, inserindo-a na agenda governamental, legitimando-a e fortalecendo-a.

Neste sentido as políticas culturais devem possuir um conjunto de metas e iniciativas, com objetivo de promover a conservação, produção, mediação, disseminação, uso e apropriação da cultura pelos cidadãos. Além disso, deve oferecer possibilidades para os atores sociais manifestarem suas criações, a circulação e difusão das ações. Nesta perspectiva, para evitar fragilidades e inconstâncias no desenvolvimento das políticas culturais, deve-se considerar o papel do Estado, bem como as articulações e demandas da sociedade civil, incentivando

diálogos, articulações, acordos e cooperações em nível regional, nacional e internacional.

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA AMÉRICA DO SUL

Esta subseção apresenta as políticas culturais nos países da América do Sul, que trazem em suas histórias marcas e traços culturais semelhantes. São povos que lutaram contra as ditaduras, violências, mortes, perseguições e exílios. Defenderam a redemocratização nos anos de 1980, enfrentaram crises econômicas e com criatividade mantiveram suas manifestações culturais.

Apesar das dificuldades, a sociedade viveu no final do século XX um momento de transformação e conquistas no setor cultural, com modificações nas legislações e integrações. Houve avanços e iniciativas públicos e privados neste setor, mas ainda falta muito a conquistar. Sempere (2011, p. 118) reconhece que “[...] a cultura tem de fazer muitos esforços para demonstrar sua inclusão nas prioridades da intervenção pública” e conseguir adentrar na agenda governamental.

Nepomuceno (2015, p. 20) corrobora com o exposto no parágrafo anterior, quando afirma que: “É dever de cada um de nós ter essa dupla consciência: o que se avançou e o que falta”. São inúmeras as reivindicações dos povos que solicitam o reconhecimento de sua cultura, terras e religiosidade. São muitos os imigrantes dos diversos continentes que chegaram e ainda chegam nestes países, alguns vieram contra sua vontade fugindo de guerras, mas a maioria busca melhores condições econômicas e qualidade de vida. Estes povos trouxeram e trazem consigo peculiaridades culturais que incorporam e influenciam as culturas nacionais., o que torna este campo multi/interdisciplinar.

Nepomuceno (2015, p. 20) ainda diz que com a “[...] velocidade com que as informações cruzam os céus [...] nos permite estar mais atentos a cada movimento surgido para nos fortalecer não apenas como países individuais, mas como comunidade de povos e nações [...]”. Foi neste sentido, que esta subseção foi construída, por reconhecer a importância da realidade cultural de outros países, principalmente os que fazem fronteira com o Brasil e desta forma compreender as convergências existentes e as peculiaridades de cada um (NEPOMUCENO, 2015).

Importante destacar que há um programa intergovernamental denominado IberCultura Viva, no qual participam os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile,

Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Espanha, México, Peru e Uruguai. Estes desenvolvem programas e ações com base na cooperação, diálogo e solidariedade (IBERCULTURAVIVA, 2021).

A criação do IberCultura Viva foi proposta pela Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) e pelo Ministério da Cultura do Brasil, partindo da experiência do programa Cultura Viva, lançado em 2004 pelo ministro Gilberto Gil. O lançamento formal do IberCultura Viva ocorreu em abril de 2014 durante o 6º Congresso Ibero-americano de Cultura, realizado em San José, na Costa Rica (IBERCULTURAVIVA, 2021).

Após este evento começaram a surgir diversas iniciativas de criação de legislações culturais e desenvolvimento de políticas públicas culturais, principalmente comunitárias. Países como: Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Guatemala e Peru foram os primeiros a criar iniciativas par o setor. Neste sentido, merecem destaque os seguintes programas: Programa Cultura Viva, criado no Brasil em 2004, o programa Pontos de Cultura, estabelecido na Argentina (2011), no Peru (2012), na Costa Rica (2015) e no Uruguai (2017) (NEPOMUCENO, 2015; IBERCULTURAVIVA, 2021).

Neste sentido, são várias as iniciativas governamentais na Ibero-América que superaram inúmeros desafios e apostaram na cultura como vínculo fundamental para transformar realidades, bem como reconhecer e potencializar iniciativas culturais. Anualmente é aberto editais que contemplam várias linguagens artísticas e equipamentos culturais. Entre os editais lançados, há alguns direcionados exclusivamente para as bibliotecas públicas.

Nos parágrafos abaixo, será apresentado uma discussão a respeito do surgimento e evolução da política cultural destes países, não foi separado por tópicos, para possibilitar fazer associações e inferências de um e outro país e como eles se desenvolveram e reagiram durante um mesmo período político e econômico.

### 2.3.1 ARGENTINA

Na Argentina, assim como no Brasil, na década de 30 já havia movimentos para o desenvolvimento das atividades culturais como a indústria editorial, teatro, rádio, a criação de órgãos para a proteção do patrimônio. De acordo com Calabre

(2013, p.328) “Em 1933, foi reformulada a lei de propriedade intelectual, criado um programa de subsídio estatal para a criação artística e intelectual e instalada a Comissão Nacional de Cultura (CNC).”.

Este país também vivenciou um período de regime ditatorial e a principal característica deste momento foi a censura à produção cultural e o controle dos meios de comunicação. No entanto, o período que antecedeu os “[...] sucessivos golpes de estado, iniciados na década de 1960 foi extremamente rico, com a criação de museus, teatros, institutos, fundos setoriais para financiamento de atividades [...]”. Em 1954 foram criadas leis que garantiam a exibição de filmes nacionais no país, mas a censura alterou este cenário (CALABRE, 2013)

A ascensão do militarismo desencadeou um retrocesso em todas as áreas no país, houve um aumento da dívida externa, da desindustrialização, do desemprego, greves e uma grande crise social que resultou em diversas manifestações sindicais e guerrilhas. Foi um período de muitas perseguições, guerrilhas, torturas e mortes de estudantes, operários, pensadores e daqueles que defendiam a justiça e igualdade social. Houve uma interdição do desenvolvimento do campo cultural no país no âmbito estatal.

Assim como nos demais países da América do Sul, foi na década de 1980 e 1990 que a Argentina se recuperava dos golpes de estado e formulava o primeiro Plano Nacional de Cultura (PNC). Este documento foi sancionado durante a II Assembleia Ordinária do Conselho Federal de Cultura e Educação (CFCE) em 1994 e estabeleceu quatro princípios básicos de atuação: “1. Liberdade para a criação; 2. Estímulo à produção cultural; 3. Participação na distribuição dos bens e serviços culturais; e 4. Preservação do patrimônio cultural nacional” (CALABRE, 2013, p.336).

Importante ressaltar que em 1994 a Argentina incluiu na reforma da Constituição Federal o direito do cidadão à diversidade cultural. A Constituição é a lei maior de uma nação, onde constam os princípios básicos e os direitos humanos universais. Esta iniciativa reflete um avanço na valorização do exercício e no acesso à cultura nacional e às manifestações artísticas e literárias.

A liberdade de criação foi essencial neste período que o país rompia com a ditadura, censura e almejava o renascimento cultural. O estímulo à produção e a distribuição de bens e serviços ocorreram por meio da criação do Fundo Nacional das Artes (FNA) e de direções nacionais de diversas áreas culturais, como: museus, livros, folclore, música, teatro, dança, artes visuais, entre outras. A preservação do

patrimônio e fortalecimento da cultura nacional foi um dos pilares na elaboração do PNC (CALABRE, 2013).

Além do PNC, a Argentina possui outro documento que é o Plano Federal de Cultura (PFC), este foi constituído por princípios elaborados em 24 encontros que ocorreram em níveis regionais. De acordo com Calabre (2013, p.336) “O plano se fundamenta na unidade nacional, na revolução produtiva e na integração latino-americana.”. O objetivo foi valorizar as regiões e reverter os procedimentos de investimento cultural, que eram concentrados na capital do país.

Contudo, nos anos 2000 a Argentina enfrentou uma grande crise econômica que afetou todos os setores e isso dificultou a consolidação dos planos e a implementação das políticas públicas na área cultural.

Em 2011 o governo federal adotou um novo organograma, criando as seguintes secretarias: Secretaria Nacional de Promoção de Direitos Culturais e Diversidade Cultural e a Secretaria Nacional de Participação e Organização Popular, e em 06 de maio de 2014 foi criado o Ministério da Cultura por meio do decreto 641. Estas iniciativas foram expressivas para a área e para a inclusão de grupos que necessitavam de apoio e programas, como por exemplo os indígenas e afrodescendentes (RODRIGUES, 2018).

Neste mesmo período o país criou o programa Pontos de Cultura, que é um programa apoiado pelo governo e implementado por entidades governamentais ou não governamentais. Este programa formou uma Rede Nacional de Pontos de Cultura (RNPC), e de acordo com Bayardo (2015, p.51), havia “[...] 450 membros, organizações sociais e comunidades indígenas, aos quais forneceu financiamento, equipamento, treinamento e acompanhamento para seus projetos.”. A RNPC possibilitou a inclusão social, a participação popular e ampliação de bens e serviços culturais no país (BAYARDO, 2015).

Atualmente o país possui o Plano Nacional de Igualdade Cultural Novas TICs, cujo objetivo é integrar políticas culturais e políticas de comunicação para garantir o acesso e a produção de bens e serviços culturais, emprego e integração social. O plano é promovido juntamente com o Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da Nação. Para execução deste plano considera-se a instalação de redes de fibra óptica e a criação de núcleos de acesso ao conhecimento, equipados com computadores (BAYARDO, 2015).

O país reconhece a diversidade cultural do país e de seus agentes, bem

como a importância da inovação nos canais de comunicação e participação cidadã, com a seguinte premissa: “A cultura como direito”. Desta forma, no caso da Argentina, a ênfase se deu na identidade nacional, na cultural popular e comunitária.

Em relação a políticas culturais para bibliotecas públicas, o país necessita se conscientizar que é uma ferramenta para o desenvolvimento humano e social. O país possui o Plano Nacional de Leitura para as Bibliotecas Populares, mas diferentemente da Colômbia, ainda não tem uma legislação específica para a biblioteca pública municipal.

### 2.3.2 PERU

O Peru, país multiétnico com uma grande diversidade de expressões artísticas e culturais, em 01 de abril de 1941 criou a Direção de Educação Artística e Extensão Cultural - DEAEC, por meio da promulgação da Lei 9.359. O objetivo era ensinar a arte e difundir a cultura folclórica, além da preservação dos monumentos históricos e arqueológicos, do museu e da biblioteca nacional. Na lei estavam subordinados a esse órgão o Conselho Nacional de Conservação e Restauração de Monumentos, Conselho de Extensão Musical e a Escola de Belas Artes (EL INSTITUTO NACIONAL DE CULTURA DEL PERÚ, 2001, tradução nossa)

Duas décadas depois, em 10 de junho de 1963 por meio da Lei 14.439, criou-se a Comissão Nacional de Cultura - CNC, a Casa da Cultura do Peru - CCP. Esses órgãos públicos foram desmembrados do setor educacional pelo Decreto Lei 18.799 de 09 de março de 1971, que criou o Instituto Nacional de Cultura no país (EL INSTITUTO NACIONAL DE CULTURA DEL PERÚ, 2001, tradução nossa).

No ano seguinte, pela Lei 19.268 de 11 de janeiro de 1972, foi publicado oficialmente o regulamento do INC, sua organização e funções. Este órgão possuía autonomia técnica, administrativa, econômica e financeira e era responsável pelas promoções e desenvolvimento das manifestações culturais, bem como pela preservação, restauração, pesquisa, difusão do patrimônio cultural da nação e afirmação da identidade nacional. Fazem parte do INC: A Biblioteca Nacional, o Arquivo Geral, os Museus Estaduais, a Orquestra Sinfônica Nacional, a Casa de Cultura, o Teatro Nacional, as Escolas Superiores de Educação Profissional Artística (EL INSTITUTO NACIONAL DE CULTURA DEL PERÚ, 2001, tradução nossa).



O regulamento do INC passou por várias alterações, a primeira em 1983, a segunda em 1984, a terceira em 1994 e a última em abril de 2001, com objetivo de estruturar a gestão da área, prevenir e resolver os problemas que se formam em torno dela. As políticas culturais no Peru, comparado com outros países da América do Sul, foram se desenvolvendo de forma mais lenta. O Ministério da Cultura foi criado somente em 2010 com o desafio de articular e estruturar políticas públicas para o setor. Entre os anos de 2013 e 2016 criou-se a Política Nacional de Cultura - PNC (MINISTÉRIO DA CULTURA PERÚ, 2021, tradução nossa).

O país tem uma enorme riqueza cultural e sua política tem por objetivo fomentar e articular ações voltadas à valorização, à apropriação do patrimônio cultural, e incentivar à criação das artes, da indústria cultural, garantindo a diversidade cultural e a construção da cidadania. No entanto, a PNC do Peru necessita se comprometer com a garantia dos direitos culturais dos peruanos. Deve-se gerar mais esforços e priorizar ações e iniciativas que contribuam com o desenvolvimento da cultura em todo o país.

Importante ressaltar que o país também aderiu ao programa Pontos de Cultura, inspirado na experiência brasileira e em ações de outros países latino-americano que já estavam em desenvolvimento. Os objetivos estratégicos do programa e as prioridades do trabalho foram os seguintes: o reconhecimento e protagonismo dos Pontos de Cultura, a gestão de projetos a partir de financiamento, a comunicação e visibilidade. Até dezembro de 2017 este programa identificou e reconheceu 293 experiências em 24 das 25 regiões do país. O panorama do programa é marcado pela diversidade cultural das diversas regiões do país e pelo diálogo entre os grupos de organizações culturais comunitárias (IBERCULTURAVIVA, 2021).

A grande diversidade do país, é a base para os processos criativos e inovadores, que contribuem para a transformação da realidade e para o desenvolvimento social.

A PNC do país, além de ser um instrumento obrigatório de gestão do governo na área, deve ser a base para a participação e consolidação do setor no país. A cultura é criativa, inclui, integra, reduz as desigualdades e forma cidadãos. Apesar de alguns avanços, o setor cultural do Peru ainda precisa de estruturação, investir mais no setor cultural e fortalecer o diálogo com a comunidade, principalmente a periférica.

### 2.3.3 VENEZUELA

A Venezuela é um país que necessita resgatar e investir na tradição artística e cultural. No início do século XX este país era um dos países mais ricos da América do Sul, o petróleo era a principal fonte de renda e este vivia uma democracia. No entanto, a partir de 1920 o país viveu uma sucessão de golpes de partidos políticos, que almejavam parte dos recursos gerados nos acordos com as companhias estrangeiras na venda do petróleo (BERMÚDEZ; SÁNCHEZ, 2009, tradução nossa).

Nesta perspectiva, já na primeira metade do século XX, intelectuais e artistas das diversas áreas foram protagonistas em lutas para o país obter uma consciência nacional unificadora, democrática e igualitária. Defenderam o desenvolvimento da economia, da cultura, da educação, da cidadania e de muitas outras áreas significativas para a melhoria da qualidade de vida dos venezuelanos. Contudo, como a maioria dos países da América do Sul, a Venezuela também sofreu com movimentos políticos, ditaduras, perseguições e conflitos (BERMÚDEZ; SÁNCHEZ, 2009, tradução nossa).

Até 1958 os artistas e intelectuais, em especial os ligados às letras e às artes, foram as maiores vítimas do regime militar, do sistema autoritário e das guerrilhas da época. Foram eles que suscitaram debates ideológicos para a manutenção de um país democrático, defendendo os direitos humanos, a distribuição de renda e uma sociedade mais justa e inovadora.

As décadas seguintes, 1960, 1970 e 1980, são marcadas pela estabilidade econômica e defesa dos cidadãos, bem como conquistas de espaços educacionais, artísticos e literários. As reflexões e debates eram em torno da consagração de um país moderno, civilizado, com a necessidade de implantar políticas sociais, culturais e de atenção à população. O objetivo era combater a opressão, o retrocesso das ditaduras e dos maus governantes, investir nas belas artes, na identidade e sentimento nacional e também na formação da população. Entretanto, na década de 1990 o país novamente enfrentou uma dificuldade política e econômica, causando uma desordem e retrocesso social em todo país (BERMÚDEZ; SÁNCHEZ, 2009, tradução nossa).

Nessa perspectiva, a cultura na Venezuela foi marcada pela dicotomia, que impediu de estruturar integralmente seu papel protagonista no país. A área cultural se delineou em uma ideologia nacionalista e na política de acesso às belas artes,

convictos de que era necessário democratizar o acesso a toda população. No entanto, na prática se reduziu a ações e espetáculos folclóricos financiados pelo Estado (BERMÚDEZ; SÁNCHEZ, 2009, tradução nossa).

Quanto às instituições culturais na Venezuela, o país conta com museus, casas de cultura, galerias de arte, bibliotecas, complexos culturais dirigidos por artistas e intelectuais que mesmo com dificuldades impulsionam a atividade cultural.

A Venezuela por décadas manteve sua economia unicamente em torno do Petróleo, deixando de investir em outros setores e áreas. O governo deveria ter investido mais na educação e cultura, fomentado a interculturalidade, instigando o potencial criativo dos cidadãos por meio da diversidade de possibilidades deste universo.

De acordo com Klein, Zamorano e Rius (2015, p.27) “A partir da transição democrática, optou-se por um sistema liberal, ou seja, a administração do setor cultural por meio de agências com certa autonomia, tendo como finalidade evitar a ingerência político-partidária [...]”. Criou-se assim um sistema em torno da institucionalização cultural, que propunha propositalmente o distanciamento do intervencionismo estatal.

Neste momento, a Venezuela vive novamente uma acentuada crise econômica, política e humanitária, na qual se debate acerca de toda uma conjuntura social e cultural estabelecida ao longo do tempo e da necessidade de construir um novo processo político e econômico no país.

Grande parte da população está migrando para países vizinhos em busca de melhores condições de vida. Nesta perspectiva, o tema a respeito das políticas culturais no país ainda é um assunto pouco abordado, tanto nas instituições acadêmicas, em pesquisas, quanto nas próprias instituições culturais, visto que a prioridade é o enfrentamento da crise, dos altos índices de inflação, da fome, da violência no país e da instabilidade política associada ao forte autoritarismo.

#### 2.3.4 PARAGUAI

Quanto ao Paraguai, cujo nome oficial é República do Paraguai, desde sua independência desenvolveu inúmeras iniciativas públicas no setor cultural. Porém, com governos militares autoritários e o intenso clima de perseguições, nenhuma iniciativa no setor cultural prosperou.

Em meio a confrontos armados, opressão e até suspensão da constituição federal do país, somente no final do século XX, com a transição de governo para a democracia por meio do decreto n.5269 de 1990, é que foram criadas as subsecretarias de Estado de Educação, Culto e Cultura (NEPOMUCENO, 2015).

Nos anos seguintes, as demandas e mobilizações do setor cultural aumentaram, exigindo uma base normativa para o impulsionamento da área no país. A construção de políticas públicas culturais no Paraguai era imprescindível para atender as demandas sociais em um cenário de pobreza que exigia a inclusão e formação para cidadania.

Ainda assim, a Lei Nacional de Cultura n.3051, que criou o Ministério da Cultura, foi aprovada somente em 22 de novembro de 2006. O Plano Nacional da Cultura foi elaborado entre os anos de 2007 a 2011, o documento foi intitulado como “Descolonizando as Nossas Culturas no Bicentenário da Independência”. Apesar disso, nos anos seguintes foi desenhado um novo plano de cultura, o qual abordava o resgate do centro histórico de Assunção e a descentralização da ação cultural (KLEIN, ZAMORANO, RIUS, 2015).

Contudo, apesar dos avanços normativos nas últimas décadas, na prática poucas foram as ações para criação, estruturação de equipamentos culturais, preservação do patrimônio e promoção artística e literária. As poucas atividades culturais realizadas estavam centradas em Assunção, a descentralização das ações veio a ocorrer de forma gradativa, mas com escassez de recursos para investimento e também de vontade política.

### 2.3.5 CHILE

No Chile, a identidade e política cultural é resultado do modelo de Estado neoliberal emergente da ditadura, que ocorreu no país entre os anos de 1973 e 1990. “Neste sentido, a partir da transição democrática, optou-se por um sistema liberal, ou seja, a administração do setor cultural por meio de agências com certa autonomia, tendo como finalidade evitar a ingerência político-partidária [...]”. Criou-se um sistema em torno da institucionalização cultural, que propunha propositalmente o distanciamento do intervencionismo estatal. O Chile deixava de ser uma sociedade centrada no Estado para ser uma sociedade centrada no mercado. Contudo, a descoordenação do sistema resultou em diversos debates e na criação do Conselho

Nacional da Cultura e das Artes-(CNCA), em 2003 (KLEIN, ZAMORANO; RIUS, 2015, p. 27).

O CNCA tinha como objetivo a promoção cultural e a dinamização do campo artístico por meio de fundos monetários para a área. Este conselho também promoveu a descentralização da política cultural e em 2011, de acordo com Klein, Zamorano; Rius (2015, p.28) com “[...] a finalidade de aprofundar os processos mencionados, foi apresentado um projeto de lei para criação de um Ministério da Cultura [...]”. Em 2014, o CNCA, integra o programa IberCultura Viva e inicia o desenho de um conjunto de ações para a cultura viva comunitária. A partir de 2015 implementa-se no país o “Fundo para iniciativas culturais em prol da integração social, e em 03 novembro de 2017 é promulgada a Lei 21045, criando o Ministério das Culturas, das Artes e do Patrimônio do Chile.

Este ministério foi encarregado de formular e implementar as políticas culturais no país, reconhecendo e valorizando toda sua diversidade cultural. Neste sentido, em 2017, o governo Chileno propôs a Política Nacional De Cultura (2017 a 2022), com o tema: *Cultura e desenvolvimento humano: direitos e território*, construída com base em 4 pilares: Visão territorial, Participação Cidadã, Intersetorialidade e Acompanhamento (IBERCULTURA VIVA, 2021).

Esta política define as diretrizes e orientações do Estado no campo cultural válidas em todo país. Importante ressaltar que por seu artigo 10 cria-se o Conselho Nacional do Livro, e pelo artigo 35 cria-se o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, com objetivo de promover assessoria técnica, capacitação, a promoção, o desenvolvimento e fortalecimento do conjunto de bibliotecas públicas no país (Ley 21045, 2017, tradução nossa). É possível visualizar que a elaboração e estruturação das políticas culturais é resultado de uma conjuntura política e histórica ao longo do tempo.

No caso do Chile, o modelo neoliberal não contribuiu para o desenvolvimento das políticas culturais no país, as políticas públicas são recentes e carecem de mais detalhamento para sua aplicabilidade. Em nenhum local na lei é exposto o valor dos recursos financeiros a serem investidos para a operacionalização da legislação do país.

### 2.3.6 URUGUAI

Quanto ao Uruguai, no começo do século XX as políticas culturais estavam associadas ao desenvolvimento de uma nova nação. Por muito tempo, a homogeneidade social, educativa e cultural perdurou no país. Nos anos de 1930 criou-se o Sistema Oficial de Difusão, Rádio, Televisão e Espetáculos, o qual produziu muitos programas que foram destaque em todo o Sul da América (FOSTIK; VETRALE, 2008).

Em meados do século XX houve muitos projetos culturais e artísticos produzidos e impulsionados pela sociedade civil, como por exemplo: a criação da Cinemateca Uruguaiana e o Teatro Solís, incentivando uma programação permanente e elenco com alta qualidade artística. Estas iniciativas receberam investimentos até a década de 1960, as décadas seguintes foram marcadas por crises econômicas em todos os setores e pela omissão do governo ditatorial (FOSTIK; VETRALE, 2008).

O período da ditadura trouxe retrocesso e muita pressão à área cultural em todos os países da América do Sul. Por consequência, músicos, escritores, artistas foram perseguidos e exilados, dando continuidade a seus trabalhos nos países que os acolheram. Todavia, os que permaneceram foram resistentes, articulando ações para fortalecer a identidade nacional e a democracia no país.

O primeiro governo democrático no Uruguai, pós-ditadura, criou a Direção Nacional de Cultura em 1985. O objetivo foi inserir e estruturar a cultura no governo, além de desenvolver programas e ações, incluindo as tecnologias de informação e comunicação. Esse processo se intensificou na década de 90 por meio dos estilos musicais do país, teatro, cinema e televisão que se disseminaram em outros países (FOSTIK; VETRALE, 2008).

Contudo, o campo da cultura no Uruguai sofreu com a falta de recursos humanos especializados, recursos financeiros para investimentos e parâmetros para gestão e implementação de políticas. Neste sentido, mudanças e transformações só vieram ocorrer em 2004, quando a cultura assumiu um papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país (RODRIGUES, 2018).

Conforme Klein, Zamorano e Rius (2015), na primeira década do século XXI as políticas culturais no Uruguai adquirem um papel estratégico para o desenvolvimento do país. Foi possível observar avanços e conquistas orçamentárias

para investimento no setor, além de priorizar ações no interior do país, oportunizando acesso aos bens e serviços culturais para todos os cidadãos.

Atualmente são 123 centros culturais distribuídos por todo o Uruguai, os quais buscam promover a inclusão social, atuando contra a desigualdade e promovendo o exercício da cidadania. Estas políticas estão em ascensão até os dias atuais, todavia, a dificuldade está em estabelecer políticas culturais sistematizadas em curto, médio e longo prazo (KLEIN; ZAMORANO; RIUS, 2015).

São longos os caminhos que se têm a percorrer, resgatar e recuperar no setor cultural, pois é uma área essencial para incluir e combater as desigualdades sociais. A ONU, no seu “Relatório de Desenvolvimento Humano” de 2004, bem como as conferências e fóruns realizados pela UNESCO, mostram que o acesso à cultura é um importante indicador para melhoria da qualidade de vida do cidadão. Furtado (1984, p. 32) complementa afirmando que “[...] é certo que um maior acesso aos bens culturais melhora a qualidade de vida dos elementos de uma coletividade.”.

Apesar de os estudos a respeito das Políticas Públicas culturais terem se intensificado nos últimos anos, fenômenos políticos, econômicos, sociais e tecnológicos, bem como mudanças nas práticas de governança apresentam fragilidades que impedem a sua plena estruturação. Desta forma, esta área requer mais discussões e reflexões, principalmente com foco na cultura como um dos pilares da administração pública para a cidadania.

### 2.3.7 BRASIL

No Brasil, o surgimento das primeiras políticas públicas culturais não se deu por uma demanda social, mas sim por meio da criação da primeira biblioteca que ocorreu após a chegada da Família Real em 1808. Esta, porém, não foi uma iniciativa da coroa, a realeza apenas aprovou o projeto apresentado para a criação dessa instituição. Foi uma iniciativa particular, de Pedro Gomes Ferrão Castello Branco. Soares *et al.* (2011, p. 11) afirmam em sua obra “A Biblioteca Pública da Bahia: dois séculos de história” que:

A primeira Biblioteca Pública foi não só da Bahia, mas do Brasil e da América Latina, idealizada por Pedro Gomes Ferrão Castello Branco e criada, em 13 de maio de 1811, por Dom Marcos de Noronha e

Britto, 8º conde dos Arcos, então governador da Capitania da Bahia. (SOARES *et al.*, 2011, p. 11)

De acordo com Soares *et al.* (2011, p. 11), Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco, senhor do engenho, articulou um projeto e encaminhou um documento ao governador da Capitania da Bahia no dia 5 de fevereiro de 1811, solicitando a aprovação para a criação de uma biblioteca, utilizando seus próprios recursos. A solicitação foi atendida, o acervo composto por obras que vinham da Europa e oferecia serviço de empréstimo e consulta.

D. João VI juntamente com a família real trouxeram ao Brasil “[...] entre seus pertences sessenta mil livros que compunham a Biblioteca Real.” (FERREIRA, 2016, p. 594). Juntamente com estes livros chega ao Brasil o bibliotecário/arquivista Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, que seria responsável pela organização destes 60.000 volumes.

Esse acervo originou a Biblioteca Nacional, que se instalou no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1811 e foi aberta ao público em 1814. A princípio foi denominada Biblioteca Real, mas em 1925 recebe o nome de Biblioteca Nacional.

O segundo equipamento cultural no Brasil foi o Museu Real, criado em 1818. Esta foi a primeira instituição científica fundada pelo corte portuguesa no país. O objetivo foi incentivar os estudos de história natural. Com a independência em 1822, a denominação do museu foi alterada para Museu Imperial e após a proclamação da república chamou-se Museu Nacional (SÁ; SÁ; LIMA, 2018). Importante salientar que o estímulo a pesquisas se deu pela rica diversidade cultural e natural encontrada no Brasil pelos europeus, e para obter sucesso no processo de colonização dos indígenas.

Para o atendimento aos intelectuais vindos da Europa foram criadas várias bibliotecas no correr do século XIX. São elas: Biblioteca Pública do Maranhão (1829), de Sergipe (1848), do Pernambuco (1852), de Santa Catarina (1855), do Espírito Santo (1855), do Ceará (1867), do Amazonas (1870), do Pará (1871), do Rio de Janeiro (1873) e do Piauí (1883). O surgimento destas bibliotecas “[...] representa uma resposta do Estado à sociedade civil que ascendia e aos intelectuais que viam a constituição de bibliotecas públicas uma forma de criar canais de acesso à informação e ao conhecimento da população” (FERREIRA, 2016, p. 596).

Contudo, o ápice da renovação do setor cultural no Brasil ocorreu na Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1922. Apesar disso, pode-se afirmar que



as primeiras políticas culturais colocadas em prática se deram no governo Getúlio Vargas (1930/1945). Nos anos 1930 iniciaram-se inúmeras mudanças políticas, econômicas e culturais. Um marco importante foi a criação do Ministério de Educação e Saúde em 1930, com Gustavo Capanema na direção, e a criação do Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo, com a gestão de Mário de Andrade, com ideais revolucionários. Entre suas propostas ele apresenta a cultura como vital para o cidadão e propõe uma reflexão de cultura que vai além das artes, com uma dimensão ampla, com objetivo de conservar a cultura brasileira e fortalecer sua identidade apesar das inúmeras deficiências da época (RUBIM, 2008).

A política cultural deste período valorizava o nacionalismo, as diferentes classes sociais, as peculiaridades do povo brasileiro e almejava avanços em todos os aspectos da cultura. Para isso, criaram-se as seguintes instituições: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938) (RUBIM, 2008).

Muitos pensadores e escritores contribuíram para estes avanços com pareceres significativos para o setor. De acordo com Ferreira (2016, p. 601), “Dentre os autores que fazem severas críticas à sociedade brasileira se destacam: Lima Barreto, Graciliano Ramos, Jorge Amado, posteriormente, Caio Pardo Júnior, Florestan Fernandes e Octávio Ianni”. Estes eram leitores críticos e reivindicavam do governo a criação de espaços culturais, principalmente bibliotecas públicas para todos.

Contudo, foi somente em 1953 que surgiu o Ministério da Educação e Cultura (MinC) sob a gestão de Gustavo Capanema. No entanto, foram poucas as iniciativas do Estado para a área cultural. Os anos da ditadura militar foram anos de autoritarismo, repressão, exílios e controle das massas, sem investimento do Estado na área cultural. A criação de um ministério específico para a cultura se deu três décadas depois, em 15 de março de 1985 pelo decreto nº 91.144, no governo José Sarney, com a redemocratização do país. Mas de forma tímida e com poucas ações práticas efetivas, a crise no país dificultou seu desenvolvimento (CORÁ, 2014).

Cria-se neste período a Lei nº 7.505 de 1986, denominada Ley Sarney, pioneira na aplicação de recursos por renúncia fiscal para a operacionalização dos projetos culturais no Brasil. Desta forma criou-se uma parceria entre poder público e

poder privado, isentando as empresas do pagamento de 10% do Imposto de Renda (IR) para que tais recursos fossem investidos no setor cultural (BRASIL, 1986).

Como ponto positivo verificou-se que o Estado criou com essa parceria um incentivo fiscal, renunciando ao recebimento de receita tributária com objetivo de promover o setor cultural. Como ponto a ser melhorado, observou-se que esta lei não exigia que o projeto incentivado tivesse circulação em espaços públicos, além disso, os produtores culturais não eram obrigados a fazer prestação de contas dos recursos recebidos. Importante ressaltar que é papel do Estado realizar o acompanhamento e a fiscalização dos projetos incentivados. Esta lei foi importante, pois foi a precursora na área e possibilitou às empresas incluir o incentivo à cultura entre suas ações. Todavia, foi substituída pela Lei Rouanet n. 8.313 em 23 de dezembro de 1991.

Importante enfatizar que em 1990, no governo de Fernando Collor de Melo, o Ministério da cultura (MinC) foi extinto. De acordo com Queiróz (2016, p. 19) “Os preceitos do Estado mínimo ditaram as regras: desidratar o Estado, restringir os serviços públicos em nome do enxugamento da máquina [...]”. Assim, neste período aconteceu uma intensa instabilidade política, desmantelamento de órgãos e serviços públicos, entre eles o INL, houve privatização de bancos e terceirização de instituições, o que resultou na cassação do mandato e perda dos direitos políticos do presidente (QUEIRÓZ, 2016).

Em 1992 assume o governo Itamar Augusto Cautiero Franco e o ministério foi reconstruído com grandes debilidades. Apesar de o artigo 215 da Constituição Federal afirmar que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). A garantia de direitos dos cidadãos em todas as áreas é um desafio, mas o setor cultural no Brasil foi sempre marcado por poucos avanços e muitos retrocessos.

De acordo com Rubim (2008, p. 192), entre os anos 1985 a 1994 o Ministério da Cultura teve grande rotatividade entre seus condutores, além de em um período ter sido meramente reduzido a uma secretaria. Entre os dirigentes estavam:

[...] cinco ministros (José Aparecido, Aloísio Pimenta, Celso Furtado, Hugo Napoleão e novamente José Aparecido) nos cinco anos de Sarney (1985-1990); dois secretários (Ipojuca Pontes e Sérgio Paulo Rouanet) no período Collor (1990-1992) e três ministros (Antonio

Houaiss, Jerônimo Moscardo, Luiz Roberto Nascimento de Silva) no governo Itamar Franco (1992-1995).

Essa alternância de gestores no cargo resultou em grave instabilidade institucional, o que dificultou progressos para o setor, e a instabilidade decorre da incapacidade dos gestores de formularem políticas que transcendam os governos e tornem políticas institucionalizadas de Estado (RUBIM, 2008).

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) também não houve avanços na área. Com orçamentos precários deu continuidade à Lei Rouanet, cujo objetivo foi e ainda é estimular a captação de recursos para a produção cultural no país, por meio do incentivo fiscal, com abatimento em impostos das empresas privadas. Botelho (2016, p. 29) declara que “[...] o financiamento é um dos mais poderosos mecanismos para a consecução de uma política pública, já que é através dele que se pode intervir de forma direta na solução de problemas detectados ou no estímulo de determinadas atividades [...]”. Para Durand (2013, p. 28), nas últimas décadas “[...] cresce o número de países que adotam um padrão ‘misto’ de financiamento, associando recursos públicos a receitas geradas *in loco*”.

Apesar de as leis de incentivo privilegiarem o mercado, retirando o poder de decisão do Estado e colocando-o nas mãos da iniciativa privada em um momento de escassez de recursos estatais, este modelo de financiamento expandiu-se para estados e municípios. Importante mencionar que desta forma o Estado abriu mão de elaborar políticas públicas culturais democráticas em detrimento das leis de incentivo. Isso resulta no esquecimento de investir nos equipamentos culturais, como bibliotecas, museus e centros culturais.

Nos governos Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) houve conquistas para a área, o ministro Gilberto Gil (2003-2008) teve um importante papel para a reestruturação do setor. Ele abriu debates, discussão e diálogo com a sociedade, considerando necessária a participação popular. Considerou a cultura como ampla e diversa, como instrumento essencial para a construção da cidadania. Entre suas ações, de acordo com Corá (2014, p.1102),

Em 2003, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), cujas origens remontam à Comissão Nacional do Folclore de 1947, liga-se ao Iphan para cuidar das questões relativas ao folclore e à cultura popular no país, realizando um trabalho de conservação, promoção e difusão do conhecimento produzido pela cultura popular,

tornando-se um dos responsáveis pelo avanço da política de proteção ao patrimônio imaterial brasileiro

Além disso, o entendimento das políticas culturais pelo ministro possibilitou a formulação e implementação de políticas culturais, declarando que “Formular políticas culturais é fazer cultura” (GIL, 2003, p11). Neste período o Estado teve um papel ativo e dinâmico, criou dois grandes programas: Cultura Viva (2004), direcionado à cultura popular e tornando-se modelo a ser implantado em vários países da América do Sul, e o Pontos de Cultura (2004), que são entidades que atuam no fortalecimento da cultura, na democratização do acesso e na valorização da diversidade cultural brasileira. Cada ponto de cultura desenvolve suas atividades de acordo com as necessidades das comunidades locais (IBERCULTURAVIVA, 2021).

De acordo com Chedid (2018), “Em 2004, foi elaborado um documento chamado Agenda 21 da Cultura, visando o comprometimento dos governos locais no que diz respeito ao desenvolvimento cultural e assim formular políticas públicas de cultura”. Nesta perspectiva de construir e legitimar políticas culturais estatais em um ambiente democrático surgem neste período seminários, debates, encontros setoriais, o que resultou na primeira Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em 2005 na cidade de Brasília. Este evento contou com a participação de representantes de 17 estados brasileiros, que trabalharam na elaboração de diretrizes para o desenvolvimento do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura (RUBIM, 2008).

Entre os resultados da conferência criou-se uma rede hierarquizada e regionalizada da gestão cultural, cujo objetivo era elaborar políticas culturais nas esferas estaduais e municipais. Neste sentido, o desafio era criar em cada cidade uma secretaria específica para a cultura. Além disso, inicia-se a construção do PNC e do Sistema Nacional de Cultura, pelo ministério em parceria com o Estado, Município e sociedade civil. Estas ações superaram a instabilidade política da área naquele período e deram credibilidade ao ministério.

O PNC e o SNC foram regulamentados pela Lei n.12343 em 02 de dezembro de 2010. Estes documentos apresentam princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas que orientam o poder público na elaboração de políticas culturais. Em 2011 foram definidas 53 metas da política cultural brasileira para serem executadas até 2020 (BRASIL, 2010b).

Estas metas orientam os gestores públicos para o planejamento de suas políticas a curto, médio e longo prazo, garantindo que cada cidade construísse seu plano de cultura, tendo como base as metas nacionais e assim garantir orçamento, espaços culturais adequados e que os cidadãos tivessem acesso aos produtos culturais conforme demandas e necessidades da população.

A Lei nº. 12343 também previu o funcionamento do SNC e os órgãos que o comporiam.

O Sistema Nacional de Cultura (SNC), composto por: Órgão Gestor de Cultura, Conselho de Política Cultural, Conferência de Cultura, Plano de Cultura, Sistema de Financiamento à Cultura, Sistema Setoriais de Cultura, Programa de Formação Cultural, Sistema de Informações e Indicadores Culturais, além da Comissão de Intergestores (nível federal e estadual). (CHEDID, 2004)

Até a aprovação da lei houve um processo contínuo de debates, escuta e reflexões realizadas por múltiplos atores sociais das diferentes instâncias governamentais e sociedade civil.

A estrutura citada acima tem como objetivo contribuir e auxiliar os estados e municípios do Brasil na construção e institucionalização de políticas públicas culturais por meio de um plano de cultura, articuladas com três dimensões que devem ser consideradas na elaboração das políticas. São elas: a simbólica, a cidadã e a econômica.

A dimensão simbólica da cultura na elaboração de uma política pública cultural é importante por considerar que todo ser humano tem a capacidade de criar símbolos para expressar a diversidade e a riqueza de manifestações culturais. Por exemplo: nos idiomas, na literatura, nos costumes, na culinária, no folclore, nos diferentes comportamentos, entre outros. Esta compreensão é fundamental, pois cada indivíduo de cada grupo de cada região tem suas particularidades e necessidades, além de dialogar diretamente com a dimensão cidadã (BOTELHO, 2016).

A dimensão cidadã entende a cultura como direito básico do cidadão. Neste sentido, o Estado deverá proporcionar formas para que o indivíduo participe mais da vida cultural. Esta dimensão considera a democratização da cultura, da informação, do acesso da população às artes, aos livros, à leitura, à literatura. Além disso, proporciona a circulação da produção cultural nos diferentes equipamentos e nas

diversas regiões do país, garantindo a acessibilidade (BOTELHO, 2016).

A dimensão econômica evidencia a cultura como geração de riquezas para o país, visto que as leis de incentivo fiscal federal, estadual e municipal são pouco significativas para a produção cultural das áreas. Desta forma, a cultura é vista como mercadoria, como instrumento potencial para geração de emprego e renda, com conceito de economia criativa, ou seja, a cultura como produto (BOTELHO, 2016).

Assim, em 2010 o Brasil regulamentou o Plano Nacional de Cultura de forma democrática, atendendo as inúmeras áreas e abrangendo também o conceito antropológico e sociológico de cultura, abordando-a de forma integral, considerando a diversidade humana, a pluralidade de manifestações como: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; da mídia audiovisual; das redes informáticas, a contemporaneidade, entre outros. Gilberto Gil interagiu com todas as modalidades culturais e este foi um diferencial para evolução da cultura no Brasil, rompendo com a visão elitista e discriminadora da cultura (IBERCULTURAVIVA, 2021; RUBIM, 2008).

Diante de tantas particularidades, os instrumentos criados pelo MinC (PNC e as Metas para auxiliar na elaboração do Plano de Cultura) afirmam que os gestores da cultura estarão bem mais qualificados com estes documentos norteadores para conhecer as necessidades e realidades de cada local, e assim promover o amplo acesso à produção cultural.

Contudo, apesar dos avanços significativos nos governos Lula e Dilma, atualmente houve um retrocesso na área. O atual presidente Jair Messias Bolsonaro extinguiu o Ministério da Cultura, criando uma secretaria especial de cultura dentro do Ministério do Turismo. Em pleno século XXI o setor é marcado pelo descaso governamental, que reflete nas esferas estaduais e municipais.

A garantia dos direitos culturais a todos os cidadãos é um dos maiores desafios na maioria dos países da América do Sul, pois esta área sempre foi marcada por avanços e retrocessos. A cultura deve ser entendida como um dos pilares da administração pública, e de acordo com Durand (2013, p. 66), arte e cultura “[...] dependem de sustentação econômica e institucional como qualquer outra atividade humana.”. Portanto, o poder público deve urgentemente investir na área, identificar os problemas deste campo, os desafios existentes e trabalhar para superá-los, considerando a pluralidade e a multiplicidade cultural do país. É necessário materialidade, concretude, ações efetivas, pois todo cidadão tem direito

ao acesso à cultura, conforme é previsto na “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (1948).

É possível observar que a cultura é uma área que demorou a ser normatizada mundialmente, apesar do reconhecimento da existência das diversas manifestações humanas e de equipamentos culturais em funcionamento, como é o caso das bibliotecas que surgiram séculos antes de Cristo. No entanto, Durand (2013, p.67), sociólogo e pesquisador da área, afirma que “[...] a pouca clareza que o meio artístico apresenta em relação ao que esteja ao alcance legal e político do governo, em cada nível administrativo, em matéria de regulação, financiamento direto, tutela e incentivos indiretos [...]” impede a reivindicação de investimentos na área.

No século XXI, a base do conceito de política cultural é o da ação articulada entre o estado e a sociedade como um todo, ou seja, uma política cultural é, por essência, democrática e só pode ser construída de forma participativa, mas momentaneamente em nosso país isso não ocorre (CALABRE, 2013).

A cultura ainda sofre pelo descaso, são inúmeros os desafios para inserir a cultura na agenda governamental como estratégias de ação e políticas de governo para o desenvolvimento do país. Entre eles estão: à contenção orçamentária, falta de vontade política, critérios inapropriados de escolha para alocação de recursos, pouca valorização do setor cultural.

### 2.3.8 COLÔMBIA

A Colômbia, assim como os outros países da América do Sul, desenvolveu sua política cultural ao longo de sua história. O país possui uma rica diversidade cultural, reconhecida pela singularidade e pluralidade de identidades e expressões multiétnicas dos povos e comunidades que formam a nação.

Os primeiros equipamentos culturais foram constituídos pela Fundação da Biblioteca Nacional, em 1777, e pela Fundação do Museu Nacional em 1824. Contudo, foi no fim do século XIX que a cultura passou a ser vista como instrumento educacional para civilização e educação dos povos atrasados, mestiços, indígenas e negros (RUIZ-GUTIÉRREZ, 2015).

O início do século XX foi marcado por significativas reformas, principalmente no que se refere ao patrimônio cultural e cuidados com espaços e instituições

históricas. Bravo (2008, p. 121) afirma que “Ao final dos anos 1929 destaca-se a criação de uma rádio cultural anexa à Biblioteca Nacional. O nome da emissora era HJN”.

A década de 1930 é marcada por mudanças políticas, educativas e culturais, é o início de um processo de modernidade no país. De acordo com Ruiz-Gutiérrez (2015, p. 43), na década de 1930, por meio de movimentos nacionalistas nos quais reivindicavam a tradição indígena, “O termo cultura deixa de ser usado para classificar algumas sociedades como mais cultas do que outras [...]”. Assim, adquire-se em todo território nacional a consciência da existência de várias culturas, valorizando e conservando o legado dos povos pré-colombianos como patrimônio cultural do país e reestruturando os equipamentos culturais existentes.

Em 1938, no governo de Alfonso López Pumarejo, foi construída a sede da Biblioteca Nacional, e dois anos depois, no governo de Eduardo Santos, foi impulsionada a criação artística e buscada a formação de um público em artes plásticas. Os movimentos políticos da época promoveram a democratização da cultura por meio da rádio nacional da Colômbia, feiras de livros e da cultura popular (folclore) (BRAVO, 2008).

Importante evidenciar que a maior parte da população é indígena e vivia em áreas e regiões delimitadas legalmente por lei, e possuem suas crenças e religiosidade. “A comunidade afro colombiana também possui a concessão de títulos de terra denominados Territórios Coletivos de Comunidades Negras (TCCN)” (REIS, 2013, p. 35). As comunidades ciganas também constituem parte dos povos colombianos e são uma população totalmente urbana, encontrando-se distribuída por toda região oeste do país (REIS, 2013).

Cada povo, com sua cultura, tradições e crenças, forma o rico patrimônio cultural colombiano. Esta diversidade é o fundamento de sua nacionalidade, que aos poucos foi conquistando mais autonomia e se desprendendo do setor escolar. Neste sentido, o setor cultural caminhava para o início de sua estruturação e institucionalização na Colômbia, quando em 1946 volta ao poder um grupo conservador e inicia-se um período de contínuas violências e revoluções. Desse modo, as propostas do setor cultural perdem impulso.

Em 1953 ocorre no país um golpe militar e inicia-se a ditadura que se estende até o ano de 1957, quando os militares foram depostos do poder por diversos movimentos políticos, econômicos e universitários. Desse modo, inicia-se



um processo de democracia e surge no país a televisão nacional e inúmeros projetos de combate a violência (BRAVO, 2008).

No governo de Carlos Lleras Restrepo, em 1968, cria-se por meio do projeto de Lei N.3154 o Instituto Colombiano de Cultura (COLCULTURA). O objetivo era reunir órgãos e instituições ligados ao campo da Cultura que se encontravam dispersos no país (BRAVO, 2008).

Em 1972, ocorreu em Santiago no Chile uma mesa redonda, onde pensadores e defensores da cultura discutiram o desafio de construir uma política de integração cultural entre os países ibero-americanos. Neste evento defendeu-se a relevância em fortalecer a identidade cultural, a cooperação entre os países, o intercâmbio de experiências, promover a preservação e gestão do patrimônio. A partir deste período o tema política cultural na Colômbia adquire cada vez mais importância no campo acadêmico, governamental e social (RODRIGUES, 2018).

Em 1974 elaborou-se um documento que propunha a criação do Ministério da Cultura, com fortalecimento da identidade cultural do país, e em 1978 ocorreu a conferência intergovernamental sobre Políticas Culturais na América Latina e Caribe. Este evento foi significativo para estruturar o setor cultural no país (BRAVO, 2008).

Assim, na década de 1980 ocorreu a descentralização estratégica da ação cultural para a criação de órgãos regionais de cultura em todo território colombiano. Em 1982 o grupo conservador voltou ao governo com Belisario Betancur, e em seu plano de trabalho ele propôs o fortalecimento da identidade cultural e da nação e o desenvolvimento de atividades culturais. Estas ações foram essenciais para futura implantação do Sistema Nacional de Cultura que o país possui hoje (BRAVO, 2008; CALABRE, 2013).

Em 1986, a Constituição Política de La República faz uma referência significativa à cultura como elemento essencial para educação e inclusão social. Em 1991 ocorreu uma mudança na Constituição, estabelecendo a cultura como fundamento para nacionalidade colombiana. Essa modificação foi fundamental para o fortalecimento e estruturação da cultura em todo território, compreendendo-a em seus diversos processos e demandas da sociedade civil (REIS, 2013).

Calabre (2013, p.338) afirma que “O Departamento de Antioquia, cuja capital é Medellín, foi o primeiro a formular um plano de cultura regional. Neste mesmo ano, em 07 de agosto de 1997, o então presidente Ernesto Samper convocou um amplo fórum para discutir a criação de um Ministério da Cultura. Em consequência disso

extingue o Colcultura, promulga a Lei Nº. 397, a Lei Geral de Cultura, e cria-se o Ministério; atendendo as reivindicações que constam no Plano de Cultura desde 1974. Isso significou uma decisão fundamental do Estado em fomentar e incentivar ações do setor (BRAVO, 2008; CALABRE, 2013; REIS, 2013). Esta lei é composta por 4 capítulos: o I apresenta os princípios fundamentais e definições, o II discorre a respeito do Patrimônio Cultural da Nação, o III expõe questões relacionadas ao Fomento e estímulos à criação, à investigação e à atividade artística e cultural, e o IV define a estrutura da gestão cultural. No que se refere ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), este é apresentado no último capítulo em seu artigo 57, com o seguinte teor:

O SNC é o conjunto de instâncias e processos de desenvolvimento institucional, planejamento e articulação de informações que permitem o desenvolvimento cultural e acesso da comunidade aos bens culturais e serviços. O SNC será formado pelo Ministério da Cultura, conselhos municipais, distritais e departamentais de cultura de promoção à cultura e as artes e, em geral, pelas entidades públicas e privadas que desenvolvem, financiam, fomentam e executam atividades culturais. O SNC será gerido pelo Ministério da Cultura, que definirá as políticas, diretrizes, normas técnicas e administrativas de funcionamento (COLÔMBIA, 1997).

Neste sentido, as legislações apresentadas reconhecem a cultura como direito do cidadão, unindo um conjunto de políticas dispersas, como: normas e conceitos sobre patrimônio cultural abordou questões relacionadas à proteção ao artista, da indústria editorial e cinema, do fomento e estímulo à criação, à atividade artística e cultural. Além disso, as legislações apresentam aspectos a respeito da infraestrutura cultural no país, como: bibliotecas, museus, teatros. Também definiu qual era o papel do Estado e do cidadão a respeito da cultura e consolidou a gestão cultural com a apresentação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), Conselho Nacional de Cultura (CNC) e sua estrutura de funcionamento (RUIZ-GUTIÉRREZ, 2015).

Importante ressaltar que o SNC foi regulamentado pelo Decreto nº 1589 de 05 de agosto de 1998 na gestão do presidente Andrés Pastrana. Este órgão possibilitou a articulação cultural e o acesso de toda população Colombiana à participação e aos bens e serviços culturais. No artigo 4º apresenta que o SNC é um dos órgãos responsáveis pela formulação, execução, acompanhamento e avaliação

das políticas e planos de cultura no país, bem como por apoiar instituições que desenvolvam, financiam e fomentem atividades culturais nos seguintes âmbitos: local, regional e nacional (COLOMBIA, 2009).

De acordo com Reis (2013, p. 53), “O SNC baseia-se na descentralização, diversidade, participação e autonomia”, apoiando as instâncias e atores sociais nos processos de implementação e consolidação de programas para o fortalecimento da gestão cultural. Além disso, propicia a criação de espaços para a participação da comunidade nas atividades culturais (COLÔMBIA, 1997).

Em síntese, a cultura na Colômbia tem como missão: formular, coordenar e implementar a política cultural do Estado colombiano para estimular e promover o desenvolvimento de programas, projetos e atividades culturais, artísticas e literárias, com objetivo de democratizar o acesso à cultura e o reconhecimento da diversidade, e assim promover a valorização do patrimônio cultural da nação.

Para os avanços apresentados nos parágrafos anteriores foram realizados encontros, fóruns, reuniões, workshops com a participação de artistas, trabalhadores da cultura, movimentos camponeses e grupos interessados no fortalecimento do setor cultural. O primeiro ministro da cultura foi Ramiro Osório, que permaneceu no cargo nos anos de 1997 e 1998. O segundo ministro foi Alberto Casas Santamaría, que se manteve na função em 1998 e 1999. Entre 1999 e 2000 Juan Luis Mejía Arango assumiu a direção do ministério. Contudo, ainda nos anos 2000 houve troca no posto, admitindo Consuelo Araújo Noguera para conduzir os trabalhos. Esta permaneceu até o ano seguinte, quando Araceli Morales López assumiu o cargo, deixando-o em 2002 (REIS, 2013).

Esta alternância de dirigentes prejudica a estruturação de programas e o desenvolvimento do setor, visto que é nos anos iniciais que um ministério requer estabilidade e continuidade dos dirigentes para a formulação de políticas, iniciativas e institucionalização da área no governo. Além de estabelecer diálogos com outros setores como educação, turismo, esporte, serviço social e saúde.

Apesar disso, de acordo com Calabre (2013, p. 339) “Ao longo dos anos 2000, uma série de planos setoriais e ações foram postos em prática [...]”. Em 2001 iniciou-se a formulação do primeiro Plano Estratégico Nacional de Cultura e outros planos em distintas áreas, como: o Plano Nacional de Leitura e Biblioteca; o Plano Nacional de Música (PNMC) para a Convivência; o Plano Nacional de Cultura e Convivência; o Plano das Artes; o Sistema de Informação Cultural; e as Políticas de

Cooperação Internacional (CALABRE, 2013).

O Plano Nacional de Cultura na Colômbia estabeleceu competências dos municípios para o fortalecimento do setor, podendo se organizar em secretarias, departamentos e coordenações. Desse modo, o setor adquire estrutura para o desenvolvimento e articulação de ações culturais.

No que se refere às fontes de financiamento para a cultura no país, elas envolvem o investimento direto do governo e indireto, isto é, as instituições privadas. No direto tem-se o orçamento próprio do Ministério da Cultura, em que se destacam dois programas: O Programa Nacional de Concertación (PNC) e o Programa Estampilla Procultura (PEP).

O PNC destina recursos federais por meio de editais de chamamento público anual, e apoia projetos de pessoas jurídicas nas seguintes linhas:

- 1 - Leitura e escrita;
- 2 - Atividades artísticas de duração limitada;
- 3 - Fortalecimento de espaços culturais;
- 4 - Formação;
- 5 - Empreendimentos culturais;
- 6 - Circulação;
- 7 - Fortalecimento cultural a contextos populacionais específicos;
- 8 - Igualdade de oportunidades culturais para a população com deficiência. (REIS, 2013, p. 51)

Já o PEP, regulamentado pela Lei nº 666/2001, assegura que municípios, distritos e departamentos invistam parte da sua arrecadação em projetos culturais. Reis (2013, p. 51) declara que “Do total dos recursos arrecadados, 10% deverá ser reservado para a seguridade social do artista e 10% para as bibliotecas públicas”, garantindo assim suporte ao desenvolvimento e fortalecimento destas instituições.

Em 2009, o Ministério da Cultura elaborou um compêndio a respeito das políticas culturais no país. O documento é composto de 656 páginas e é a base para o desenvolvimento da área neste século XXI, e foi constituído em duas partes. A primeira traz o contexto histórico e social em que a cultura estava inserida, e as transformações que ocorreram na área ao longo do tempo. A segunda parte traz todas as políticas implantadas no país nas diversas áreas, como: artes, literatura, teatro, dança, música, preservação do patrimônio cultural material e imaterial, turismo cultural, de museus, arquivos, leitura e bibliotecas, entre outras (COMPÊNDIO DE POLÍTICAS CULTURALES, 2009, tradução nossa).

Além das políticas descritas acima, em 2010, na gestão da Ministra da Cultura Paula Marcela Moreno Zapata, foi aprovada a Lei n.1379, que é específica para a Biblioteca Pública no país. A Colômbia é o primeiro e único país da América do Sul a ter uma legislação própria específica para a rede de biblioteca pública.

Em síntese é possível afirmar que a Colômbia reconhece a cultura como direito do cidadão e essencial para formação da cidadania. Apesar de inúmeros problemas sociais como violência e desigualdade, o país buscou dialogar com os diversos atores da área para fortalecer e desenvolver o setor. A cultura é vista como um elemento de interação com atores privados e não governamentais.

De acordo com Ruiz-Gutierrez (2015, p. 47), atualmente as políticas culturais na Colômbia sintetizam a formação, a memória, organização, diversidade, criação, pesquisa, descentralização, comunicação e “Busca-se promover a internacionalização da cultura colombiana e a economia da cultura [...]”, executando políticas que permitam aperfeiçoar os processos de gestão por meio do Estado.

Atualmente, o Ministério da Cultura da Colômbia participa de 10 Programas Ibero-Americanos de Cooperação Cultural:

1. “Iberescena”: visa promover a criação de um espaço de integração das Artes do Espetáculo, com o objetivo de produzir espetáculos entre entidades públicas e privadas dos países signatários do Fundo Iberescena, facilitando a formação na área, com especial destaque na produção e gestão das artes do espetáculo.
2. “Ibermedia”: visa contribuir para a produção de filmes e projetos audiovisuais dirigidos ao mercado ibero-americano, criando um ambiente favorável à integração das produtoras ibero-americanas em redes e apoiando a formação contínua de profissionais da produção e do negócio gestão por meio de workshops, bolsas ou seminários.
3. “Ibermusicas”: fomenta a conscientização sobre a diversidade cultural ibero-americana no campo da música, estimulando a criação de novos públicos na região e ampliando o mercado de trabalho para os profissionais do setor. Realiza editais para a mobilidade de músicos e músicos, auxilia festivais e feiras de música, oferece bolsas e prêmios de criação e realiza ações de formação e preservação da música tradicional. Fomenta a pesquisa acadêmica e gera iniciativas de cooperação e a formulação de políticas para o desenvolvimento musical da região.
4. “Ibermuseus”: promove o fortalecimento dos museus valorizando o património, promovendo a qualificação e mobilidade dos trabalhadores museológicos, a produção, circulação e troca de conhecimentos e a articulação e criação de redes para a promoção de políticas públicas para o setor, buscando o desenvolvimento sustentável e a integração regional dos museus.
5. “Iberarchivos”: promove o acesso, organização, descrição, conservação e divulgação do património documental da região.

Fortalece as capacidades dos profissionais da área e da promoção dos arquivos latino-americanos.

6. “Rede Ibero-americana de Arquivos Diplomáticos (RADI)”: promove a cooperação na organização, administração, preservação e uso dos sistemas arquivísticos das chancelarias ibero-americanas, com o objetivo de modernizar a gestão dos acervos documentais sob sua custódia.

7. “Ibermemoria Sonora y Audiovisual”: implanta modelos de preservação integral dos arquivos sonoros e audiovisuais que fazem parte do patrimônio imaterial ibero-americano, com espírito de intercâmbio, respeito e cooperação técnica. Este programa irá identificar, recuperar e inventariar os arquivos sonoros e audiovisuais da região; gerar planos de conservação de arquivos de áudio e audiovisual que estejam em alto risco; e promover a divulgação deste patrimônio.

8. “Iberbibliotecas”: promove a cooperação das bibliotecas públicas para gerar sinergias de trabalho e potenciar recursos numa plataforma benéfica para todos os países. Busca aproveitar ao máximo as TICs e promover seu acesso para apoiar o desenvolvimento das redes ou sistemas de bibliotecas públicas na Ibero-América e tornar visível seu impacto na construção de sociedades democráticas e no fortalecimento do tecido social.

9. “Ibercocinas”: visa desenhar e promover políticas, programas, estratégias e iniciativas culturais para a divulgação e divulgação das potencialidades gastronômicas da região. Promove espaços de educação e formação, assim como pesquisa e preservação da gastronomia tradicional e popular.

10. “Iber Cultura Viva”: criado para fortalecer as políticas culturais de base comunitária dos países ibero-americanos, apoia tanto as iniciativas governamentais dos países membros quanto as desenvolvidas por organizações culturais comunitárias e povos indígenas em seus territórios. Esses incentivos são canalizados por meio de chamadas públicas. (UNESCO, 2020, tradução nossa)

Quanto ao resultado destas iniciativas do Ministério da Cultura da Colômbia, destacam-se os seguintes apontamentos:

A Colômbia participa desde 2008 do Iberescena, um importante programa de cooperação internacional. Entre os anos de 2009 e 2019 a Colômbia apresentou 625 projetos com investimentos de mais de 1 milhão de dólares no setor de artes cênicas. Quanto ao Ibermedia, está em andamento desde 1998 e tem sido essencial para o fortalecimento do setor de mídia no país. Este programa tem apoiado muitas ações com investimento que já ultrapassou 11 milhões de dólares. No que se refere ao Ibermusicas, a Colômbia participa desde 2012 como líder do setor. Apoia iniciativas levando as produções musicais colombianas ao público internacional. O país apoia em média 30 projetos anuais, com valor anual médio de US\$ 50.000 (UNESCO, 2020).

Assim como o Iberescena, o Ibermuseos tem a participação da Colômbia

desde 2008, beneficia pesquisas, publicações em áreas museológicas. Além disso, promove a formação de agentes para atuar no setor. O investimento médio anual é de US\$ 40.000 com um retorno médio sobre o investimento de US\$. 77.000. No programa Iberarchivos a Colômbia participa desde 2011 e o principal objetivo é a preservação de arquivos, principalmente os digitais. A Colômbia já investiu mais de US\$ 300.000 no total, com retorno de US\$ 466.000 em 139 projetos apoiados. Neste mesmo ano a Colômbia também integrou a Rede Ibero-americana de Arquivos Diplomáticos (RADI), oferecendo assistência à recuperação de processos diplomáticos, que são essenciais à administração pública (UNESCO, 2020, tradução nossa).

Em 2015, a Colômbia integra o Ibermemoria Sonora y Audiovisual. O objetivo em participar deste programa foi implementar planos de ação para preservar seu patrimônio sonoro e audiovisual colombiano. Além disso, busca instigar outros países para também elaborar políticas para este setor. O valor médio anual investido em programa é de US\$ 10.000. A participação no Iberbibliotecas iniciou-se em 2012 e busca oferecer apoio técnico, qualificação às bibliotecas públicas do país por meio de capacitação e intercâmbio de experiências, conhecimentos e informações. O país contribui com um valor anual de US\$ 25.000 em projetos da área, beneficiando instituições e profissionais que atuam em bibliotecas públicas (UNESCO, 2020, tradução nossa).

O Ibercocinas é um programa no qual a Colômbia participa desde 2015 e visa à conscientização e salvaguarda da cozinha tradicional, gerando trocas de experiências, receitas e conhecimento. O país abre anualmente editais para concorrer aos seguintes prêmios: De Receitas Culinárias Tradicionais de Comunidades Migrantes na Ibero-América; o concurso internacional de fotografia "Experiências Culinárias Tradicionais" e o "Livro de Receitas Virtual Ibero-americano". O investimento anual nestes concursos é de US\$ 25.000.

Em 2020 a nação aderiu ao programa IberCultura Viva, quando abriu um concurso especial para bolsas no programa Internacional de Pós-Graduação em Políticas Culturais de Base Comunitária FLACSO-IberCultura Viva, apenas para candidatos da Colômbia. O país investiu US\$ 20.000 em 2020 (UNESCO, 2020).

Em síntese, é possível afirmar que anualmente a Colômbia destina a estes programas culturais apresentados nos parágrafos anteriores uma média de US\$ 512.000, que cambiados em reais dariam 2.785.000,00 reais em recursos

financeiros nos Programas Ibero-Americanos de Cooperação Cultural. Além disso, há ações descentralizadas em todo território colombiano, que investem nas políticas culturais para combater a violência e a criminalidade.

É possível afirmar que a Colômbia conseguiu estabelecer uma relação dialógica entre as esferas governamentais e sociedade civil, e se abriu ao contexto da cultura mundial. As políticas culturais no país se fortaleceram de forma sólida por meio da interação e um diálogo permanente com outros países. A cultura se transformou por meio de uma renovação política, que se preocupou em atender as demandas do setor cultural e dos demais setores sociais.

A América do Sul requer mais atenção dos governantes e pesquisadores, pois teoria e prática devem caminhar juntas, estes precisam se conscientizar da importância da cultura para promover a equidade social, fomentar a cidadania e para o desenvolvimento dos cidadãos. Há muito o que fazer, o que estruturar em todos os países, embora uns encontrem-se mais estruturados do que outros, na prática é necessário mais ações.

Apesar da contemporaneidade, a América do Sul ainda possui um grande índice de desigualdade social, fenômeno este que influencia na economia, na distribuição de renda e na efetivação de políticas públicas. Desta forma a área cultural requer mais discussões e reflexões. A cultura deve ser considerada um dos pilares da administração pública e ainda há muito a conquistar.

A Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), IberCultura, é um órgão de cooperação técnica e financeira entre os governos, busca o diálogo e a realização de iniciativas entre os países da América Latina. O objetivo é o desenvolvimento das políticas culturais, o respeito aos direitos humanos de acesso à cultura. Neste sentido, os países sul americanos deveriam todos integrar este grupo e ampliar o diálogo entre os mesmos e planejar ações estratégicas para o setor, mesmo com inúmeros desafios políticos deste século XXI.



### 3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E REDES DE BIBLIOTECAS

Escrever a respeito da BP é uma tarefa ampla, visto que a história desta instituição é marcada por crises e desafios. Por muito tempo esta, atendeu somente uma pequena porcentagem da população, a classe elitizada. No entanto, ao longo do tempo, novos paradigmas foram se impondo a sociedade de forma progressiva e assim mudando e ampliando o papel das bibliotecas públicas e sua forma de gestão em rede, possibilitando um trabalho compartilhado, cooperativo.

Na contemporaneidade a BP se encontra em constantes mudanças devido às inúmeras possibilidades de atuação, social, cultural, educacional e informacional e também com a inovação dos produtos e serviços devido ao uso das tecnologias de comunicação e informação a partir da segunda metade do século XX. Apesar disso, essa instituição social ainda padece de falta de recursos e políticas efetivas para a execução de sua extensa diversidade de ações.

No que se refere as redes de bibliotecas, é uma possibilidade de conexão com outras bibliotecas para trabalharem juntas e desenvolver uma gestão compartilhada, de cooperação, cujo objetivo é viabilizar recursos financeiros, equipamentos eletrônicos, projetos, registros bibliográficos e caminhar em direção a inovação. As atividades em redes permitem colocar à disposição dos usuários produtos e serviços a custos mais reduzidos.

#### 3.1 CONCEITO E EVOLUÇÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Embora a biblioteca pública seja um dos equipamentos culturais mais antigos da história da humanidade, é um ambiente universal que na era da informação impõe inúmeros desafios na confluência de sua função. Isso porque a sociedade está cada vez mais exigente, interligando saberes e intimando a BP a se adaptar e atender as mais diversas demandas informacionais.

É necessário investigar a respeito das funções da BP, conhecer seu surgimento, evolução histórica e singularidades. Compreender sua importância na contemporaneidade, definições, bem como o que ela representa neste século XXI.

A origem da BP está diretamente relacionada à origem da produção e manutenção dos registros do conhecimento. Para Medeiros (2019, p. 70):

As bibliotecas surgem de uma necessidade do homem em manter seus registros. Durante milênios, os homens se agruparam em pequenos núcleos, que paulatinamente se organizaram em sociedades mais complexas. As marcas de suas mãos, os desenhos de animais nas cavernas, as esparsas inscrições em pedras e ossos evoluíram para novas formas de comunicação e para uma contínua busca do conhecimento. Quando a sociedade se tornou ainda mais complexa e as informações não cabiam mais na memória humana, nasce a escrita, há cerca de 5.300 anos. Ela surge em um momento especial da humanidade, um momento de fartura no Egito e nas terras férteis da Mesopotâmia, entre os rios Tigre e Eufrates.

Medeiros ainda afirma que os primeiros registros estavam relacionados ao caráter administrativo e econômico, com questões de compra e venda de rebanhos e alimentos e também com atividades vinculadas à manutenção do poder e conhecimento a respeito da agricultura, negócios, astrologia entre outros (MEDEIROS, 2019).

Assim, as primeiras bibliotecas nascem na Mesopotâmia, com material de argila, que formavam blocos e tabuletas com escritas importantes para a época. Uruk, na Suméria, em 4.110 a.C e 3.300 a. C. foi a primeira cidade com indícios de uma biblioteca, com registros a respeito da fauna, flora e minerais.

Nas cidades de Ur e Adab também foram encontrados mais indícios de prováveis bibliotecas que existiram por volta de 2.800 a.C a 2.700 a.C. [...]. Em Nippur foram descobertas cerca de 30 mil tabuletas, inteiras e em fragmentos, o que se deduz terem pertencido a uma biblioteca. (MEDEIROS, 2019, p. 71)

Desta forma, as bibliotecas surgiram “[...] antes mesmo da era cristã, entre as civilizações antigas da Grécia, Roma e Egito. A biblioteca mais conhecida da Antiguidade foi a de Alexandria, no Egito, fundada por Ptolomeu Filadelfo no início do século III a. C.[...]”, mas idealizada por Alexandre, o Grande, esta reunia o mais volumoso acervo documental em papiro (RASTELI, 2013, p. 78). Seu acervo calculado em torno de quinhentos a setecentos mil rolos de papiro era um verdadeiro centro do saber, poder, cultura, política, que permaneceu como referência do pensamento grego e romano por muitos séculos.

Contudo, o acervo mais antigo encontrado foi o da Biblioteca de Elba, localizada a 55 km a sudoeste de Aleppo, na Síria. Este acervo era constituído de 4.000 documentos de cunho econômico e administrativo (ERMAKOFF, 2015) do governo da época, além de conteúdos religiosos, históricos e literários. “Construída

por volta de 3.000 a.C., parte deste acervo foi queimado em um incêndio e parte encontra-se sob a tutela do Museu Britânico” (MEDEIROS, 2019, p. 72).

Outras bibliotecas que merecem destaque são, por exemplo, a de Nínive, cidade situada na margem ocidental do rio Tigre e pertencente ao Rei Assírio Assurbanípal II, no século VII a.C. Esta biblioteca foi um dos legados mais importantes da Mesopotâmia. Este acervo era composto de mais ou menos 25 mil plaquetas de argila, que custodiava compilações dos mais diversos tipos de saberes, como: materiais religiosos, Geografia, Matemática, Medicina entre outros (SANTOS, 2012).

Medeiros (2019, p. 72) afirma que o rei Assurbanípal “[...] era um visionário que pretendia amearhar todo o conhecimento até então produzido em um único lugar e para isso recolhe obras em todo mundo antigo”. Esta biblioteca merece destaque por preservar a Epopéia de Gilgamesh, texto considerado a primeira obra literária escrita, dividida em capítulos, com cerca de 300 versos (MEDEIROS, 2019).

No Egito o material mais utilizado para escrita era o papiro, e de acordo com a mitologia egípcia foi criado por Tot, o deus do conhecimento e da sabedoria. A primeira biblioteca que se tem conhecimento data do III milênio a.C. e estava instalada no palácio de Gizé. Seu acervo era constituído apenas de obras de referência e sobre Medicina. Medeiros (2019, p. 74) afirma que existiam na época “[...] as Casas da Vida, que funcionavam como biblioteca e local de estudo. Acredita-se que toda cidade possuía uma Casa da Vida, que possivelmente funcionava dentro dos templos”.

A biblioteca de Pérgamo estava “[...] localizada na Ásia Menor. Fundada por Átalo I e seguida por seu filho, Eumenes II, fazia parte do projeto real de converter Pérgamo em um centro crítico e literário de toda a Ásia Menor”, onde hoje é a Turquia. Esta biblioteca possuía um acervo de mais de duzentos mil volumes (SANTOS, 2012, p. 176-177) e era considerada uma das mais célebres bibliotecas da Antiguidade e centro da cultura helenística.

De acordo com Medeiros (2019, p. 78), “A cidade de Pérgamo destacava-se pelas atividades culturais, sendo moradia de escritores e intelectuais” da época. Além disso, sua reputação se deve ao grande volume de acervo em Pergaminho, que desapareceu junto com a de Alexandria (ROSA, 2018).

Medeiros (2019, p. 78) posteriormente afirma que “No estudo sobre as bibliotecas da Antiguidade, Roma merece atenção especial, pois houve significativos

avanços na área, tanto na formação de bibliotecas privadas quanto das públicas”. No que se refere à biblioteca pública de Roma, esta foi construída em 39 a.C. por Asínio Pólio e pelo escritor Públio Terêncio Varrão no Fórum Romano. Essa “[...] era formada por dois salões de leitura, sendo um para livros em latim e outro para livros em grego e em cada um deles, decorados com estátuas de poetas e oradores dos dois idiomas.” (SANTOS, 2012, p. 179). O acervo deste período era constituído de tábuas de argila, papiro e pergaminho.

Em seguida é construída a biblioteca Palatina, obra do imperador Augusto, “[...] assim como na primeira, existiam salas idênticas para a cultura grega e romana [...]”. Havia nichos que abrigavam as estantes em madeira, onde armazenavam as obras. “Estas eram identificadas por etiquetas que pendiam dos rolos depositados horizontalmente, o que facilitava sua localização”. O espaço de leitura era no mesmo local onde estavam os livros (MEDEIROS, 2019, p. 80).

Para Medeiros (2019, p. 74) “Na cultura grega surge o comércio de livros, a criação de escolas e de bibliotecas”. Era o início do ensino, da pesquisa e da ciência em Atenas. Neste período Platão cria a Academia de Aristóteles, um espaço que possibilitou o desenvolvimento intelectual, um espaço de estudos. “A biblioteca particular de Aristóteles foi um dos símbolos mais cobiçados [...] da Antiguidade”, repleto de conhecimento, arte e cultura. (MEDEIROS, 2019, p.74)

Desta forma, as primeiras bibliotecas surgem com a função de salvaguarda e manutenção dos registros do conhecimento, que durante milênios foram representados por desenhos nas cavernas, inscrições em pedras e pinturas rupestres. No transcorrer do tempo muitas bibliotecas foram sendo criadas e desenvolveram serviços utilitários, atuando como “[...] depositários de importantes documentos públicos e algumas até os emprestavam para leitura a domicílio. A administração estava, frequentemente, a cargo de sacerdotes, já que muitas vezes se localizavam dentro de um templo ou em anexo a ele” (SANTOS, 2012, p. 180). Os registros eram monopolizados, poucos tinham acesso.

De acordo com Rosa (2018, p. 36), “Por volta do século IV, Roma possuía pelo menos 28 bibliotecas dotadas de imponentes coleções de rolos de papiro, com boa organização e com serviço de empréstimo em funcionamento”. “Esse sistema era dirigido por um Diretor de Bibliotecas, e contava com um corpo de funcionários dedicados à administração do prédio, além de restauradores e escribas”, que copiavam as obras (MEDEIROS, 2019, p. 80).

Em todo império romano havia bibliotecas, mesmo nas pequenas províncias, todas seguiam “[...] o mesmo padrão arquitetônico das bibliotecas situadas em Roma, sendo divididas em dois setores: obras romanas e obras gregas” (MEDEIROS, 2019, p. 81).

Apesar da criação de muitas bibliotecas na Antiguidade, as Casas de Sabedoria como eram chamadas, na Idade Média começaram a se dismantelar e com o tempo a desaparecer. Os motivos eram diversos, como falta de cuidado e falta de segurança, o que culminou em vários incêndios, destruindo-as em sua totalidade (SANTOS, 2012).

Desde a Antiguidade as bibliotecas são diretamente influenciadas pelo poder político da época, e estas deixaram legado e conceitos utilizados na organização e preservação do acervo. Apesar disso, os investimentos na manutenção das bibliotecas eram raros, prova disso é que “[...] nenhuma biblioteca da antiguidade chegou em funcionamento [...]” à modernidade. Desta forma, sobreviveram somente as bibliotecas dos mosteiros, as bibliotecas particulares e as universitárias.

Na Idade Média também as bibliotecas eram restritas aos cuidados da igreja. “A sociedade medieval era basicamente composta pelo clero, que detinha o monopólio do conhecimento; pela nobreza, que desenvolveu o interesse pela leitura e, ainda, pela plebe, classe que não tinha poderes e por isso não tinha acesso ao conhecimento” (ROSA, 2018, p. 43).

De acordo com Malheiro e Ribeiro (2011, p. 15), era possível visualizar “[...] a formação de acervos documentais organizados e intimamente ligados ao exercício da governação e da celebração do sagrado [...]” evidentemente com acesso restrito aos magistrados e religiosos. Rastelli (2013, p. 78) corrobora com esta afirmação declarando que: “Até a Renascença, as bibliotecas não estavam à disposição da sociedade comum: eram organismos mais ou menos sagrados, somente os [...] religiosos tinham acesso ou apenas os que faziam parte de uma ordem sagrada ou religiosa”.

Fischer (2006, p. 132) declara que: “[...] a Europa ocidental iniciou a transição de uma sociedade oral para uma letrada no início da Idade Média, começando pelas camadas mais altas da sociedade – aristocracia e clero – e, por fim, incluindo todos os demais, cerca de 1.200 anos mais tarde”. Neste período tinha-se muito apego pelo acervo e sua integridade física, a biblioteca significava um local de poder e do sagrado, de grande valor dentro dos mosteiros e conventos.

Segundo Rosa (2018, p. 45), “Além das bibliotecas monásticas, existiram no Oriente as bizantinas que eram mantidas por monges. [...]. No período medieval, o Oriente foi marcado também pela formação de bibliotecas particulares mantidas por imperadores”. Assim como as bibliotecas religiosas na Idade Média, as bibliotecas, universitárias também tiveram destaque e resultaram das ordens eclesiásticas, possuíam uma estrutura muito semelhante à das bibliotecas mantidas pela igreja.

O período que abrange o século XIII até o século XIV foi marcado pelo desenvolvimento da sociedade urbana que uniam os domínios da política, da religião, da cultura e dos negócios. Nesse cenário, as atividades de leitura e escrita se destacavam e se desenvolviam rapidamente, o que provocou a criação de mais bibliotecas, ateliês de copistas, de ilustrações e encadernações. Copiar, ilustrar e encadernar eram atividades artesanais e artísticas que nessa época promoviam a individualização, principalmente a partir do século XIV, momento posterior à inserção de novas técnicas e “tecnologias” de feitura dos livros. (ROSA, 2018, p. 46)

A revolução promovida por Johann Genfleisch zur Laden Zum Gutenberg foi o momento mais importante desse período, pois a modernidade da Baixa Idade Média contou com a multiplicação do número de documentos e livros devido à invenção da imprensa, o que gerou mudanças significativas na vida dos europeus. O papel passou ser usado nas atividades comerciais, e o manuscrito em pergaminho foi substituído pelo manuscrito em papel. Esta invenção marcou a história da humanidade e possibilitou um aumento da produção de livros. “Tanto o papel como a imprensa impulsionaram a Renascença e o movimento humanista.” (ROSA, 2018, p. 47-48).

Estes dois movimentos possibilitaram grandes mudanças na maneira de pensar dos cidadãos, pois destacaram princípios de igualdade de direitos que deram suporte à liberdade de ideias e ao desenvolvimento do conhecimento. Este período (séculos XV ao XVIII) trouxe fortes mudanças políticas, sociais e culturais, por exemplo, as revoluções da época implantavam novas concepções ideológicas, transformando o pensamento social. “Foi durante esse período que a biblioteca pública ganhou estatuto de instituição democrática e leiga, por estar aberta a todos os membros da comunidade [...]” (MARTINS, 2002, p. 323).

Sendo este um momento de transição, de promoção do ser humano, de modificação da realidade, rompimento com alguns paradigmas conservadores e avanços na produção de livros e de materiais gráficos. Barbier (2008, p. 138) afirma

que “[...] ao final do século XV, mais de duzentos e cinquenta cidades na Europa possuíam uma gráfica [...]”. A produção era em série e o comércio livreiro se tornou um negócio lucrativo, a “[...] difusão do livro ganhou mais importância [...] o que provocou o aumento na produção de itens”. (ROSA, 2018, p. 50).

Com o aumento da produção tipográfica inicia-se então a disseminação do conhecimento e as bibliotecas passam a ser mais valorizadas como instrumento social e público. Desta forma rompe-se com o monopólio que a igreja exercia sobre as bibliotecas, que assumem um caráter universal, ampliando seu conceito e função na sociedade.

O livro deixa de ser objeto sagrado e a leitura se torna mais habitual, o pensamento democrático se fortalece e modifica aos poucos o cenário das bibliotecas. Em consequência houve estímulo à educação, à criação de universidades e à necessidade maior por informação, em paralelo ocorreu o aumento na publicação dos textos impressos (ROSA, 2018).

No século XVI as mudanças foram evidentes, com o aumento de público que acessava os livros. O custo das obras se tornou mais baixo e possibilitou maior acesso à leitura, tanto nas bibliotecas que podiam comprá-los com mais frequência, quanto para os leitores que podiam obtê-los com maior economia. A estrutura das bibliotecas começou a expandir e a Renascença trouxe a efervescência cultural, e é neste contexto que surge a primeira biblioteca pública moderna de Florença (ROSA, 2018).

Na era Moderna, o livro e as bibliotecas continuavam a representar *status*, poder, e quem possuía acesso era uma pequena porcentagem dos cidadãos com mais poder econômico, ou seja, a nobreza. A maior parte dos indivíduos continuava sem acesso às bibliotecas, pois eram trabalhadores pobres, não alfabetizados.

Contudo, “O mundo experimentava o crescimento exponencial na produção de obras impressas, e tal fato impactou diretamente na funcionalidade das bibliotecas [...]” (ROSA, 2018, p. 55-56). Surgem neste período os catálogos, com objetivo de organizar sistematicamente os materiais, controlar e recuperar com maior rapidez a informação. O acervo era ordenado considerando o título, autor, assunto e ordem alfabética. Este foi um período de muitas mudanças no contexto social, político, econômico e cultural em torno do livro e das bibliotecas.

A sociedade estava em transição, a quantidade de livros crescia e o consumo aumentava, porém as bibliotecas ainda permaneciam restritas à camada

elitizada da população. Somente séculos depois se inicia um processo de rompimento com as estruturas vigentes, com um novo paradigma que aos poucos foi se instaurando. Lemos (2008, p. 105) diz que na Idade Moderna, mais especificamente:

[...] no século XVII que surgiu em alguns dos países mais adiantados da Europa, de modo quase simultâneo, o conceito de biblioteca pública moderna, aberta gratuitamente para os interessados, funcionando em horários regulares, e que colocavam à disposição dos leitores grandes acervos de livros. Eram bibliotecas financiadas por mecenas ilustres, membros, obviamente, da classe dominante.

No século XVII foram inauguradas e abertas ao público as seguintes bibliotecas: a Ambrosiana de Milão e a Biblioteca Nacional de Berlim. Contudo, foi no século XVIII que surgiram as grandes bibliotecas nacionais, em 1712, foram fundadas a Biblioteca Nacional da Espanha em Madrid e a Biblioteca do Museu Britânico de Londres. Na França houve grande movimento para abrirem as bibliotecas ao público. Entretanto, apesar da BP estar teoricamente aberta ao público, esta demorou a se tornar um equipamento cultural a serviço da população.

Almeida Júnior (2003, p. 66) destaca que a BP é estruturada e mantida pelo governo estatal. As BP, conforme conhecemos hoje surgem somente “[...] na segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos e na Inglaterra, tendo o ano de 1850 como marco histórico desse fato”. Estes países deram suporte à formação profissional dos cidadãos por meio das bibliotecas públicas, na crença que contribuiriam para diminuir os problemas sociais. O mesmo autor apresenta que os motivos que levaram ao surgimento da biblioteca pública mantida pelo estado, disponível a todo cidadão, são controversos. Isto porque há pesquisadores que defendam seu surgimento a partir das exigências da revolução industrial, por necessitarem de mão de obra qualificada. Outros apresentam que fora originada para promover acesso gratuito à cultura e a educação, para diminuir os problemas sociais da época (ALMEIDA JÚNIOR, 2003).

O conceito da BP na época estava ligado às funções sociais que lhe foram atribuídas, ao seu papel educativo revolucionário. Neste período de industrialização as demandas profissionais aumentaram, exigindo capacitação dos cidadãos para o mercado de trabalho, que influenciava a necessidade de democratizar o acesso à leitura, rompendo com os paradigmas de soberania e ir moldando hábitos dos



cidadãos (ROSA, 2018).

De acordo com Rosa (2018, p. 76) “A funcionalidade educativa atribuída à biblioteca pública fez surgir [...] a criação de um comitê para estudar e estabelecer bibliotecas gratuitas nas grandes cidades o que possibilitou a criação da lei de bibliotecas públicas em 1850, na Inglaterra”, surtindo o desenvolvimento destas instituições. Vale ressaltar que em 1883 já havia 125 bibliotecas públicas, e juntamente com o crescimento da BP surgiu nos Estados Unidos uma geração de importantes bibliotecários (ROSA, 2018).

A primeira biblioteca pública americana foi criada em 1833, no município de Peterborough, New Hampshire próximo a Manchester e Boston. No entanto, em alguns documentos históricos é a biblioteca de Boston que data de 1854, que é considerada a primeira pública de fato. (ROSA, 2018, p. 78)

Aos poucos foram surgindo outras bibliotecas públicas, com objetivo de incentivar o gosto pela leitura e manter a ética e a ordem social (ROSA, 2018).

A partir do Século XIX a população que vivia predominantemente na área rural volta-se para a cidade. A sociedade passa a ser organizada em espaços urbanos e, portanto, torna-se imprescindível aos seus moradores possuir os instrumentos necessários para que o indivíduo possa usufruir deles. Dentre esses instrumentos encontramos a escola, a leitura e a biblioteca. (CAVALCANTI, 2002, p. 47)

Deste período em diante, o livro e a leitura são utilizados para inserir os cidadãos nas práticas sociais, levando-os ao mercado de trabalho e ao exercício da cidadania. Tinham como premissa que as bibliotecas deveriam servir ao homem e “[...] garantir o equilíbrio social a partir da influência que elas, enquanto instituição pode exercer na vida do indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade. Isso ocorre por via da leitura [...]”, da literatura, do livro, da informação (ROSA, 2018, p. 87).

O século XX foi marcado por esforços empreendidos na criação de bibliotecas públicas, o objetivo principal era exercer a função educativa. Contudo, ainda estavam longe de ser prioridades nas decisões políticas e ter função estratégica para formação de leitores e disseminação da informação a toda a sociedade. Apesar de se constituir como bem social, a BP ainda carece de sensibilidade das autoridades e ainda está em fase de desenvolvimento, reestruturação e reinvenção.

Na América, de acordo com Rastelli (2013, p.78), “[...] o surgimento e desenvolvimento da biblioteca pública se devem basicamente a fenômenos urbanos que respondem a processos de imigração e industrialização”. Neste sentido, esta instituição aparece para propiciar ao cidadão condições de formação, capacitação, constituindo-os como sujeitos críticos e inserindo-os na sociedade.

Suaiden (2018) revela uma grande diferença entre as bibliotecas públicas da Europa, principalmente dos Países Baixos, e dos Estados Unidos da América do Norte quando comparadas às bibliotecas da América Latina e dos países africanos. A diferença é que “[...] nos países desenvolvidos não há necessidade de conscientizar as autoridades sobre a importância do papel da biblioteca pública para a sociedade.” (SUAIDEN, 2018, p. 144), pois lá isto já é consenso. Todavia, nos países em desenvolvimento o trabalho de conscientização é constante e muitas vezes em vão. “Comprova-se isso quando se verifica que na maioria desses países a biblioteca não faz parte da agenda governamental” (SUAIDEN, 2018, p. 144).

Portanto a BP passa por um problema de entendimento de sua missão e função na sociedade, e seu histórico de acesso é marcado pelo poder aquisitivo mais elevado, por uma cultura elitista. Valentim (2017, p. 23) afirma que a BP “[...] é essencial para fomentar a cidadania e, assim, consolidar a democracia de um país. Ela se constitui em um espaço democrático, cujas diferenças sociais, econômicas e culturais são amenizadas”. Diante deste panorama, a BP, deve exercer o seu papel público, fortalecer o diálogo com toda a comunidade e atender as necessidades da sociedade atual nas mais diversas demandas dos cidadãos, solucionando problemas do cotidiano por meio de seus produtos e serviços.

Exemplos a serem citados vêm do Reino Unido e Estados Unidos, quando as cidades enfrentaram uma crise financeira avassaladora levando ao fechamento de algumas bibliotecas, os cidadãos se mobilizaram, foram em frente às prefeituras e às câmaras municipais e interromperam sessões. Fizeram piquetes, e na Filadélfia, a Câmara Municipal chegou ao ponto de solicitar que o prefeito voltasse atrás e reabrisse as bibliotecas (LANKES, 2016).

Apesar dos diferentes papéis que a BP representa, é possível afirmar que estes cidadãos reconheceram sua importância como instrumento de ação e transformação, bem como ponto de acesso à informação, por isso eles saíram em sua defesa.

Além dos exemplos apresentados, Lankes (2016, p. 20) afirma que: “No

início de 2011, após o sucesso de uma revolução na Tunísia, egípcios foram às ruas para reivindicar reformas de um regime governamental que estava no poder cerca de 30 anos”. Pessoas de diferentes gerações e classes econômicas se uniram com objetivo de restaurar a constituição.

O presidente Mubarak, foco da revolta “[...] inaugurara a moderna biblioteca em 2002 ao custo de 220 milhões de dólares. Conforme o site da instituição, Mubarak a construiu para trazer de volta ao país o espírito de liberdade e ensino da famosa biblioteca de Alexandria” (LANKES, 2016, p.20). Mubarak acreditou no poder da BP como instrumento pacífico de mudança, para abrandar os ânimos do povo e restaurar a Constituição e a paz após uma revolta que causou 846 mortes e deixou mais de seis mil feridos no país.

Lankes (2016, p. 20) afirma ainda que “Depois que a revolta diminuiu, quando o presidente Mubarak renunciou e os manifestantes celebravam a vitória em todo o Egito [...], pode-se observar que nenhuma janela da biblioteca estava quebrada.”

Deste modo, tanto o governo quanto o povo acreditaram no papel da BP para solucionar problemas, e por ser um equipamento cultural complexo, exige um conjunto de elementos e pessoas, que se unam para criar serviços e produtos para atender a todos, mas principalmente aos cidadãos menos favorecidos, analfabetos, aqueles que estão à margem da sociedade.

A BP é um centro de informação que contribui para reduzir e diminuir as desigualdades, promover o acesso do cidadão à informação, aos bens culturais e formar leitores. É um lugar de pesquisas, de memória, de produção e disseminação da cultura, de inovação em programas e projetos.

Exemplo disso é que no Quênia o governo está construindo bibliotecas por todo país. Nos locais onde as comunidades estão mais afastadas, na área rural, bem como no norte do país, foram formadas bibliotecas móveis, onde cinco mil livros são levados em carroças de madeiras puxadas por burros e camelos. No local são montadas tendas para que crianças e adultos tenham acesso ao livro e à leitura (LANKES, 2016).

Além destes países, Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Austrália, países nórdicos e Singapura são exemplos de experiências vigorosas e bem-sucedidas. “Estes países vêm construindo não apenas espaços físicos, mas principalmente uma atualização do conceito de biblioteca pública voltada para o desenvolvimento

econômico e social do indivíduo e do coletivo”. (MEDEIROS, 2012, p. 50).

Os exemplos citados revelam as diferentes formas de atuação de uma BP e evidenciam a importância das autoridades se conscientizarem do papel da BP para ascensão da sociedade, para diminuição das desigualdades e construção da cidadania. Apesar das dificuldades, é possível valorizá-las e incluí-las nas políticas públicas de governo. Suaiden (2018, p. 144) expõe que desde o século passado:

As instituições como a UNESCO, IFLA, OEA, dentre outras, lançaram diversos manifestos na tentativa de sensibilizar as autoridades da América Latina sobre a importância da biblioteca pública. Realmente foi um esforço com resultados limitados, pois foram inauguradas diversas bibliotecas públicas mais como depósito de livros, do que instituições que promovem o livre acesso ao conhecimento organizado.

Apesar de estes Manifestos serem contundentes, o Brasil pouco avançou. Ainda hoje a BP é concebida por muitas pessoas como um lugar com serviços restritos à organização do acervo e empréstimos de livros. Desta forma, recomenda-se abordar e suscitar reflexões e questionamentos pelos profissionais da área nos meios políticos para evidenciar seu papel social e cultural, bem como a identidade da BP na sociedade contemporânea e incluí-la nos planos de governo.

Para Valentim (2017, p. 23), a BP, “[...] é um importante aparelho cultural que deve ser fomentado, apoiado e subsidiado por políticas públicas fortes que a fortaleçam”. E também que lhe concedam mais visibilidade, recursos que permitam ampliar suas ações, dialogar com os cidadãos, assegurar o acesso à informação e a construção de novos conhecimentos. As BPs são equipamentos culturais estratégicos, e o Manifesto da UNESCO as apresenta como:

[...] porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais. [...] A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriadas assim como materiais tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As coleções devem

refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. (UNESCO, 1994)

Nesta perspectiva, a BP deve centrar suas ações nos cidadãos, na comunidade local, na disseminação da informação e na identificação de novas demandas. Lankes (2016, p. 32) defende que “Os benefícios econômicos que as comunidades recebem das bibliotecas são significativamente maiores que os custos para mantê-las funcionando”. A BP pode impulsionar novas configurações sociais, capacita o leitor para busca, seleção, uso e produção da informação e forma cidadãos autônomos e críticos.

Machado, Elias Junior e Achillez, apresentam as funções atribuídas às bibliotecas públicas na contemporaneidade tendo como base pesquisadores da área da CI.

Medeiros (2010) aponta a biblioteca pública como um espaço de construção da cidadania, Silveira e Reis (2011) abordam as bibliotecas públicas como espaço de práticas culturais, Rasteli e Cavalcante (2013) ressaltam o lugar de mediação da leitura, Flusser (1980; 1983) destaca a ação cultural, Silveira e Reis (2011) [...] evocam os lugares de memória. (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLEZ, 2014, p. 118)

É possível observar que são múltiplas as funções da BP na atualidade. Estas concepções rompem com o paradigma estático, pautam-se na organização, acesso, mediação, disseminação e compartilhamento da informação. Estes conceitos de BP como organismo vivo, cultural e interativo, são herdeiros de pensadores como António Panizzi e Melvil Dewey, que defendiam que a finalidade da BP era oferecer acesso ao conhecimento para todos (VAZ, 2020, p. 2).

Ambos acreditavam que a promoção, a mediação da leitura e o diálogo com os leitores são elementos fundamentais para formar a competência em leitura e fortalecer a BP como espaço de práticas literárias e culturais. António Panizzi dizia que a função social da BP era dar aos mais pobres as mesmas possibilidades de leitura que os ricos tinham, satisfazendo as necessidades intelectuais dos cidadãos desprovidos financeiramente (VAZ, 2020).

Considerando a evolução do papel destas instituições ao longo do tempo e o avanço científico e tecnológico, bem como o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação que produz impactos nas formas de produção e trocas de

informação, é possível afirmar que são grandes os desafios da BP na contemporaneidade (MACHADO; SUAIDEN, 2013).

Medeiros (2019, p. 73) conclui que: “Com o uso da tecnologia, pode-se recompor acervos [...] ou então, fazer visitas virtuais a bibliotecas, como a de Celso, em Éfeso”. Como exemplo pode-se citar a Biblioteca digital Europeia <https://www.europeana.eu/pt> e a Biblioteca Apostólica do Vaticano <https://www.vaticanlibrary.va/>.

A atualidade exige mudanças na gestão e no papel da BP, principalmente neste período de ascensão tecnológica. Neste sentido, requer do poder público à construção de uma agenda estratégica, coerente, consistente, transparente, que valorize a BP para que esteja aberta a todo cidadão.

O acervo deve ser disponibilizado nos mais diversos suportes e mídias digitais, como por exemplo: e book, hipertexto, braille, audiolivros dentre outros, para um público cada vez mais heterogêneo e exigente. Na atualidade, as ferramentas digitais são necessárias para o trabalho, para o acesso aos livros, à leitura e para as práticas cotidianas dos indivíduos.

Consciente do exposto, em Vermont, nos EUA, “[...] o governo do estado está construindo uma rede de fibra ótica para conectar bibliotecas rurais em todo estado, fazendo de cada biblioteca um ponto de acesso para negócios e lares das pequenas cidades” (LANKES, 2016, p. 39). Este mesmo autor evidencia a importância da BP quando afirma que: “Necessitamos de bibliotecas melhores, pois estas são centro de pesquisas, berço da democracia, símbolo de aspirações da comunidade [...]” (LANKES, 2016, p. 23).

É essencial fortalecer esta instituição, consolidá-la. Além de oferecer espaço físico para leitura, debates, pesquisas e sociabilidade, deve-se oferecer acesso por meio da web e das plataformas digitais. Assegurar o acesso físico e on-line, ampliando as condições e estrutura de acessibilidade, usabilidade, com equipamentos tecnológicos e acervos atualizados nos mais diversos suportes e mídias, pois as tecnologias, os aplicativos, a conectividade estão cada vez mais inseridos no dia a dia da população. Suaiden (2018, p. 147) defende que:

Para enfrentar os desafios da sociedade do conhecimento, a biblioteca terá que inovar permanentemente. E os maiores desafios são de coordenar a transição do impresso para o digital, e principalmente construir usuários produtores de informação e não

mais usuários dependentes da informação. Esses dois fatores serão vitais para a construção de comunidades autossustentáveis e sociedades mais justas.

Valentim (2017, p. 35) afirma que “As bibliotecas contemporâneas têm instituído programas de competência em informação (CoInfo) [...]. São programas que visam propiciar ao usuário as competências necessárias para manejar as tecnologias de informação e as fontes de informação”. Estes programas analisam o potencial de cada leitor para o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC’s), para o acesso à informação confiável e segura, fundamental nesta era de fake news e para produção da informação. Machado e Suaiden (2013, p. 12) afirmam que:

[...] tão importante quanto a apropriação das novas tecnologias de informação e de comunicação e o fomento de atividades de desenvolvimento de competências informacionais é a reconstrução de um modelo de biblioteca que reflita a sociedade na qual está inserida.

Como mencionado nos parágrafos anteriores, nos últimos anos a sociedade passou por inúmeras transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, o que exige novas configurações dos equipamentos culturais públicos. Desta forma, é imprescindível refletir a respeito de alguns pontos, como: Que biblioteca nós queremos neste século XXI? O que é necessário fazer para que as bibliotecas atendam as demandas da população na contemporaneidade?

Para que a biblioteca pública atenda a população de forma satisfatória, é importante “[...] discutir e entender esta instituição como espaço público e os profissionais que nela atuam como agentes políticos [...]” (MACHADO; ELIAS JÚNIOR; ACHILLEZ, 2014, p. 116-117). Agentes políticos, que possuem subsídios para discussões propositivas, que interagem, dialogam, debatem e criam condições para que os cidadãos se apropriem e produzam novas informações.

Estes profissionais precisam ser ativistas políticos, leitores competentes, críticos sociais, atualizar-se e instigar novas discussões na área. Para assim superar as limitações e entraves históricos no que se refere às bibliotecas. Para isso, devem possuir um conjunto de habilidades e um olhar apurado para o todo da biblioteca, conhecer as legislações vigentes nos âmbitos federal e estadual e intervir na formulação de políticas públicas locais. Além disso, atualizar seus produtos e

serviços, romper com o conservadorismo existente e lutar contra o atraso e descaso com as bibliotecas públicas do país.

Nesta perspectiva, os profissionais da informação devem cumprir com responsabilidade seu papel na sociedade, atuando mais ativamente junto ao governo, captando recursos, dialogando e assegurando uma porcentagem do orçamento do Estado para manutenção, reestruturação e melhorias da BP. Além disso, é imprescindível articular e desenvolver ações inovadoras, colaborativas, que vão ao encontro das necessidades informacionais e das demandas dos leitores neste século XXI.

Os cidadãos querem uma BP dinâmica, acolhedora, equipada, com mediadores que os orientam nas suas leituras, que sejam alicerces no processo de apropriação da informação. Contudo, a BP em geral ainda está longe de atingir este patamar, de se transformar em um novo modelo de biblioteca. Para que isso ocorra é necessário investimento do poder público para a capacitação dos profissionais e desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais inovadoras, imprescindíveis.

Medeiros (2010, p. 13) argumenta que em muitos países as BPs “representam instituições vigorosas, consideradas basilares na organização social [...] fornecem o acesso ao conhecimento sem restrição a qualquer pessoa, sem qualquer distinção”, atuam como protagonistas e sendo um lugar de igualdade entre os cidadãos.

Vaz (2020, p. 1) reitera que “[...] a Biblioteca Pública tem de ir ao encontro do público e deve acolher os mais desfavorecidos, sob o ponto de vista social, promover a inclusão social de minorias, nomeadamente, emigrantes, ciganos, refugiados, deficientes e dos sem-abrigos”. Além disso, possibilita a sociabilidade, ao espaço físico, às salas de leitura e também ao ambiente virtual, pois este ambiente oferece novos meios e suporte para o acesso à informação, ao livro e à literatura com só um click.

“As bibliotecas públicas têm até o presente contribuído de forma decisiva para combater a infoexclusão, possibilitaram de fato que o estudante mais pobre ficasse em pé de igualdade com os ricos no acesso aos livros [...]” (VAZ, 2020, p. 13). Desta forma é possível visualizar funções e possibilidades de ação da BP.

As BPs são centros de pesquisas, que promovem a inclusão informacional e tecnológica, constroem novos paradigmas de transformação favorecendo os



encontros, interações, sociabilidade, a diversidade de debates, colocando a informação à disposição dos cidadãos. O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas práticas cotidianas por meio dos serviços de informação prestados à população configura um avanço na instituição.

É importante ressignificar o conceito e as ações da BP para que ocorra uma “[...] aproximação com a comunidade e a implementação de práticas participativas [...] para que a população local se aproprie efetivamente da biblioteca pública e a reconheça como um espaço público [...]” (MACHADO; ELIAS JÚNIOR; ACHILLEZ, 2014, p. 122). Também para que ocupem este espaço e o tornem interativo, ou seja, um organismo vivo, que reflita sobre seu papel, sua missão e função na atualidade, em vista da diversidade de públicos e das novas demandas deste século XXI.

Ademais, a BP deve preservar a memória, organizar o conhecimento, atuar no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, por meio das relações estabelecidas, do fluxo informacional e dos programas e projetos.

O Manifesto da IFLA (2012, p. 3) diz que “Numa sociedade cada vez mais complexa, as pessoas precisarão adquirir novas habilidades, [...] nas diferentes etapas de suas vidas. A biblioteca pública tem importante papel a desempenhar colaborando [...]” com o alargamento da leitura de mundo, e conseqüentemente modificando o tecido social.

Medeiros (2012, p. 51) traz experiências bem-sucedidas na América do Sul, como “[...] a Biblioteca de Santiago, no Chile, e os parques bibliotecas em Medellín e Bogotá, na Colômbia. Estas bibliotecas além de utilizar intensamente as TICs, se voltam prioritariamente para o atendimento de suas comunidades”.

Outro documento da IFLA, intitulado “Conjunto de ferramentas: as bibliotecas e a implementação da Agenda 2030”, publicado em 2015, apresenta a atuação de várias bibliotecas pelo mundo. Como exemplo pode-se citar as bibliotecas de Croydon, Derby e de outras cidades do Reino Unido, que realizam um trabalho com objetivo de orientar a população a reduzir o consumo de energia, ou seja, consumir com responsabilidade. No Sri Lanka criou-se um programa chamado “e-Library Nenasala Program”, cujo objetivo é aumentar a alfabetização digital e o acesso às tecnologias pelas classes menos favorecidas economicamente e pela população que vive nas áreas rurais mais distantes (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECARIOS, 2015).

No Nepal, as bibliotecas públicas desenvolvem um programa de capacitação contínua para mulheres. Os encontros ocorrem mensalmente e abordam vários assuntos, como saúde, violência, empreendedorismo, alfabetização, dentre outros. Em Cuba o foco é na saúde, tendo sido criada a Infomed, uma rede eletrônica de informação em saúde. Seu objetivo é facilitar o intercâmbio de informações entre as bibliotecas e entidades que compõem o Sistema Nacional de Informação de Ciências Médicas. Assim como estas bibliotecas citadas existem muitas outras, realizando trabalhos necessários à população.

Na América do Sul a Colômbia se destacou na elaboração de políticas para bibliotecas públicas em relação aos outros países. As primeiras intervenções e investimentos se deram com a Biblioteca Nacional (BN) no século XVIII. Naquele período os livros eram escassos e caros, a criação da BN contribuiria para os estudiosos e para os poucos cidadãos que no período tinham acesso à instrução. O documento que normatizava a criação desta biblioteca previa o salário do bibliotecário e a necessidade de uma biblioteca aberta ao público, mas que atendesse principalmente aos estudantes universitários (TOLOSA, 2012). A BP funcionava para apoio à educação dos estudantes de classes sociais altas, que possuíam acesso universitário na época.

A BN foi nomeada de “*Biblioteca Real de Santa Fé de Bogotá*” e apesar de se chamar assim a maioria das pessoas se referiam a ela como Biblioteca Real ou Biblioteca Pública. Após o período da Independência (1819) recebeu apenas o nome de Biblioteca Pública. O seu primeiro bibliotecário foi o padre Anselmo Álvarez, mas o verdadeiro organizador da biblioteca se chamava Rodrigues, que dedicou toda sua vida à biblioteca (TOLOSA, 2012). A Biblioteca Nacional era uma instituição para guarda e custódia do patrimônio bibliográfico nacional. Além desta função, desempenha o papel de BP com a organização, processamento e atendimento ao público.

Em 1879, por meio de um decreto o governo determinou a formação de bibliotecas populares e a criação de órgãos e sociedades literárias com objetivo de desenvolver o prazer pela leitura (COLÔMBIA, 2009).

Neste sentido, foram criadas várias bibliotecas, constituídas fundamentalmente por doações de coleções particulares e pela filantropia de alguns grupos de pessoas. Importante ressaltar que o desenvolvimento da BP fora da capital ocorreu de forma muito precária, porém a determinação governamental para

criação de bibliotecas era um progresso para a época. Em 1870 foi criada a Biblioteca Pública de Medellín, convertida em 1881 na Biblioteca de Zea (COLÔMBIA, 2009).

Na primeira metade do século 20 as bibliotecas estavam concentradas nas capitais. No entanto, em 1921 na Antioquia foi emitida uma portaria que ordenava a criação de BP em todos municípios com mais de 10.000 habitantes. Em 1929 havia BP em 19 municípios, e em 1938 existiam 95 bibliotecas públicas no país. Em 1945 havia 100 bibliotecas públicas distribuídas por Bogotá (TOLOSA, 2012).

Em 1934, quando Luis López de Mesa do Partido Liberal foi Ministro da Educação, ele lançou o Programa Nacional “Aldeia Colombiana”. Entre os objetivos estava a criação de uma biblioteca aldeã, ou seja, uma biblioteca nas vilas e em cada canto do país. Cada biblioteca seria constituída por obras colombianas de conhecimento gerais, obras estrangeiras e de entretenimento, dicionário enciclopédico, manuais e cartilhas de informações sobre o país. Após sua criação, estas bibliotecas foram entregues à responsabilidade do município, que se comprometia a destinar um orçamento próprio para o desenvolvimento de seu acervo e a contratar um bibliotecário para atuar nestas unidades (TOLOSA, 2012).

O programa objetivou criar bibliotecas, incentivar a leitura e contribuir para a qualidade de vida da população. Contudo, vigorou até 1937, quando foi extinto com a saída do Ministro Luís López do poder. O Partido Conservador e a igreja eram resistentes à criação de bibliotecas nas vilas. Apesar dos livros serem de conteúdos básicos, atendendo as diferentes necessidades da população, a igreja via nos livros conteúdos contrários à moralidade, às normas e costumes tradicionais da época (TOLOSA, 2012).

Até 1937 foram distribuídos nas bibliotecas aldeãs 274.896 livros e já havia 605 bibliotecas instaladas nos 806 municípios do país. Em resumo, 75% dos municípios da Colômbia tinha uma BP. A seguir elaborou-se o quadro 2, com a distribuição das BPs neste período.

**Quadro 2** - Quantidade de Bibliotecas em cada Município da Colômbia em 1937

<b>ESTADO</b>	<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>NÚMERO DE BP</b>
Antioquia	99	95
Atlántico	20	11
Bolívar	55	28
Boyacá	124	67
Cauca	32	29

Cundinamarca	110	78
Huila	31	24
Magdalena	32	27
Nariño	49	41
Norte de Santander	33	22
Santander	74	51
Tolima	39	33
Valle	35	34
Intendencias y comisarías	31	28
<b>Total</b>	<b>806</b>	<b>605</b>

Fonte: Tolosa (2012).

Apesar de este programa não ser visto *com bons olhos* por muitos, foi o que realmente deu início à estruturação da verdadeira BP na Colômbia, bibliotecas abertas a toda comunidade. Este programa também foi a base para a constituição de uma rede de bibliotecas públicas no país.

Em 1944, o presidente Alfonso López Pumarejo, por meio da Lei 56, autorizou uma verba mensal para dar suporte às bibliotecas públicas estaduais (TOLOSA, 2012). Apesar deste decreto, não há menção nos documentos disponíveis na web a respeito de resultados e impactos positivos desta Lei.

Em 1951, por meio do Ministério da Educação o governo nacional publicou o Decreto 1.776, que ordenou a criação de BP para uso público geral em todo o território nacional. Contudo, o maior impulso para o desenvolvimento das BPs na Colômbia acontece com a criação das bibliotecas públicas de Medellín e de Bogotá (TOLOSA, 2012).

A Biblioteca Pública de Medellín foi considerada piloto, e sua criação foi acordada em 10 de novembro de 1952 em um evento ocorrido em Paris, organizado pela Unesco. Esta biblioteca foi a segunda biblioteca piloto da UNESCO no mundo, estruturando uma rede de bibliotecas nos bairros do município de Medellín.

A Biblioteca Pública de Bogotá, denominada Biblioteca Luis Ángel Arango (BLAA), recebeu apoio do Banco da República (BR) para sua criação. O Banco possuía uma coleção de obras que aumentava a cada ano e eventualmente permitia o acesso ao público externo. Desta forma, o BR promoveu a construção do prédio da BP, contemplando: sala leitura para 250 pessoas, sala de exposição, sala de audição musical, sala infantil e uma sala específica para conferências. Além disso, o BR também doou sua coleção de obras para a BP, e esta foi inaugurada e aberta ao público em 23 de fevereiro de 1958, com cerca de 100.000 volumes (TOLOSA, 2012).

Ao longo dos anos esta Biblioteca se transformou em um complexo cultural, com atividades literárias e artísticas. Exemplo disso foi que em 1966 a BLAA inaugurou a sua sala de concertos musicais, recebendo os melhores artistas da música clássica do mundo, incluindo os latino-americanos e colombianos. A média é de 80 concertos por ano divididos em: internacionais, jovens intérpretes e concertos educativos. Esta sala é considerada uma das melhores do país, tanto por suas características arquitetônicas quanto por sua programação (TOLOSA, 2012).

Na década de 1980 consolidou-se uma rede de atividades culturais nas principais cidades do país (Armênia, Quibdó, Letícia, Bucaramanga, Cúcuta, Villavicencio, Cali, Ibagué, Pasto, Barranquilla, Cartagena, Manizales e Riohacha). Nestas cidades utiliza-se dos espaços das BPs para execução das programações culturais (TOLOSA, 2012).

Em 1982, por meio da Lei nº 21, foi dado um impulso na expansão dos serviços da biblioteca. Esta Lei estabelecia prioridade nos investimentos sociais do governo. O terceiro tópico do artigo 62 da lei menciona a importância do treinamento e desenvolvimento dos serviços da biblioteca pública, assim como atividades de promoção da leitura e acesso à informação (TOLOSA, 2012).

O Colcultura (hoje Ministério da Cultura) e a Superintendência de Subsídio Familiar, em 1983 criaram várias bibliotecas públicas, formando uma rede de bibliotecas. Estas bibliotecas foram financiadas pelo Estado e coordenadas pela BN (TOLOSA, 2012). Contudo, o orçamento investido foi insignificante e a proposta não foi uma política pública estruturada de governo, e sim mais uma ação.

Ao final da década de 1990 havia cerca de 200 bibliotecas públicas espalhadas pela Colômbia, e em 1994 a Lei nº 115 estabeleceu aos municípios com população igual ou menor que 20.000 habitantes criar uma biblioteca pública mediante convênio entre as esferas governamentais (COLÔMBIA, 2010; TOLOSA, 2012).

Em 1996 inicia-se a formação da Rede de BP em Bogotá, a BIBLORED. Deste período em diante foram criadas bibliotecas públicas por toda Colômbia, o país iniciou um diálogo com diversos setores públicos e privados em prol de uma política pública que aspirasse a paz em bairros violentos, e assim combater a violência, a desigualdade, a discriminação com a cultura por meio da atuação da BP.

Após reflexões e avanços na área, em fevereiro de 2010 na gestão da Ministra de Cultura Paula Moreno Zapata, criou-se a “Lei de Bibliotecas, nº

1379/2010, um guia de fácil compreensão”, que estabelece o trabalho de gestão cooperativa, estruturada em redes. Assim surge a regulamentação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), como instrumento de garantia de direito dos indivíduos (COLÔMBIA, 2010).

Assim como na Colômbia, no Brasil as bibliotecas públicas foram evoluindo aos poucos, primeiramente com a criação da Biblioteca da Bahia, seguida da Biblioteca Nacional e somente na década de 1930, no governo Vargas, surgiram movimentos de intelectuais para criação de bibliotecas públicas.

Neste período surgiu o Instituto Nacional do Livro (INL), responsável pela propagação do livro e da BP pelo país. A criação do INL foi a primeira política pública criada em cooperação com Estados e municípios para garantir o acesso ao livro, à leitura e à informação, porém atuou em uma dimensão de quantidade de bibliotecas criadas, e não de qualidade dos serviços, acervos e ações, voltadas à formação cidadã. Todavia, Rasteli e Cavalcante (2013, p. 162) discorrem que:

Cabe à biblioteca pública a responsabilidade de fornecer à comunidade o acesso à informação e à leitura, de modo democrático e com qualidade. A inserção do sujeito numa sociedade leitora depende de políticas e de dispositivos socioculturais, não ocorrendo espontaneamente. Apostar em políticas, estratégias e articulações que envolvam governos, setores públicos e privados e sociedade civil são consideradas estratégias eficazes para uma consolidação no desempenho de formar leitores.

Neste sentido, observa-se que para a BP exercer seu papel “[...] é primordial que os governos invistam recursos e formulem políticas públicas que garantam esses recursos” (FERRAZ, 2014, p. 24). Para isso o governo carece de compreender a fundamental importância de uma política pública para a área e direcionar recursos orçamentários constantes para a BP.

De acordo com Rosa (2018, p. 77), com a Segunda Guerra Mundial, “[...] o Brasil ganha certo destaque pelo número de bibliotecas que possuía até então, 2.300 bibliotecas públicas com acervo de catorze milhões de volumes, divididas em federais, estaduais e municipais”. Com o aumento na quantidade de bibliotecas públicas no século XX, a preocupação com os instrumentos que possibilitavam a realização das tarefas mais técnicas começou a se intensificar.

Além disso, o fato de existir BP nas décadas de 1930/1940, não significava garantir o acesso a elas pela população. De acordo com Ferreira (2016, p. 605) “Era

norma comum naquele período que a biblioteca não realizasse empréstimo domiciliar, e também não permitia o livre acesso do usuário aos livros nas estantes.” Os horários de funcionamento também eram reduzidos e somente com o passar do tempo essas questões foram sendo questionadas e superadas, ampliando o acesso ao conhecimento (FERREIRA, 2016).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB) foram criados em 1961, por meio do Decreto-Lei nº. 51.223, de 22 de agosto. O SNB tinha por finalidades: a) incentivar as diferentes formas de intercâmbio bibliográfico entre as bibliotecas do País; b) estimular a criação de bibliotecas públicas e, especialmente, de sistemas regionais de bibliotecas; c) colaborar na manutenção dos sistemas regionais de bibliotecas; d) promover o estabelecimento de uma rede de informações bibliográficas que servisse a todo território nacional (SUAIDEN, 1980).

A criação do SNB teve bons objetivos, porém foi uma espécie de “concorrente” do INL, pois tinha atividades semelhantes e dependia da mesma fonte de recursos do Instituto (OLIVEIRA, 1994). Em resumo, o trabalho do SNB foi em vão, pois as ações foram poucas e descontínuas. De acordo com Suaiden (1980, p. 11), alguns anos mais tarde o “[...] Decreto-Lei nº. 62.239, de 8 de fevereiro de 1968, incorporou-o ao Instituto Nacional do Livro, passando este a coordenar a política de biblioteca, tendo como meta prioritária a biblioteca pública”.

Nos anos seguintes houve outros progressos na área, como a regulamentação da profissão do bibliotecário pela Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962 e o crescimento significativo das bibliotecas públicas. De acordo com Oliveira (1994, p.74) “Em 1963, já haviam sido identificadas e cadastradas 10 mil bibliotecas e distribuídos mais de 2,7 milhões de volumes” de livros para estas instituições.

No período do regime militar que se instalou no país em 1964 muitas bibliotecas públicas desapareceram, e outras tiveram parte do acervo confiscado. A formação de leitores críticos ainda era um desafio e estava longe de se consolidar. Em 1967 foi publicado um *Diagnóstico Preliminar da Cultura*. Entre os aspectos identificados para as bibliotecas públicas, estão as seguintes situações:

- acervos desatualizados desenvolvidos por doação;
- localização inadequada e instalações deficientes;
- deficiências de pessoal, de meios de conservação, de aparelhagem técnica e de serviços complementares;

- precariedade na comunicação e na cooperação entre bibliotecas. (PAIVA, 2008, p. 32)

Observa-se com este diagnóstico que as bibliotecas públicas que estavam sendo criadas no Brasil, ao invés de serem instrumentos de democratização do acesso ao livro, à leitura e à literatura, não possuíam estrutura física nem técnica para sua legitimação.

O acesso ao livro e à literatura ainda era restrito à classe elitizada. Somente a partir da década de 70, com o aumento no número de publicações, houve uma preocupação com a leitura. Contudo, apesar de haver aumento no interesse pelo tema, verificou-se também muitas dificuldades para a inserção da leitura na vida cotidiana dos cidadãos (PERROTTI, 1990). A década de 1970 foi marcada por grandes desigualdades sociais, manifestações contra o regime político da época (FERREIRA, 2016).

Com a reformulação do ensino em 1971, pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira, a biblioteca pública se tornou suporte às escolas e consistia em um espaço para os estudantes realizarem suas pesquisas escolares, visto que não havia bibliotecas em todas as escolas. Assim, o acervo das bibliotecas públicas foi se constituindo em um misto de livros didáticos e obras de literatura.

Em 1973 iniciam-se os processos de criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), e de acordo com Suaiden (1980, p.12):

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, cuja implantação foi iniciada em 1977, pelo Instituto Nacional do Livro, é de fundamental importância para o desenvolvimento das bibliotecas públicas e, até o momento beneficiou os seguintes estados: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Distrito Federal, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Santa Catarina e Pará. [...] O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas coordenado pelo Instituto Nacional do Livro tem possibilitado o incremento de recursos financeiros, humanos e de materiais necessários à prestação de eficaz assistência às bibliotecas públicas estaduais.

Este órgão foi regulamentado pelo Decreto presidencial nº 520 em 1992 e suas ações visam apoiar o desenvolvimento de políticas nacionais para bibliotecas estaduais e municipais. Além disso, busca fortalecer as ações de estímulo ao livro, à leitura e as bibliotecas, com oferta de assessoria técnica às bibliotecas e aos profissionais. Atualmente sua ação se resume à atualização da base de dados das



bibliotecas públicas existentes no país (BRASIL, 2021)

Entre 1974 e 1976, um grupo de editores e livreiros representando a Câmara Brasileira do Livro (CBL) elaborou um Projeto de Lei para instituição de uma Política Nacional do Livro (PNL). Este foi encaminhado para governo na gestão do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), direcionado ao ministro da Educação Ney Braga, mas o Documento foi ignorado (HALLEWELL, 2005).

A Lei do Livro, Lei nº 10.753, somente foi sancionada em 30 de outubro de 2003, impetrada pelo senador José Sarney, em resposta à IV Conferência Ibero-americana de Cultura, realizada em 2002 pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC), apoiados pela Unesco, cuja exigência era incluir o fomento à leitura nas políticas públicas governamentais dos países participantes. De acordo com Rosa e Oddone (2006, p.188), “Esta lei trata de questões pontuais relacionadas ao livro, desde a política nacional para a difusão e a leitura, até a editoração, distribuição e comercialização”.

Entre suas diretrizes estavam a assegurar ao cidadão o pleno acesso e uso do livro, a Lei considerou o livro como principal meio para difusão da cultura e transmissão do conhecimento, bem como de fomento à pesquisa social e científica. Ela foi instituída respeitando as diretrizes do Plano Nacional da Educação (PNE), do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Plano Plurianual da União (PPU). Em relação à difusão do livro, a Lei estimula a produção intelectual de escritores brasileiros, apoia a livre circulação do livro no país e contribui para instalação de bibliotecas, livrarias e pontos de venda de livros (BRASIL, 2003).

Em resumo, com esta Lei foi possível observar que o governo estabeleceu formas de financiamento de crédito para as editoras produzirem e comercializarem os livros, bem como implementou programas anuais para atualização do acervo em BP, incluindo as obras em Sistema Braille. O artigo 11 da Lei corrobora com o exposto quando diz que: “Os contratos firmados entre autores e editores de livros para cessão de direitos autorais para publicação deverão ser cadastrados na Fundação Biblioteca Nacional, no Escritório de Direitos Autorais” (BRASIL, 2003). No entanto, assim como outras legislações em prol do livro, da leitura e da literatura no país, esta lei não menciona elementos a respeito das bibliotecas públicas.

A respeito da Lei do Direito Autoral vale ressaltar que ela recebeu uma atualização em 19 de fevereiro de 1998, quando entrou em vigor a Lei 9.610/98, que

ampliou os suportes para difusão da informação, englobando as novas tecnologias (ROSA; ODDONE, 2006), mas também não se refere às bibliotecas públicas.

No Brasil, apesar de o direito ao acesso à informação e à leitura estar consolidado na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 5º, e a BP estar incorporada em algumas ações de promoção do livro, esta instituição ainda não é valorizada como deveria. A luta é constante em prol da BP, e esta instituição necessita fazer parte da agenda do governo e estar em diálogo permanente com órgãos governamentais para ressignificar suas ações, desenvolver novos métodos, processos de trabalho e bem atender os cidadãos.

Após a redemocratização do país, na década de 1980, o INL recebeu “[...] mudanças, criando canais de interlocução com os responsáveis pelas bibliotecas por meio de encontros nacionais [...]”, fóruns estaduais, regionais, proporcionando avanços no papel da BP (FERREIRA, 2016, p. 607) e em seu conceito que foi mudando ao longo do tempo, conforme o contexto sociopolítico de cada época.

No entanto, a doutrina neoliberal que dominou os governos pós-ditadura ocasionou extrema crise no país, com ausências de políticas, falta de diálogo com a população e desmantelamento de vários órgãos públicos, incluindo o INL (QUEIRÓZ, 2016).

De acordo com Bragança (2009, p.222), o INL “[...] foi à principal instituição pública responsável pelo desenvolvimento do livro e da leitura no Brasil, desde sua criação em 1937 no Estado Novo, sobrevivendo até o início da redemocratização, quando foi extinto em 1990”. Além de atuar ativamente oferecendo assistência técnica na criação das bibliotecas públicas, este órgão fez o cadastramento de cada uma e também “[...] promoveu a formação de recursos humanos através de cursos de biblioteconomia do sul ao norte do país” (BRAGANÇA, 2009, p. 227).

Um movimento necessário para melhoria das bibliotecas públicas brasileiras é “[...] corrigir as deficiências do passado, criando uma interação com a comunidade que de fato possa contribuir com a inclusão dos excluídos no acesso à Sociedade da Informação” (MACHADO; SUAIKEN, 2013, p. 13).

As leis de incentivo são importantes para incentivar a produção, fruição e difusão dos bens culturais. No entanto, para as bibliotecas públicas não foram efetivas, visto que é uma Lei direcionada ao produtor cultural e havia apenas uma linha na área que era de editoração, e somente livros de arte foram contemplados em editais. A Lei Rouanet sofreu uma alteração em 2006, mas continua beneficiando

o proponente cultural, ou seja, o artista e não os equipamentos culturais públicos.

Cesarino (2006, p. 11) afirma que é vital aos gestores da biblioteca pública: “[...] promover mudanças em sua organização e prestação de serviços [...]”. Nesta perspectiva e acordo com Valentim (2017, p. 36) “o planejamento estratégico alinha os objetivos da biblioteca aos da instituição na qual ela está vinculada, propiciando a necessária valorização dos processos e das atividades desenvolvidas”. A missão da biblioteca pública está explicitada no Manifesto da UNESCO (1994), e é referendada também em documentos publicados pelos conselhos de Biblioteconomia, órgãos e associações de bibliotecas, bem como pelo Sistema Nacional e dos Estaduais.

Ferraz (2014, p. 20) afirma que:

A biblioteca pública tem papel primordial no que se refere à democratização do acesso à informação, na medida em que recebe, sem distinção, qualquer pessoa independente de sua classe social, sexo, orientação sexual ou religião, tornando-se a mais democrática de todos os tipos de biblioteca. Desde o bebê, o estudante, passando pela dona de casa, empresário, aposentado até o idoso, todos podem frequentar uma biblioteca pública na medida de seu interesse.

A Lei nº 10.753, a “Lei do Livro” de 30 de outubro de 2003, é assertiva quando aponta o livro como “o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica e da melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, 2003). Esta Lei permite refletir a respeito dos livros nos formatos impresso e digital. Nesta perspectiva, a BP deve estar preparada para difundir a cultura em ambas as formas. Para isso é necessário planejamento, estudos do público real, potencial e investir em equipamentos, plataformas digitais, internet e nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

No entanto, os desafios a serem superados são muitos, o Brasil possui grande extensão territorial e cada região tem suas peculiaridades e necessidades. Faltam bibliotecas básicas em muitos municípios e em muitas regiões. Exemplo disso foi o Ministério da Reforma Agrária (MRA), por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), que lançou em 2003 o Projeto Arca das Letras. O objetivo foi criar bibliotecas rurais e formar agentes de leitura local para atuar nesses espaços. Além disso, “O projeto prevê o envio de uma caixa-estante, fabricada por sentenciados de penitenciárias estaduais, com uma coleção de 230 livros” (MACHADO, 2010, p. 101). De acordo com Oliveira (2011, p. 48):

Até fevereiro de 2009, implantou mais de 7.000 bibliotecas em 1.900 municípios dos 26 estados e do Distrito Federal, formando 15 mil agentes de leitura em comunidades rurais, quilombos, ribeirinhas, indígenas e assentamentos de reforma agrária. Foram distribuídos mais de 1,4 milhão de livros acessíveis a 900 mil famílias.

Este projeto foi criado com o intuito de atender as necessidades de leitura no meio rural, articulado com outras estruturas como as penitenciárias que também necessitavam de ações de intervenção. Os agentes de leitura eram voluntários que receberam capacitação para atuar como promotores do livro e da leitura. Além disso, são responsáveis pelo funcionamento das bibliotecas criadas na comunidade rural, pelos empréstimos de livro e pelo cuidado com ambos.

Em 2006 o Projeto foi implementado com outra ação, chamada “Bibliotecas Famílias Agrícolas (BIBLIOEFAS)” cujo objetivo era atender e distribuir livros para as escolas e Casas Familiares Agrícolas, e para as famílias da área rural. Esta iniciativa foi uma ação política, especificamente do Ministério da Agricultura que, embasado em um conjunto de informações e estudos sobre o meio rural, percebeu a necessidade de estruturar um programa cujo objetivo era criar bibliotecas no meio rural. Esta ação mostra que os projetos governamentais voltados para a área de bibliotecas, livro e leitura, não se restringiram ao MinC. Outros órgãos e ministérios incluíram em seus programas ações de criação e potencialização desses espaços (MACHADO, 2010).

Apesar de este Projeto não estar direcionado as bibliotecas, foi uma importante ação que ocorreu em nosso país. Assim como outros programas foram desenvolvidos com objetivo de ampliar o acesso ao livro e à leitura, mas com pouca menção à BP. Dentre estes programas pode-se destacar o programa Fome de Livro (2004), o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) (2006).

O PNLL também não foi específico à BP, um dos seus eixos previa a implantação de novas bibliotecas municipais e escolares. Em 2009 e 2020 realizou-se uma avaliação da atuação deste Programa, com gestores públicos e representantes de organizações da sociedade civil. Após esta avaliação destaca-se que uma das preocupações era a necessidade de implantar, dinamizar e manter as bibliotecas de acesso público (BRASIL, 2010). Contudo, a descontinuidade dos programas e projetos nas trocas de gestão é um grande problema do Estado, que impede avanços nos diversos setores sociais.

A situação do Brasil em relação à biblioteca pública é lamentável. Machado

e Suaiden (2013, p. 2) defendem que “[...] o problema das bibliotecas é muito maior que a falta de orçamento. O verdadeiro problema é um problema de gestão e de modelo de bibliotecas públicas”. Azevedo (2012, p. 4) completa afirmando que “[...] as bibliotecas públicas no Brasil passam por um momento tenso, com um notório problema no entendimento de sua missão, função e objetivos”. Nesta perspectiva, é impossível realizar uma boa gestão de biblioteca quando não se possui diretrizes e uma legislação específica que garanta recursos humanos, equipamentos, profissional capacitado, materiais em quantidade suficiente e, principalmente, apoio governamental.

O Brasil ainda não possui uma lei específica para as bibliotecas públicas como há na Colômbia. O país necessita de política pública que gere transformação, que insira a BP nas metas do governo, que atue na mediação e compartilhamento da informação, objetivando o bem-estar coletivo. Almeida Júnior (2003, p. 77), declara que:

[...] apesar de afirmarem categoricamente que sua atuação visa à democratização da informação, ou seja, oferecer e possibilitar o acesso de todos a qualquer tipo de informação que necessitem, na prática, analisando suas ações, conclui-se que esse objetivo não é alcançado.

Esta realidade deve impulsionar a biblioteca a ir além, a consolidar sua dimensão social e política, redefinir sua missão e enfrentar os desafios e lacunas com novas formas de gestão e planejamento. A instituição deve fortalecer sua identidade institucional, dialogar com os diversos atores sociais e implementar medidas que a coloque em evidência. Ferraz (2014, p. 24) discorre a respeito da BP e afirma que:

Para que a biblioteca pública possa desempenhar o papel de promoção da cidadania e ser um equipamento cultural aberto às diversas manifestações humanas, é mais que necessário, é primordial que os governos invistam recursos e formulem políticas públicas que garantam esses recursos. Que sejam políticas de estado, para além das políticas de governo, que dominam o contexto político há tanto tempo. A participação social também tem papel fundamental, e esta participação deve ter a biblioteca pública como espaço para discussão.

Machado (2010, p. 96) apresenta que “O discurso político sempre defendeu e ressaltou a importância das bibliotecas públicas, mas na prática pouco foi feito

para apoiar efetivamente estas instituições”. A biblioteca pública há muito tempo confronta-se com a emergência de investimentos. Muitas unidades estão instaladas em prédios inapropriados, com problemas graves em suas instalações hidráulicas e elétricas, que prejudicam os produtos e serviços oferecidos por elas.

Por muito tempo esta instituição atendeu somente uma pequena porcentagem da população, e é necessário modificar esta realidade. A BP deve possibilitar a seus usuários uma “[...] educação permanente, fornecendo as condições básicas para uma aprendizagem contínua, e inclusão digital e social, além do desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais [...]” (MACHADO; SUAIDEN, 2013, p. 8-9).

Conforme Medeiros (2012, p. 49) “[...] cabe a nós, bibliotecários, pensar soluções que respondam as demandas da sociedade atual, não apenas na guarda de seus registros quanto no acesso a eles, através da Internet”. Para isso, é imprescindível aos profissionais da informação habilidades e competências para atuar e inserir a biblioteca como espaço de informação, apoio aos cidadãos e em estratégias de desenvolvimento humano e social. De acordo com Carvalho e Amaral (2008, p. 2), este profissional deve ser:

[...] ativo no processo de tomada de decisão dos indivíduos, tornando-o um agente social, capaz de contribuir para a evolução da sociedade, das organizações e dos indivíduos, ao ajudá-los a construir um contexto informacional bem sucedido, lidando com a informação de maneira competente e consciente.

A atualidade exige do profissional da informação um posicionamento frente às novas demandas de informação. Carvalho e Amaral (2008, p. 2) afirmam que este também “Deve atuar utilizando sua competência profissional no sentido de educar os usuários, para que estes desenvolvam as competências em informação [...]”. De acordo com estes mesmos autores, os estudos e educação de usuário “[...] assumem importância como instrumentos de gestão porque fornecem subsídios aos bibliotecários para a identificação do perfil dos seus usuários, com o objetivo de planejar serviços e produtos a serem desenvolvidos pela biblioteca” (CARVALHO; AMARAL, 2008, p. 2).

Neste sentido, para uma biblioteca pública realmente exercer sua função na sociedade e na vida do indivíduo, deve contar com um quadro de pessoal preparado para o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Um fator que atualiza os

mediadores na BP são as ações de cooperação interbibliotecas.

Além disso, o quadro de profissionais deve ser amplo e diversificado, composto de bibliotecário, auxiliar de biblioteca, gestor público, educador artístico, professor, profissional da área informática, técnicos administrativos, técnicos de gestão, dentre outros. A IFLA defende que:

Para alcançar melhores resultados os quadros administrativos e gerenciais de uma grande biblioteca pública devem ser multidisciplinares, abrangendo pessoal com formação especializada, como, por exemplo, bibliotecários, contadores, profissionais de relações públicas e gerentes de sistema. (IFLA, 2012, p. 36-37)

Outro ponto que deve ser considerado ao se refletir a respeito dos recursos humanos é a quantidade e a diversificação dos cargos, de acordo com o espaço, com os serviços oferecidos e contexto em que a mesma está instalada. No que se refere à quantidade de servidor, poucas bibliotecas possuem números suficientes para atendimento e realização de todas as atribuições que permeiam os setores de uma biblioteca pública.

As justificativas para inclusão de profissionais das mais diversas áreas é que eles poderão contribuir significativamente com os diversos setores de uma biblioteca pública, com ações como: interação com o público, otimização dos recursos, elaboração e execução de novos programas e projetos, resolução de questões burocráticas, na organização, mediação e compartilhamento da informação, tornando a BP um equipamento cultural mais efervescente.

A ética deve estar nos fazeres de toda equipe, que vai desde o profissional de segurança aos especialistas e gestores da unidade de informação, que desempenham as mais diversas tarefas e atribuições na instituição. Vale ressaltar a importância de cada funcionário conhecer os objetivos da instituição, as próprias competências e atribuições, bem como as inter-relações que permeiam as funções e setores de uma BP.

Para isso, é vital a capacitação contínua na área de atuação, para contribuir com a resignificação das práticas diárias e para fornecer todo e qualquer tipo de informação ao usuário. Apesar do século XXI, a era das tecnologias da informação e comunicação, a biblioteca pública ainda representa para muitos cidadãos a única fonte de acesso à informação e os profissionais que nela atuam são indispensáveis para garantir serviços de qualidade.

Importante ressaltar que em 2018 foi aprovada a Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, referente a Política Nacional de Leitura e Escrita – (PNLE), como “estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil”. Entre suas diretrizes está o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. O SNBP é responsável pela criação dos sistemas estaduais e sistemas municipais de bibliotecas públicas, um trabalho cooperativo realizado por meio de convênios.

Esta temática a respeito das bibliotecas públicas ainda é pouco discutida na CI, porém não deve ficar à margem das pesquisas, uma vez que teoria e prática devem caminhar juntas. As BPs devem ampliar e propor novas iniciativas, inovar em sua gestão, promover ações em rede e defender uma lei específica para a área com diretrizes que contemplem a complexidade desta instituição.

### 3.2 CONCEITO E EVOLUÇÃO DAS REDES DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

As bibliotecas públicas devem avançar em seus produtos e serviços, bem como incorporar o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) em suas ações. Como exemplo pode-se citar: o catálogo de acesso público on-line (OPAC), banco de dados com múltiplos documentos e a gestão do trabalho cooperativo, interligando os serviços em rede.

Valentim (2017) declara que a sociedade brasileira é consciente do valor da informação para sua efetiva cidadania, bem como para seu desenvolvimento. Para tanto necessita de mudanças, de estratégias que permitam articulações, interações e novas configurações nas unidades de informação.

Nesta perspectiva o trabalho em rede, de cooperação entre instituições, principalmente nas bibliotecas, redimensiona e fortalece sua atuação. O modelo tradicional de trabalho há tempos não apresenta soluções para avanços na área. Nesta perspectiva, Aragon (2017, p. 40) compreende as redes de bibliotecas como uma possibilidade de transformação destes espaços, e para:

[...] promover o bem comum, de forma atenuar a duplicação de esforços na catalogação; construção de catálogos coletivos; compartilhamento de recursos e tecnologias; intercâmbio de informação; contribuição para a aprendizagem; preservação do conhecimento; desenvolvimento colaborativo de produtos e serviços; e o compartilhamento de ideias e experiências.



Neste cenário é possível observar as inúmeras vantagens do trabalho em rede, pois otimiza a troca mútua, recursos e fomenta os serviços das unidades a partir da colaboração. Desse modo, as bibliotecas não estariam atuando de forma ilhada, sozinha, mas compartilhando experiências, processos, projetos, serviços e gestão, agregando valor e qualidade nas práticas cotidianas. Isso gera o desenvolvimento das bibliotecas, pois a interação dos mais diversos agentes da rede provoca enriquecimento e um diferencial no resultado das suas ações.

Apesar das singularidades e peculiaridades que cada biblioteca possui, o trabalho em conjunto contribui para um melhor planejamento e organização das unidades. Além disso, a interconexão, a comunicação entre as instituições e o compartilhamento de ideias e experiências implica uma nova estrutura, uma nova forma de gestão. Limas (2015, p. 19) apresenta a necessidade das instituições e “[...] organizações buscarem trabalhar na perspectiva de colaboração, da complementaridade, da ajuda mútua”. Este mesmo pesquisador complementa expondo que no mundo das bibliotecas “[...] as instituições criam redes principalmente para conseguir um melhor compartilhamento de recursos e melhores serviços para os usuários” (LIMAS, 2015, p. 24).

O trabalho cooperativo é uma possibilidade para redução de custos, para aquisição em conjunto de materiais, equipamentos, softwares, para automação de acervos, para criação de bases de dados, diretrizes, programas e projetos voltados à melhoria da atuação das bibliotecas públicas. É também uma possibilidade de captação de recursos financeiros e parcerias com órgãos públicos e privados que resultam em benefícios para uma unidade inserida em uma estrutura maior. “As redes são constituídas por estruturas ramificadas, que estão em constante movimento”, diálogo e evolução (TOMAÉL, 2005, p.19).

Nesta perspectiva, a atuação em rede otimiza novos serviços e produtos, visa a articulação e inovação. De acordo com Carvalho (2017, p. 177):

As atividades de cooperação foram, então, tomando novas formas, requerendo maior formalização para cumprimento de objetivos mais amplos e variados, mas visando, sobretudo, ampliar o compartilhamento de recursos, para evitar duplicidades de esforços. Surgiam, assim, as redes de bibliotecas e, à medida que o ambiente da informação tornava-se mais complexo, foram surgindo outras organizações para auxiliar as bibliotecas individualmente e as redes de bibliotecas a lidarem com questões novas que o avanço das tecnologias e do mercado da informação eletrônica fizeram surgir.

Desse modo criam-se as redes de bibliotecas, pois em tal contexto a colaboração não só facilita o acesso à informação como permite a dinamicidade de atuação dos profissionais, a economia dos custos operacionais e uma nova estruturação da gestão. Além disso, essa configuração de bibliotecas em rede impacta positivamente em seu desenvolvimento, atendendo as exigências da sociedade, na qual a informação faz parte de toda atividade humana.

Ressalta-se que este termo “REDE” é empregado em diversas áreas do conhecimento, e de acordo com Camillo, Jesus e Castro Filho (2019, p. 90):

O vocábulo “rede” chega à ciência por meio do médico e naturalista italiano Marcello Malpighi. A forma primitiva desse conceito tinha estreita relação com a tecelagem, sendo que essa relação permitiu que dicionários do século XVII ainda definissem o termo como um trabalho de fio ou seda, ou um tecido em que há malhas e aberturas.

Para Tomaél (2005, p. 18) “[...] uma rede nada é além de uma ligação de fios individuais; e, no interior do todo, cada fio continua a constituir uma unidade em si [...]”, tecidas pelas colaborações. Para Castells (2000, p. 498), as “[...] redes são estruturas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos” e assim resultar no desenvolvimento de ações conjuntas mediante inúmeras possibilidades baseadas na interação entre si dos múltiplos atores e na sua consolidação.

As redes adotam normas, padrões, conexões e inter-relações diante de vários contextos que podem ser utilizados por todas as bibliotecas que integram a rede para alcançar objetivos comuns. Aragon (2017, p. 21) declara que “O principal objetivo das bibliotecas é dar acesso à informação e ao conhecimento relevante, portanto, uma rede de bibliotecas deve conhecer as necessidades informativas de seus membros para o desenvolvimento de serviços [...]” e programas que atendam qualitativamente as demandas de informação dos leitores. As redes possibilitam agilidade na superação dos desafios das bibliotecas.

Nesta perspectiva, pode-se inferir que uma rede é um conjunto de elementos cooperativos que mantêm conexões uns com os outros, por meio de padrões preestabelecidos. Esta forma de trabalho entre as bibliotecas busca atuar estrategicamente por meio da sistematização de um conjunto de elementos e medidas para o aprimoramento, operacionalização e avanços nos serviços e

produtos e nos fazeres cotidianos das instituições que compõem a rede. Além disso, Oliveira e Cianconi (2013, p. 230), afirmam que as redes:

[...] podem ser compreendidas como veículos propulsores da inovação, sendo desencadeadoras de transformações pessoais, profissionais, organizacionais, econômicas e sociais, permitindo, inclusive, o fortalecimento de áreas do conhecimento e a otimização de processos de trabalho.

Neste sentido, as redes de bibliotecas articulam, promovem o compartilhamento de saberes, buscam atualização e inovação na forma de gerenciamento das bibliotecas e no desenvolvimento dos serviços. Estas se conectam em torno de objetivos comuns, serviços e programas, com foco em ultrapassar barreiras, aperfeiçoar e potencializar os fluxos de trabalho.

As ações cooperativas entre bibliotecas utilizam vários termos como redes, sistemas ou programas para designar o trabalho em conjunto. Limas (2015, p.23) observa que:

[...] ainda há conflitos terminológicos no uso dos referidos termos, sendo os mesmos utilizados com diferentes acepções em contextos diversos. No campo da biblioteconomia/ciência da informação, sistema relaciona-se, por exemplo, a sistemas informáticos ou sistemas de recuperação da informação.

Contudo, a palavra sistema está relacionada a sistemas tecnológicos, ou sistemas de automação de acervos e recuperação da informação e ao *software* utilizado. Estes termos são complexos e algumas redes de bibliotecas são também denominadas erroneamente de sistemas de bibliotecas. Como exemplo, é possível citar cidades que utilizam a palavra sistema para denominar o conjunto de bibliotecas que fazem parte da mesma diretoria ou da mesma secretaria. Por exemplo: no Brasil há o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), que atua em conjunto com os sistemas estaduais de bibliotecas. Em Londrina, no Paraná, há o Sistema de Bibliotecas Públicas do Município de Londrina (SBPML). O SBPML é atualmente composto por sete bibliotecas que atuam em rede, cooperam entre si, partilham as mesmas políticas e as mesmas normas. Possui uma biblioteca sede, a Biblioteca Pública Municipal *Pedro Viriato Parigot de Souza*.

Neste sentido, é possível perceber que a denominação quanto ao uso do termo redes de bibliotecas ainda não é consensual. No entanto, as redes são mais

abertas, focam na colaboração entre elas, na busca por redução de custos, no compartilhamento de experiências. Já os sistemas são mais amplos e estão estruturados na administração pública, de forma a permitir inclusive repasses de recursos financeiros as redes de bibliotecas.

Sendo assim, é necessário instigar pesquisas para evidenciar as diferenças e semelhanças entre sistema de bibliotecas e redes de bibliotecas nas estruturas administrativas. Estes termos se apresentam complexos e exigem reflexões mais profundas. Na pesquisa utilizou-se o termo “Redes” com foco na integração, no trabalho cooperativo e colaborativo entre bibliotecas pertencentes a um sistema.

De acordo com Limas e Campello (2017, p. 38), as bibliotecas que estão estruturadas em rede possuem “[...] legislação e documentação produzida; dotação orçamentária; e posicionamento das redes nos organogramas das secretarias”. Estes mesmos pesquisadores afirmam que:

Sobre os benefícios advindos da instituição em redes, [...] o principal refere-se justamente a uma melhor organização do trabalho das bibliotecas. Ações são planejadas para incluir todas as unidades, consolidando um sistema. Trata-se da estruturação abordada como necessária. [...] Trata-se de prever infraestrutura de suporte comum a todas, ao invés de apenas algumas individuais. (LIMAS; CAMPELLO, 2017, p. 38)

As bibliotecas que fazem parte da rede atuam de forma a alcançar os objetivos dessa organização, aprimorando sua gestão, produtos e serviços ofertados à comunidade, bem como mudanças em suas práticas, potencializando-as. Portanto, a formalização de redes e sistemas de bibliotecas é imprescindível a todas as unidades que pretendam ampliar sua funcionalidade, inovar em suas ações, compartilhar recursos, articular e padronizar procedimentos para assim melhor atender os leitores, satisfazendo suas necessidades e demandas informacionais.

Krzyzanowki (2007, p. 40) defende que “As redes e o aproveitamento de sinergias geradas, a partir da cooperação, fortalecem as chances de crescimento das bibliotecas”. Para Tomaél (2005, p. 65) “É um novo tipo de gestão baseada na interatividade de múltiplos atores, que gera novos comportamentos coletivos e transformações”.

Para que uma rede de bibliotecas públicas seja legitimada são necessárias políticas públicas que reconheçam e valorizem a importância das bibliotecas e de sua atuação em conjunto, de maneira a criar uma nova estrutura de funcionamento,

com foco na inovação da gestão e dos serviços e produtos. Estabelecendo assim interconexão, estrutura de funcionamento, grau de autonomia, comunicação, entre outras. No entanto, para isso é necessário articulação, intervenção e apoio político.

Leal (2011, p. 85) apresenta a importância da atuação em rede e defende que as vantagens são inúmeras, como:

- Defesa dos interesses das bibliotecas junto a órgãos governamentais, técnicos, profissionais; participação em agendas nacionais e internacionais;
- Experiência de compartilhamento e colaboração em coleções, serviços e projetos em nível nacional e regional; aumento da qualidade dos serviços prestados pela biblioteca aos usuários (sistemas de catalogação cooperativa, recuperação em bases de dados em linha, fornecimento de documentos, preservação, desenvolvimento de coleções);
- Provimento de acesso para livros, revistas eletrônicas, bancos de dados de pesquisa e documentos de trabalho nas áreas temáticas da rede; aquisição sob demanda e sem custo a teses estrangeiras, jornais e material de arquivo para pesquisadores; diferentes modalidades de empréstimo entre bibliotecas; agilidade na entrega de informações pelo uso de software, equipamentos, e suporte;
- Assistência na migração de registros catalográficos e criação de repositórios digitais;
- Participação em programas de desenvolvimento profissional, como educação continuada, acesso a consultores e especialistas, acesso a ferramentas de comunicação (wikis, blogues, listas etc.), integração em comitês, grupos de trabalho e fóruns para compartilhar conhecimentos e discutir assuntos de interesse e solução de problemas;
- Utilização de múltiplos canais de comunicação para manter os membros regularmente informados; apoio na divulgação de eventos e compartilhamento de projetos inovadores das bibliotecas no site do consórcio;
- Gestão profissional a cargo de especialistas com dedicação exclusiva para orientar a biblioteca naquilo que for preciso para obter os melhores resultados da sua atuação na rede. (LEAL, 2011, p. 85)

Dessa forma, são inúmeros os benefícios que a atuação colaborativa pode oferecer para as unidades componentes da rede, que vai desde o rompimento do trabalho tradicional ao uso das tecnologias para organização, busca, mediação e compartilhamento da informação. Além de facilitar a recuperação da informação e melhorar o atendimento, serviços e gerenciamento da biblioteca.

Na América, as primeiras iniciativas de cooperação bibliotecária iniciaram-se com a criação dos catálogos coletivos no início do século XX nos Estados Unidos e

se acentuaram com a “[...] crise da década de 1970, e com o avanço das tecnologias da informação e comunicação [...]” (LIMAS, 2015, p. 25).

Aragon (2017, p.41) afirma que “Uma das mais bem-sucedidas iniciativas em cooperação entre bibliotecas é a rede Online Computer Library Center (OCLC), criada em 1967 em Ohio, nos Estados Unidos”. Em 1974 esta rede já possuía 200 membros de Ohio e de outros estados norte-americanos. Em 1984 o número de membros chegava a 3 mil nos EUA, Canadá, México, Reino Unido e outros países. Em 2016, a OCLC contava com 16 mil associados em mais de 100 países (ARAGON, 2017).

Esta é uma cooperativa global, na qual milhares de bibliotecas buscam conjuntamente tornar as informações mais acessíveis para os cidadãos, compartilham tecnologias, programas comunitários, catálogo coletivo e ferramentas de gestão. O WorldCat é o catálogo coletivo utilizado pela OCLC conta com mais de 2 bilhões de registros e é considerado o maior do mundo.

A cooperação é a base nas redes de bibliotecas, viabilizam melhores serviços aos cidadãos e asseguram o fortalecimento da infraestrutura das bibliotecas. Importante ressaltar que “A partir dos anos 2000, diversas bibliotecas digitais têm sido desenvolvidas com base em esforços cooperativos, em que um determinado repositório centraliza a produção acadêmica de várias unidades de uma instituição” (LIMAS, 2015, p. 29). É possível observar que as ações cooperativas é uma tendência neste século XXI, pois integram uma rede maior de atuação conjunta.

As bibliotecas públicas não detêm todos os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades e conforme apresenta Limas (2015, p. 19). “Esta escassez se contrapõe ao aumento de demandas, forçando as organizações a privilegiarem estratégias de atuação articulada em redes de complementaridade para suprir necessidades novas [...] em suas áreas [...]”. Neste contexto trabalhando juntas, estas instituições serão capazes de satisfazer s as demandas impostas pela contemporaneidade, ultrapassando barreiras, superando obstáculos geográficos e financeiros.

Considerando as mudanças sociais e o ampliação acesso da população às tecnologias, bem como as dificuldades de se estabelecer e consolidar políticas públicas culturais efetivas em prol das bibliotecas públicas, o trabalho em rede possibilita avanços por meio da cooperação.

Na Colômbia a primeira rede de bibliotecas públicas surgiu no ano de 1974,

com a inauguração da primeira biblioteca do Fundo de Compensação Familiar por meio das Caixas de Compensação Familiar. Estas eram instituições de redistribuição econômica de natureza solidária, em que todos os empresários colombianos são por lei obrigados a contribuir com 4% da receita mensal da empresa para o bem-estar de seus empregados. (CLIVATI, 2009).

Esse valor é destinado a serviços em diversas áreas, como saúde, educação, esporte, turismo e em bibliotecas. Na Colômbia muitas bibliotecas públicas foram estruturadas nesta década, atuando em rede e gerenciadas por estes Fundos de Compensação Familiar. Democratizando assim a leitura, o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura (TOLOSA, 2012).

Em 1983 as Caixas de Compensação Familiar criam várias bibliotecas, formando a rede de serviços bibliotecários por meio de um trabalho cooperativo com o Colcultura, antigo órgão de cultura no país. De acordo com Tolosa (2012, p. 76, tradução nossa), “Desde então, outras caixas se juntaram ao esforço de incorporar programas ao seu portfólio de serviços em torno da leitura, informação, conhecimento e cultura [...]”. Elementos fundamentais para o desenvolvimento, bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Clivati (2009, p. 11) afirma que:

O Departamento de Bibliotecas tem seus princípios inspirados nos conceitos modernos de seguridade social, caracterizados por serem multidisciplinares e estarem embasados em princípios de justiça. Inclui, também, nos serviços das bibliotecas públicas, uma gama de serviços sociais considerando a biblioteca como um fator de bem-estar que tende ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da personalidade.

Em 2012 existiam 51 bibliotecas nos 32 departamentos do país, das quais 39 participam da rede de bibliotecas de Fundos de Compensação Familiar. A princípio foram criadas respondendo a interesses privados da indústria a seus trabalhadores, e com o tempo esta rede se tornou modelo de prestação de serviços à comunidade para toda América Latina. Estas bibliotecas públicas tiveram um desenvolvimento contínuo e atuam em conjunto, de forma cooperativa, empresa privada e Estado (TOLOSA, 2012).

Outra rede importante que existe na Colômbia iniciou seu projeto em 1996, mas somente foi colocado em prática na gestão do prefeito Enrique Peñalosa (1998-2001), que a incluiu no Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Município. Foi lançada ao público em 2001, chamou-se BIBLORED, sendo composta

inicialmente por 19 bibliotecas localizadas nos principais bairros da cidade, distribuídas estrategicamente e de fácil acesso. Possui como missão atuar no desenvolvimento sociocultural da cidade, fomentar a leitura, garantir o acesso à informação, ao conhecimento, à arte, ao lazer, à recreação, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos. As ações da BIBLORED fundamentam-se em três pontos principais, são eles: O enriquecimento do capital cultural de uma cidade, seja individual, coletivo ou público; melhoramento da qualidade de vida e desenvolvimento humano dos cidadãos e a construção da cidadania (RODRIGUEZ, 2006).

A BIBLORED desenvolve suas ações por meio de três linhas de trabalho: Leitura, Escrita e Oralidade; Ciência, Arte e Cultura e Espaços Criativos. O objetivo é incentivar a leitura, a escrita, o pensamento criativo, o gosto pela arte e pela pesquisa, do início da infância ao longo da vida. Atendendo principalmente os menos favorecidos socialmente com princípios da gratuidade, inclusão, igualdade, acessibilidade e participação (BIBLORED, 2020).

O conceito da BiblioRed é muito parecido com o conceito dos Centros de Esportes Unificados (CEUs) de São Paulo, que são espaços abertos, com desenvolvimento de programas e projetos educativos, culturais, esportivos e literários. Um ambiente democrático para uso e desenvolvimento cognitivo, social, emocional, criativo e crítico das comunidades, promovendo a leitura, a escrita e garantindo o acesso à informação.

A Rede Distrital de Bibliotecas Públicas de Bogotá promove e facilita a aprendizagem entre os cidadãos, o desenvolvimento cultural e social, visando o enriquecimento do capital cultural da cidade. Busca oferecer possibilidades de acesso às mais diversas expressões culturais por meio das bibliotecas e assim construir uma nova sociedade, sem criminalização, sem violência e sem preconceito.

A Rede reconhece os problemas sociais e assim desenvolve estratégias e ações de extensão de biblioteca com programas e projetos direcionados a todos os cidadãos. Entre eles estão os analfabetos, os deficientes, os desempregados, os adultos em condições de pobreza, doentes, habitantes da área rural, entre outros. Nesta perspectiva, realiza mudanças e transformações nas pessoas e na comunidade, construindo gradativamente o exercício da cidadania (RODRIGUEZ, 2006).

O Projeto destas bibliotecas administradas pelo governo municipal



contemplou quatro grandes bibliotecas, denominadas megabibliotecas. Estas possuem ambientes modernos que foram objeto de concurso de projetos arquitetônicos. A meta era obter prédios imponentes e dignos para os fins propostos: formação de capital cultural, social e humano, melhorar a qualidade de vida da comunidade (BIBLORED, 2020).

Vasco e Rodrigues (2021, p. 5) afirmam que “Uma nação cresce e se fortalece na medida em que seus habitantes são capazes de participar de um projeto comum”. Além disso, afirmam que uma sociedade mais justa e solidária se forma quando a população tem acesso à educação, à informação, à cultura e participam de decisões onde estão inseridos (VASCO; RODRIGUES, 2021).

Em 2002 esta Rede recebeu o prêmio “Access to Learning 2002”, da Fundação Bill & Melinda Gates, como reconhecimento de seu trabalho em ampliar o acesso à informação (VASCO; RODRIGUES, 2021).

As primeiras bibliotecas a integrarem a Rede foram: Biblioteca Envio; Bosa; A vitória; Usaquén-Servitá, Restrepo e Marichuela. As quatro maiores são: Biblioteca Virgilio; Biblioteca EL Tunal; Biblioteca el Tintal e Biblioteca Julio Mario Santo Domingo, situadas nos parques da cidade e possuindo, cada uma, uma média de 10.000 metros quadrados com cerca de 150.000 volumes. Os serviços e as coleções atendem uma comunidade diversa (RODRIGUEZ, 2006; TOLOSA, 2012).

Atualmente a maioria das bibliotecas conta com serviços de orientação ao usuário, extensão cultural, videoteca, hemeroteca, cafeteria e espaço para a guarda de bicicletas. Alguns serviços e atividades de leitura desenvolvidas nas bibliotecas, apresentadas no quadro 3:

**Quadro 3 - Atividades de leitura**

<b>Atividades</b>	<b>Descrição</b>
A hora do conto	Dirigido ao público infantil, em que os mediadores exploram os mais diversos gêneros literários, obras e autores.
Clube do livro para adultos	Momento de troca, conversa e intercâmbio de saberes a partir da memória e de diferentes tipos de leitura.
Café literário	É direcionado aos jovens e adultos que buscam ampliar seu universo de leitura por meio da reflexão, diálogo e debates de importantes textos para a vida dos cidadãos.

Clube de ficção	Este é um espaço para o público juvenil, onde a literatura dialoga com as diferentes artes.
-----------------	---

**Fonte:** Vasco e Rodriguez (2021).

Além destas atividades de leitura compartilhada, as bibliotecas contam com espaços para leitura para públicos de todas as idades, como o espaço para a primeira infância que é um ambiente dentro da biblioteca para crianças de 0 a 6 anos, em que os pais e familiares podem frequentar e fazer leitura com seus filhos, sendo um ambiente para sua família (VASCO; RODRIGUEZ, 2021).

Esta Rede desenvolve um serviço relacionado às artes chamado “Biblioarte”. Este projeto busca criar produtos com valor artístico e patrimonial por meio da arte, da consciência estética, práticas lúdicas e interação com as diferentes linguagens artísticas. Além deste, a BiblioRed, desenvolve a “Bibliovacaciones”, que são atividades realizadas para as famílias nos feriados e férias estudantis, com programação artística e literária. Estes projetos buscam fortalecer e promover a criatividade e o desenvolvimento de distintas habilidades com ações voltadas a toda família (VASCO; RODRIGUES, 2021).

Em 2016, a BiblioRed, inicia um processo de discussão para implantação da Biblioteca Digital de Bogotá. Este processo foi participativo envolvendo vários atores e como resultado, em 2018 já havia mais de 2 milhões de documentos para acesso público, disponíveis aos usuários cadastrados na Biblored. A BiblioRed se tornou um modelo de rede de bibliotecas na América Latina tanto pelos serviços, quanto na arquitetura e modelo de gestão cooperativa. Foi uma referência para outros países e também para outras redes implantadas no país como, por exemplo, as bibliotecas dos parques de Medellín (VASCO; RODRIGUES, 2021).

Foi regulamentada em 2001 a Lei Geral da Cultura nº 666/2001, esta possibilitou que todos os municípios e distritos investissem 10% do valor arrecadado nas bibliotecas públicas (REIS, 2013).

Em 2003 o Governo Nacional da Colômbia iniciou o Plano Nacional de Leitura e Bibliotecas (PNLB). O objetivo era formar bibliotecários, desenvolver programas de leitura, de patrimônio bibliográfico, bibliotecas e diversidade. Até 2002 seiscentos municípios ainda não tinham bibliotecas, e como resultado do PNLB, conforme apresenta Reis (2013, p. 61):

[...] 100% dos municípios do país com biblioteca pública; criação ou fortalecimento de 1.103 bibliotecas; capacitação de 12.193 pessoas; dotação de 200 bibliotecas para população com deficiência e de 24 voltadas para população afrodescendente ou indígena.

O PNLB articulou várias organizações para atingir sua finalidade, e é citado como referência de gestão cooperativa no âmbito nacional, possibilitando a cobertura de 100% dos municípios do país com bibliotecas públicas. O Plano teve recursos provenientes de diversas instituições públicas e privadas (REIS, 2013).

Este Plano foi o início de uma reflexão a respeito da importância da Colômbia elaborar uma política específica para as bibliotecas públicas e assim fortalecer sua gestão, seus processos, articulá-las nas mais diversas instâncias e inovar seus serviços com a utilização das TICs.

Ressalta-se que neste período a Colômbia enfrentava graves crises em relação à violência urbana e desigualdade social. Neste sentido, conforme Hubner e Pimenta (2020, p. 24), “[...] a prefeitura de Medellín, ao elaborar o seu Plano de Desenvolvimento 2004-2007, desenvolveu o “Plano Diretor de Serviços de Bibliotecas Públicas de Medellín” (SBPM) [...]”. O objetivo era formar uma rede de bibliotecas públicas por toda cidade, atuando como centro de desenvolvimento humano e social por meio da cultura, da informação, do livro, da leitura, de atividades formativas e atividades lúdicas e recreativas. Conseqüentemente, promoveria a convivência harmônica e contribuiria com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Neste sentido, o governo iniciou a divulgação do projeto e campanhas de conscientização da comunidade sobre as ações que iriam ser realizadas nos bairros. A comunidade era convidada a conhecer, participar com sugestões a respeito das ações e locais para instalação das bibliotecas. A comunidade empresarial contribuiu para viabilizar a sustentabilidade econômica e funcional das mesmas (HUBNER; PIMENTA, 2020).

Atualmente existem 249 bairros em Medellín, e 35 bibliotecas públicas distribuídas em áreas com baixas taxas de desenvolvimento humano e altas taxas de vulnerabilidade social. Estas bibliotecas oferecem importantes serviços como estratégia para diminuir os índices de violência e apoiar as comunidades menos favorecidas. Dentre os diversos serviços oferecidos, destacam-se: formação de usuários de BP; promoção da leitura e da escrita; serviços de extensão da biblioteca;

democratização do acesso e apropriação e geração de conhecimentos por meio das novas tecnologias (HUBNER; PIMENTA, 2020).

Além disso, de acordo com Hubner e Pimenta (2020, p. 25), há inúmeros programas mantidos pelas bibliotecas parques. São eles:

Mesas de trabalho: Este programa articula a aproximação permanente entre a população e o Estado, coletando as demandas da comunidade e estruturando ações para atendê-las;

Sala meu bairro: O objetivo é promover e recuperar a memória local e estimular a participação da comunidade em obras culturais específicas de cada bairro;

Avós Contadores de histórias: É um grupo de voluntários, em sua maioria, formado por idosos, que realizam a contação de histórias para os diversos públicos usuários das bibliotecas parques;

Extensão da biblioteca: consiste em levar os serviços de empréstimo de materiais a usuários de lugares distantes da biblioteca, com dificuldades de deslocamento, por meio das Caixas Viajantes;

Arquivo fotográfico: Este programa realiza a digitalização de fotos para comunidade, visando a sua preservação;

Seminário sobre Literatura Infantil: Este programa promove seminários, debates com a presença de especialistas nacionais e organizações internacionais para bibliotecários, educadores, promotores de leitura, e estudantes da área;

Sala de aula aberta: Este programa consiste em uma parceria com a universidade local, buscando a interação entre a comunidade universitária e o público em geral por meio de realização de várias atividades de extensão a população;

Quinta da Ciência: Em parceria com as instituições de ensino, procuram aproximar de maneira simples a ciência para as crianças e jovens de Medellín;

HiperBairros: Objetiva realizar atividades com jovens que frequentam a biblioteca e que, por meio do uso das TICs, desenvolvem práticas visando a recuperação e preservação da memória coletiva dos bairros. (HUBNER; PIMENTA, 2020, p. 25)

Os serviços e programas executados nas bibliotecas públicas de Medellín buscam criar espaços de convivência e interação com os moradores das comunidades, buscando a formação do indivíduo e a transformação da realidade social local, marcada por grande índice de violência. O poder público almejou e almeja por meio das bibliotecas públicas diminuir as desigualdades sociais, oferecer mais possibilidades de acesso à informação aos cidadãos por meio de programas educativos, culturais e literários, e assim restabelecer o equilíbrio social.

Além disso, a ação protagonista em rede das BPs buscou o fortalecimento do tecido social e humano, por meio da preservação e recuperação da memória local e ofertas de programas que possibilitaram a valorização do indivíduo e a diminuição

da violência.

Por meio das tecnologias digitais os cidadãos possuem acesso à informação. Contudo, o país sofreu e ainda sofre com as desigualdades econômicas e sociais que tanto afetam o acesso ao conhecimento, necessitando de uma política pública para área. Importante ressaltar que biblioteca e política pública são inseparáveis, pois as bibliotecas devem ser e ter um projeto político.

A política pública deve considerar o papel social, cultural e informacional das bibliotecas como um serviço público essencial ao desenvolvimento humano, que necessita de recursos e dotação orçamentária. O desenvolvimento e fortalecimento das bibliotecas são fundamentais para garantir acesso universal da população à informação, ao livro, à leitura e à literatura. Além de ser um equipamento cultural de preservação da memória.

Consciente disso, a Colômbia durante a gestão da Ministra de Cultura Paula Marcela Moreno Zapata, criou em fevereiro de 2010 a *“Lei de Bibliotecas, nº 1379/2010, um guia de fácil compreensão”*. Com o lema “Quando se abre uma biblioteca, encerra-se um cárcere”, enfatizando que a cultura, a diversidade, as bibliotecas, são essenciais ao desenvolvimento de todo cidadão e para superação das desigualdades sociais. Esta Lei estrutura a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), oferecendo serviços básicos e complementares com dotação orçamentária e infraestrutura que atendam aos requisitos mínimos de acesso à informação, a conectividades, ao intercâmbio de serviços da RNBP com outras redes bibliotecárias no país e exterior. Ela define os recursos técnicos, financeiros e institucionais, assim como as bases, infraestrutura, planejamento e como se dará a coordenação da RNBP, para o alcance dos objetivos das bibliotecas públicas do país (COLÔMBIA, 2010).

A Lei evidencia que a BP é aquela que presta serviços públicos, gratuitos e está à disposição para melhorar a qualidade de vida de toda população. Para satisfazer esta demanda, o Estado buscou aumentar os critérios de redistribuição de bens e serviços, em especial em bairros, regiões e setores sociais mais necessitados. Neste sentido, os serviços da biblioteca são desenvolvidos semanalmente incluindo sábados, domingos e dias festivos, a fim de promover a participação comunitária nas atividades culturais e literárias nas bibliotecas (COLÔMBIA, 2010).

O poder público na Colômbia investe na criação de bibliotecas públicas e

programas para que estas instituições possuam uma estrutura que permita a inclusão social, a diminuição dos problemas sociais como desigualdades, violência e conflitos internos relacionados ao narcotráfico. O objetivo é mudar a realidade social, contribuir para o desenvolvimento do país por meio das bibliotecas públicas, do livro, da leitura.

Importante mencionar que a Colômbia durante anos viveu um conflito armado pelo narcotráfico, violência e muita pobreza. As bibliotecas vieram com um importante papel na construção de um leitor crítico, reflexivo, autônomo e protagonista. As bibliotecas abrem de domingo a domingo, com acervo amplo e diversificado, possuem equipamento para deficientes visuais e catálogo automatizado. Além disso, desenvolvem projetos para a comunidade do entorno, com ações de inclusão digital, programações culturais e literárias e serviços de extensão como, por exemplo, as caixas viajantes que levam livros a instituições parceiras distantes das bibliotecas (CLIVATI, 2009).

Para Rodriguez (2006, p. 79, tradução nossa), a BiblioRed, “[...] transformou a cidade não só da perspectiva cultural e social, mas também do urbano, ela se recuperou e energizou arquitetonicamente as áreas em que as megabibliotecas foram estabelecidas [...]”. As BPs possuem amplos espaços com conforto para leitura, pesquisa e atividades culturais, o acervo é atualizado, os horários de atendimento são flexíveis e as ações realizadas de forma cooperativa com outras redes de bibliotecas.

As quatro maiores bibliotecas estão localizadas em parques metropolitanos da cidade, possuem uma área média de 10.000 metros quadrados e podem armazenar em média até 150.000 exemplares. São elas: Biblioteca Vergílio Barco; Biblioteca el Tunal; Biblioteca el Tintal e Biblioteca Julio Mario Santo Domingo (TOLOSA, 2012).

Suba, Bosa, La Victoria, Usaquén – Servitá, Restrepo e Marichuela são bibliotecas localizadas no entorno e integradas à rede. Estas são bibliotecas intermediárias, estão entre as quatro bibliotecas maiores e as bibliotecas dos bairros consideradas as menores que atendem apenas a comunidade de determinado espaço geográfico. As menores bibliotecas são: Arborizadora Alta; La Giralda; Rafael Uribe; Timiza; Venecia; Puente Aranda; Ricaurte; Las Férias; Perdomo e de la Peña (TOLOSA, 2012).

Esta Rede de bibliotecas é um modelo para toda América Latina, tanto em

serviços quanto na arquitetura, tecnologia e em seu modelo de gestão cooperativo. Para Rodríguez (2006, p. 87, tradução nossa): “A cooperação interinstitucional tem por objetivo aumentar os recursos disponíveis, reduzindo custos, oferecer novos programas ou serviços, melhorar ou expandir a cobertura dos existentes, em benefício dos usuários da biblioteca”.

Na BiblioRed a cooperação é realizada visando otimizar os serviços e recursos tecnológicos com as bibliotecas da rede e outras instituições públicas e privadas que atuam na formação de leitores, na mediação e disseminação da informação e da cultura. Desta forma, fortalece estes espaços para atuarem como agentes transformadores, integrados a outras redes e sistemas de Bogotá (RODRIGUÉZ, 2006, tradução nossa).

Nas últimas décadas estas instituições estão sendo pensadas com foco na eficiência e qualidade, na avaliação dos processos, serviços e produtos. (RODRIGUEZ, 2006).

Busca garantir a acessibilidade às bibliotecas a toda população. Este equipamento deve gerar valores, comportamentos e protagonismo no indivíduo, seja na busca, uso e apropriação dos recursos informacionais, literários, culturais, para que promovam o bem-estar pessoal e coletivo da população.

Além da BiblioRed, Bogotá possui outra rede pública de bibliotecas, que é a Rede do Centro Cultural do Banco da República. Além de suas funções na economia colombiana, este banco possuía um vasto programa de preservação e disseminação da cultura. Entre suas ações administrava museus e bibliotecas em várias cidades. As primeiras bibliotecas surgiram para atender demandas internas do banco, porém com o tempo expandiram-se e abriram as portas aos cidadãos (BANREPCULTURAL, 2020, tradução nossa). (Já dito)

A gestão destas bibliotecas é pautada em um modelo de acessibilidade, sustentabilidade e inclusão, com objetivo de promover a reflexão e o pensamento crítico dos cidadãos. Esta Rede desenvolve um trabalho de interação e cooperação entre si e busca oferecer serviços de qualidade. Este banco às comunidades em que estão inseridas (BANREPCULTURAL, 2021a tradução nossa).

Ela está constituída hoje por 21 bibliotecas, 5 centros regionais de documentação em 29 cidades colombianas e é liderada pela Biblioteca Luis Ángel Arango (BLAA). O nome foi uma homenagem ao gerente geral do banco no período de 1947–1957, que idealizou esta biblioteca e que hoje está localizada no centro

histórico de Bogotá e atende em média 5.000 pessoas diariamente. Além de prestar serviços básicos a leitores e pesquisadores, desenvolve uma vasta programação cultural com exposições de arte, concertos musicais, palestras e seminários para todos os públicos (BANREPCULTURAL, 2021b, tradução nossa).

A BLAA é uma das bibliotecas mais visitadas do mundo e também é referência no mundo digital. Possui uma biblioteca virtual com acervo raro a disposição dos cidadãos e pode ser consultada de qualquer lugar, pelo seguinte endereço eletrônico: <https://www.banrepcultural.org/biblioteca-virtual> (BANREPCULTURAL, 2021a tradução nossa).

Esta biblioteca virtual foi criada em 1997 e é “[...] considerada a primeira da América Latina [...]”. O Objetivo foi “[...] colocar à disposição do público materiais, conteúdos e informações, principalmente sobre a Colômbia ou autores colombianos”. Ela recebe em torno de 22 milhões de visitas por ano (BANREPCULTURAL, 2020, p. 1, tradução nossa).

Em 2020, como medida preventiva contra o Covid 19, “[...] o Banco da República encerrou seus espaços culturais em todo país”, contudo, a instituição fortaleceu sua biblioteca digital, redes sociais e site com ações de mediação cultural virtual, cujo objetivo foi “[...] colocar à disposição de todos os colombianos os conteúdos de sua ampla Biblioteca Virtual [...]” (BANREPCULTURAL, 2020, p. 1, tradução nossa).

A Biblioteca Virtual do Banco possui mais de 50.000 documentos disponíveis ao público, incluindo livros, mapas, fotografias históricas, artigos de periódicos, teses e dissertações, vídeos, áudios e projetos digitais, como por exemplo: exposição de arte e jogos para crianças. Os livros compreendem as mais diversas áreas do conhecimento, os periódicos são de várias partes do mundo e em vários idiomas (BANREPCULTURAL, 2020, tradução nossa). Entre os projetos on-line destacam-se:

- 1- La Paz com a palavra: São várias atividades on-line para o público que visa o fortalecimento da cultura de paz no país.
- 2- Coleção de Arte do Banco da República: É disponibilizada a toda população cerca de 6.000 obras de arte, como pinturas, esculturas, fotografias, desenhos por meio de um tour virtual;
- 3- The Historical Digital Newspaper Library: São documentos históricos, políticos e econômicos da Colômbia dos séculos XIX e XX disponibilizados aos cidadãos;



- 4- Impressões de uma viagem à América: Este projeto consiste em disponibilizar acesso a uma obra que reúne registro escrito e visual de memórias de uma viagem. Aborda questões relacionadas à fauna, à flora, aos povos, aos costumes, que podem ser consultadas na íntegra na biblioteca digital do banco;
- 5- Fundos Abertos de autores colombianos: O objetivo é divulgar no site as obras de escritores, artistas, cientistas e pensadores colombianos.
- 6- Biblioteca Básica dos Povos Indígenas da Colômbia: É uma coleção que reúne duas antologias de contos e poesias e mitos pertencentes aos povos indígenas colombianos do século passado;
- 7- Leia o Caribe: São atividades on-line de promoção e mediação da leitura direcionadas a crianças, jovens e adultos. (BANREPCULTURAL, 2020, p. 1, tradução nossa)

Além destes projetos oferecidos pela biblioteca digital, no site da Biblioteca Luis Ángel Arango é possível encontrar projetos para pessoas com deficiência auditiva, com livros adaptados à língua de sinais colombianos. Além disso, é um espaço para divulgação e reflexão a respeito de vários assuntos científicos, culturais e acadêmicos.

Esta Rede buscou fortalecer a comunidade por meio de uma estrutura de serviços e ações de interação com os cidadãos, promovendo ações culturais, literárias, debates e a reflexão diante de uma complexa realidade social colombiana.

Em 2003, iniciam-se os delineamentos para a criação da Política Nacional de Leitura e Bibliotecas (PNLB) na Colômbia. O objetivo foi estabelecer diretrizes para tornar a Colômbia um país de leitores e melhorar o acesso dos colombianos à informação por meio do fortalecimento das bibliotecas, da formação de bibliotecários, do patrimônio bibliográfico e da indústria editorial (REIS, 2013; TOLOSA, 2012).

No que se refere às bibliotecas públicas, o PNLB contemplou estratégias específicas de ação para a promoção do livro, da leitura, comunicação e divulgação para a população. As BPs foram consideradas como ambiente articulador e potencializador das iniciativas para a comunidade. Entre as metas propostas foram: criar quinhentas bibliotecas fortalecidas em todo país; capacitar 5.000 bibliotecários para atuarem como promotores da leitura; atender 313 municípios que ainda não possuíam BP e aumentar o índice de leitura dos cidadãos (TOLOSA, 2012).

A maioria das bibliotecas colombianas estava concentrada em grandes cidades como Bogotá, Medellín e Cali. No entanto, é possível observar nos primeiros

dez anos de atuação do PNLB alguns resultados, como: 100% dos municípios da Colômbia com BP; a criação e fortalecimento de 1.103 bibliotecas; a capacitação de 12.193 agentes de leitura; criação de 200 bibliotecas específicas para população com deficiências e 24 voltadas para grupos afrodescendentes ou indígenas (REIS, 2013).

As políticas públicas para bibliotecas públicas possuem um fundamental papel para os países ainda em desenvolvimento, principalmente aqueles que apresentam significativo índice de violência e desigualdade social. Por meio das BPs os cidadãos participam de programas e projetos de incentivo à leitura e acessam informações que contribuem para a melhoria da qualidade de vida. As bibliotecas são espaços informacionais, artísticos e culturais que possibilitam a interação, o diálogo e aproximação com a comunidade.

Foi na concepção de uma BP democrática, universal, aberta a todos que surgiram a Rede de Bibliotecas Parques de Medellín. Estas bibliotecas colombianas são dinâmicas, organizadas em rede para funcionar como centro de desenvolvimento integral e cultural da população, a partir das necessidades e demandas da comunidade local em que estão inseridas (PEÑA GALLEGO, 2011).

Nesta perspectiva, a Prefeitura de Medellín realizou parcerias com diversos órgãos públicos e privados e interviu com projetos de leitura, serviços bibliográficos e ações para fortalecer a memória local, formar leitores e estabelecer relações para formação continuada da comunidade. A Rede de bibliotecas parques possui um plano de atuação formado por um conjunto de estratégias inovadoras e pensadas para a circulação de saberes e transformação social, pautadas em três eixos: educativo, cultural e social (PEÑA GALLEGO, 2011).

Neste contexto estas bibliotecas merecem destaque por possibilitar o acesso ao conhecimento, à diversidade cultural, a recursos virtuais por meio de programas sociais, educativos e culturais permanentes. De acordo com Peña Gallego (2011, p. 2, tradução nossa) estas instituições consideram o cidadão “[...] como sujeito de direitos, como protagonistas dos processos que constituem o tecido social [...]”, propõem um novo estilo de convivência, com padrões elevados de qualidade nos serviços à população. Os serviços oferecidos ao público se pautam, na gestão da informação, formação do usuário, na promoção da leitura e escrita, no uso das novas tecnologias e nos serviços de extensão cultural (HUBNER; PIMENTA, 2020).

Importante mencionar que as bibliotecas que constituem esta Rede estão

instaladas em locais com as mais baixas taxas de desenvolvimento humano e com grande número de cidadãos em vulnerabilidade social. Neste sentido, as bibliotecas parques foram propostas considerando “[...] aspectos demográficos, urbano, social e cultural, na qual é necessário elevar a qualidade de vida dos cidadãos e reconstruir o tecido social” (PEÑA GALLEGO, 2011, p. 2, tradução nossa).

Em linhas gerais estas bibliotecas foram concebidas para acolher, incluir, interagir e transformar a comunidade, reconfigurando os bairros, territórios, formando uma nova forma de viver, sem violência e com convivência harmônica. Atualmente a Rede é composta por 35 unidades de informação, e os principais objetivos do Plano Municipal de Bibliotecas Parque são: “[...] contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, criando condições para o desenvolvimento urbano; promover a convivência cívica, além de melhorar o acesso à informação e educação dos cidadãos” (HUBNER; PIMENTA, 2020, p. 24).

A Colômbia é o país da América do Sul que mais investe em políticas públicas para bibliotecas públicas, principalmente no trabalho em rede, na gestão cooperativa, preocupando-se com a transformação e com o bem-estar dos indivíduos e comunidade. Assim, oferecendo boas práticas que impactam positivamente no desenvolvimento humano e social.

Outro marco importante para a estruturação das Redes de Bibliotecas na Colômbia, conforme dito na página 44, foi a Lei 1.379, regulamentada em 2010, pelo Ministério da Cultura. Esta legislação foi a base para estruturação da política pública nacional para BP, na Colômbia, com a criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP). Esta Lei apresenta delineamentos técnicos, administrativos, de gestão, a respeito do funcionamento da rede no país, bem como sua infraestrutura, instrumentos de sustentabilidade das bibliotecas, normas, orientações, entre outros.

A RNBP é coordenado pelo Ministério da Cultura – Biblioteca Nacional da Colômbia, que define as políticas estatais, regulamentos e objetivos para todas as bibliotecas públicas do país. O objetivo da rede é evitar duplicar esforços e promover a unidade mediante estabelecimento de metas e métodos de trabalho. A RNBP se pautou nos princípios estabelecidos pelo Manifesto da Unesco, Diretrizes da IFLA e na Declaração de Caracas para Biblioteca Pública. É uma instituição pública, de utilidade pública, que dispõe de recursos financeiros, técnicos, com incentivos governamentais, serviços gratuitos e de qualidade disponíveis aos cidadãos. O objetivo é melhorar o bem-estar geral e satisfazer as necessidades da população e

seu direito de acesso à leitura a informação, ao conhecimento e à cultura (COLÔMBIA, 2010).

Os serviços desenvolvidos pela Rede possuem como parâmetros a análise de satisfação do leitor, que implica em constante reflexão acerca do planejamento e das ações realizadas. Entre os serviços básicos oferecidos aos leitores estão: consulta e empréstimo de acervo, capacitação de usuários, disseminação de informação local, programações culturais, projetos de extensão a comunidades, acesso à internet, ações de promoção à leitura e alfabetização digital. Além destes, a Rede possui serviços complementares como: cafeteria dentro das bibliotecas, espetáculos musicais, teatrais, exposições dentre outros. (COLÔMBIA, 2010).

Esta Rede resultou no reconhecimento governamental de que as bibliotecas públicas são essenciais para o desenvolvimento social e no serviço público. Estes equipamentos culturais atendem crianças, jovens, adultos e idosos, além de grupos específicos de estudantes e pesquisadores. O acervo é atualizado, a equipe que atua na RBNP é composta por profissionais com formação em Biblioteconomia e recebem capacitação contínua. Além disso, trocam informações entre as diferentes equipes que atuam nas bibliotecas que compõem a RBNP, para garantir funcionários qualificados para celeridade dos processos e serviços (COLÔMBIA, 2010).

A RBNP foi criada de modo que permita a cooperação e interação entre outras redes e sistemas bibliotecários existentes no país. Ademais, preocupa-se com o diálogo entre outros órgãos governamentais, como museus, centros de documentação, arquivos, rádio comunitária e ministérios, como por exemplo: da Educação e das Tecnologias de Informação e Comunicação, de forma a estruturar os processos de gestão e trabalho com foco a facilitar o acesso dos leitores aos serviços.

Há no país um Comitê Técnico Nacional de Bibliotecas Públicas que representa os setores de bibliotecas, livro e leitura. Este órgão apoia e assessora o governo articulando o desenvolvimento de projetos cooperativos entre a RBNP e outras redes bibliotecárias no país, em níveis estaduais e municipais. Importante mencionar que cada Estado pode criar um Comitê de Bibliotecas Públicas para contribuir com a Rede no âmbito regional (COLÔMBIA, 2010).

Nos municípios e distritos as ações em rede ocorrem seguindo os princípios e orientações da RBNP, executando ações comuns entre as bibliotecas na localidade. Atualmente a Rede é composta por mais de 1.540 bibliotecas públicas

organizadas em redes estaduais, municipais e distritais (IBERBIBLIOTECAS, 2021).

O Ministério da Cultura da Colômbia, por meio da Biblioteca Nacional e juntamente com os comitês, busca garantir o desenvolvimento permanente das bibliotecas públicas. Ademais, motivam práticas conjuntas entre bibliotecas, promovendo a mediação, a produção e a circulação da informação, como uma possibilidade para o desenvolvimento humano e social em todo o país (COLÔMBIA, 2021).

A Colômbia tem tido grande notoriedade em relação à criação e manutenção deste projeto e tem sido exemplo para toda América do Sul, pois implementou com seriedade uma política pública para as bibliotecas públicas.

Suaiden (2018, p. 144) corrobora com este pensamento quando afirma que em Medellín e Bogotá, na Colômbia, foi implantado um “[...] novo modelo de biblioteca, intitulado Parque Biblioteca e foi fundamental para a diminuição dos conflitos em comunidades menos favorecidas”. Este país acolheu sua população em suas necessidades, dialogou com a comunidade e criou uma alternativa concreta para a diminuição de um problema que atingia toda a coletividade.

Além do planejamento estratégico, há também as diferentes legislações de proteção de dados, o acesso à informação, a segurança dos leitores, a plena atuação dos profissionais da informação, articulação com outras bibliotecas e órgãos públicos e privados que asseguram a qualidade e a complexidade destas instituições na contemporaneidade.

Muitas das ações desenvolvidas pelas Redes de Bibliotecas na Colômbia também são realizadas por muitas bibliotecas públicas no Brasil, mas não de forma institucionalizada, com lei específica apoiando a gestão nos desafios e dificuldades.

No Brasil, credita-se à década de 1940 o início das primeiras iniciativas de cooperação e compartilhamento de recursos entre bibliotecas. O objetivo principal era dividir despesas, adquirir equipamentos e evitar a duplicidade de ações, construindo um catálogo coletivo, compartilhando os serviços bibliográficos e permitindo o acesso de forma rápida. Na época o foco era a organização e gestão do acervo.

Neste sentido, em 1942 foi criado o Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC), pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), e em 1947 o Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos (CCN), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 1954 esses dois serviços foram transferidos para o Instituto Brasileiro de

Bibliografia e Documentação (IBBD), por meio do decreto federal nº 35.124, que atualmente é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Neste mesmo ano, 1954, o governo do estado de São Paulo juntamente com a Universidade de São Paulo (USP), criam o Catálogo Coletivo de Livros do Estado de São Paulo (CCL). Este catálogo foi resultado de uma ação cooperativa de mais de cem bibliotecas (KRZYZANOWSKI, 2007).

À época estas ações foram um importante avanço para os serviços cooperativos de informações, compartilhamento, gestão e para o início da formação das redes de bibliotecas no país. É neste cenário que as ações de cooperação entre bibliotecas surgem e aos poucos se consolidam, propiciando mudanças e facilitando o trabalho dos profissionais da informação.

De acordo com Aragon (2017, p. 49) “[...] em 1970, o SIC incorporou a automação em suas atividades, desenvolvendo o Projeto de Catalogação Legível por Computador (CALCO)”. No que se refere ao CCN, a literatura biblioteconômica apresenta que este reuniu informações de periódicos científicos nacionais e também internacionais. “O objetivo era difundir, identificar e localizar periódicos existentes; estabelecer políticas de aquisição de coleções; padronizar a entrada dos títulos e promover o intercâmbio entre bibliotecas por meio do COMUT [...]” (ARAGON, 2017, p. 49).

Este Catálogo foi fundamental para o compartilhamento de periódicos entre as bibliotecas cooperantes e para o fornecimento do material a todo cidadão e pesquisador interessado no acesso. Krzyzanowki (2007, p. 3) afirma que o CCN, no correr dos anos, “[...] passou a ser reproduzido em microfichas e em CD-ROM [...] facilitando a consulta. A partir de 1998 o acesso ao CCN tornou-se eletrônico, via WEB”. Em 1999 foi integrado ao Programa COMUT.

O Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT) até os dias atuais “[...] permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais” (ARAGON, 2017, p. 49). Todos esses serviços e órgãos desenvolviam ações de catalogação cooperativas, e conforme “[...] o ambiente da informação tornava-se mais complexo, foram surgindo outras organizações [...]” para auxiliar as instituições a “[...] lidarem com questões novas que o avanço das tecnologias e do mercado da informação eletrônica fizeram surgir” (CARVALHO, 2017, p. 177).

Desta forma iniciam-se no Brasil as redes de informação e as redes de

bibliotecas, com a “[...] função de integrar em um sistema único, informações, registros e/ou conteúdos originados de fontes diversas” (CARVALHO, 2017, p. 178), tendo a finalidade de facilitar o registro e o acesso à informação por meio de uma base de dados, que integra materiais das instituições cooperantes.

Importante evidenciar que na década de 1970 a Divisão de Bibliotecas e Documentação do Departamento de Educação, Esportes e Cultura de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, começou a ser reestruturada tecnicamente, a fim de implantar serviços mais eficientes, otimizar os recursos. Neste sentido criou-se uma rede de bibliotecas públicas com objetivo de aperfeiçoar os serviços, ampliar suas atividades, permitindo que as dez bibliotecas da cidade atuassem de forma cooperativa para ofertarem melhor qualidade no atendimento aos usuários e de forma rápida. Neste sentido, a equipe avaliou os recursos computacionais da cidade e verificou que era possível criar um programa para registros de documentos. Desta forma iniciou em 1973 um projeto piloto TAUBIP com base nos formatos nacionais e internacionais: UNIMARC (linguagem de catalogação legível por computador) e CALCO (Catalogação legível por computador). “Durante os anos de 1978 e 1979 foi feita a compatibilização do TAUBIP com esses formatos e transformado em sistema de rede de bibliotecas” (LEITE *et al.*, 1980, p. 175).

Os campos do TAUBIP foram criados em formato de formulários para o registro das informações das obras. Conforme apresenta Leite *et al.* (1980, p. 175), o sistema abrangeu “[...] todas as tarefas de catalogação e classificação, possibilitando as manutenções que se façam necessárias”. Importante ressaltar que este sistema possuía subsistemas de seleção e aquisição, processamento técnico, armazenagem, atendimento e circulação, entre outros, com objetivo de fortalecer ação conjunta das unidades. Desta forma possibilitou a recuperação rápida de títulos incorporados pelas bibliotecas públicas da rede (LEITE *et al.*, 1980).

Outras iniciativas governamentais e não governamentais foram surgindo com objetivo de atuação em rede. De acordo com Krzyzanowski (2007, p. 4), “Em 1967, destaca-se a criação da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), hoje Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde [...] ligada à Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde”. A Bireme “[...] desenvolveu notável trabalho cooperativo, objetivando o fortalecimento dos acervos das bibliotecas dessa área [...] estimulando e dando suporte ao intercâmbio de informações, e promovendo treinamento profissional bibliotecário”.

Formando assim a Rede Brasileira de Informação de Ciências da Saúde, hoje representada pela Biblioteca Virtual da Saúde (BVS).

Outra rede criada neste período é a Rede de Catalogação Bibiodata/Calco, conforme afirma Aragon (2017, p. 49):

No fim dos anos 1970, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) funda a Rede Bibiodata, através da Biblioteca Central da Fundação e do Centro de Processamento de Dados, com o objetivo de proporcionar controle bibliográfico e de otimizar a escassa mão de obra para os serviços de biblioteca por meio da catalogação cooperativa. Inicialmente, a Rede contou com a participação da Fundação Joaquim Nabuco, da Escola Superior de Guerra, da Biblioteca do Exército, da Biblioteca Nacional, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Rede Bibiodata/Calco, buscou agilidade na catalogação das obras bibliográficas. Além disso, o controle e a padronização de dados facilitava o trabalho de toda a rede. Aragon (2017, p. 50) afirma que em 2013 a “Rede Bibiodata passou a funcionar sob a responsabilidade do IBICT, com a finalidade de disseminar os acervos das bibliotecas brasileiras, compartilhar registros e recursos bibliográficos”. Importante salientar que o IBICT mantém um catálogo coletivo amplo com acesso aberto a todo cidadão. Para consultar é necessário acessar o endereço eletrônico <https://ccn.ibict.br> .

Krzyzanowski (2007, p.5) comenta que as “Experiências de várias instituições, nas suas respectivas áreas do conhecimento, permitiram a consolidação dos serviços cooperativos”. Dentre essas instituições, destacam-se o: Sistema Embrapa de Bibliotecas e Biblioteca Nacional de Agricultura (BINAGRI); Energia Atômica (INIS) pelo Centro de Informações Nucleares/Comissão Nacional de Energia Atômica (CIN/CNEN), Saúde (LILACS) pela BIREME, assim como a de Odontologia (BBO) pelo Serviço de Documentação Odontológica/Faculdade de Odontologia/Universidade de São Paulo (SDO/FO/USP) (KRZYZANOWSKI, 2007).

Carvalho (2017, p. 180) destaca que as “[...] décadas seguintes são marcadas por muitas e importantes iniciativas governamentais ou das próprias bibliotecas que se organizaram em redes de bibliotecas para produzir catálogos, bases de dados e serviços”. Entre elas estão: a Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional (RVBI); a Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP); a Rede de Bibliotecas da Área de Engenharia e Arquitetura (Rebae); a



Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro (Redarte/RJ); a rede de bibliotecas universitárias que contribui com a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); os consórcios Programa Biblioteca Eletrônica (PROBE) e Consórcio Periódico Eletrônico (COPEPE), posteriormente integrados ao Portal de Periódicos Capes (CARVALHO, 2017).

Outras redes e sistemas também se fortaleceram e se institucionalizaram como: Sistema de Bibliotecas da Embrapa, Rede de Bibliotecas da Fiocruz, Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje), Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (Rede BIE), a Rede de Bibliotecas do Ministério Público Federal (RBMPF), e a Rede de Bibliotecas do Ministério da Defesa (Rebimd) (CARVALHO, 2017).

Krzyzanowski (2007, p. 5) corrobora com Carvalho quanto ao fortalecimento das bibliotecas, bem como com a institucionalização de sistemas e redes. “Sobressaíram-se, [...] os esforços pioneiros das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Minas Gerais, do Ceará, da Paraíba e das Estaduais Paulistas: UNICAMP, UNESP e USP [...]”.

A partir da década de 1990, com a chegada das tecnologias de informação e comunicação (TICs), houve um significativo avanço nos serviços cooperativos e na estruturação de sistemas e redes de bibliotecas. Neste período surgem a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) pelo IBICT. O BDTD integrou em um único ambiente todas as teses e dissertações produzidas em âmbito nacional.

No que se refere ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), o processo de criação iniciou-se na década de 1970 por meio do Instituto Nacional do Livro (INL). Entretanto, sua implantação se deu em 1977, e o SNBP contribuiu na década de 1980 para criação de muitas bibliotecas públicas estaduais. Seu objetivo era contribuir com a criação, desenvolvimento, assessoramento técnico e estruturação de bibliotecas públicas no país, principalmente as estaduais. Neste sentido, Castro Filho (2018, p. 38) argumenta que:

A formação de uma rede contempla as comunidades bibliotecárias e documentais. Com relação aos elementos técnicos, um dos recursos é o compartilhamento dos processos técnicos, como, por exemplo, a utilização dos mesmos formatos de catalogação e normas específicas, no sentido de facilitar a indexação e a recuperação da informação. Nos “elementos de governo e gestão” podemos afirmar que o governo tem as funções de instituir a existência da rede e de implantar políticas públicas para o desenvolvimento da rede de bibliotecas. (CASTRO FILHO, 2018, p. 38)

O SNBP no Brasil visa atuar além das demandas técnicas, também na estruturação de bibliotecas por todo país. De acordo com o exposto por Castro Filho (2018) evidencia-se que a criação da rede possibilita a elaboração e implantação de políticas que garantam o desenvolvimento e sobrevivência das bibliotecas públicas. Na sociedade contemporânea há um crescimento das demandas informacionais que se apresentam de forma ampla e carecem de recursos tecnológicos, equipamentos e equipe qualificada e atualizada. Assim, o SNBP estimularia a ação em rede, a participação ativa de várias bibliotecas, que de forma cooperativa contribuiriam umas com as outras.

Contudo, o SNBP demorou alguns anos para sua efetiva regulamentação, que só veio ocorrer em 13 de maio de 1992 pelo decreto presidencial nº 520, como órgão subordinado ao Departamento Nacional do Livro (DNL), da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), órgão vinculado ao Ministério da Cultura (MinC) (ARAÚJO, 2013).

O SNBP, além de suas mais diversas atribuições, tem por missão atuar de forma articulada com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBP) e assim, conjuntamente, promover programas, projetos e ações que democratizem o acesso à informação, ao livro, à leitura e à literatura a todo cidadão. Em 2003 o SNBP passou a ser subordinado à Presidência da FBN. De acordo com Machado (2008, p. 79), esta fundação:

[...] amarrou sua estrutura, eliminando a possibilidade de agir de maneira autônoma e, conseqüentemente, minando sua capacidade e força para atuar efetivamente e de maneira contínua na dinamização e no fortalecimento desses espaços.

Apesar de o SNBP ter uma proposta de ação inovadora com ações em rede em todo o país, enquanto esteve subordinado à FBN ficou impossibilitado de executar suas metas e realizar suas articulações que eram amplas, complexas. Importante ressaltar que a ação efetiva do SNBP era e é absolutamente necessária as bibliotecas públicas. A sociedade se transformou e o papel das bibliotecas públicas se alterou, contudo, na prática pouco mudou. As bibliotecas públicas permanecem em uma conjuntura preocupante, de desvalorização e desmantelamento.

Apesar das peculiaridades de cada unidade a que as redes de bibliotecas

pertencem, estas possuem características similares e oferecem produtos e serviços de informação diferentes. Nesta perspectiva, estas instituições carecem de diálogo, de apoio mútuo, de cooperação e políticas públicas para consolidar novas práticas em seu cotidiano. Devem inserir as TICs, e novos serviços informacionais para democratizar o acesso ao livro, à leitura e à literatura. A atuação das bibliotecas públicas em rede também foi defendida pela UNESCO em seu *Manifesto para Bibliotecas Públicas* (UNESCO, 1994, p.02). Neste documento afirma-se que:

[...] para assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, a legislação e os planos estratégicos devem ainda definir e promover uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente acordados. A rede de bibliotecas públicas deve ser concebida tendo em consideração as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, assim como as bibliotecas escolares e universitárias.

Neste sentido, o SNBP busca fortalecer as ações regionais, estaduais e apresentar uma nova configuração de política integrada para a BP, atuar de forma cooperativa em rede, reconhecendo, valorizando a importância deste equipamento cultural.

Siqueira, Machado e Luck (2019, p. 365) informam que em 2012, por meio do Decreto n. 7.748 de 8 de junho de 2012, “O SNBP, que era subordinado diretamente a Presidência da FBN, passou a pertencer à Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca – DLLLLB” e esta Diretoria à FBN, com o propósito de contribuir para a formulação de políticas públicas para esse gênero de instituição. Contudo, as pesquisadoras comentam que “[...] essa nova configuração da FBN se mostrou inviável tendo em vista as dificuldades que a instituição passava em função dos baixos investimentos que os governos anteriores destinaram à instituição [...]”. (SIQUEIRA, MACHADO; LUCK, 2019, p.365).

Importante salientar que conforme Machado, Elias Junior e Achillez (2014, p. 127) “Desde sua criação, o SNBP trabalha de maneira articulada com os Sistemas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Bibliotecas Públicas, com o objetivo de fortalecer suas ações e estimular o trabalho em rede e colaborativo”, seja orientando em questões técnicas, seja enviando materiais para incorporação e desenvolvimento do acervo (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLEZ, 2014, p. 127).

“O fato de estar sediado no Rio de Janeiro e não em Brasília, bem como a sua posição dentro da FBN, nem sempre lhe conferiram as condições adequadas

para trabalhar com autonomia e agilidade” (SIQUEIRA; MACHADO; LUCK, 2019, p. 365). Apesar dos esforços do SNBP em integrar os Sistemas Estaduais e Municipais, os autores mencionados mostram a dificuldade de articulação do SNBP com os representantes das bibliotecas nas esferas estaduais e municipais. “Sua estrutura e localização, praticamente, inviabilizava o contato e atuação, visto que os mesmos iam para Brasília e não para o Rio de Janeiro resolver os problemas da área de Cultura”.

Apesar das dificuldades o SNBP se manteve firme em suas ações. Siqueira, Machado e Luck (2019, p. 367) informam que até 2013 o SNBP recebeu muitas doações de livros de editoras e de escritores, inclusive “Uma das maiores doações recebidas pelo SNBP foi do escritor Mauricio de Souza, que doou cerca de um milhão de gibis da turma da Mônica para ser redistribuído para as bibliotecas públicas do Brasil”. Estas doações eram enviadas sistematicamente em lotes para as bibliotecas públicas de todo país, a partir das demandas apresentadas pelos responsáveis das bibliotecas.

As solicitações eram enviadas por meio de ofício ou e-mail contendo informações a respeito da biblioteca e do responsável pelo recebimento. “O SNBP verificava a veracidade das informações prestadas através da checagem dos dados no Cadastro Nacional de Bibliotecas Públicas, base de dados gerenciada pelo próprio SNBP.” (SIQUEIRA; MACHADO; LUCK, 2019, p. 367).

Esta prática ocorreu até o ano de 2013, pois de acordo com as pesquisadoras Siqueira, Machado e Luck (2019, p. 368), “Ao longo do tempo, o recebimento, armazenamento e envio de materiais tornou-se impraticável, resultando no encerramento dessa prática”. Além desta ação de distribuição de livros, o SNBP realizava também a distribuição de kits para implantação, instalação e modernização de bibliotecas públicas no país. O objetivo era aumentar o número de bibliotecas públicas no país e estruturar as existentes.

O kit de implantação/instalação de bibliotecas era destinado para os municípios que não provinham deste equipamento cultural ou que almejavam a instalação de uma segunda biblioteca no seu território. Era composto de acervo, equipamentos eletrônicos e de informática e mobiliários que possibilitava instalar uma biblioteca com os elementos básicos para o seu funcionamento. Já o kit de modernização, que era destinado às bibliotecas já existentes, continha um número menor de itens, inicialmente, entre os anos de 2006 e 2007, era composto somente por um acervo de 1.000 livros e,

a partir de 2008 foram incorporados equipamentos eletroeletrônicos e mobiliários. (SIQUEIRA; MACHADO; LUCK, 2019, p. 368)

**Miranda (1979, p. 234), defensor das bibliotecas públicas e dos sistemas de bibliotecas, desde a década de 1970 já explanava a respeito da importância da constituição de bibliotecas em sistemas, pois desta forma “[...] amplia-se a capacidade de seus serviços, facilitando o acesso à informação, barateando os seus custos, racionalizando suas tarefas e disciplinando o seu uso para um público mais amplo.”.**

Nesta perspectiva, é importante ressaltar que em 2014 a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) lançou o prêmio Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas. Contudo, esta ação ocorreu por meio da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) e do Sistema de Biblioteca Pública Nacional (SNBP). No entanto, não houve continuidade nos anos seguintes. Este prêmio seria uma estratégia importante para estimular as BPs a se inovarem. “No âmbito da América Latina, o Programa Latino-Americano de Bibliotecas Públicas, em sua edição de 2016, reconhece projetos que trabalham com o objetivo de gerar serviços bibliotecários inovadores” (MARCIAL, 2016, p. 44).

Outro exemplo importante a mencionar é o continente europeu, onde vários países executam anualmente iniciativas para premiar as bibliotecas que se destacam em inovação. Infelizmente, no Brasil o prêmio de Boas Práticas e Inovação foi realizado uma única vez, o que significa que a concepção de uma biblioteca pública com ações inovadoras, em pleno século XXI, ainda não está solidificada pelas esferas governamentais.

Em 2014 a DLLLLB retorna para o MinC e dessa vez leva com ela o SNBP, encerrando-se assim a sua relação de subordinação com a FBN. Importante ressaltar que as ações implementadas pelo SNBP objetivaram atender as demandas do conjunto de bibliotecas públicas e dos profissionais que atuam nas mais diversas localidades. As ações e projetos “[...] seguiam as diretrizes estabelecidas pela IFLA/UNESCO para bibliotecas públicas, estavam previstos no Plano Nacional de Cultura vigente” (SIQUEIRA; MACHADO; LUCK, 2019, p. 366). No entanto, conforme afirma Siqueira, Machado e Luck (2019, p. 364), “Essas mudanças administrativas influenciaram muito o SNBP, fragilizando sua atuação e em muitos momentos excluindo-o do processo de formulação das políticas públicas para bibliotecas no país”.

Atualmente, a realidade é que o Estado não direciona recursos orçamentários para investimento e nem para manutenção das bibliotecas públicas. É necessário negociar com os governantes a respeito do papel que as bibliotecas possuem para formação do cidadão e para o desenvolvimento sociocultural do país. Somente assim, com a conscientização política, poder-se-á reverter este quadro atual.

Apesar da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) já ter realizado iniciativas para implantação e modernização das bibliotecas públicas, esta instituição não alcançou todo o território brasileiro. Além disso, a descontinuidade das ações e das políticas a cada troca de governo é um problema complexo, pois há mudanças que causam o desmantelamento de toda uma estrutura de trabalho implantado ao longo dos anos, conseqüentemente prejudicando toda uma sociedade.

Quanto às instâncias estaduais e municipais, as bibliotecas não recebem recursos para sua manutenção, para trocas de mobília, equipamentos e estruturação de projetos. Também não investem em capacitação dos recursos humanos, nem em novos serviços. Esta realidade evidencia a importância das redes de bibliotecas, do trabalho cooperativo, integrado, para fortalecimento e sustentação das inúmeras bibliotecas.

De acordo com Carvalho (2017, p. 194), as redes de bibliotecas “[...] são mecanismos eficazes para o compartilhamento de [...] ideias, competências e serviços. Em época de orçamentos curtos, equipes enxutas e demandas crescentes, a formação e/ou participação em redes bibliotecárias [...]” é substancial para melhorar serviços prestados, compartilhar informações para alcançar resultados, assim como para traçar um planejamento com objetivo de otimizar recursos, reduzir custos e implantar novos programas e projetos.

Em geral, as redes de bibliotecas contam com uma unidade sede, que coordena as atividades como um todo por meio de diretrizes e procedimentos que orientam sua atuação. As redes podem ser formadas por bibliotecas públicas, bibliotecas especializadas, escolares, universitárias e instituições de pesquisa e não somente públicas, mas também por organizações não governamentais e privadas.

O estabelecimento de uma rede cooperativa permite que todas as unidades se beneficiem desde que realizem uma boa gestão, com objetivos definidos e técnicas adequadas.

Sobre os serviços de informação de possível aplicação à rede, [...], apontamos: a) Disseminação Seletiva da Informação; b) Consulta local; c) Empréstimo domiciliar; d) Atividades culturais; e) Oficina literária; f) Comutação Bibliográfica; g) Realização de eventos e campanhas; h) Divulgação na web por meio de página da rede; i) Serviços que notabilizam a acessibilidade; j) Levantamento bibliográfico; k) Pesquisa de opinião; l) Acesso público à Internet; m) Blogs com informações úteis; n) Serviço de referência presencial; o) Serviço de referência online; p) Treinamento específicos; q) Biblioterapia. (CASTRO FILHO, 2018, p. 83)

A sede da rede que coordena as atividades das unidades também deve elaborar projetos para captar recursos, para que desta forma se possa investir na digitalização de acervo raro e especial, adquirir equipamentos e base de dados para compartilhamento de informação, capacitar equipe, garantir a preservação e manutenção do prédio das bibliotecas, entre outros. As bibliotecas ocupam papel de destaque no desenvolvimento humano e social, e necessitam de condições para exercerem seu papel. A organização em rede viabiliza e fortalece sua atuação.

Essa forma de organização em rede representa uma maneira eficaz para alcançar amplos objetivos e metas desafiadoras, por meio de um complexo ordenamento de conexões. Deste modo, as organizações estabelecem inter-relações de diferentes maneiras, em distintos contextos e a partir de expressões culturais diversas (LIMAS, 2015).

O aumento do trabalho em rede de bibliotecas, no Brasil e no mundo, comprova a sua importância. Ressalta-se que podem fazer parte das redes todas as bibliotecas que tiverem interesse neste formato de trabalho. Desta forma, podem ser bibliotecas públicas, especializadas, escolares, comunitárias, universitárias, pontos de leitura e também as privadas, de todos os segmentos. O modelo de atuação em rede surgiu em busca da otimização de recursos, economia e de um novo modelo de gestão, contornando as dificuldades financeiras.

Em relação as denominações Rede e Sistema, a pesquisadora considera o termo “Sistema” para denominar plataforma e software utilizado para organização, processamento e disseminação da informação, e o termo “Rede” para designar o conjunto de instituições que se unem com o mesmo de objetivo de cooperar umas com as outras em prol de um bem maior.

A próxima seção discorre a respeito dos métodos utilizados para alcançar os resultados da presente pesquisa.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Construir conhecimento é uma ação de grande complexidade, em geral parte-se de reflexões, conceitos, indagações e inquietudes frente à existência de um determinado problema e de objetivos que se pretende alcançar. Goldenberg (2002, p. 14) afirma “[...] o que determina como trabalhar é o problema que se quer trabalhar, só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”.

Desta forma, é necessário estabelecer o percurso a percorrer, para conhecer, compreender, interpretar e analisar a realidade investigada e assim promover o progresso científico. Para isso, a adoção de métodos e procedimentos técnicos foi fundamental para nortear o desenvolvimento da pesquisa.

Assim, esta seção tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos, ou seja, o conjunto de procedimentos estabelecidos para cada etapa concreta executada no desenvolvimento deste trabalho.

### 4.1 TIPOLOGIA E DELINEAMENTO DA PESQUISA:

Dentre as várias técnicas de pesquisa, e de acordo com os objetivos, esta investigação caracteriza-se como exploratória, bibliográfica e documental, de natureza qualitativa (DUARTE *et al.*, 2009). De acordo com Gil (2008, p. 46), as pesquisas desse cunho:

[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores [...]. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental [...].

Nesta perspectiva, almejava-se compreender e analisar publicações e documentos a respeito das políticas para bibliotecas públicas em dois cenários distintos, Brasil e Colômbia. Ela visou “[...] buscar informações fidedignas para explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objeto de pesquisa” (OLIVEIRA, 2007, p. 60), analisar suas relações complexas e assim realizar as construções necessárias.

Quanto aos procedimentos executados para a coleta de dados utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, pois permite o contato direto com os dados, e



propicia melhor compreensão das experiências vivenciadas pelos dois países. Na pesquisa qualitativa, conforme Michel:

[...] a verdade não se comprova numérica ou estatisticamente, mas convence na forma da experimentação empírica, a partir de análise feita de forma detalhada, abrangente, consistente e coerente, assim como na argumentação lógica das ideias, pois os fatos em ciências sociais são significados sociais, e sua interpretação não pode ficar reduzida a quantificações frias e descontextualizadas da realidade. (MICHEL, 2009, p. 37)

Nesse sentido, este tipo de pesquisa possibilita reflexões acerca de acontecimentos sociais não quantitativos. Assim deve-se correlacionar e analisar os dados de maneira que permita sua compreensão sem interferência e sem manipulação do pesquisador.

Quanto aos métodos utilizados para análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Esta é uma pesquisa de campo minuciosa que explica uma realidade concreta, e após coletadas, todas as informações foram analisadas pela teoria científica de Bardin. Portanto, foi realizada a descrição, explicitação e análise crítica do conteúdo coletado, por meio da sistematização dos resultados.

#### 4.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Quanto às técnicas de coletas de dados, foi realizado levantamento bibliográfico em bases de dados como: Bases de Dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); Plataforma de Pesquisa EBSCOhost (EBSCO), SCIELO Brasil e no portal da Web Of Sciece (CAPES).

A busca foi realizada por meio de palavras-chave com termos compostos como: bibliotecas públicas e políticas públicas na América do Sul, biblioteca pública no Brasil; política pública no Brasil; biblioteca pública na Colômbia, política pública na Colômbia, redes de bibliotecas no Brasil, redes de bibliotecas na Colômbia. Os termos compostos foram definidos por apresentarem melhores resultados. Estas palavras-chave foram empregadas em diversos campos de pesquisa, como: Assunto, Título e Resumo.

Importante ressaltar que não houve delimitação temporal para compreender

melhor o processo histórico e avanços das bibliotecas e redes de bibliotecas na América do Sul e principalmente no Brasil e Colômbia.

Além disso, pesquisou-se no site institucional de cada país, selecionando documentos oficiais a respeito do objeto de pesquisa (leis, programas e projetos de BP).

Neste sentido, foram coletados documentos oficiais de políticas públicas nacionais, bem como outros documentos que estabeleçam parâmetros de políticas públicas para a atuação das bibliotecas públicas no Brasil e na Colômbia.

Todos os dados obtidos foram lidos, comparados e analisados para melhor compreensão, valendo-se da literatura e conceitos da Ciência da Informação sobre o assunto focado que fundamentou a elaboração das diretrizes para uma política para biblioteca pública no Brasil.

#### 4.2.1 Revisão Bibliográfica

A pesquisa é um procedimento intelectual de investigação, no qual se busca conhecer aspectos de uma determinada realidade. Para isso, a revisão bibliográfica é fundamental, pois está presente em todos os tipos de pesquisa e possibilita a atualização do conhecimento por meio da investigação científica sobre o assunto abordado.

Para Gil (2002, p. 44) este processo “[...] é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, identificando o que já foi produzido e o que está disponível a respeito da temática, permitindo verificar as lacunas existentes no objeto investigado. Além disso, permite ao pesquisador reunir, selecionar, ler e analisar conteúdos que serão utilizadas na pesquisa (AMARAL, 2007).

Desta forma, primeiramente foi construído um corpus teórico sobre a temática, com a revisão de literatura referente à pesquisa. Foi explorada a literatura nacional e internacional nos principais periódicos da Ciência da Informação e em bancos de teses e dissertações no Brasil, conforme apresentada na seção anterior.

Durante as buscas foram verificados textos iguais em duas ou mais bases de dados, os quais foram excluídos das tabelas a seguir, permanecendo apenas em uma. Dessa forma, foram identificados 47 artigos na Base de Dados BRAPCI; 29 entre teses de dissertações na BDTD; 07 artigos na EBSCO; 06 artigos na Scielo, 29

artigos no Google acadêmico e 01 documento na Web of Science.

No que se refere às buscas a respeito das Redes de Bibliotecas no Brasil, observou-se que há muitas pesquisas de redes de bibliotecas escolares, e poucas acerca das redes de bibliotecas públicas. Neste sentido, recuperou-se também nas mesmas bases de dados, alguns documentos sobre a temática Rede de Biblioteca Escolar, para uma breve leitura dos textos em busca de referências. A leitura possibilitou constatar que estes possuíam conteúdos importantes e que contribuiriam para melhor entendimento no que se refere às redes. Neste sentido, estes textos também foram inseridos nos quadros dos materiais coletados.

Também foram coletados documentos a respeito do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas no site do Ministério do Turismo, visto que é este órgão que faz o acompanhamento técnico das bibliotecas públicas estaduais e municipais. Além dos documentos recuperados (APENDICE), neste sentido nem todos os autores citados no corpo do texto estão nos quadros. A seguir são apresentados os quadros com os documentos recuperados pelas bases de dados.

**Quadro 4** - Recuperados na BRAPCI

REFERÊNCIA	Síntese
<p>MENDES, Lucas; PORTO, Morena Pereira; FIORAVANTE, Eliane; STEINDEL, Gisela Eggert. Conceito de rede de bibliotecas escolares na literatura científica brasileira: discussões e reflexões. <b>Informação &amp; Informação</b>, Londrina, v. 26, n. 3, p. 423-449, jul./set. 2021.</p>	<p>Este artigo discute conceito de redes de bibliotecas escolares partindo de artigos científicos já publicados em base de dados na área da Ciência da Informação.</p>
<p>SOUZA, Elisabete Gonçalves. Políticas públicas e bibliotecas no brasil: conhecendo o sistema nacional de bibliotecas públicas - snbp. <b>Informação &amp; Informação</b>, Londrina, v. 25, n. 4, p. 357-376, out./dez. 2020.</p>	<p>Discute políticas para as bibliotecas públicas no Brasil tendo como objeto de análise o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Este sistema presta assessoria às bibliotecas estaduais e municipais. O Objetivo foi conhecer como o SNBP foi instituído, seus objetivos, sua estrutura, atividades e o tipo de relação institucional que manteve com os órgãos com os quais esteve vinculado desde sua criação em 1992</p>
<p>HUBNER, Marcos Leandro Freitas; PIMENTA, Jussara Santos. Bibliotecas Parque de Medellín: a biblioteca pública se reinventa. <b>Revista Fontes Documentais</b>, Aracaju, v. 3, n. 3, p. 20-32, set./dez. 2020.</p>	<p>O artigo apresenta a experiência colombiana com a implantação das bibliotecas parque em Medellín, que atualmente são concebidas como bibliotecas públicas que atuam na transformação social, que atendem a realidade cotidiana das comunidades.</p>
<p>ALMEIDA, Gracione Batista Carneiro; SILVA, J Jonathas Luiz Carvalho. Políticas públicas para bibliotecas escolares: análise na secretaria municipal de educação de juazeiro do norte-ce. <b>Informação@Profissões</b>, Londrina, v. 8, n. 2, p. 124-149, 2019.</p>	<p>Aborda uma reflexão sobre as políticas públicas para bibliotecas escolares, levando em consideração os aspectos sociais e políticos desse espaço.</p>

<p>NEVES, Barbara Coelho. Bibliotecas escolares, políticas públicas e tecnologias digitais: uma análise comparativa entre Brasil, Canadá e Espanha. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i>, 20, 2019, Florianópolis. <b>Anais [...]</b>. Florianópolis: ANCIB, 2019.</p>	<p>O presente artigo discutiu o contexto atual das bibliotecas escolares no Brasil, Canadá e Espanha, destacando suas políticas públicas frente aos desafios tecnológicos na contemporaneidade. Abordou um breve histórico desta instituição como repositório de saber e conhecimento de uma sociedade. A pesquisadora buscou entender o percurso da biblioteca escolar, com o objetivo de compreender o papel das políticas públicas educacionais existentes relacionadas às bibliotecas escolares com o advento tecnológico.</p>
<p>ROCHA, Eduardo Santos; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. As políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil. <i>In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO</i>, 28., 2019, Vitória. <b>Anais [...]</b>. Vitória, 2019.</p>	<p>Este estudo teve como objetivo realizar o mapeamento da comunicação científica, a partir do ano de 1988, sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras. O pesquisador recuperou 36 publicações sobre a temática, pesquisando nas seguintes bases: Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Library and Information Science Abstracts (LISA), Library and Information Science Abstracts (LISTA), Base PERI e Scientific Electronic Library Online (Scielo). O autor observou uma reduzida produção científica sobre as políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras, o que permite concluir que esta temática vem sendo tratada com parcimônia pelos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil.</p>
<p>BARILON, Adriana Azenha.; CALDAS, Rosangela Fomentini.; FERRAZOLI, Giulia de Souza. Políticas culturais para bibliotecas públicas do Estado de São Paulo: análise dos investimentos culturais. <b>Múltiplos Olhares em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018.</p>	<p>A autora verificou quais políticas culturais do Estado se destinavam às bibliotecas públicas e objetivou verificar a distribuição de políticas públicas propostas pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Além disso, o estudo buscou entender a contribuição das políticas propostas pelo Estado de São Paulo perante as bibliotecas do Estado.</p>

<p>BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Gestão do conhecimento e empoderamento: construção de uma política de atuação local da biblioteca pública cearense. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i>, 19., 2018, Londrina. <b>Anais</b> [...]. Londrina: ANCIB, 2018.</p>	<p>Trata-se de uma investigação no âmbito das bibliotecas públicas cearenses, com o objetivo de contribuir para a construção social de um território de atuação local para o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará.</p>
<p>SALA, Fabiana; MILITÃO, Silvio César Nunes. O Plano Nacional do Livro e leitura e suas contribuições para a biblioteca escolar: o caso do município de Anhumas-SP. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i>, 19., 2018, Londrina. <b>Anais</b> [...]. Londrina: ANCIB, 2018.</p>	<p>Os autores estudaram o Plano Nacional de Educação averiguando menções e reconhecimento da importância das ações da biblioteca escolar para a qualidade da educação básica, considerando-a como importante equipamento de educação e cultura no ambiente escolar. Desse modo, os autores recomendaram a implementação de ações estabelecidas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura, visto que este documento propõe eixos e ações a serem atingidos pelos estados e municípios.</p>
<p>SIQUEIRA, Bianca Lopes; MACHADO, Elisa Campos; LUCK, Esther Hermes. O papel do sistema nacional de bibliotecas públicas a construção de políticas públicas. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b>, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 358-387, maio/ago. 2019.</p>	<p>Os pesquisadores e autores apresentaram e discutiram a trajetória da institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). Partiram das origens do SNBP, desde sua efetiva institucionalização, no ano de 1992, até 2018, e como este órgão funciona dentro do Ministério da Cultura (MinC). Finalizaram apontando as dificuldades para sua manutenção e a necessidade de valorizar e fortalecer essa instituição, reconhecida no campo da Biblioteconomia como uma das poucas políticas públicas governamentais.</p>
<p>CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Rede de bibliotecas escolares em Portugal: um programa modelo. <b>Informação e Sociedade: estudos</b>, João Pessoa, v. 28, n. 3, 2018. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/38058">https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/38058</a>. Acesso em: 5 fev. 2022.</p>	<p>Este artigo descreve alguns aspectos do Programa de Rede de al. Apresenta sua origem, princípios, estrutura e ações desta rede</p>

<p>ASSIS, Leonardo da Silva; OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa. Bibliotecas públicas e políticas culturais: a divisão de bibliotecas do departamento de cultura e recreação da prefeitura de São Paulo (1935). <b>Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação</b>, [S. l.], v.10, n. 2, 2017. Disponível em: <a href="https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/423">https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/423</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>Os autores apresentam, discutem e analisam a política cultural, bem como as ações que foram realizadas pela Biblioteca Infantil, Biblioteca Municipal, Biblioteca Circulante e Biblioteca Popular no período de 1935 até 1938. Por meio desta pesquisa realizada em documentos de arquivos públicos, os autores discutem as políticas da época e as atividades na Divisão de Bibliotecas para o período. Discutem também a relação do Estado frente a projetos que envolvam a informação, a cultura e a sociedade, na perspectiva de compreender as políticas culturais.</p>
<p>BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Monitoramento da imagem para construção de uma política de território local de atuação para a biblioteca pública. <i>In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</i>, 18., 2017, Marília. <b>Anais</b> [...]. Marília: ANCIB, 2017. Disponível em: <a href="http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/346/1245">http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/viewFile/346/1245</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>A autora apresenta neste artigo os resultados do projeto de pesquisa: Sociedade da informação e territorialidade: construção de um território local de atuação para a biblioteca pública no cariri cearense. Identificou os indicadores para a construção social de um território local de atuação da biblioteca pública, a partir dos parâmetros de territorialidade social e estado de pertencimento.</p>
<p>CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Inquietações à reforma de uma lei: olhares sobre a biblioteca escolar. <b>Biblionline</b>, João Pessoa, v. 13, n. 2, 2017. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/35285/18825">https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/35285/18825</a>. Acesso em: 11 mar. 2022.</p>	<p>Por meio da pesquisa de cunho exploratória, os autores apresentam um delineamento bibliográfico a respeito da biblioteca escolar e trazem a noção de completude às atividades escolares. Além disso, referenciam a atual legislação para a biblioteca escolar brasileira, apresentando uma breve introdução sobre a importância das políticas públicas para a área.</p>
<p>NEVES, Barbara Coelho; AGUIAR, Niliane Cunha. Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro. <b>Informação &amp; Sociedade: estudos</b>, v. 27, n. 3, p. 73-86, set./dez. 2017. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/33296/18970">https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/33296/18970</a>. Acesso em: 9 fev. 2022.</p>	<p>Este estudo apresenta um levantamento das políticas públicas de informação no Brasil que ofereceram contribuições para a área da Biblioteconomia Escolar. Por meio de levantamento bibliográfico propuseram reflexões sobre os aspectos teóricos que abrangem os conceitos relacionados às políticas públicas de informação, e destacam o panorama das políticas públicas de informação brasileiras que ainda se encontram em processo de</p>

	desenvolvimento.
FERRAZ, Marina Nogueira; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirohal; COSTA, Mirian Ferreira. Bibliotecas públicas: políticas do estado de Minas Gerais (1983-2012). <b>Informação &amp; Informação</b> , Londrina, v. 21, n. 1, p. 465-195, jan./abr. 2016. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43270">https://brapci.inf.br/index.php/res/download/43270</a> . Acesso em: 11 mar. 2022.	Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que descreve e analisa as políticas para bibliotecas públicas de Minas Gerais, com objetivo de compreender os possíveis avanços e retrocessos destas políticas no período de 1983 a 2012.
SANTOS, Jovenilda Freitas. Considerações de implantação de bibliotecas públicas municipais no Estado da Bahia. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b> , São Paulo, v. 12, n. 2, 2016. Disponível em: <a href="https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/415">https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/415</a> . Acesso em: 11 mar. 2022.	O artigo relata o processo de implantação de bibliotecas públicas municipais no Estado da Bahia, durante a gestão do governo do Presidente Lula. Ressalta a importância desse equipamento cultural e a relevância de políticas específicas para apoiá-las diretamente.
JARAMILLO, Orlanda. Bibliotecas públicas en Colombia: Territorio de paz. <b>El Profesional de la Información</b> , León, v. 25, n. 5, p. 815-821, 2016. Disponível em: <a href="https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2016.sep.12">https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2016.sep.12</a> . Acesso em: 9 fev. 2022.	Este artigo apresenta a biblioteca como um lugar de inclusão e cidadania, espaço de guarda da memória local que contribui para a diminuição da violência e construção da paz.
CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes. Rede de bibliotecas escolares: uma proposta ao sistema educacional municipal de Ribeirão Preto (SP). <b>Biblionline</b> , v. 12, n. 4, 2016. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/31136/17588">https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/31136/17588</a> . Acesso em: 5 mar. 2022.	O artigo apresenta uma proposta para implementação de uma rede de bibliotecas escolares no município de Ribeirão Preto.



<p>MASSARONI, Iracema Fernandes; SCAVARDA, Annibal José Roris Rodriguez. Gestão de Serviços em Bibliotecas Públicas: aplicação do 5W2H na política de aquisição de acervo. <b>INCID</b>: revista de ciência da informação e documentação, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: <a href="https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89002">https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/89002</a>. Acesso em: 9 fev. 2022.</p>	<p>Os autores apresentam todo o processo de aquisição de materiais informacionais que compõem o acervo das bibliotecas públicas, a gestão de serviços e a aplicação da ferramenta 5W2H sobre a aquisição do acervo. A utilização desta ferramenta permite a elaboração de um plano de ação proporcionando qualidade na gestão de serviços em bibliotecas públicas, evidenciando ainda o modelo das Bibliotecas Parque da Rocinha como laboratório deste estudo. Enfatizam que a biblioteca pública deve ser uma instituição aberta, dinâmica, que através de seus serviços, atividades e funções, contribua para o desenvolvimento educacional, cultural e social dos cidadãos.</p>
<p>VIANA, Lilian; PIERUCCINI, Ivete. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades. <i>In</i>: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. <b>Anais</b> [...]. João Pessoa: ANCIB, 2015. Disponível em: <a href="http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2740/1116">http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2740/1116</a>. Acesso em: 9 fev. 2022.</p>	<p>Este artigo apresenta resultados de pesquisa de mestrado elaborada a partir de aspectos que envolvem a problemática da atual situação da biblioteca escolar brasileira e as implicações para o estabelecimento de políticas públicas que alterem de modo significativo o papel dessa instituição no quadro nacional, com a emergência da Lei Federal no 12.244/10, que determina a obrigatoriedade da criação de bibliotecas nas instituições de ensino nacionais.</p>
<p>MELO, Teresa Mary Pires de Castro; MACHADO, Elisa Campos. Projeto bibliotecas em rede: resultados preliminares. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b>, São Paulo, v. 11, n. esp., p. 181-192, 2015. Disponível em: <a href="https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/504">https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/504</a>. Acesso em: 9 fev. 2022.</p>	<p>Este texto apresenta resultados parciais do projeto de extensão universitária “Bibliotecas em Rede” desenvolvido no Estado de Sergipe.</p>

<p>MACHADO, Elisa Campos; ELIAS JUNIOR, Alberto Calil; ACHILLES, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, v. 14, n. esp., p. 115-127, out./dez. 2014. Disponível em: <a href="https://pdfs.semanticscholar.org/8139/55471b960430253815bdbcad6e690beed544.pdf?_ga=2.75608789.1555103040.1647040481-921849857.1644432841">https://pdfs.semanticscholar.org/8139/55471b960430253815bdbcad6e690beed544.pdf?_ga=2.75608789.1555103040.1647040481-921849857.1644432841</a>. Acesso em: 11 mar. 2022.</p>	<p>Aborda a biblioteca pública como instituição social no espaço público, as estratégias de mobilização e o bibliotecário como agente público protagonista nesse cenário. A partir do cenário da Sociedade da Informação e do paradigma do acesso à informação, os autores apresentam e discutem os conceitos e funções da biblioteca pública e defendem a presença do bibliotecário como importante agente público e articulador local.</p>
<p>ZARDONI, Horacio Cardenas. Políticas de información y biblioteca, comenzando por el principio. <b>Biblios</b>: revista de bibliotecología y ciencias de la información, Tacna, n. 54, 2014. Disponível em: <a href="http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/151">http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/151</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>O autor defende que a política da informação não ocorre de forma abstrata e nem ocorre de forma isolada, descolada da ação organizada da sociedade. Apresenta que as políticas de informação, para atingir os objetivos traçados pela sociedade da informação, devem necessariamente ser registradas como parte das políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas às estratégias de desenvolvimento social, e estar articuladas com o esforço educacional de cada país.</p>
<p>MEIRELLES, Juliana Gesuelli. As bibliotecas públicas no império luso-brasileiro Lisboa e Rio de Janeiro. <b>Acervo</b>, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 220-230, jul./dez. 2013. Disponível em: <a href="https://revista.an.gov.br//index.php/revistaacervo/article/view/526/524">https://revista.an.gov.br//index.php/revistaacervo/article/view/526/524</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>Este artigo objetiva apresentar e analisar a estruturação das bibliotecas públicas da Corte nas duas principais capitais do império luso-brasileiro durante o governo de d. João VI (1792 a 1821), dois loci de cultura considerados de suma importância para a sustentação política da coroa bragantina, que foi a fundação da Biblioteca Pública em Lisboa (1796) e a fundação da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro (1814).</p>
<p>SALCIOTTO, Tatiana Lopes. Programa Nacional de Biblioteca da Escola: políticas públicas de leitura a partir da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). <b>Ciência da Informação</b>, Brasília, v. 41, n. 2-3, p. 122-132, maio/dez. 2012. Disponível em: <a href="http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1340/1519">http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1340/1519</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>Este trabalho avaliou o Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE) como política pública de leitura, na perspectiva da fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A ação do TCU avaliou a aplicação dos recursos públicos e detectou falhas na prestação de contas. Assim, recomendou correções e punição aos gestores da política pública. O TCU apontou alguns problemas na gestão do PNBE, como: falta de</p>

	divulgação e deficiências na infraestrutura das bibliotecas.
<p>CÁCERES, Lucila Martínez. Inovação, transformação, sustentabilidade: desafios no século 21 para as Bibliotecas Públicas Colombianas. <b>Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia</b>, Paraíba, v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/17593">https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/17593</a>. Acesso em: 9 mar. 2022.</p>	<p>Este artigo apresentou conceitos de bibliotecas públicas e o papel do bibliotecário como agente de transformação social no país. Apresentou também uma visão geral sobre a estrutura e as características das redes de bibliotecas públicas na Colômbia, destacando os desafios para o século XXI.</p>
<p>SCARPA, Regina. Colômbia: a fantástica terra das bibliotecas públicas. <b>Nova Escola</b>, São Paulo, ed. 258, dez. 2012. Disponível em: <a href="https://novaescola.org.br/conteudo/3409/colombia-a-fantastica-terra-das-bibliotecas-publicas?download=true&amp;voltar=/conteudo/3409/colombia-a-fantastica-terra-das-bibliotecas-publicas?download=true">https://novaescola.org.br/conteudo/3409/colombia-a-fantastica-terra-das-bibliotecas-publicas?download=true&amp;voltar=/conteudo/3409/colombia-a-fantastica-terra-das-bibliotecas-publicas?download=true</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>Apresenta as bibliotecas públicas colombianas como equipamento de formação de leitores e combate à violência e desigualdades, com objetivo de transformação social.</p>
<p>TOLOSA, Luis Roberto Téllez. Breve história de las bibliotecas públicas en Colombia. <b>Códices</b>, Bogotá, v. 8, n. 1, p. 57-86, ene./jun. 2012. Disponível em: <a href="https://biblat.unam.mx/hevila/CodiceBogota/2012/vol8/no1/2.pdf">https://biblat.unam.mx/hevila/CodiceBogota/2012/vol8/no1/2.pdf</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>Este artigo resume a história das bibliotecas públicas na Colômbia, bem como seu desenvolvimento e evolução ao longo do tempo.</p>
<p>PEÑA GALLEGO, Estela Luz. Las bibliotecas públicas de Medellín como motor de cambio social y urbano de la ciudad. <b>Bid</b>: textos universitarios de biblioteconomía i documentación, Barcelona, n. 27, dec. 2011. Disponível em: <a href="https://bid.ub.edu/27/pdf/pena2.pdf">https://bid.ub.edu/27/pdf/pena2.pdf</a>. Acesso em: 9 mar. 2022.</p>	<p>Este artigo mostra a rede de bibliotecas de Medellín, com ênfase nas bibliotecas parques. Identifica sua importância para o desenvolvimento do país e a responsabilidade social do bibliotecário.</p>

<p>MACIEL FILHO, Adalberto Rego; AQUINO, Miriam Cunha; RESENDE, Isana Maria da Silva; SÁ, Raissa Cristina Borba. Capital social e bibliotecas públicas: estudos empíricos. <b>Perspectivas em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 73-88, 2010. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36068">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/36068</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>Os autores discutiram as relações entre capital social e bibliotecas públicas. Apresentam estudos reforçando o papel das atividades básicas e não básicas das bibliotecas, como importantes no processo de criação do capital.</p>
<p>MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. <b>INCID</b>: revista de ciência da informação e documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <a href="https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307">https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>Este texto aborda a necessidade de desenvolvimento de políticas públicas para as bibliotecas no Brasil. Apresenta a necessidade de conscientização dos governos para a construção de políticas públicas efetivas e contínuas para a área.</p>
<p>JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. <b>Perspectiva em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2009. Disponível em: <a href="http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/743">http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/743</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>Os autores apresentam que as políticas de informação são cada vez mais objeto de ações governamentais e de investigação em vários campos do conhecimento. Apresenta a importância de analisar as políticas públicas e como estas contribuem para os estudos da ciência da informação. Além disso, aborda a necessidade de compreender o papel do Estado como produtor e de informações na sociedade contemporânea.</p>
<p>ZAPATA, Didier Álvarez; MOLINA, Norfi Yamili Ocampo; GIRALDO, Yicel Nayrobis Giraldo; SIERRA, Luz Marina Guerra; ESTRADA, Liliana Melgar; GÓMEZ VARGAS, Maricela. La promoción de la lectura en las bibliotecas públicas de Medellín. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología</b>, Medellín, v. 31, n. 1, 2008. Disponível em: <a href="https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/1923">https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/1923</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>Este trabalho apresenta experiências de práticas de promoção da leitura e das bibliotecas públicas em Medellín - Colômbia.</p>

<p>JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. <b>Arquivo &amp; Administração</b>, [S. l.], v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/51586">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/51586</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>O autor apresenta que a temática políticas públicas arquivísticas vem encontrando um espaço cada vez maior como objeto de pesquisa na Arquivologia. Nesse sentido, o artigo aborda quais seriam as possíveis razões para o crescente interesse pelas políticas públicas de informação e pelas políticas públicas arquivísticas, o território das políticas públicas; as políticas públicas de informação; as políticas públicas arquivísticas; as dimensões técnica e política; e os limites e possibilidades de uma política pública arquivística.</p>
<p>JARAMILLO, Orlanda. Políticas públicas para el desarrollo y fortalecimiento de la biblioteca pública. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología</b>, Medellín, v. 29, n. 2, p. 31-62, 2006. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/83627">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/83627</a>. Acesso em: 5 mar. 2022.</p>	<p>Este artigo apresenta reflexões a respeito dos serviços bibliotecários que atuam em bibliotecas públicas. Enfatizou as tendências e as condições que o Estado oferece para o desenvolvimento dos serviços das bibliotecas na Colômbia.</p>
<p>FIGUEIREDO, Fernanda Eunice. Rede nacional de bibliotecas públicas: actualizar para responder a novos desafios. <b>Cadernos BAD</b>, Lisboa, n. 1, 2004.</p>	<p>Este artigo discorre a respeito do Programa Rede Nacional de Bibliotecas Públicas de Portugal, criado em 1987 e que resulta da definição de uma política nacional integrada de desenvolvimento da Leitura Pública e na partilha de responsabilidades entre as esferas governamentais, visando à criação de uma biblioteca pública em cada município.</p>
<p>CÁRDENAS, Carlos Alberto Zapata. La biblioteca pública y el conflicto armado en Colombia acerca del papel de la BP en la construcción de un nuevo país. <i>In</i>: SEMINAR OF ACQUISITIONS IN LATIN AMERICAN LIBRARY MATERIALS, 48., 2003, Cartagena de Indias. <b>Anais</b> [...].Cartagena de Indias, 2003. Disponível em: <a href="http://eprints.rclis.org/9891/1/Bibliotecas_Publicas_y_Conflicto_Armado.pdf">http://eprints.rclis.org/9891/1/Bibliotecas_Publicas_y_Conflicto_Armado.pdf</a>. Acesso em: 9 mar. 2022.</p>	<p>Este artigo apresentou aspectos sociais de conflito armado na Colômbia e discute o papel da biblioteca pública na consolidação do país.</p>

<p>ZAPATA, Didier Álvarez; GARCIA, Juan Guillermo Gpomez. El discurso bibliotecário público sobre la lectura en América Latina (1950-2000): una revisión preliminar com enfasis en Colombia. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología</b>, Medellín, v. 25, n. 1, 2002. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/84198">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/84198</a>. Acesso em: 9 mar. 2022.</p>	<p>Este artigo traz uma visão história das Bibliotecas Públicas na Colômbia e uma breve apresentação das relações com a sociedade latino-americana.</p>
<p>BETANCUR, Adriana María; ZAPATA, Didier Álvarez. Servicios de Infomación ciudadanos y comunitários: nuevos sentidos para las bibliotecas públicas. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología</b>, Medellín, v. 24, n. 2, 2001.</p>	<p>Este artigo faz uma introdução sobre o estado atual dos serviços de informação nas bibliotecas públicas da América Latina e como estas podem contribuir para construção da cidadania e da democracia.</p>
<p>SANTOS, Plácida L. V. Amorim da Costa; MARTINEZ, Vinício Carrilho. A rede e o conhecimento. <b>Informação &amp; Informação</b>, Londrina, v. 5, n. 2, p. 111-124, jul./dez. 2000.</p>	<p>Este trabalho apresenta a experiência do trabalho em rede das bibliotecas públicas como uma possibilidade ímpar para aumentar a interação social e atuar na construção da cidadania.</p>
<p>SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; SILVA, Márcio Balbino. Mercosul/internet/bibliotecas públicas. <b>Informação &amp; Informação</b>, Londrina, v. 1, n. 2, 1996.</p>	<p>Este artigo mostra que os avanços tecnológicos têm transformado o acesso à informação de maneira a favorecer a disseminação da informação aos cidadãos</p>
<p>SILVA, Ezequiel Theodoro. Bibliotecas públicas e escolares face à estrutura e conjuntura nacionais. <b>Revista de Biblioteconomia de Brasília</b>, Brasília, v. 18, n. 1, p. 129-143, 1990. Disponível em: <a href="https://brapci.inf.br/index.php/res/v/77714">https://brapci.inf.br/index.php/res/v/77714</a>. Acesso em: 9 mar. 2022.</p>	<p>Neste trabalho autor tece críticas à burocracia e ao tipo de mentalidade presente nas bibliotecas públicas brasileiras. Depois, coloca pontos de vista a respeito da conjuntura das BPs no país.</p>

<p>BARBOSA, Josefa Pereira. Política de seleção em bibliotecas públicas: uma questão prioritária. <b>Cadernos de Biblioteconomia</b>, Recife, v. 1, n. 9, 1985.</p>	<p>O artigo aborda a importância da seleção de material bibliográfico como uma das funções mais importantes da biblioteca. A autora ressalta que a seleção deve ser criteriosa e ímpar, pois é o acervo que faz com que a biblioteca seja uma entidade de maior nível além de torná-la respeitada no contexto social em que está inserida.</p>
<p>JIMÉNEZ, Lucila Martínez. La biblioteca pública en Colombia. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología</b>, Medellín, v. 2, n. 1, 1979.</p>	<p>O artigo traz uma visão geral das bibliotecas públicas na Colômbia, as dificuldades que enfrentam e as estratégias que o Instituto Colombiano de Cultura – (COCULTURA) adotou para definir uma política nacional para o desenvolvimento dessas bibliotecas. Também apresenta uma breve descrição da estrutura da Rede Colombiana de Bibliotecas Públicas.</p>

**Fonte:** Da autora.

**Quadro 5** - Documentos recuperados da BDTD- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

REFERÊNCIA	SÍNTESE
------------	---------

<p>CAMILLO, Everton da Silva. <b>Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da agenda 2030</b>. 2020. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, 2020.</p>	<p>O autor pesquisou os países sul-americanos que possuem políticas públicas de Estado que visam à promoção do livro, da leitura e das bibliotecas, principalmente as escolares. Os países pesquisados foram: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai. Além disso, objetivou estabelecer diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas, que sejam capazes de assegurar os princípios de educação de qualidade do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.</p>
<p>CRUZ, Keila Fernanda de Souza. <b>Fatores influenciadores da inovação em bibliotecas públicas acadêmicas</b>. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.</p>	<p>Este trabalho objetivou caracterizar as inovações desenvolvidas pelas bibliotecas acadêmicas (pertencentes às universidades federais e estaduais no Brasil) e os fatores que as influenciam.</p>
<p>RAMOS, Marília Cossich. <b>Marcos regulatórios para as bibliotecas públicas no Brasil</b>. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.</p>	<p>A dissertação abordou o processo de construção de marcos legais voltados para as bibliotecas públicas no Brasil. Teve por objetivo mapear esses marcos nacionais, identificar e analisar os projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado Federal.</p>
<p>SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira. <b>Biblioteca pública do povão?: exclusão social da informação nas bibliotecas públicas do estado de Santa Catarina nas representações de seus dirigentes</b>. 2017. 476 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.</p>	<p>Este estudo objetivou conhecer o sentido das representações de exclusão social manifestas nos discursos dos bibliotecários dirigentes de bibliotecas públicas que atuam no Estado de Santa Catarina.</p>



<p>SILVA, Rafaela Carolina. <b>Gestão de bibliotecas públicas no contexto híbrido</b>: um estudo comparativo de bibliotecas híbridas no âmbito nacional e internacional em prol do desenvolvimento de comunidades. 2017. 289 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.</p>	<p>Esta dissertação considerou a biblioteca pública como um organismo vivo, em constante mutação, que muda e se transforma de acordo com o desenvolvimento da sociedade. Focou as bibliotecas públicas como espaços híbridos em que tecnologias tradicionais e digitais se complementam e são essenciais no cotidiano da BP.</p>
<p>ALMEIDA, Marcia Carnaval Valporto. <b>Indicadores para bibliotecas públicas municipais e estaduais no Brasil</b>. 2017. 104 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.</p>	<p>Esta dissertação tem como tema central apresentar a importância do uso de indicadores para melhoria e consolidação de políticas para as bibliotecas públicas.</p>
<p>ARAGON, Cláudia. <b>Gestão de redes de cooperação entre bibliotecas</b>: uma análise dos casos REDARTE/RJ e CBIES/RJ. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.</p>	<p>Esta dissertação investigou a gestão de redes de cooperação entre bibliotecas. Neste caso, focou a Rede de Bibliotecas e o Centro de Informação em Arte no Rio de Janeiro (REDARTE/RJ), e o Compartilhamento de Bibliotecas de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro (CBIES/RJ).</p>
<p>PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves. <b>Políticas públicas de educação em turismo na América Latina</b>: um estudo comparado de Argentina, Brasil e México. 2016. 374 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.</p>	<p>Esta tese teve por objetivo analisar o processo de ascensão, consolidação e implementação da política de educação em turismo na agenda pública de Argentina, Brasil e México.</p>

<p>FERRAZ, Marina Nogueira. <b>Políticas do estado de Minas Gerais para bibliotecas públicas (1983-2012)</b>. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.</p>	<p>Esta dissertação objetivou descrever e analisar as políticas para bibliotecas públicas de Minas Gerais, visando compreender os possíveis avanços e retrocessos destas políticas no período de 1983 a 2012. Além disso, identificou as políticas governamentais para bibliotecas públicas por meio de atos legais e documentos administrativos e os possíveis avanços ou retrocessos proporcionados pelas políticas implementadas para as bibliotecas públicas.</p>
<p>BARBOSA, Mozilene Neri. <b>O grande diálogo da literatura em bibliotecas públicas</b>. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.</p>	<p>Esta dissertação refletiu a respeito da prática da leitura literária em ambientes de educação não formal, sobretudo, em duas bibliotecas públicas (localizadas no centro de Niterói/RJ e no centro de Campinas/SP).</p>
<p>FERREIRA, Graciele dos Santos. <b>A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil</b>. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.</p>	<p>A pesquisadora analisou as políticas culturais voltadas para a promoção da cultura nos quilombos no âmbito das bibliotecas públicas no Brasil. A autora partiu do pressuposto de que esse tipo de biblioteca tem um papel estratégico para o registro, preservação, valorização e promoção da cultura de comunidades quilombolas.</p>
<p>MACHADO, Frederico Borges. <b>Políticas de estado e bibliotecas públicas: um estudo de caso do Plano Distrital do Livro e da Leitura</b>. 2015. 342 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.</p>	<p>Por meio da revisão da literatura acadêmica, o autor observou que as bibliotecas públicas brasileiras, além de precárias, desenvolvem padrões e modelo de serviços comuns. Esse modelo é fundamentado nas expectativas sociais oriundas da história dessas unidades de informação e das políticas públicas correlatas.</p>

<p>MEDEIROS, Déborah. <b>Bibliotecas nacionais do continente americano sob a perspectiva dos serviços utilizando web 2.0 e web 3.0.</b> 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de unidades de Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.</p>	<p>A autora objetivou analisar o uso da web nos serviços das bibliotecas nacionais americanas e apresentou a importância do uso deste instrumento no contexto atual de ampliação do uso da internet.</p>
<p>LIMAS, Rubeniki Fernandes. <b>Redes de bibliotecas escolares no Brasil:</b> estudo exploratório. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.</p>	<p>A pesquisa aborda três redes de bibliotecas escolares no Brasil compreendendo sua estruturação de funcionamento, bem como seu surgimento e as potencialidades das redes.</p>
<p>SILVA, Gilvanedja Ferreira Mendes. <b>Políticas públicas:</b> acesso, disseminação e uso da informação e da cultura nas bibliotecas públicas pernambucanas. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.</p>	<p>Essa dissertação analisou o cenário das bibliotecas públicas pernambucanas e discutiu a importância das políticas públicas para as bibliotecas públicas, entendidas como espaços de acesso, disseminação e uso da informação e da cultura.</p>
<p>BARCELLOS, Marcileia Seibert, <b>Extensão cultural e incentivo à leitura da biblioteca pública do Espírito Santo “Levy Curcio da Rocha” (1973-2008):</b> programa carro-biblioteca e o biblioteca móvel. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.</p>	<p>Esta pesquisa centrou-se na atividade de extensão cultural e no incentivo à leitura desenvolvidos pela BPES Levy Cúrcio da Rocha, através dos projetos Carro Biblioteca e a Biblioteca Móvel no período de 1973 a 2008. Demonstrou que esses projetos são atividades cujos elementos são propiciadores de reflexão, percepção, concepções, e implantação de novas práticas de leitura.</p>

<p>ASSIS, Leonardo da Silva. <b>Biblioteca públicas e políticas culturais</b>: Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura e recreação da prefeitura de São Paulo (1935). 2013. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.</p>	<p>Esta dissertação apresenta, discute e analisa a política cultural colocada em prática, bem como as ações que foram realizadas pela Biblioteca Infantil, Biblioteca Municipal, Biblioteca Circulante e Biblioteca Popular no período de 1935-1938.</p>
<p>RASTELI, Alessandro. <b>Mediação da leitura em bibliotecas públicas</b>. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.</p>	<p>Esta dissertação discutiu a mediação da leitura nas bibliotecas públicas na sociedade contemporânea e o papel do bibliotecário mediador da leitura nesses equipamentos culturais. Além disso, objetivou a analisar as atividades de mediação desenvolvidas nas bibliotecas públicas municipais de Marília – São Paulo.</p>
<p>FARIAS, Fabíola Ribeiro. <b>A leitura e a biblioteca pública compreendidas pelo sistema nacional de bibliotecas públicas</b>: uma análise crítica. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.</p>	<p>O autor da dissertação identificou e analisou por meio de duas categorias, “leitura” e “biblioteca pública”, a concepção e a função social da biblioteca pública presentes em duas publicações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, órgão do Ministério da Cultura, responsável pelo acompanhamento e orientação das bibliotecas públicas municipais do país.</p>
<p>SILVA, Vanessa Barbosa. <b>Biblioteca pública brasileira</b>: panorama, perspectivas e a situação do Distrito Federal. 2013. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.</p>	<p>A autora discutiu as mudanças que as bibliotecas estão passando nas últimas décadas relacionadas com a inovação das tecnologias e as tendências nesta instituição na atual sociedade.</p>

<p>SOUSA, Marcela Noronha Pinto de Oliveira. <b>Padrões em projetos arquitetônicos de bibliotecas públicas.</b> 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.</p>	<p>A dissertação apresentou padrões para projetos de bibliotecas públicas e sua complexidade, pois deve atender satisfatoriamente não apenas ao público e à conservação do acervo, mas ainda às políticas públicas, aos serviços de gestão da informação, a usos de interesse social e sua manutenção. Além disso, a divulgação de novas mídias, que se encontram em constante processo de inovação.</p>
<p>SILVA, Aline Gonçalves. <b>A biblioteca pública como fator de inclusão social e digital:</b> um estudo da Biblioteca Parque de Manguinhos. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.</p>	<p>A autora da dissertação focou a temática inclusão digital no âmbito das bibliotecas públicas, como exemplo selecionou uma biblioteca parque instalada em bairro carente do município do Rio de Janeiro para estudo de campo.</p>
<p>BEZERRA, Fabíola Maria Pereira. <b>A Biblioteca Pública, o utilizador idoso e as políticas de infoinclusão.</b> 2011. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Universidade do Porto, Porto, 2011.</p>	<p>Este trabalho abordou as Bibliotecas Públicas em Portugal e sua relação com os idosos, revisou o papel socioinformacional das Bibliotecas Públicas, baseado nos princípios da UNESCO, bem como a escassez das políticas públicas voltadas para a população idosa.</p>
<p>RODRIGUES, Barbosa, Jhohnny. <b>A inclusão de bibliotecários nas políticas nacionais de bibliotecas públicas.</b> 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.</p>	<p>Esta pesquisa analisou a inclusão de bibliotecários nas bibliotecas públicas municipais da Paraíba. Objetivou apresentar a importância de zerar o número de municípios brasileiros sem bibliotecas públicas e sem profissionais da informação.</p>

<p>FREITAS, Marília Augusta. <b>A biblioteca pública como agente de inclusão social</b>: um estudo de caso da Biblioteca Demonstrativa de Brasília. 2010. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.</p>	<p>Esta dissertação objetivou avaliar se projetos de incentivo à leitura e ações culturais podem ser um diferencial para a biblioteca pública se tornar um agente de inclusão social.</p>
<p>PAIVA, Marília de Abreu Martins. <b>Bibliotecas públicas</b>: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.</p>	<p>A autora realizou um estudo das políticas para bibliotecas públicas, no contexto nacional. Identificou, descreveu e analisou as políticas do Estado brasileiro entre os anos de 1990 a 2006. O intervalo de tempo estudado foi dividido em períodos correspondentes aos governos: Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, dois governos Fernando Henrique Cardoso e primeiro governo Luís Inácio Lula da Silva.</p>
<p>MOZER, Josiane Aparecida. <b>Gestão pública em livro e leitura</b>: revisitando o projeto “Uma biblioteca em cada Município”. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.</p>	<p>A pesquisadora refletiu a respeito do projeto <i>Uma Biblioteca em cada Município</i>, concebido e implementado pelo Ministério da Cultura na gestão de Francisco Weffort, governo FHC (1995-2002). Além disso, objetivou mostrar a necessidade de ampliar o acesso ao livro por meio da criação e revitalização de bibliotecas públicas em todo Brasil.</p>
<p>SILVA, Vera Lucia Mangas. <b>Cultura e informação</b>: um estudo da rede de bibliotecas populares da cidade do Rio de Janeiro. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.</p>	<p>Este estudo apresentou a trajetória da Rede de Bibliotecas da Cidade do Rio de Janeiro, considerando o livro e a leitura como instrumentos vitais para transformação da comunidade.</p>

<p>OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. <b>A biblioteca fora do tempo:</b> políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.</p>	<p>A autora da tese discutiu o INL como órgão governamental responsável pela promoção do livro, pela concepção e coordenação das políticas de bibliotecas públicas implantadas no Brasil, entre 1937 e 1989.</p>
<p>NOGUEIRA, Maria Ceci Lia P'iniz. <b>Biblioteca pública:</b> a contradição de seu papel. 1985. 115 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.</p>	<p>Esta dissertação analisou a função da biblioteca pública na sociedade capitalista, considerando a ambiguidade do seu papel: biblioteca pública como um recurso técnico de Estado que favorece a interesses da classe no poder e, simultaneamente, como um instrumento fundamental para a construção de uma nova composição social.</p>
<p>SUAIDEN, Emir José. <b>Biblioteca Pública Brasileira:</b> desempenho e perspectivas. 1980. 82 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade federal da Paraíba, João Pessoa, 1980.</p>	<p>Esta dissertação teve por objetivo investigar a situação das Bibliotecas Públicas Brasileiras e o que elas representam para o desenvolvimento da nação.</p>

Fonte: Da autora.

#### Quadro 6 – EBSCOhost

REFERÊNCIA	SÍNTESE
<p>FLECK, Felícia de Oliveira; CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira; NAVARRA, Maite Comalat. A contação de histórias nas bibliotecas públicas de Barcelona: impressões de viagem. <b>Informação &amp; Informação</b>, Londrina, v. 23, n. 3, 2018. doi: 10.5433/1981-8920.2018v23n3p696.</p>	<p>Este artigo apresenta as bibliotecas como espaços ímpares para o desenvolvimento de atividades de contação de histórias, especialmente histórias da comunidade. Aborda as funções educacionais, culturais e de entretenimento de uma biblioteca pública.</p>

<p>PAIVA, Marília de Abreu Martins; FERRAZ, Marina Nogueira. Bibliotecas públicas e bibliotecas escolares: distinções fundamentais. <b>Transinformação</b>, São Paulo, v. 30, n. 2, 2018. doi: 10.1590/2318-08892018000200008.</p>	<p>Este artigo mostra que as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares no Brasil ainda não foram universalizadas e declaram que muitas existem precariamente. Apresentou a falta de políticas públicas para estes dois tipos de bibliotecas, bem como modelos precários de ações devido à falta de investimento.</p>
<p>BORNACELLY, Jaime Spanish; CASTRO, Nathalia Quintero; CELIS, Deiman Cuartas; RESTREPO, María Camila; ARISTIZÁBAL, Duban Gil. Política pública de biblioteca pública en Medellín: hacia la construcción de una guía de evaluación. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología</b>, Medellín, v. 37, n. 2, p. 151-170, 2014.</p>	<p>Este artigo investigou as políticas públicas para biblioteca pública em Medellín – Colômbia, como foram implantadas e como são avaliadas. Partiu de uma investigação documental, definiu os objetivos de uma biblioteca pública partindo das contribuições dos acadêmicos.</p>
<p>JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. <b>Revista Internacional de Información y Comunicación</b>, [S. l.], v. 23, n. 4, 2014. doi: 10.3145/EPI.</p>	<p>Este artigo considera o patrimônio bibliográfico das bibliotecas públicas como um bem indispensável para o conhecimento da história, cultura e identidade da Colômbia.</p>
<p>FENOLL, Carme. Políticas de préstamo digital en bibliotecas públicas en Inglaterra. <b>Blok de Bid</b>, Barcelona, abr. 2016.</p>	<p>Este artigo apresenta políticas para empréstimo de acervo digital nas bibliotecas públicas da Inglaterra.</p>
<p>BARBOSA, Johnny Rodrigues. <b>A inclusão de bibliotecários nas políticas nacionais de bibliotecas públicas</b>. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.</p>	<p>Este artigo analisou a inclusão de profissionais bibliotecários nas Bibliotecas Públicas Municipais da Paraíba como consequência da política nacional de implantação e revitalização deste equipamento. Tal política foi fomentada por ações do Programa Livro Aberto e do Programa Mais Cultura para Bibliotecas Públicas, coordenado pela Diretoria do Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura e pela Fundação Biblioteca Nacional/Sistem, cujo objetivo foi zerar o número de municípios brasileiros sem Bibliotecas Públicas.</p>

Fonte: Da autora.



Quadro 7 - Google Acadêmico

REFERÊNCIAS	SÍNTESE
<p>CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da agenda 2030 para a América do Sul. <b>Informação &amp; Informação</b>, Londrina, v. 25, n. 4, p. 327-356, 2020. doi: 10.5433/1981-8920.2020v25n4p327.</p>	<p>Este artigo apresentou a necessidade de elaborar diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, da leitura e das bibliotecas que assegurem uma educação de qualidade nos países da América do Sul. Defende que as diretrizes podem ajudar a construir uma sociedade mais justa e democrática.</p>
<p>QUISPE-FARFÁN, Gabriela A. Bibliotecas Públicas: contexto, tendencias y modelos. <b>E-Ciencias de la Información</b>, Costa Rica, v. 10, 2020.</p>	<p>Este artigo traz as constantes mudanças da biblioteca pública e apresenta algumas as tendências principalmente com uso das tecnologias de informação e comunicação para atender as demandas dos leitores no atual cenário diante da epidemia do Covid 19.</p>
<p>CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes. Convergências entre as políticas públicas nacionais de promoção do livro, leitura e bibliotecas sul-americanas e o ODS 4 da agenda 2030: o que há por trás? <b>Encontros Bibli</b>, Florianópolis, v. 25, 2020. doi: 10.5007/1518-2924.2020.e68384.</p>	<p>Este artigo identificou as convergências existentes entre os objetivos das políticas nacionais de promoção do livro, leitura e bibliotecas sul-americanas no que se refere às dez metas que compõem o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), O 4 que se refere à educação de qualidade.</p>
<p>HUBNER, Marcos Leandro Freitas; PIMENTA, Jussara Santos. Bibliotecas parque de Medellín: a biblioteca pública se reinventa. <b>Revista Fontes Documentais</b>, Aracaju, v. 3, n. 3, 2020.</p>	<p>O artigo traz uma apresentação das bibliotecas parques na Colômbia, como são concebidas e evidencia que estão em constante processo de transformação</p>

<p>LÓPEZ-GÓMEZ, Maximino. <b>Lineamientos para la biblioteca pública en la reconstrucción y salvaguarda de memoria histórica, de víctimas del conflicto armado</b>: el caso de el Peñón Cundinamarca, periodo 1998-2006. 2019. 153 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2019.</p>	<p>Esta tese defende que as bibliotecas públicas podem desenvolver iniciativas para salvaguarda da memória histórica das vítimas dos conflitos armados entre os anos de 1998 e 2006.</p>
<p>ROCHA, Eduardo Santos; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. As políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil. <b>Múltiplos Olhares em Ciência da Informação</b>, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, 2020.</p>	<p>Este artigo realizou um levantamento de publicações sobre políticas públicas no âmbito das bibliotecas brasileiras. A busca recuperou 36 publicações sobre a temática.</p>
<p>SIQUEIRA, Bianca Lopes; MACHADO, Elisa Campos; LÜCK, Esther Hermes. O papel do sistema nacional de bibliotecas públicas na construção de políticas públicas. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b>, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 358-387, 2019.</p>	<p>Esta pesquisa bibliográfica apresenta dados que marcaram o SNBP do Brasil como instituição responsável pelas políticas públicas na área do livro, leitura e bibliotecas. O recorte da pesquisa foi entre 1992 e 2014.</p>
<p>ALMEIDA, Celina José; MACHADO, Elisa Campos. Serviços de extensão em bibliotecas públicas estaduais no Brasil. <b>Revista ACB</b>, Florianópolis, v. 24, n. 1, 2019.</p>	<p>Este artigo identifica alguns serviços de extensão oferecidos pelas bibliotecas públicas estaduais do Brasil. Evidencia a necessidade de ampliar esse tipo de ação e mostra as dificuldades e limitações que as bibliotecas enfrentam para executar e divulgar suas ações.</p>
<p>MEDEIROS, Ana Ligia. As bibliotecas na antiguidade. <b>Memória e Informação</b>, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2019.</p>	<p>Aponta a biblioteca como uma instituição de origem muito antiga, cuja função era a guarda dos registros e memória da humanidade.</p>

<p>MEDEIROS, Ana Ligia Silva; OLINTO, Gilda. As políticas públicas na área de bibliotecas públicas brasileiras. <i>In</i>: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. <b>Anais [...]</b>. Salvador, 2016.</p>	<p>O artigo analisou as políticas públicas para a área das bibliotecas públicas no Brasil, trazendo relatos de experiências relacionadas ao Plano Nacional do Livro e da Leitura – PNLL.</p>
<p>FERNANDEZ, Maria Aparecida Arias; MACHADO, Elisa Campos. Projeto “mais bibliotecas públicas”: uma estratégia de mobilização local. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b>, São Paulo, v. 11, n. esp. P. 163-180, 2015.</p>	<p>Este artigo apresenta o processo de construção do Projeto Mais Bibliotecas Públicas e sua relação com as políticas culturais para as bibliotecas públicas no Brasil. Mostra a necessidade de um trabalho em conjunto com o governo federal, estadual e municipal, cujo objetivo é ampliar o número de bibliotecas no país.</p>
<p>CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; BRASIL, Felipe Gonçalves. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. <b>Novos Estudos CEBRAP</b>, São Paulo, n. 101, 2015. doi: 10.1590/S0101-33002015000100003.</p>	<p>Este artigo apresenta a construção dos conceitos de subsistemas e redes, modelos teóricos e como estes se apoiam nessas subunidades e se unem para construção de políticas públicas.</p>
<p>AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. <b>Agenda Política</b>, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.</p>	<p>O artigo apresenta os principais conceitos de política pública e discute algumas vertentes e interpretações concernentes ao campo das políticas públicas.</p>
<p>CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. <b>Revista de Administração Pública</b>, São Paulo, v. 48, n. 5, 2014. doi: 10.1590/0034-76121497</p>	<p>Este artigo apresenta que as políticas públicas culturais no Brasil vêm ganhando destaque nos últimos anos, e isso é importante para compreender a gestão de programas culturais voltados aos patrimônios.</p>
<p>OLIVEIRA, Caroline Brito; CIANCONI, Regina de Barros. Cooperação, compartilhamento e colaboração: caso da rede de bibliotecas e centros de informação em arte no estado do Rio de Janeiro (Redarte/RJ). <b>Brazilian Journal of Information Science</b>, Marília, v. 7, 2013. doi: 10.36311/1981-1640.2013.v7esp.13.p211.</p>	<p>Este artigo identificou as ações da Rede de Bibliotecas e Centros de Informação em Arte no Estado do Rio de Janeiro (REDARTE/RJ), um trabalho realizado de forma colaborativa, com o uso das tecnologias da informação e tecnologias.</p>

<p>DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. <b>São Paulo em Perspectiva</b>, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. doi: 10.1590/S0102-88392001000200010.</p>	<p>Este artigo aponta a cultura como objeto de política pública no Brasil do nível local ao nacional. Apresenta também algumas experiências de outros países a respeito da temática</p>
<p>ESCOBAR, Camila; FERNÁNDEZ, Liquitay Cherie Flores; FARIÑA, Romina Gómez; CABRERA, Mauricio Soto. Bibliotecas Públicas: elementos para la formulación de una Política en Chile. <b>Serie Bibliotecología y Gestión de Información</b>, Santiago, n. 76, 2012.</p>	<p>Este documento busca conhecer a realidade em que as bibliotecas públicas latino-americanas se encontram. Apresenta a necessidade de uma lei específica para este tipo de biblioteca.</p>
<p>SCARPA, Regina. Colômbia: a fantástica terra das bibliotecas públicas. <b>Nova Escola</b>, São Paulo, 1 dez. 2012. Disponível em: <a href="https://novaescola.org.br/conteudo/3409/colombia-a-fantastica-terra-das-bibliotecas-publicas">https://novaescola.org.br/conteudo/3409/colombia-a-fantastica-terra-das-bibliotecas-publicas</a>. Acesso em: 9 fev. 2022.</p>	<p>Este texto apresenta as bibliotecas da Colômbia, suas estruturas, os espaços acolhedores e de transformação social, acervo de ótima qualidade e como as bibliotecas estão combatendo a violência.</p>
<p>TOLOSA, Luis Roberto Téllez. Breve historia de las bibliotecas públicas en Colombia. <b>Códices</b>, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 57-86, 2012.</p>	<p>Este artigo traz a história das bibliotecas públicas da Colômbia desde o início do século XXIII até os primeiros anos do século XXI.</p>
<p>LÓPEZ, César G. Alvarado. Desarrollo de Colecciones en el Programa de Bibliotecas Públicas (Programa 03) del “Instituto Autónomo Biblioteca Nacional y de Servicios de Bibliotecas”, Venezuela atendiendo a los cambios en la estructura presupuestaria entre los años 2004 al 2010. <i>In</i>: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 77., 2011, San Juan. <b>Anais</b> [...]. San Ruan, 2011.</p>	<p>Este artigo apresenta a dependência que as bibliotecas públicas da Venezuela possuem em relação à Biblioteca Nacional Autônoma do país. Declara a necessidade de um orçamento para manutenção e investimento nas mesmas</p>

<p>GALLEGO, Luz Estela Peña. Las bibliotecas públicas de Medellín como motor de cambio social y urbano de la ciudad. <b>Bid</b>, Barcelona, n. 27, 2011.</p>	<p>Este artigo apresenta as redes de bibliotecas de Medellín, com ênfase nas bibliotecas parques e apresenta sua importância sociocultural para o país.</p>
<p>BEZERRA, Fabíola Maria Pereira. <b>A biblioteca pública, o utilizador idoso e as políticas de infoinclusão</b>. 2011. 318 f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Universidade de Porto, Porto, 2011.</p>	<p>Esta tese aborda as bibliotecas públicas de Portugal e sua relação com os idosos, bem como a escassez de recursos e políticas públicas voltadas a esta população.</p>
<p>MACHADO, Elisa Campos; VERGUEIRO, Waldomiro. A prática da gestão participativa em espaços de acesso à informação: o caso das bibliotecas públicas e das bibliotecas comunitárias. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología</b>, Colômbia, v. 33, n. 1, p. 241-255, 2010.</p>	<p>Este artigo apresenta a possibilidade das bibliotecas públicas incorporarem uma gestão participativa em suas práticas cotidianas, com objetivo de melhorar o diálogo e interação com a comunidade.</p>
<p>NUÑEZ, Erslem Armendariz. <b>Modelo para la evaluación de competencias en el personal de bibliotecas públicas</b>. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Administração do Conhecimento) – Universidad Virtual del Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey, Chihuahua, 2008.</p>	<p>Esta tese apresenta os novos e complexos desafios para uma sociedade repleta de informações. Defende que as mudanças constantes na sociedade impactam novas demandas que exigem capacitação contínua dos profissionais que atuam nas bibliotecas públicas, para assim estar aptos a desempenhar novas funções requeridas na contemporaneidade. Apresenta também a importância das competências dos profissionais da informação diante das novas tecnologias.</p>
<p>CURDO, Enrique Ramos. Globalización y Bibliotecas Públicas. <b>Bibliotecología y Gestión de Información</b>, Santiago, n. 26, 2007.</p>	<p>Este trabalho apresenta alguns aspectos da globalização e suas consequências na leitura, no acesso aos livros e possíveis efeitos nas bibliotecas públicas do Chile e em seus usuários.</p>

<p>FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? <b>Transinformação</b>, São Paulo, v. 18, n. 2, 2006.</p>	<p>Este artigo teve como objetivo analisar a crise das bibliotecas públicas no Estado do Maranhão, cujas ações são descontínuas causando desmantelamento das bibliotecas públicas no Estado.</p>
<p>SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. <b>Sociologias</b>, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.</p>	<p>Este artigo apresenta o estado da arte da área e mostra algumas vertentes que existem a respeito das políticas públicas.</p>
<p>SOUZA, Celina. <b>Políticas públicas</b>: conceitos, tipologias e sub-áreas. [S. l.]: Fundação Luis Educaro Magalhães, 2002. Disponível em: <a href="http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf">http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf</a>. Acesso em: 9 fev. 2022.</p>	<p>Este artigo apresenta a importância deste campo do conhecimento, bem como conceitos e processos de elaboração e implementação de uma política pública.</p>
<p>TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. <b>Cadernos da AATR – BA</b>, Bahia, p. 1-11, 2002. Disponível em: <a href="http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf">http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf</a>. Acesso em: 10 fev. 2022.</p>	<p>O artigo evidencia o processo de formulação e avaliação das políticas públicas e como os movimentos populares podem participar no processo de elaboração das mesmas. Além disso, apresenta como as políticas públicas podem contribuir para o desenvolvimento da sociedade.</p>
<p>BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. <b>São Paulo em Perspectiva</b>, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. doi: 10.1590/S0102-88392001000200011</p>	<p>O texto traz as dimensões da cultura que permitem formular estratégias para elaborar políticas públicas na área e defende a necessidade de uma ação mais efetiva das esferas públicas governamentais</p>

Fonte: Da autora.

#### Quadro 8 - Scielo

REFERÊNCIAS	SÍNTESE
-------------	---------

<p>MARQUES, Marcelo de Souza. Democracia cultural, Estado e políticas públicas culturais: uma reflexão a partir da democracia radical e plural. <b>Colombia Internacional</b>, Bogotá, n. 98, p. 169-195, 2019. doi: 10.7440/colombiaint98.2019.06.</p>	<p>Este artigo foca o conceito da democratização da cultura, reflete sobre as políticas públicas culturais e apresenta a necessidade de diálogos com o Estado para o desenvolvimento destas políticas.</p>
<p>BRAGA, Gustavo Bastos; FERREIRA, Marco Aurelio Marques. Avaliando a eficiência das bibliotecas públicas mineiras. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología</b>, Medellín, v. 36, n. 3, 2013.</p>	<p>Este artigo apresenta as bibliotecas públicas como equipamentos vitais para a promoção da cultura na sociedade. Fez-se uma avaliação das bibliotecas públicas municipais de Minas Gerais.</p>
<p>QUINTERO, Olga Restrepo. La política pública del turismo cultural en Colombia (1991-2017). <b>Revista Latino-Americana de Turismologia</b>, São Pedro, v. 4, n. 1, p. 52-65, 2008.</p>	<p>Este artigo apresenta uma breve revisão sobre as políticas públicas aplicadas ao turismo cultural na Colômbia. O foco é o patrimônio material, imaterial e natural, evidenciando-o como vetor para o desenvolvimento do turismo cultural colombiano.</p>
<p>BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Políticas de construção de território local de atuação para a Biblioteca Pública. <b>Informação &amp; Sociedade</b>: estudos, João Pessoa, v. 27, n. 1, 2017.</p>	<p>Este artigo apresenta os desafios da biblioteca pública na atual sociedade da informação e defende a necessidade da construção de um território local para as bibliotecas públicas. Parte de reflexões a respeito do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil.</p>
<p>OLIVEIRA, Antonio Deusivam; PRADOS, Rosália Maria Netto. Políticas públicas para o livro, leitura, literatura e biblioteca no Brasil. <b>Información, Cultura y Sociedad</b>: revista del Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas, Buenos Aires, n. 32, p. 95-107, 2015.</p>	<p>Este artigo descreve brevemente as políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca no Brasil a partir da criação do Instituto Nacional do Livro em 1937 até a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura em 2006. Aborda a importância da atuação do Estado nas políticas públicas para o livro e leitura no Brasil.</p>
<p>BORNACELLY, Jaime; CASTRO, Nathalia Quintero; CELIS, Deiman Cuartas; RESTREPO, María Camila; ARISTIZÁBAL, Duban Gil. Política pública de biblioteca pública en Medellín: hacia la construcción de una guía de evaluación. <b>Revista Interamericana de Bibliotecología</b>, Medellín, v. 37, n. 2, 2014.</p>	<p>Este artigo indaga as políticas públicas nas bibliotecas públicas de Medellín e sua importância para as comunidades locais</p>

Fonte: Da autora.

**Quadro 9 - Web Of Science**

REFERÊNCIAS	SÍNTESE
<p>SOUZA, Clarice Muhlethaler. Biblioteca públicas: aparcerías y políticas públicas en America Latina y Caribe: el caso de Brasil. <i>In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS, 71.</i>, 2005, Oslo. <b>Anais</b> [...]. Oslo, 2005. Disponível em: <a href="https://archive.ifla.org/IV/ifla71/papers/144s-Souza.pdf">https://archive.ifla.org/IV/ifla71/papers/144s-Souza.pdf</a>. Acesso em: 18 fev. 2022.</p>	<p>Este artigo traz um breve panorama sobre as principais parcerias e políticas públicas desenvolvidas no Brasil para apoiar a leitura e as bibliotecas públicas nos países da América Latina e Caribe.</p>

**Fonte:** Da autora.



#### 4.2.2 Análise Documental

Como o objetivo foi investigar de forma mais profunda, adotou-se também a pesquisa documental. Para Gil (2002, p. 46), esse tipo de pesquisa apresenta vantagens no que se refere à busca de informações ao longo do tempo, pois “[...] há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa [...]”.

Os documentos oficiais foram coletados nos portais dos países pesquisados. Para Cellard (2008, p. 295) “O documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador [...]”. A pesquisa documental, neste estudo, visa analisar os documentos que embasam as ações em prol das bibliotecas públicas e na democratização da informação. Foram utilizados documentos oficiais de políticas públicas nacionais, bem como outros documentos primários, que estabeleçam parâmetros para a atuação das bibliotecas públicas no Brasil e na Colômbia. Ludke e André (1986, p. 39) também afirmam que:

Os documentos constituem-se uma fonte poderosa de informação, cujos conteúdos podem oferecer evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

Neste sentido, os documentos possuem uma quantidade imensurável de informações que foram exploradas, analisadas e consideradas de acordo com os objetivos da pesquisa. Os documentos trazem informações muitas vezes fundamentais ao pesquisador, proporcionando agilidade e rapidez na investigação científica, além de ser fonte segura e confiável de informação. Para Gil (2008, p. 46),

[...] o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc.

No quadro 10 constam os documentos recuperados nos sites dos países da América do Sul.

**Quadro 10** - Documentos dos sites oficiais

<b>Título</b>	<b>País</b>	<b>SÍNTESE</b>	<b>Ano de Publicação</b>
Lei Nº 13.696, de 12 de julho de 2018	Brasil	Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita para bibliotecas de acesso público.	2018
Decreto Nº 520 de 13 de Maio de 1992	Brasil	Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas	1992
Ley Nº 1379 de 2010	Colômbia	Sanciona o funcionamento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	2010

**Fonte:** Da autora.

São poucos os documentos oficiais recuperados, visto que a maioria dos países ainda não possui uma legislação normatizada. Neste sentido, recuperou-se 6 documentos, porém os que serão analisados na presente pesquisa são: a Ley nº 1379 de 2010 da Colômbia (Anexo A) e a Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018 do Brasil (Anexo B). A escolha por estes documentos se deu por serem documentos já aprovados em Lei e que se referem especificamente as bibliotecas públicas e que estão em vigor no Brasil e Colômbia. Os outros documentos coletados se referem a todos os tipos de bibliotecas, principalmente as escolares, o que não é o foco da presente pesquisa.

#### 4.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

No intuito de responder os objetivos propostos na pesquisa, optou-se como método de análise dos dados a “Análise de Conteúdo” de Laurence Bardin. Este procedimento é definido como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Este método tem se tornado cada vez mais utilizado por possibilitar explorar

o documento, refletir, dialogar, comparar, analisar, fazer inferências de termos e conceitos, resultando em novos conhecimentos. A Análise de Conteúdo de acordo com Bardin (2011) é constituída das seguintes etapas:

1. Pré-análise: leitura inicial e sistematização dos termos encontrados nos documentos.
2. Exploração do material: abrange a análise e reflexões mais profundas dos documentos;
3. Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: é a apresentação/explicação dos resultados comparados, levando em consideração as significações de forma a gerar novos conhecimentos.

A primeira etapa de acordo com Bardin (1977, p. 95) consiste em organizar e sistematizar os textos selecionados e possui como propósito “[...] a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”. Neste sentido identificou-se trabalhos que tratam da temática da pesquisa, constituindo-se do corpus que abrange a respeito de políticas públicas, políticas públicas culturais, bibliotecas públicas e redes de bibliotecas. Para a validação do corpus teórico, foi estabelecida algumas normas da teoria de Bardin como: exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Estes elementos permitem refletir a respeito dos documentos escolhidos, pois estes, devem representar o objeto de estudo, a clareza do material e se este é adequado e irá atender as necessidades dos objetivos da pesquisa.

Na segunda etapa os textos foram organizados em pastas por assunto discutido na pesquisa e após realizou-se a análise dos documentos e um breve resumo dos textos escolhidos. Esta fase fez-se a leitura e exploração do material, de acordo com Bardin é um momento profundo da pesquisa, cuja intencionalidade é refletir, detalhar de forma profunda e perceber os elementos mais citados e extraí-los para receber o tratamento a ser realizado na terceira etapa.

Após a etapa de exploração dos materiais, estes são tratados com amparo da literatura científica resultante da etapa de pesquisa bibliográfica deste trabalho. Neste processo de categorização foi estabelecido as diretrizes para elaboração de políticas públicas para bibliotecas públicas, objetivo da presente pesquisa. Para isso,

a técnica aplicada à análise de conteúdo desta pesquisa foi a análise léxica, cujo material analisado são as palavras e terminologias recursivas e com significados. Esta técnica exige sistematização, organização e disciplina do pesquisador.

As diretrizes propostas estão detalhadas e discutidas na seção seis desta tese.

## 5 ANÁLISE DOCUMENTAL

Este capítulo apresenta a análise de documentos criados especificamente para as bibliotecas públicas nos dois países Brasil e Colômbia. A ênfase se deu na coleta de elementos que possam compor as diretrizes para elaboração de políticas públicas para bibliotecas públicas no Brasil.

### 5.1 DECRETO E LEI BRASILEIRA

Os instrumentos normativos existem para garantir a democracia e que os direitos dos cidadãos e da coletividade sejam respeitados. A sua importância é evidente na sociedade. No entanto, o que se questiona é a falta de legislações para algumas áreas e a adequação prática da Lei e decretos.

A seguir será discutido o Decreto nº 520 de 13 de maio de 1992 e a Lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018 que se refere a BP.

#### 5.1.1 Decreto nº 520 de 13 de Maio de 1992

Este decreto institui junto ao Ministério da Cultura, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, com objetivo de proporcionar “[...] à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País”.

O SNBP é um órgão federal de planejamento e democratização do acesso ao livro, leitura e bibliotecas públicas no Brasil, sua implementação iniciou-se em 1977 por meio do INL, com foco na criação de sistemas estaduais e municipais. No entanto, sua institucionalização ocorreu somente em maio de 1992. Esta instituição foi e é muito importante para as bibliotecas públicas, pois inicia-se a valorização da BP no país.

Atualmente, o SNBP possui uma coordenadoria geral que está subordinada ao Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLB), na Secretaria Nacional de Economia Criativa Diversidade Cultural (SECDEC), da Secretaria Especial da Cultura (SECULT), do Ministério do Turismo (MTur). (BRASIL, 2021, p. 1).

O quadro 11 apresenta os objetivos descritos no artigo 2º do Decreto nº 520.

**Quadro 11 – Decreto nº 520 - objetivos**

<b>Decreto Nº. 520 – Objetivos</b>
Incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional.
Promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes.
Desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras.
Manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras.
Incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas.
Proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais.
Favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País.
Assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades.
Firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas.

**Fonte:** Elaborado pela autora, de acordo com o decreto.

Os objetivos do SNBP trouxeram expectativas para a sociedade no sentido de o Estado intervir e resolver problemas relacionados a BP, além de incentivar a criação e assessorar tecnicamente as bibliotecas públicas, instituição indispensável para o desenvolvimento da democracia (objetivos do quadro 11). O Brasil necessita de bibliotecas e serviços bibliotecários em todo território nacional. Neste sentido, o SNBP como órgão normalizador busca promover a melhoria das bibliotecas públicas para que atuem em rede e como centros de ação cultural e educacional. Isto é essencial em um país onde o panorama das bibliotecas públicas ainda é fortuito.

O Brasil possui intensas desigualdades sociais e o acesso a BP, aos seus produtos e serviços é uma possibilidade de crescimento do cidadão. De acordo com o Manifesto da Unesco “A biblioteca pública é o ponto de acesso principal e dinâmico, da comunidade, estruturado para responder de modo proativo a uma multiplicidade de necessidades de informação, que estão sempre em mudança” (UNESCO, 1994, p. 1). Desta forma, as bibliotecas têm papel preponderante no desenvolvimento do indivíduo e da sociedade por meio da democratização do

acesso a informação nos processos de interação social com o sujeito e com o mundo.

A sociedade está em transição e exige novas posturas e competências dos bibliotecários que atuam nestas instituições. Neste sentido, o objetivo três do SNBP, é imprescindível para a BP exercer sua função na sociedade e na vida do indivíduo, contar com um quadro de pessoal amplo e qualificado.

Bibliotecas sem profissionais não trazem resultados e nem impactos sociais, são necessárias ações efetivas, intervenções com os usuários. Para isso, a equipe deve conhecer os objetivos da instituição, as próprias competências e as inter-relações que permeiam as funções dos setores, desde as atividades de gestão, supervisão, elaboração e sistematização de programas e projetos, aquisição, seleção, organização e armazenamento e recuperação do acervo. Além disso, desenvolver treinamento contínuo dos recursos humanos permitem que eles captem recursos, atendam de forma proativa o público, mediem, disseminem, compartilhem informação e avaliem seus próprios serviços.

Segundo as diretrizes da INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA, 2012, p. 95) “O bibliotecário é um intermediário ativo entre os usuários e os recursos. A formação profissional e a educação continuada do bibliotecário são indispensáveis para garantir serviços adequados”, como apresenta a agenda 2030 das Nações Unidas, onde as bibliotecas atuam e contribuem para o desenvolvimento sustentável em vários países do mundo. Neste sentido desenvolver treinamento contínuo dos recursos humanos permitem avanços significativos para a BP.

O objetivo 4, que diz respeito a manter atualizado o cadastro das bibliotecas públicas brasileiras, é importante, desde que, após este cadastro, o SNBP avalie as conjunturas de cada biblioteca e planeje políticas públicas nacionais com ações para estas instituições, juntamente com os sistemas estaduais e municipais de bibliotecas públicas. Para isso, é importante considerar as peculiaridades de cada sistema e as especificidades das bibliotecas, bem como seu público. O registro das bibliotecas do SNBP deve ocorrer, mas guiado de atos como: visitas técnicas aos gestores dos sistemas estaduais, encontros anuais de bibliotecários e implementação de programas para investimento e fortalecimento da B.P.

De 2012 até 2014 há no site institucional do SNBP, relatórios de monitoramento, avaliação das atividades SNBP e dados das bibliotecas públicas

brasileiras. A partir de 2015 até 2018 os relatórios passaram a integrar os registros do Ministério da Cultura. Após este período não há informações. (BRASIL, 2021).

O Brasil possui uma lei para o livro, para o fomento a leitura e escrita, mas não possui uma lei específica que garanta a existência, manutenção e o bom funcionamento da BP. Nesta perspectiva, para atender o objetivo cinco: incentivar a criação de biblioteca em municípios desprovidos de BP, em 1995, criou-se o projeto “Uma biblioteca em cada município”, que perdurou até 2002. De acordo com Oliveira (2011, p. 41), “Na época, havia mais de 2.300 municípios sem uma única biblioteca pública e o projeto chegou a atingir a marca de 1.500 novas bibliotecas”.

Em 2002, é eleito Presidente, Luis Inácio Lula da Silva que em seu primeiro mandato colocou em prática uma política que trouxe resultados positivos para o Brasil em vários aspectos, sobretudo no âmbito da cultura. O desafio da inclusão social e diminuição das desigualdades levou-o a fortalecer o MINC, e conseqüentemente trouxe avanços para as bibliotecas. Entre os avanços destacam-se: a Lei do Livro nº 10.753 aprovada em outubro de 2003; o programa Fome de Livro, lançado no início de 2004; o PNLL, estruturado em 2006 a partir do ano Vivaleitura.

Quanto ao número de bibliotecas públicas no Brasil, em 2009, 79% dos municípios brasileiros, possuíam ao menos uma biblioteca pública aberta a população. De acordo com Silva (2015, p. 96), isso “[...] corresponde a 4.763 bibliotecas em 4.413 municípios, demonstrando a existência de mais de uma biblioteca em alguns municípios”. Apesar disso, muitas destas bibliotecas públicas não possuíam uma estrutura sistematizada de funcionamento.

Em 2012 deu-se início a formulação do projeto “Mais Bibliotecas Públicas”, com objetivo de além de distribuir recursos aos Estados e Municípios para implantação de novas bibliotecas públicas, discutir com os gestores públicos a importância da BP para a sociedade. Em 2014, o Brasil apresentava 6.602 bibliotecas públicas, distribuídas por todo território nacional. (FERNANDEZ; MACHADO, 2015).

No que se refere as Metas do Plano Nacional de Cultura publicado em janeiro de 2013 destacam-se duas que são direcionadas à criação de biblioteca. São elas: A meta 32 e a 34, a primeira previa que 100% dos municípios brasileiros tivessem pelo menos uma BP ativa e em funcionamento. A segunda previa a modernização de 50% das bibliotecas públicas, com melhoria das instalações,



equipamentos, acervos e com serviços de qualidade. (BRASIL, 2012). Contudo, estas instituições ainda enfrentam muitas dificuldades. Há “[...] falta de recursos financeiros, a infraestrutura é precária e o quadro de pessoal bastante reduzido, isto dificulta a prestação de serviços de qualidade por estas instituições”. (SILVA; SOUZA, 2012, p. 34).

O objetivo seis se refere à criação e atualização de acervo por meio de recursos financeiros. O SNBP, até 2003, realizou doação de acervo para os municípios que pretendiam criar uma BP, utilizando recursos financeiros do MinC. (SIQUEIRA; MACHADO; LUCK, 2019).

De acordo com Siqueira, Machado e Luck (2019, p. 367), após o ano de 2004,

[...] o acervo doado pelo SNBP para as bibliotecas públicas “[...] era composto em sua maioria por livros advindos de projetos aprovados dentro do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) por meio da conhecida Lei Rouanet, que exigia que 10 por cento da tiragem deveria ser doada para bibliotecas públicas. [...] Além dos livros recebidos por doação de lei de incentivo eram enviados também exemplares da Revista de História da Biblioteca Nacional, bem como de obras recebidas voluntariamente pelo SNBP, principalmente de editoras, ou dos próprios escritores.

Isso ocorreu sistematicamente até o ano de 2013 e é importante considerar que o acervo, o desenvolvimento de coleções é algo de grande complexidade nas bibliotecas públicas, visto que o público é dinâmico e diversificado. Assim, envolve tomada de decisões, planejamento, estudo do público real, potencial e reflexão a respeito da missão/objetivos da instituição e todo o processo que envolve a aquisição, seleção, avaliação, descarte e atualização do acervo.

É essencial que os órgãos governamentais garantam na prática o constante desenvolvimento do acervo na BP, com materiais diversificados s as diferentes áreas do conhecimento. Ademais, deve-se prever diferentes formas de disponibilização e utilização, mas para isso é necessário recurso orçamentário para atualização e ampliação do acervo nos mais diversos formatos e mídias. Milanesi (2013, p. 62), afirma que na BP:

[...] a precariedade do acervo é crônica. O público tem interesse diversificado e não há correspondência entre esse desejo e as obras disponíveis. Quanto maior for a heterogeneidade do público, maior será a dificuldade de formação de acervo. As cidades, mesmo as menores, mostram uma diversidade sociocultural complexa. Nelas habitam classes sociais diferentes, grupos com escolaridade diversa,

interesses múltiplos que se multiplicam pelas faixas etárias. A possibilidade que tem uma biblioteca municipal de oferecer acervo que atenda a interesses de adultos e crianças, doutores, alfabetizados e analfabetos, operários, donas de casa, adolescentes e de outras categorias é, estatisticamente, diminuta.

As bibliotecas públicas devem ter assegurado a manutenção e o desenvolvimento do acervo e assim garantir o acesso da população e além disso, “As coleções devem refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da criação e da imaginação humana”. (UNESCO, 1994, p. 2). Desse modo, preservando o patrimônio cultural e suprimindo as diferentes demandas e necessidades informacionais dos indivíduos na sociedade contemporânea, seja por meio do acervo impresso ou digital.

Quanto ao objetivo sete: instigar os coordenadores dos sistemas estaduais e municipais para que atuem como agentes culturais em favor do livro e da leitura, é fundamental pois a BP é uma instituição social por excelência e por atender os mais diversos públicos deve ser dinâmica. Assim sendo, o desenvolvimento de programas, ações e práticas de mediação da leitura nas bibliotecas públicas é essencial para gerar mudanças e renovações no dia a dia das bibliotecas públicas.

No que se refere ao penúltimo objetivo, este é de grande complexidade para o SNBP, pois atualmente há 26 Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs), 01 do Distrito Federal, para o órgão assessorar e orientar suas atividades. Este trabalho é realizado em rede cujo objetivo é apoiar os profissionais que atuam nos sistemas e bibliotecas públicas municipais por meio da colaboração em projetos, capacitação, serviços e nas ações de incentivo à leitura. (BRASIL, 2021). Entretanto, após o SNBP ser transferido para a Secretaria de Economia Criativa não há informações a respeito de como está sendo realizado este assessoramento, bem como sua autonomia, intervenções e deliberações dentro desta secretaria.

É essencial o acompanhamento, o diálogo, a presença, as articulações com os sistemas estaduais e municipais, bem como a continuidade dos fazeres do SNBP. Em pleno século XXI, as bibliotecas públicas não têm garantido investimentos financeiros que possibilite seu desenvolvimento.

O último objetivo que se resume em firmar convênios e parcerias com entidades culturais, visando à promoção de livros, de bibliotecas e fortalecimentos dos respectivos sistemas também é apresentado nos artigos 3º e 4º desse decreto e é básico para a sobrevivência destas instituições. No entanto, a BP “Deve ser objeto

de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais”. (UNESCO, 1994, p. 2). Com base nessa perspectiva, nota-se que ainda há um longo caminho a percorrer, no sentido de se concretizar os objetivos do SNBP.

No artigo 5º que se refere às receitas destinadas ao SNBP, é apresentado recursos do orçamento da União, doações e contribuições nacionais e internacionais e também a participação financeira dos Estados e Municípios. (BRASIL, 1992). Contudo, não apresenta valores específicos a ser gerido pelo SNBP, o que o fragiliza e não possibilita que cumpra seu papel efetivamente.

Este Decreto possui apenas cinco artigos, que em resumo buscam fortalecer as bibliotecas públicas, apoiando os sistemas estaduais. É essencial para o SNBP, possuir também uma estrutura e ter liberdade para executar seus objetivos de maneira autônoma e com ferramentas que garantam assertividade e qualidade nos serviços prestados aos estados e municípios.

Atualmente há lacunas na BP, que necessitam de amparo legislativo para reconhecer suas potencialidades, corrigir problemas e deficiências surgidos ao longo de sua história.

#### 5.1.2 LEI Nº. 13.696 DE 12 DE JULHO DE 2018

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. (BRASIL, 2018).

Para a elaboração da PNLE, considerou os princípios e metas de outros documentos e planos nacionais como: I - Plano Nacional de Educação (PNE); II - Plano Nacional de Cultura (PNC), III - Plano Plurianual da União (PPA) e IV – Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). (BRASIL, 2018).

Apesar desta lei não ser específica para BP, esta menciona as bibliotecas de acesso público que objetivam a democratização do acesso à informação, à leitura, à escrita e à promoção da cidadania, podendo ou não serem geridas pela administração pública.

O Art. 2º da Lei apresenta cinco diretrizes de ação, além dos objetivos da legislação, conforme descrito no quadro 12.

**Quadro 12 – Lei nº 13.696 - diretrizes**

<b>Lei Nº. 13.696 – Diretrizes</b>
A universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas.
O reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa.
O fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC).
A articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.
O reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa.

**Fonte:** Elaborado pela autora, de acordo com a Lei.

No que se refere as diretrizes, a existência de bibliotecas pública e o amplo acesso a esta instituição, bem como ao livro, a leitura e a escrita é inquestionável. BP é uma instituição cultural e social dinâmica, é um centro de referência de memória de informação e educação. Além disso, é um ambiente de encontro, de partilha, de lazer, de troca de informações e produção de conhecimento. A leitura e a escrita são práticas elementares, um direito básico do indivíduo e apesar de distintas, são requisitos para melhoria da qualidade de vida e ampliação das perspectivas de mundo.

As bibliotecas públicas dão um importante contributo para o desenvolvimento local, regional e nacional. De acordo com a (IFLA, 2015) são ferramentas para transformar o mundo. O livro, a literatura e a informação devem estar acessíveis a todo cidadão por meio da BP gratuita e atuante, a fim de promover o empoderamento dos leitores e assim contribuir com uma sociedade mais justa e igualitária corroborando com o descrito nas diretrizes da Lei nº 13.696.

É possível observar no quadro 12, que esta Lei buscou fortalecer e consolidar o SNBP, como instrumento para seu desenvolvimento integral no SNC. Contudo, com a reforma ministerial posta em prática no ano de 2019 pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro, extingue a estrutura da cultura no âmbito federal, com a justificativa de enxugamento de máquina pública, que representa a redução de gastos. O Brasil é um país caracterizado pela existência de períodos democráticos e

outros de retrocessos da democracia.

A descontinuidade das políticas públicas permite que em pouco tempo, políticas construídas democraticamente ao longo dos anos, sejam desmanteladas. Neste sentido, a intencionalidade política e a atuação do poder público, juntamente em cooperação com a sociedade civil são essenciais para desenvolvimento da BP.

A quarta diretriz apresentada se refere a importância da articulação com demais políticas de leitura, especialmente com a Lei nº 10.753, de outubro de 2003. Para uma Lei ser enraizada é necessário diálogo e conexão com órgãos e instituições públicas e privadas.

Importante mencionar que a Lei do livro, apesar de assegurar aos cidadãos o pleno exercício do direito de acesso ao livro, é uma Lei direcionada ao apoio à distribuição e comercialização do livro. Neste sentido, apesar da Lei citar que cabe ao poder executivo o incentivo, o hábito da leitura nas escolas e criar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, o foco é incentivar a indústria editorial, colaborar com os editores, distribuidores, livrarias e venda de livros no país e também no mercado internacional, ampliando a exportação de livros nacionais, como é mencionado no artigo 1º da Lei 10.753.

A Lei do livro apresenta uma importância mais econômica do que a preocupação com a formação do leitor e com as práticas de leitura nas bibliotecas públicas. O único artigo que cita a BP, é o penúltimo, o artigo 18, que apresenta o seguinte “Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente”. (BRASIL, 2003). Desse modo, as articulações devem ir além do que é apresentado na quarta diretriz da Lei e assim devem envolver a sociedade civil, científica e inclusive ocorrer em âmbito internacional.

A última diretriz vem ao encontro do que discutimos a respeito da produção e distribuição do livro, reconhece a cadeia criativa do livro e apresenta as bibliotecas como mediadoras e dinamizadoras do livro, da leitura e da escrita. A cadeia criativa é voltada para o apoio aos direitos dos escritores, até com estímulo a criação literária dos mais diversos gêneros e criatividade para tornar prazerosa a leitura da obra. Isto é importante, porém o complexo universo das bibliotecas, faz com que a pesquisadora acredite que o leitor deve encontrar livros na BP, mas além disso, periódicos, e-books, computadores, serviços de referências, oficinas literárias, palestras educativas, exposições, dinamismo, mediadores e práticas de mediação.

A sociedade atual se apresenta em constantes mudanças e renovações, marcadas por uma complexa relação entre a tecnologia, política, economia, educação e cultura, num processo acelerado de produção da informação. Assim como a sociedade, as bibliotecas públicas também se encontram em um processo de transição, sendo vistas de forma plural, com funções culturais, educativas e informacionais.

O Art. 3º do PNLE traz seus objetivos, que estão descritos no quadro 13 e discursados a seguir.

**Quadro 13 – Lei nº 13.696 - objetivos**

<b>Lei Nº. 13.696 – Objetivos</b>
Democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade.
Fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;
Valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas;
Desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público;
Promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos;
Fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações;
Incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor;
Promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas;
Incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC;
Incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.

**Fonte:** Elaborado pela autora, de acordo com a Lei.

Estes objetivos buscam o fortalecimento e estruturação das bibliotecas de acesso público, com qualificação dos espaços de pesquisa e leitura, equipamentos, mobiliários, acervos físicos, digitais e condições de acessibilidade. Além disso, visa a formação de mediadores de leitura por meio de práticas continuadas a todos os profissionais da informação e a execução de programas de culturais e literários de extensão a comunidade.

O terceiro objetivo do quadro 13 corrobora com o exposto, uma vez que incentiva a realização de eventos cuja finalidade é formar leitores críticos e aguçar a leitura de literatura na BP. No Brasil, um ponto que ainda merece reflexão, atenção e ação é a atuação na formação de leitores autônomos e reflexivos, pois a qualidade da leitura reflete no entendimento e comportamento dos cidadãos frente as desigualdades e reformas administrativas nas instâncias governamentais que impedem a soberania popular. A leitura revoluciona, transforma e reconstrói. Neste sentido, democratizar e assegurar o acesso à leitura por meio de projetos é essencial em todo território nacional.

Quanto ao acervo, é possível observar uma preocupação com a digitalização das obras e documentos para disponibilização aos leitores. Esse objetivo está de acordo com o atual cenário pós-pandemia que reflete as inúmeras possibilidades de atuação da BP neste novo panorama no atendimento ao público, remoto e presencial, com livros físicos e e-books. A inovação surge como elemento essencial.

Suaiden (2000, p. 57), afirma que “cabera à biblioteca pública trabalhar no sentido de corrigir as deficiências do passado, como criar uma interação adequada com a comunidade e implantar produtos que de fato facilitem o acesso à Sociedade da Informação”, ou seja, que apresentem subsídios tecnológicos suficientes para que novos hábitos sejam criados no comportamento do leitor e para o desenvolvimento da BP. (MARCIAL, 2016)

No quesito aquisição de acervos físicos e digitais, novamente a Lei menciona o desenvolvimento da economia do livro e estímulo à produção e à indústria editorial local, nacional, bem como sua comercialização. Em 2004 por meio da Lei nº 10.865, as livrarias e editoras foram isentas da tributação sobre produção, venda e importações de livros. (BRASIL, 2004). Isto contribuiu para a economia do livro, porém atualmente há um projeto proposto pelo governo federal que prevê a

cobrança de imposto para o setor dos livros. Nesta proposta de reforma tributária, essa isenção deixa de existir e a comercialização de livros no Brasil teria alíquota de 12%. Nesta perspectiva o valor final para o consumidor se tornaria mais alto. Contudo, esse projeto [PL N.º 3.887 de 2020], ainda está em discussão no senado.

Os objetivos dialogam entre si e se complementam, o quinto por exemplo: aborda a importância de promover a literatura, os processos de pesquisa, produção e disseminação, bem como “[...] o intercâmbio literário e acadêmico para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos.” (BRASIL, 2018).

É indiscutível a relevância destas atividades para o fazer literário, para a reflexão dos próprios escritores acerca do ofício de escrever e também para a construção de futuros autores criativos. Promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro, bem como mediadora da leitura é algo complexo que exige planejamento a curto, médio e longo prazo. Inserir os sujeitos no mundo da escrita literária por meio de ações de qualificação ainda é um desafio complexo para o Brasil, mas não impossível.

Para isso, é urgente o incentivo a pesquisa, aos estudos, a participação de projetos de escritas criativas de contos, crônicas, poesias entre outros gêneros literários. Estas experiências de acordo com o último objetivo possibilitam a expansão das capacidades de criação cultural e também um movimento de mudança e a construção de uma nova ordem como apresentou Luis Milanese há mais de três décadas atrás. (MILANESI, 1986).

Neste sentido, esta Lei é assertiva quando afirma que se deve fortalecer as ações educativas e culturais com foco no desenvolvimento de competências, produção de conhecimento e interpretação de textos. A Lei é instrumento de mudança se aplicada conforme descrita em suas diretrizes e objetivos. Para tanto, recomenda-se que os sistemas estaduais e municipais, bem como toda a rede de BP, formulem estratégias e ações substanciais para formar uma sociedade leitora, livre, democrática, com diminuição das desigualdades sociais e inserção dos cidadãos no mundo da leitura e da informação.

Importante ressaltar que esta legislação já está desatualizada; apesar de ser de 2018, seu penúltimo objetivo apresenta a necessidade de incentivar a criação e implantação dos sistemas estaduais e municipais do livro e da leitura, para fortalecer o SNC. Contudo o SNC foi desmantelado em 2019 e toda sua estrutura incorporada



ao Ministério do Turismo, reduzido a uma secretaria.

Outro ponto que merece destaque é, apesar de citar o “[...] o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, e de estatísticas como instrumentos de avaliação [...]” (BRASIL, 2018). O fato da PNLE, mencionar o fortalecimento do SNBP, este porém não reporta ao seu funcionamento e nem aos instrumentos para seu desenvolvimento integral.

Nos objetivos não foi proposto metas e ações para a execução deles mesmos e no artigo 4º afirma que para a consecução dos objetivos da PNLE, seria elaborado a cada decênio metas do PNLL. Contudo em 2016, não foi estabelecido metas e ações para este decênio.

Esta política reafirma a importância do SNBP e do PNLL, mas inserir os cidadãos no mundo da leitura e da escrita ainda é um desafio para o Brasil na atual realidade de retrocesso político, econômico e cultural. No entanto, “[...] quem experimenta o prazer de um livro bem lido, o prazer e o deleite estético de um belo texto, sabe da importância da leitura para a plena realização da nossa humanidade” (FERREIRA, 2010, p. 24).

## 5.2 LEI Nº 1.379 DE 15 DE JANEIRO DE 2010

**“Artigo 1.** O objetivo desta lei é definir a política da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, regular o seu funcionamento e estabelecer os instrumentos para o seu desenvolvimento integral e sustentável”. (COLÔMBIA, 2010, tradução nossa).

Esta lei se aplica a instituições, entidades, processos e recursos relacionados à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas coordenadas pelo Ministério da Cultura e Biblioteca Nacional da Colômbia. (COLÔMBIA, 2010, tradução nossa).

O segundo artigo desta Lei, apresenta definições de termos e objetos importantes para conhecimento dos gestores públicos que irão formular as políticas públicas para a BP. São conceitos e princípios significativos para orientar, operacionalizar e impulsionar as decisões e desenvolvimento das redes de bibliotecas públicas.

### **Quadro 14** – Lei Nº 1.379 - definições

<b>Lei Nº 1.379 – Definições</b>	
Livro	Obra científica, artística, literária, cultural ou de qualquer outro tipo que constitua uma publicação unitária em um ou vários volumes e que possa aparecer impressa ou em qualquer meio legível.
Biblioteca	Estrutura organizacional que, por meio de processos e serviços tecnicamente adequados, tem a missão de facilitar o acesso de uma comunidade ou determinado grupo de usuários a documentos publicados ou divulgados em qualquer meio.
Biblioteca digital	Coleções organizadas de conteúdo digital que são disponibilizadas ao público. Podem conter materiais digitalizados, como cópias digitais de livros e outros materiais documentais de bibliotecas, arquivos e museus, ou basear-se em informações produzidas diretamente em formato digital.
Acervo documental ou acervo bibliográfico	Conjunto de documentos em qualquer meio que fazem parte de uma biblioteca. Termo que pode ser usado de forma análoga ao de coleção.
Equipamento de biblioteca	Conjunto de elementos necessários à prestação de serviços de biblioteca. Estão incluídos todos os tipos de recursos: documentos, móveis e equipamentos, recursos financeiros e qualquer outro bem necessário à conservação, divulgação, comunicação e prestação do serviço.
Infraestrutura da biblioteca	Espaços físicos e imobiliários projetados, construídos ou adaptados para desempenhar funções, processos e serviços de biblioteca.
Patrimônio Bibliográfico e Documental da Nação	Conjunto de obras ou documentos que compõem um acervo nacional, que inclui coleções recebidas por depósito legal e qualquer obra que seja considerada patrimônio e memória, ou que contribua para a construção da identidade da Nação na sua diversidade. Inclui livros, folhetos e manuscritos, microformas, recursos gráficos, cartográficos, seriados, sonoros, musicais, audiovisuais, eletrônicos, entre outros.
Pessoal da biblioteca	Pessoas que prestam os seus serviços numa biblioteca devido à sua formação, competências e experiência.
Serviços de biblioteca	Conjunto de atividades desenvolvidas em uma biblioteca, com o objetivo de facilitar e promover a disponibilidade e acesso à informação e cultura com padrões de qualidade, pertinência e atualidade.
Cooperação Bibliotecária	Ações voluntárias estabelecidas entre bibliotecas, redes e sistemas, para compartilhar e trocar informações, ideias, serviços, recursos, conhecimento especializado, documentos e mídias para otimizar e desenvolver os serviços bibliotecários.
Biblioteca pública	É aquela que presta serviços ao público em geral, portanto, está disponível a todos os membros da comunidade igualmente, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, idioma, deficiência, condição econômica e emprego ou nível educacional.
Biblioteca	Biblioteca pública do Estado: Biblioteca pública da ordem nacional,

pública do Estado	departamental, distrital ou municipal, que pertença, ou seja, organizada pelo Estado nos seus vários níveis territoriais nos termos da presente lei e das demais disposições em vigor.
Rede Nacional de Bibliotecas Públicas	É a rede que articula e integra as bibliotecas públicas estaduais e seus serviços bibliotecários em nível nacional, departamental, distrital e municipal, sob a coordenação do Ministério da Cultura-Biblioteca Nacional da Colômbia.
Biblioteca pública privada ou mista	É aquela criada por entidade autônoma ou não governamental, financiada com orçamento independente, na qual se incluam os elementos necessários ao seu sustento. As bibliotecas públicas privadas ou mistas, por sua vez, podem formar suas próprias redes de bibliotecas.

Fonte: A autora (Tradução Nossa).

Estas definições de diferentes elementos que a Colômbia apresenta são partes de um todo da BP e bases para fundamentar uma Lei. É possível observar que são mencionados a estrutura organizacional, equipamentos e infraestrutura essencial para prestação dos serviços à comunidade. Neste sentido a legislação considera a multidimensionalidade, as conexões existentes, as interações dos profissionais que atuam neste ambiente e cooperam entre si, como os usuários que buscam informação nos mais diversos formatos. Ademais, apresenta como se dá a cooperação bibliotecária e as formas as articulações de redes de bibliotecas.

Importante conhecer estas concepções, quando busca-se compreender toda a conjuntura que envolve a BP e usuários, ou seja os alicerces para implantação e atuação da BP de acordo com as missões propostas pelo Manifesto da Unesco sobre as bibliotecas públicas, demandas dos cidadãos e da própria contemporaneidade. Além disso, estas conceituações não permitem gerar ambiguidades na hora de elaborar uma política pública.

A Lei descreve de forma clara, direta e ampla seus objetivos, abrangendo a diversidade dos fazeres cotidianos da BP na atualidade, conforme descrito no quadro 15.

#### Quadro 15 – Lei Nº 1.379 – Objetivos estratégicos

<b>Lei nº 1379 – Objetivos estratégicos</b>
Garantir às pessoas os direitos de expressão e acesso à informação, conhecimento, educação, ciência, tecnologia, diversidade e diálogo intercultural nacional e universal, garantindo seus direitos humanos, fundamentais, coletivos e sociais.
Promover o desenvolvimento de uma sociedade leitora, que utilize a informação e o conhecimento para o seu bem-estar e crescimento.
Promover a circulação de livros e as diversas formas de acesso à informação e ao conhecimento.
Promover a valorização e o desenvolvimento da cultura local, bem como o acesso à

cultura universal.
Promover a recolha, conservação, organização e acesso ao património bibliográfico e documental da Nação.
Criar uma infraestrutura e serviços bibliotecários que respondam às necessidades educacionais, científicas, sociais, políticas e recreativas da população.
Promover uma política nacional abrangente, constante e sustentável de promoção da leitura e das bibliotecas públicas que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

**Fonte:** A autora.

A sociedade atual vive um momento de mudanças profundas e significativas, ainda que seja difícil de compreender, mas esta realidade ampliou a produção científica e cultural, trouxe as tecnologias para dentro da BP, ampliou suas funções e rompeu paradigmas. Neste sentido, os objetivos abordados nesta legislação expressam as diferentes funções e o papel da BP que necessita ser ressignificado. Certamente é uma construção gradativa, mas a própria legislação já propõe processos enfatizando de que forma a BP deve atuar para atender os direitos básicos dos cidadãos no acesso à informação, ao livro, à leitura, à literatura, à produção de conhecimento, à cultura.

Importante evidenciar que no atual contexto político e social, é possível identificar a negação de direitos humanos fundamentais pelas esferas governamentais. Nesta perspectiva, para promover uma sociedade leitora, a circulação de livros a públicos diversos, a valorização da cultura local e universal, bem como a preservação do património bibliográfico, a universalização da BP, além de promover uma política nacional efetiva em prol destas instituições, elas devem entrar na esfera das prioridades governamentais como ocorreu na Colômbia.

A Colômbia tem um legado de consolidação da nação por meio do apoio a diversidade cultural, garantindo aos indivíduos os direitos à educação, à leitura, à cultura e às artes para inclusão e diminuição da criminalidade. O país inseriu o livro e a leitura no cotidiano da população por meio de investimentos econômicos e transformou os caminhos das BP, tornando-as mais abrangentes e formando uma Rede de Bibliotecas Públicas no país, onde a gestão é realizada de forma cooperativa, com troca de informações, compartilhamento de sistemas, serviços, gerando economia de recursos e soluções rápidas para problemas da área.

A cooperação entre as bibliotecas possibilita ofertar mais infraestrutura nos serviços à população, sejam elas literárias, culturais, informativas, educativas ou sociais. Além disso, ainda que as bibliotecas possam apresentar muitas deficiências

e desafios o último objetivo desta Lei afirma que deve-se promover uma política nacional ampla, constante e sustentável voltada a integração e formação de uma Rede de BPs com mecanismos normativos, articulação local, regional e nacional. Desse modo, pode-se estruturar um conjunto de medidas concretas de trabalho para fortalecer linhas de ação e responsabilidades das bibliotecas que formam a Rede.

A integração permite o não isolamento da BP e uma nova concepção de parcerias entre administração pública, sociedade civil e órgãos nacionais e internacionais essenciais no processo de desenvolvimento.

A Lei aborda também cinco princípios fundamentais, como exposto no quadro 16:

**Quadro 16 – Lei Nº 1.379 – Princípios fundamentais**

<b>Lei Nº. 1379 – Princípios fundamentais</b>
Todas as comunidades do território nacional têm direito aos serviços de biblioteca e, com eles, à leitura, à informação e ao conhecimento.
Todas as pessoas têm direito de acesso, em igualdade de condições e sem discriminação de qualquer natureza, aos materiais, serviços e instalações das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.
As bibliotecas são espaços adequados à promoção da leitura, à formação contínua ao longo da vida e ao desenvolvimento de uma cultura da informação que promova o conhecimento e a utilização das novas tecnologias.
Os acervos das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas serão permanentemente atualizados, e oferecerão aos seus usuários materiais que dão acesso aos documentos centrais da cultura universal, nacional e local. Da mesma forma, eles procurarão desenvolver coleções de autores locais e dos grupos culturais e étnicos que fazem parte da comunidade a que pertencem.
Pela sua natureza educativa, as bibliotecas não serão obrigadas a solicitar autorização aos proprietários de livros e outros materiais documentais para emprestá-los e colocá-los ao serviço dos utilizadores, nos casos expressamente previstos nas normas que regulam as limitações e exceções aos direitos autorais e direitos conexos.

**Fonte:** A autora.

Os princípios fundamentais de uma legislação possuem funções de conferir coerência a Lei e subsidiar possíveis lacunas existentes. Neste sentido a Lei 1.379 apresenta cinco concepções afirmando que em todo território nacional da Colômbia, a população tem direito ao acesso às instalações das bibliotecas, à leitura e à informação, bem como aos programas e projetos em igualdade de condições, sem discriminação de qualquer natureza.

As bibliotecas públicas pertencentes à rede de bibliotecas nesse país são abertas a todos para uso, pesquisa, exploração de materiais, coleções de acervo, equipamentos, espaço físico, empréstimos de acervo, programas literários e uso de

internet. Além disso, para trocas de informações, pontos de encontros, lazer, formação continuada e para sanar as diferentes necessidades do cotidiano do cidadão.

Conforme os princípios da Rede, a BP é apresentada como um equipamento cultural de promoção à leitura, que possibilita a formação contínua ao longo da vida que traduz na formação de um leitor crítico. Dentre as estratégias da rede estão: atualização do acervo; documentos da cultura local, nacional e universal e coleções de autores locais e dos diferentes grupos coletivos da Colômbia.

A Lei 1.379, discorre também a respeito das diretrizes que norteiam o funcionamento da Rede de Bibliotecas Públicas na Colômbia, conforme quadro 17:

**Quadro 17 – Lei nº 1.379 - Diretrizes**

<b>Lei Nº. 1379 - Diretrizes</b>
Promover a ação coordenada do Estado, setor privado e organizações sociais e comunitárias para a sustentabilidade e fortalecimento das bibliotecas públicas que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.
Promover a formação de nós regionais que integrem a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e assegurar o desenvolvimento bibliotecário de cada ente territorial, com a respectiva coordenação.
Promover o desenvolvimento de serviços de biblioteca em comunidades carentes.
Assistir e promover as políticas, regulamentos, diretrizes e normas para o desenvolvimento da biblioteca pública do país.
Promover a aplicação de planos de leitura regionais e locais, de acordo com as diretrizes e políticas nacionais.
Promover o uso das tecnologias de informação e comunicação e promover seu conhecimento e uso pelos funcionários e comunidades das bibliotecas.
Promover a estabilidade no emprego e a formação contínua dos bibliotecários públicos tanto na educação formal quanto na educação para o trabalho e desenvolvimento humano.
Promover o acervo, organização, conservação e acesso ao patrimônio documental e bibliográfico da Nação.
Promover o estabelecimento de sistemas de informação e avaliação dos serviços, planos e programas das bibliotecas públicas que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas para orientar suas ações.
Promover a cooperação com outras redes de bibliotecas públicas, privadas, mistas, organizações sociais ou comunitárias e nível internacional.
Participar ativamente nos espaços nacionais de planejamento, bem como nos órgãos consultivos do Governo Nacional em matéria de bibliotecas e leitura.

**Fonte:** A autora.

As diretrizes da Lei Colombiana, apresenta uma realidade ainda complexa cujas funções são: promover a integração do Estado, órgão regionais públicos e privados, bem como organizações comunitárias para fortalecimento da Rede Nacional de Bibliotecas e, assim assegurar o desenvolvimento de redes de

bibliotecas em cada localidade, principalmente em comunidades carentes. Este progresso se dá pela configuração da gestão, pautada na colaboração mútua entre as redes de bibliotecas, sejam elas públicas, privadas ou comunitárias.

Contudo, é necessário considerar que não basta criar bibliotecas e redes de bibliotecas, é essencial estruturá-las, modernizá-las e ofertar serviços utilizando as TIC, disponibilizar acervo composto pelas diversas áreas do conhecimento e atualizado.

Outra diretriz importante que esta Lei apresenta é promover a aplicação de planos de leitura regionais e locais de acordo com as políticas nacionais. Contudo, se porventura não existirem a Rede deverá articular e promover políticas, normas e implementação da biblioteca pública por todo país.

### 5.3 COMPARATIVO

. A realidade atual da BP é marcada por bibliotecas sucateadas, estrutura e recursos precários. Desse modo “[...] tais discussões são imprescindíveis para proporcionar visibilidade sobre os benefícios existentes no investimento adequado à estas instituições”. (BARILON; CALDAS; FERRAZOLI, 2018, p. 3).

Conforme apresenta Paiva (2008, p. 111), a respeito das bibliotecas públicas, os órgãos governamentais “[...] não conseguiram ainda prover o básico: fazer existirem as bibliotecas públicas em todo território nacional”. Neste sentido, é primordial no Brasil formular políticas que garantam a universalização da BP como foi realizado na Colômbia. Esta instituição é essencial para o acesso à leitura, à escrita literária e ao exercício da cidadania.

A efetivação de políticas públicas pelo Estado Brasileiro, sejam de iniciativas municipais, estaduais ou federais direcionada a BP, bem como a inserção do livro, da leitura, da informação no cotidiano do cidadão, representa o atendimento a garantia de direito. Cabe ressaltar que a cooperação dos entes federativos possibilita o desenvolvimento das BPs.

A criação do SNBP em 1992, foi um marco importante que representou uma mudança de concepção e avanços para a BP em seu ambiente organizacional, bem como nos fluxos de informação, com estabelecimento de serviços bibliotecários e qualificação dos mesmos, objetivos, estratégias e subsídios para o bom funcionamento das bibliotecas brasileiras. Contudo atualmente, na dura realidade

por que passa a área da Cultura no Brasil é possível observar que ainda há muito que fazer e refazer em relação as BP.

Importante ressaltar que o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), não é objeto de estudo desta pesquisa por não ser direcionado especificamente para bibliotecas públicas e sim para o livro e a leitura nas escolas, praças, casas, pontos de cultura apesar de seu objetivo principal é formar o Brasil um país de leitores. Contudo, é possível afirmar que foi a partir deste plano que foi elaborada e aprovada a PNLE. (BRASIL, 2010c).

Apesar do PNLL, não ser foco deste estudo por não discutir especificamente a BP, é importante mencionar que este programa foi um marco no que se refere as ações de incentivo e fomento a leitura, que reflete no desenvolvimento social, educativo, econômico e cultural no Brasil. Este programa possibilitou debates, palestras, mobilizações e articulações em todo território nacional para colocar em prática os quatro eixos do PNLL, são eles: Democratização do acesso ao livro a leitura; Fomento à leitura e à formação de mediadores; Valorização da leitura e comunicação; e Apoio ao desenvolvimento a economia do livro. (PAIVA, 2008).

Este plano foi resultado de uma política de Estado, com amplo debate envolvendo a sociedade civil, editores, pesquisadores, educadores, universidades, gestores públicos, entidades, órgãos estaduais, municipais e demais interessados no segmento. A construção se deu de forma cooperativa, elaborado de forma democrática, objetivando formar um país de leitores. Além disso, o PNLL, é objetivo quando afirma que: “É necessário também pensar o modo como essa prática leitora se articula com nossa cultura, tão nossa, tão brasileira, tão rica em sua oralidade e espontaneidade, mas ainda pobre em sua dimensão escrita”. (BRASIL, 2010c, p. 4).

O plano elaborado na época entre o MinC e o MEC tinha uma proposta de ação conjunta de formação de leitores e de incentivo à leitura, mas o princípio fundamental era proporcionar a inserção dos alunos das escolas públicas na cultura letrada. “O documento vai além, afirma que os desafios da educação brasileira são muitos e superá-los exige, necessariamente, uma política consistente que promova o domínio da leitura e da escrita ao longo da vida escolar”. (BRASIL, 2010c, p. 8)

Além disso, afirmava ainda que “O MEC vem desenvolvendo, [...] uma proposta de ação pública e conjunta de formação de leitores e de incentivo à leitura, que tem por princípio proporcionar melhores condições de inserção dos alunos das escolas públicas na cultura letrada [...]”, da escrita via escola e materiais didáticos.



(BRASIL, 2010c, p. 9)

Desse modo o plano valoriza três fatores qualitativos: o livro, as famílias leitoras e a escola e quantitativos: o preço do livro acessível e a disponibilidade destes para o público. No que se refere às práticas sociais do PNLL, “A leitura e a escrita são encaradas aqui como práticas essencialmente sociais e culturais, expressão da multiplicidade de visões de mundo [...]” (BRASIL, 2010c, p. 20). O único tópico que se refere a BP no PNLL, apresenta que:

A leitura e a escrita devem ser consideradas base nas políticas públicas de educação e cultura dos governos em todos os seus níveis e modalidade de ensino e de administração, e, junto com o tema das línguas, perpassá-las estruturalmente, tal como proposto no Plano Nacional de Cultura (PNC), elaborado pelo Ministério da Cultura. A consolidação de políticas e programas de fomento à leitura deve ser pensada a curto, médio e longo prazo, com ênfase no caráter permanente. (BRASIL, 2010c, p. 21).

Apesar disso, buscou o fortalecimento do SNBP e também é possível destacar que entre as diretrizes principais está o reconhecimento da leitura e da escrita como direito, essencial para emancipação dos cidadãos. Para isso, sociedade civil e Estado devem cooperar e colocar em prática esta legislação e possibilitar a inclusão, e oferecer condições dignas para o exercício da cidadania.

A PNLE, vem instituir pontos importantes, necessários e permanentes para promoção do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas de acesso público. Neste sentido, acredita-se que uma legislação coerente solicitada pela sociedade civil, oferece mais condições ao Estado para regular a existência e a manutenção das bibliotecas públicas mantidas pelos governos municipal, estadual e federal. (RAMOS, 2017).

A legislação Colombiana, apresenta elementos essenciais e insubstituíveis para avanços da BP. Aborda desde conceitos, definições básicas até objetivos estratégicos para as bibliotecas que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas se desenvolverem. Apresenta princípios fundamentais para o trabalho em rede, traz o regulamento e a importância da cooperação bibliotecária para garantir uma gestão pautada na garantia de sustentabilidade e recursos financeiros para as bibliotecas públicas.

A Colômbia caracterizou os serviços da BP pautados na qualidade e diversidade cultural da população, buscou incluir, acolher, diminuir as desigualdades

e violência social por meio da aplicabilidade da Lei 1.379/2010.

A Lei 1.379/2010 declara que os orçamentos destinados à RNBP, são considerados investimento social e “[...] integrados nos planos de desenvolvimento econômico e social do Estado em todos os níveis territoriais.” (COLÔMBIA, 2010, p. 3). Neste sentido, a RNBP da Colômbia busca o aprimoramento da qualidade de vida da população, promovendo o acesso à leitura, à literatura, à informação, à arte, à recreação e as mais diversas expressões e possibilidades considerando as tecnologias, a integração, as trocas e partilhas entre as bibliotecas públicas por meio de uma gestão baseada na cooperação institucional.

Para isso, o Ministério da Cultura da Colômbia, incluiu a BP nos planos de desenvolvimento social com serviços básicos e complementares, atentos a complexidade que permeia os fazeres diários, objetivando oferecer aos cidadãos acesso os serviços da biblioteca.

A Lei 1.379/2010 definiu uma política para as bibliotecas públicas colombianas fortalecendo-as por meio da atuação em rede e assim, interligou estas instituições. As bibliotecas podem se estruturar e atuar em rede, trabalhar de forma colaborativa com todas as unidades reunidas em busca de um objetivo comum e garantir a qualidade dos serviços oferecidos por elas.

Ainda nesta perspectiva de interligação das bibliotecas e dos fluxos informacionais as legislações apresentadas, duas do Brasil e uma da Colômbia tecem considerações acerca da BP, com semelhanças entre os conceitos elencados no decorrer da pesquisa, mas com algumas diferenciações na forma de gestão e envolvimento político destes equipamentos.

Apesar do objetivo de ambos os países ser o desenvolvimento da BP, de sua infraestrutura, conforme afirma Suaiden (2000, p. 57) implantar “novos paradigmas tecnológicos e sociais e do modelo de desenvolvimento sustentável”, com ações efetivas a fim de reverter este quadro de precariedade que estas instituições ainda apresentam neste século XXI no Brasil ainda há muito por fazer em prol destas instituições.

## **6 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS NO BRASIL**

A construção de políticas públicas está intimamente ligada às demandas da sociedade. Trata-se da busca de soluções para problemas públicos. No entanto, enquanto esse problema não se torna público poucos se dão conta da necessidade de buscar caminhos para solucioná-lo (SIQUEIRA; MACHADO; LUCK, 2019, p. 360).

A percepção coletiva das demandas na sociedade é condição fundamental para o desenvolvimento do país, seja ele social, político, econômico ou cultural. Neste contexto, é básico reconhecer a necessidade da institucionalização da cultura, da estruturação dos equipamentos culturais em especial das bibliotecas públicas, pois estas possibilitam o acesso à informação, à leitura de literatura e utilitária, que são caminhos para a cidadania e para construção da democracia. Desse modo, exigir a formulação de políticas públicas com metas, objetivos e ações é essencial para a garantia deste direito.

Para isso, são necessárias algumas diretrizes básicas para propor um projeto de Lei para as bibliotecas públicas e que esta legislação possa contribuir com as esferas governamentais e representar o alicerce para a estruturação e bom funcionamento da BP no Brasil.

Importante considerar as orientações da Agenda 2030 da ONU, que prevê um programa de ações da IFLA para o desenvolvimento sustentável dos países por meio das bibliotecas. Desse modo, a implementação de estratégias nacionais e regionais será uma oportunidade de conscientizar os governos para priorizar estes equipamentos culturais como veículos para o desenvolvimento local. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2014).

O documento intitulado “Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda 2030 das Nações Unidas” apresenta 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável e 169 metas, mas que também englobam avanços na área econômica e social. De acordo com o Documento o acesso à informação foi reconhecido no objetivo 16 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que afirma o seguinte: “Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com

a legislação nacional e os acordos internacionais”. Este mesmo Documento afirma que metade da população mundial não tem acesso a informação em rede e as bibliotecas devem prover esta oportunidade para todos (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015).

Contudo, se analisarmos o Documento da IFLA, é possível observar que as bibliotecas podem colaborar como atendimento de todos os objetivos do desenvolvimento sustentável, proporcionando oportunidades para os cidadãos melhorarem suas vidas pessoais e profissionais por meio do acesso à informação e do conhecimento, mantendo-se mais saudável e com acesso à aprendizagem ao longo da vida. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015).

Cada país participante deste programa desenvolve ações concretas, voltadas ao atendimento dos ODS e que contribuem para o desenvolvimento social. A proposta da IFLA é que as bibliotecas garantam o acesso à informação utilitária, literária e as ajudem os cidadãos desenvolver sua capacidade de usar a informação de forma eficaz. Além do mais, instiga a biblioteca a promover a inclusão social, digital com serviços em rede preservando o acesso à cultura e ao patrimônio cultural; tornando a biblioteca em centro de pesquisa. (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2015).

No entanto, para isso, é necessário incluir as bibliotecas nas ações governamentais. O governo deve ser o agente principal para implementar políticas públicas que assegure ao cidadão o acesso a todo tipo de informação. Neste sentido as diretrizes para elaboração e formulação de políticas públicas para as bibliotecas públicas se tornam fundamentais em um país, levando as bibliotecas a atuar em diferentes dimensões e no desenvolvimento humano e social.

Importante ressaltar que o diálogo entre as bibliotecas de uma mesma esfera governamental, de um mesmo município, pode formar uma rede para atuar de forma cooperativa, compartilhada, apresentando avanços na gestão e no desenvolvimento de programas. Nesta perspectiva, conhecer conceitos, ampliar o diálogo, a comunicação e inovar estas instituições é fundamental para potencializar seu uso pela sociedade.

A seguir elaborou-se a figura 1 pra demonstrar as diretrizes a serem utilizadas para o processo de elaboração de uma política pública específica para biblioteca pública.

**Figura 1** - Diretrizes para elaboração de políticas públicas para bibliotecas públicas



**Fonte:** Elaborado pela autora, resultado da pesquisa.

Ao conceber, elaborar e assumir um compromisso com uma política pública para universalização da BP, o governo evidencia a necessidade de os gestores governamentais **conhecerem os conceitos** desta instituição, bem como sua importância para a sociedade. A BP é uma instituição viva, indispensável para formação de uma sociedade humana, sólida e para assegurar a democratização do acesso à informação na contemporaneidade por meio de serviços e produtos imprescindíveis aos usuários nos formatos físicos e digitais.

Sua função ampla e multifuncional, pois na BP ocorrem debates, diálogos, interações, descobertas, construções, conexões com os diversos agentes sociais, inter-relações entre os próprios setores que compõem a instituição. Além disso, preservam, selecionam, organizam, tratam, medeiam, disseminam e compartilham informação aos leitores. Neste sentido, o Estado, responsável pela formulação das políticas públicas deve reconhecer a importância da BP, o impacto de seus serviços para a sociedade a curto, médio e longo prazo.

Isto vai ao encontro do que afirma Kettl (2005, p. 98) quando afirma que o aparelho público estatal deve buscar conhecer seus órgãos, práticas e

funcionalidades, bem como “[...] técnicas mais modernas e eficientes de gestão, capazes de proporcionar melhorias na provisão de serviços públicos à sociedade [...]” e assim formular políticas que valorize e **institucionalize a BP**.

**A institucionalidade da BP**, assim como outros órgãos da administração pública deve ocorrer por meio de legislações para propiciar a evolução destas entidades e desse modo proporcionar elementos que visem planejamento, planos de ação, normas e recursos para estas organizações.

O sucesso e a evolução da BP só serão possíveis com avanços nos princípios legais de uma gestão pública, assim como adoção de políticas, normas e mecanismos permanentes que garantam uma administração responsável, que a valorize enquanto equipamento cultural plural. Nesta perspectiva, compreender os elementos e serviços que a compõem e o caráter dinâmico de sua atuação é fundamental para a decisão da institucionalização do órgão pelo Estado.

Desse modo, a institucionalização da BP, além de ressignificar sua atuação, influenciará seus valores nas práticas culturais, no comportamento e rotina dos projetos, estabelecerá padrões que irão garantir um atendimento com qualidade a toda população. Desse modo, implicará na melhora da sua estrutura física, organizacional, serviços e desempenho por meio de investimento em recursos materiais, humanos e financeiros.

De acordo com Machado (2010, p. 95) “Em sua maioria, as bibliotecas públicas brasileiras não possuem recursos suficientes para se manter, para atualizar seus acervos, investir em tecnologia e muito menos na formação e qualificação de suas equipes [...]” e em suas instalações físicas.

No que se refere aos recursos **materiais, equipamentos e mobiliários**, estes são necessidades básicas para viabilizar serviços de informação, integração cultural e social dos leitores. A BP é utilizada para estudos, leitura, pesquisa, acesso à internet, busca por informações utilitárias, ponto de encontro, lazer, acesso ao acervo histórico, periódicos e obras especiais, bem como para participação de projetos literários, visitas a exposições e eventos de extensão. Neste sentido, para atender as demandas do público nos mais diversos formatos e mídias, o Estado deve oferecer os recursos necessários, investindo em equipamentos informacionais de forma permanente.

As TIC`s propiciam interação entre os leitores e modificam a forma de apropriação do conhecimento; estas ferramentas conduzirão a leitura, releitura, num

processo de buscas repletas de construção de significados. Estas práticas vêm ganhando espaço a cada dia, além disso, o uso do suporte digital é tendência entre adolescentes e jovens. As redes sociais, os blogs, canais do youtube são possibilidades de disseminar e compartilhar informação em tempo real e são ferramentas muito utilizadas na contemporaneidade por meio de aparelhos como: os tablets, smartphones, kindle entre outros que permitem o acesso à informação instantaneamente. De acordo com Valentim (2017, p. 31):

Os avanços das telecomunicações, dos dispositivos informáticos portáteis, das interfaces por voz, tato e imagem, e dos sistemas integrados são uma realidade. Dessa maneira, a biblioteca contemporânea passou a desenvolver produtos e serviços informacionais nesse novo modelo tecnológico. Assim, várias atividades bibliotecárias têm se alterado, no intuito de atender às novas demandas da sociedade.

Para isso, é necessário investimento para implantação desta infraestrutura que a maioria das bibliotecas públicas ainda não possuem. Assim sendo, é necessário atualizar e **inovar** os serviços, com a apropriação e uso das novas mídias e tecnologias. Dessa forma, a BP além de ser acolhedora, atrativa, deve possuir mobiliários e equipamentos modernos que motiva os cidadãos a fazer uso deste espaço e de seus produtos e serviços.

O uso do Catálogo de acesso público on-line (OPAC), pelos usuários, é uma forma de agilizar a recuperação e acesso à informação, tornando a interação entre leitor e informação mais rápida. A informação permite conhecer a realidade social, competir no mercado de trabalho e propiciar o bem-estar ao cidadão. Desta forma, de acordo com Marcial (2016, p. 43) “[...] a inovação surge como elemento decisivo na gestão da biblioteca e deve ser entendida como fator de sobrevivência”.

Em 2014, a FBN por meio da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB) e do SNBP, promoveu o prêmio Boas Práticas em Bibliotecas Públicas. Na época o contexto era instigar e reconhecer a importância da inovação nas bibliotecas, ou seja, propor um produto e serviço diferenciado ou aperfeiçoado como é o caso do OPAC, que foi a evolução dos catálogos tradicionais.

A inovação está associada à criatividade, à dinamicidade, à capacidade de gerar ideias para soluções de problemas. É a cultura da mudança e evolução nas práticas cotidianas da BP que reflete em aprendizagens contínuas, no trabalho em equipe, em um planejamento com a participação de uma equipe multidisciplinar e

criativa considerando a qualidade no atendimento ao leitor. (MARCIAL, 2016).

Neste contexto de inovação e do uso das TIC's no cotidiano da BP, a **capacitação contínua da equipe** se torna fundamental, pois exige a necessidade de aperfeiçoamento e domínio de novas ferramentas de trabalho. A atual sociedade exige dos profissionais um conjunto de habilidades e competências que possibilite desenvolver novos métodos e técnicas, bem como sua atualização para utilização de tecnologias e plataformas virtuais para melhor atender as necessidades dos cidadãos. Valentim (2017, p. 30) corrobora com o exposto e afirma que:

Os conteúdos eletrônicos e digitais, as novas mídias e formatos exigem que as bibliotecas desenvolvam em suas equipes competências e habilidades para o manuseio efetivo desses recursos tecnológicos. Como exemplo, pode-se mencionar os e-books e os periódicos eletrônicos que, atualmente, se constituem em uma realidade e cuja tendência é ampliar-se cada vez mais.

O profissional da informação além de ter domínio do uso das TIC's e novas estratégias de ação, também deve atuar como mediador da informação e da leitura e saber orientar o leitor quanto ao uso das novas ferramentas que permitam a ele satisfazer suas demandas. Dessa forma cabe a equipe da BP, se capacitar continuamente e adequar sua função às transformações que o mundo contemporâneo exige.

A capacitação contínua deve ser integral, ir além do tecnicismo e abordar de forma ampla todas as habilidades em tratar a informação, mas também de mobilizar a comunidade para uso do espaço, instigar o prazer pela leitura e colocar em práticas programas e projetos literários e informacionais. Além disso, de acordo com Ferreira (2017, p. 80) deve-se articular “[...] recursos cognitivos, socioafetivos e psicomotores para enfrentar desafios, resolver problemas e construir novos conhecimentos”, permitindo que este profissional atue nos mais diversos setores da BP.

Valentim (2017, p. 39), defende que “As pessoas são a essência das bibliotecas contemporâneas, por um lado, os profissionais que nelas atuam e, por outro lado, o público usuário que necessita de seus serviços e produtos informacionais”. Nesta perspectiva a equipe deve possuir senso crítico e competências interdisciplinares que permita o profissional transitar por diversas vertentes de ação na BP, resignificando as práticas diárias.



Importante ressaltar que, além da importância da capacitação contínua da equipe, ter **recursos humanos** com cargos diversificados e em quantidades suficientes é fundamental para que a instituição atinja seus objetivos. A BP é setorizada e suas atividades vão desde gestão, supervisão, elaboração e sistematização de programas, captação de recursos, atendimento ao público, seleção, organização, tratamento da informação, mediação, disseminação da informação e compartilhamento da informação.

Além das funções mencionadas, o profissional da informação também tem a função social e política de articular, negociar, apresentar demandas da BP para as instâncias governamentais, conselhos e organizações da área qual está inserida. O gestor da unidade deve ser participativo e envolver-se juntamente com sua equipe em ações de diferentes segmentos em prol da população. A informação é dinâmica, seu compartilhamento se dá de forma rápida, neste sentido participar de ações cooperativas, formar uma rede de bibliotecas e parceiros para abertura de novos horizontes para a BP é essencial neste século XXI.

Para que haja este engajamento e a BP estar integrada na sociedade, deve-se contar com quantidade suficiente de profissionais e possuir uma equipe multidisciplinar que assegure o acesso à informação, ao livro, à literatura, aos bens culturais, objetivando o desenvolvimento do exercício da cidadania. Importante registrar que é necessário no mínimo 1 bibliotecário por setor e por turno de trabalho na BP e deve fazer parte da equipe: técnicos administrativos para atendimento nos setores e rotinas administrativas; educadores artísticos e educadores físicos para desenvolvimento de oficinas junto à comunidade; pedagogo para colaborar com a função educativa da BP; atores para sessões de contação de histórias e dramatização de contos, poesias, crônicas entre outros. Além destes, é importante fazer parte da equipe um profissional da área de marketing; um especialista em comunicação e mídias sociais e analista de sistema para auxiliar nos programas, sistemas e plataformas utilizadas para transmissão on-line dos eventos e atividades de extensão da BP.

Para isso, é importante considerar que os **recursos financeiros** são sempre limitados, assim esta é uma das diretrizes prioritárias para a elaboração da política pública. O orçamento da BP determinará as prioridades, melhoria nas instalações, a expansão das ações, aquisição de equipamentos e mobiliários adequados.

No país há um projeto de Lei (PL) nº 28 de 2015 em tramitação no senado,

que institui a Política Nacional de Bibliotecas e em seu artigo 18, na Seção III, determina “[...] a obrigação dos entes federados consignarem em seus orçamentos verbas destinadas à criação, à manutenção e a expansão dos programas de acesso ao livro, incentivo à leitura e das coleções do acervo das bibliotecas sob suas responsabilidades”. (BRASIL, 2015). Contudo, este Projeto de Lei, se refere a todos os tipos de bibliotecas, incluindo as bibliotecas públicas. De acordo com Valentim (2017, p. 21)

Caso o PL nº 28/2015 seja aprovado, as bibliotecas públicas terão garantidos os recursos orçamentários necessários ao seu funcionamento, situação que não ocorre atualmente, uma vez que essa decisão depende de cada gestão de governo. Sendo assim, a biblioteca pública depende da compreensão do governante sobre sua importância para a comunidade, ou seja, se ela receberá ou não os recursos necessários para gerir as atividades inerentes à sua função e responsabilidade.

As bibliotecas públicas necessitam de repasse orçamentário da administração pública para investimento em sua estrutura física, manutenção, conservação de instalações e aquisição de equipamentos necessários ao atendimento e aperfeiçoamento dos serviços com foco na inovação. Valentim (2017, p. 30), corrobora com o exposto, e defende que: “[...] as bibliotecas dependem do orçamento destinado a elas pela administração central das instituições às quais são vinculadas”. Neste sentido, o poder público na elaboração dos seus orçamentos anuais e plurianuais, devem alocar valores que atendam às necessidades e peculiaridades de funcionamento e desenvolvimento destas instituições na contemporaneidade.

Para fixar os valores, é importante considerar o porte da biblioteca, programas e projetos desenvolvidos, bem como os atendimentos realizados e, se necessário for, autorizar suplementação orçamentária no decorrer do ano. Os repasses deverão ser feitos pelas autoridades competentes e ajustadas quando necessário, mas devem estar previstos em legislação. O desafio é garantir os recursos institucionalizados por meio de lei.

Para isso os profissionais da informação devem possuir uma visão gerencial, pensamento crítico, criativo e estratégico para engendrar **articulações políticas com instituições e órgãos de outras esferas** governamentais e poderes, sejam eles executivo, legislativo e judiciário. A construção de relacionamentos políticos e

redes de colaboração é essencial para o desenvolvimento institucional e para implementação de políticas públicas. De acordo com Valentim (2017, p. 55) “Não se trata de desenvolver competência político-partidária, mas sim de desenvolver competência política no sentido lato [...]”. Atuar para consolidar a democracia, o desenvolvimento social e obter maior qualidade de vida e a participação efetiva dos leitores na sociedade.

Apesar de ser bastante complexo, o papel político do profissional da informação é imprescindível para intervir, discutir, defender e formular políticas públicas que possibilitará um universo de possibilidades para a biblioteca ser um agente transformador da sociedade. Assim sendo, o profissional que atua na biblioteca pública é também um agente político, que articula, adentra nos diferentes cenários do governo e cria vínculos para propor, justificar, mediar e intermediar a necessidade de colocar na agenda a elaboração de políticas em prol da BP no Brasil.

Isso é importante pois a BP no Brasil está ficando à margem das discussões políticas. Dessa maneira, o profissional com pensamento crítico, que se posiciona, negocia e interage com os diversos atores sociais, conhece as legislações, compreende os processos e estará aberto a mudanças. Além disso, contribui significativamente para constituição de uma sociedade mais informada e consciente de seus direitos.

Outra diretriz a ser considerada na elaboração de uma política pública é a **criação de uma equipe específica para atuar no desenvolvimento de programas e projetos literários, informativos e culturais, com novos serviços e produtos a comunidade.**

Durante um longo período a BP permaneceu com a função de guarda e custódia dos registros do conhecimento, sua função foi evoluindo aos poucos até alcançar o objetivo de instituição social pública por natureza, destinada a atender a todos os cidadãos. Diante disso, é necessário assegurar à população o acesso democrático à biblioteca, informação, ao livro, à leitura, à literatura e a cultura. Para isso, é necessário ter uma equipe específica para atuar no planejamento e desenvolvimento de parcerias e programas de extensão à comunidade.

As bibliotecas públicas ao proporcionar acesso a programas e ações culturais, literárias e informativas, seja no formato presencial ou por meio das plataformas digitais e redes sociais, oferecem oportunidades de aprendizagem,

desenvolvimento individual e preparam o cidadão para atuar com responsabilidade na construção da democracia.

Ademais, de acordo com o planejamento, é possível gerar novas iniciativas, novos conhecimentos, inserir o livro e a literatura no cotidiano de vida dos usuários de forma dinâmica, instigando a comunidade a participar das ações e tendo a biblioteca como centro de referência e apoio à comunidade. Neste panorama destaca-se a importância da execução de projetos para interação dos leitores, para formar cidadãos críticos e para a cooperação entre bibliotecas. Desta forma, é essencial uma equipe preparada para tomadas de decisões focada em pontos como: melhoria do atendimento ao usuário; inclusão sociocultural; acolhimento e diálogo com o leitor; democratização do acesso a BP e assim promover a cultura participativa de construir juntos.

A cultura participativa não envolve apenas os níveis básicos de interação de bibliotecas, mas, a participação dos leitores por exemplo: em caixas de sugestões, em pesquisas, debates, partilhas, iniciando uma transformação refletindo em serviços que atendam às necessidades dos leitores. (DUARTE *et al.*, 2015, p. 2)

No que se refere à **circulação de livros e as possibilidades de acesso à informação**, ressalta-se que envolve planejamento e a necessidade de **um acervo diversificado e atualizado**. De acordo com Milanesi (2013, p. 62), na maioria das bibliotecas públicas:

[...] a precariedade do acervo é crônica. O público tem interesse diversificado e não há correspondência entre esse desejo e as obras disponíveis. Quanto maior for a heterogeneidade do público, maior será a dificuldade de formação de acervo. As cidades, mesmo as menores, mostram uma diversidade sociocultural complexa. Nelas habitam classes sociais diferentes, grupos com escolaridade diversa, interesses múltiplos que se multiplicam pelas faixas etárias. A possibilidade que tem uma biblioteca municipal de oferecer acervo que atenda a interesses de adultos e crianças, doutores, alfabetizados e analfabetos, operários, donas de casa, adolescentes e de outras categorias é, estatisticamente, diminuta. [...].

Milanesi, aborda um ponto complexo, pois a composição do acervo é um importante elemento no cotidiano da BP, assim como a circulação dos livros deve ser dinâmica e disponibilizada nos dois formatos: físico e e-book. Além disso, Siqueira, Machado e Luck (2019, p. 367) defendem que: “O acervo de uma biblioteca deve ser formado a partir da realidade local e das demandas de sua

comunidade [...]”. A partir disso, é possível promover palestras, bate-papo, discussões e reflexões a respeito dos livros ampliando o acesso a seus conteúdos e promovendo maior circulação das obras e ainda tornar gradativamente as bibliotecas em espaços vivos.

As ações de mediação também possibilitam a circulação, troca e novas percepções a respeito dos livros além de ampliar o acesso à informação e promover o empoderamento da comunidade. Quanto mais os livros circulam e os indivíduos se apropriem de seu conteúdo e acessam a informação, mais a BP está exercendo seu papel social e cultural.

Atualmente são várias as possibilidades de acesso à informação, entre elas estão: a dimensão física e virtual. As novas tecnologias e plataformas digitais são ferramentas fundamentais na sociedade, para disseminação e circulação da informação. O ambiente virtual e as bibliotecas digitais é uma realidade neste milênio e estão tornando cada dia mais, ambientes de socialização e acesso à informação. Neste sentido, a BP deve utilizar destes espaços virtuais para disponibilizar ao leitor conhecimentos sobre os mais diversos assuntos e modos de pensar. O potencial inovador das bibliotecas públicas alicerçada em equipamentos tecnológicos e criativos impacta positivamente na circulação dos livros e no acesso a informação.

Isto requer atenção dos profissionais tanto com os livros, e com o acesso à informação pelo usuário, pois a disponibilização do acervo no ciberespaço requer uma forma específica de tratamento e recuperação do documento. Suaiden (2000, p. 60), este corrobora com o exposto quando defende que:

Isso é de extraordinária importância em um país onde a desinformação atinge altas proporções, e, sem essa oportunidade, milhares de pessoas jamais terão oportunidade de entender e de ter noção dos seus direitos e deveres em uma sociedade globalizada, pois o acesso à informação, nos novos tempos, significa o investimento adequado para diminuir as desigualdades sociais e as formas de dominação que foram dominantes na história contemporânea.

Para isso, cada biblioteca deve discutir e estabelecer suas estratégias de ação para ocorrer o efetivo fluxo da informação e do acervo. As ações em rede, em colaboração com outras bibliotecas é uma possibilidade importante de oferecer mais acesso à informação, visto que as bibliotecas integradas em rede participam e cooperam com estratégias, dentre elas a de marketing, o que divulga e promove a

circulação e acesso aos livros e à informação nos ambientes físico e virtual. A gestão das bibliotecas em rede é necessária, pois as ações são ampliadas, rompem barreiras geográficas e os serviços da BP são expandidos de forma exponencial, alcançando melhores resultados.

No que se refere a **preservação do patrimônio bibliográfico local**, essa não é uma discussão nova e é um dos serviços mais tradicionais em uma BP, o armazenamento, guarda e conservação da produção bibliográfica local. Isto reflete na preservação da memória, dos registros do conhecimento do passado e contribuem para compreensão e entendimento de muitos elementos presentes hoje na sociedade.

Brettas (2010, p. 112) corrobora com este pensamento quando afirma que o patrimônio bibliográfico de uma biblioteca, “[...] pode ser considerado suporte da memória e, conseqüentemente, da identidade de um grupo porque revela tendências e correntes literárias, que fazem parte da cultura da comunidade”.

De acordo com Milanese (2013, p. 62), uma das formas de preservar estes documentos é a digitalização. Ele declara que:

A digitalização trouxe a possibilidade da redução física de acervos e o desafio de organizar volumes progressivamente maiores de informação para torná-la utilizável. Neste início do século XXI, a perspectiva é clara: os suportes físicos são superados, sendo já criados no ambiente digital os textos, as imagens e os sons. No âmbito do livro impresso em papel pode ser prognosticada a digitalização de tudo que o homem produziu desde Gutenberg, agora armazenado na “nuvem”. Até mesmo para preservar a memória da produção humana, o objeto livro permanecerá como testemunho de um tempo, preservado em espaços com luz, temperatura e umidade controladas.

O fato do acervo físico se tornar digital, além de preservar a obra, amplia as possibilidades de circulação, acesso e uso. O leitor poderá acessá-lo de sua residência, do seu trabalho, ou seja, de qualquer lugar que tenha internet. (MILANESI, 2013).

Ainda em relação ao uso de obras digitais, os serviços, objetivos e função da BP foram ampliados ao longo do tempo e se adequando para atender todos os públicos e portadores de necessidades especiais. Nesta perspectiva é necessário adaptar as instalações físicas (rampas, banheiros), permitindo **a acessibilidade**. Além disso, é essencial garantir que as pessoas com deficiências físicas tenham

acesso ao livro, à leitura e à informação (Libras, Braille, livros digitais, áudio livros) e assim atender todos os cidadãos em suas necessidades informacionais. Bernardino e Suaiden (2011, p. 38), destacam que a BP deve:

Oferecer serviços com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção, disponibilizar serviços e materiais específicos, dispor ainda de documentos adequados às necessidades de todos. Precisa, sobretudo, compreender seu valor e missão perante a sociedade, funcionando como um espaço sociocultural, que dispõe de produtos e serviços informacionais para a comunidade em geral e possuir em seu acervo uma ampla gama de assuntos em múltiplos suportes.

O século XXI, exige bibliotecas públicas acessíveis, inclusivas, que estejam atentas às questões de acessibilidade física e virtual e às necessidades de cada leitor. Todo cidadão tem o direito de ir e vir e os órgãos públicos devem oferecer estruturas de atendimento aos portadores de necessidades especiais.

A inclusão social e informacional dos cidadãos com algum tipo de deficiência é essencial para que a BP tenha caráter universal. Para isso é imprescindível rampas de acesso, sinalização das prateleiras, livros nos mais diferentes suportes e também disponibilizar equipamentos tecnológicos que fazem leitura de texto como é o caso do Óculos Orcam (Um dispositivo que permite a leitura de textos para pessoas com deficiência visual. Além disso, reconhece rostos, pessoas por meio de tecnologia). Valentim (2017, p. 38) declara que: “Ainda no que tange ao acesso e à recuperação, a implementação de tecnologias assistivas para portadores de necessidades especiais é fundamental” em um ambiente de informação.

No que se refere aos **indicadores de avaliação** para elaboração de uma política pública. A avaliação se dá por meio do acompanhamento contínuo e verificação da atuação da BP junto aos cidadãos.

Os indicadores são: Participação da comunidade junto as atividades promovidas pela BP; Atuação efetiva dos profissionais da informação nos programas e projetos desenvolvidos pela BP; Usuários de todas as idades frequentando a biblioteca com regularidade; Público demonstrando preferências por autores, gêneros literários ou informação utilitária; Criatividade dos leitores durante as ações e oficinas de produção literária, artística e textual.

Os meios de verificação dos indicadores podem ser: Observação dos interesses dos leitores por determinados assuntos; Verificação de registros escritos e fotográficos dos profissionais que desenvolvem as atividades; Acompanhamento

estatístico do número de usuários que frequentam a biblioteca e fazem uso dos serviços e produtos.

Estes indicadores são fundamentais para apresentar ao Estado dados quantitativos e qualitativos a respeito dos fazeres da BP e seu impacto na sociedade.

A seguir um o quadro 18 apresenta as etapas da elaboração das políticas públicas, onde se encaixa cada diretriz e qual o papel do profissional da informação neste processo.



**Quadro 18** - Etapas para elaboração das políticas públicas, diretrizes e ações dos profissionais da informação.

<b>Etapas para elaboração das políticas públicas</b>	<b>Diretrizes para elaboração de política pública para BP</b>	<b>Ações dos profissionais da Informação</b>
Identificação do Problema	Conceitos e importância da BP	Conhecer a realidade de descaso da BP, seus conceitos na contemporaneidade e sua importância para o desenvolvimento humano e social;
Formação da Agenda	Institucionalização da BP	Compreender a sinergia dos diferentes elementos que compõem a BP, as inter-relações e conexões existentes entre comunidade e instâncias governamentais para assim apresentar a BP ao Estado como uma instituição de transformação. Nesta etapa de formação da agenda e institucionalização da BP, o papel político do profissional da informação deve entrar em ação para propor que a BP faça parte da agenda do governo, reconhecendo a necessidade de institucionalização da BP e que o governo busque caminhos para seu desenvolvimento.
Formação de alternativas para solução do problema	Recursos materiais, equipamentos e mobiliários adequados; Recursos humanos suficientes; Recursos financeiros; Capacitação contínua da equipe.	Apresentar aos governantes a necessidade de uma dotação orçamentária para investir em equipamentos, programas e projetos, na capacitação contínua da equipe e na democratização do acesso à informação nos formatos físico e virtual.
Tomada de decisão	Articulações políticas com instituições e órgãos de outras esferas governamentais;	O profissional deve apresentar, intervir, discutir e formular junto ao governo uma política pública para BP que garanta que a administração pública valorize e invista nas bibliotecas públicas.
Implementação da política	Criação de uma equipe específica para atuar no desenvolvimento de programas e projetos literários, informativos e culturais, com novos serviços e produtos à comunidade; Circulação de livros e ampliação das possibilidades de acesso à informação; Inovação dos serviços;	O momento da implementação da política, é o momento de planejamento, de formação da equipe para que a BP cumpra seu papel social, educativo, cultural e informacional perante a comunidade. A gestão, se possível, deve ser realizada de forma cooperativa, em rede, ampliando o alcance e inovando os serviços e produtos disponibilizados pela BP.

	Acervo diversificado e atualizado; Preservação do Patrimônio Bibliográfico Investir na acessibilidade e inclusão do cidadão;	
Avaliação da política	Indicadores de Avaliação	É necessário estar em constante acompanhamento e avaliação das ações da BP, pois é um indicativo da qualidade dos serviços e poderá refletir na continuidade ou não da política pública implementada
Extinção da política	Obs. Espera-se que a política implementada não seja extinta e sim permanente.	

**Fonte:** Elaborado pela autora, resultado da pesquisa

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do levantamento bibliográfico, foi possível observar que as bibliotecas públicas na maioria nos países da América do Sul possuem dificuldades para manter sua estrutura e evoluir na contemporaneidade. No entanto, a Colômbia merece destaque por reconfigurar o papel da BP no país, por regulamentar seu funcionamento e estabelecer elementos para seu desenvolvimento e por meio delas formar leitores críticos, democratizar o acesso à informação e também atuar na inclusão social, no exercício da cidadania e no combater a violência.

A Colômbia construiu uma estrutura organizacional e aprovou uma Lei específica para a BP reconhecendo seu papel e sua importância neste século XXI. O país estruturou ações em rede e impulsionou as bibliotecas a atuarem de forma compartilhada, considerando a interação e cooperação entre os profissionais, a multidimensionalidade na gestão e suas conexões. O governo colombiano considera a BP como instituição de desenvolvimento humano e social, um equipamento de mudança, de transformação, de valorização da cultura, que melhora a qualidade de vida dos cidadãos e investe nela.

As bibliotecas públicas colombianas compartilham e fornecem soluções para os problemas sociais. Dentre a diversidade e desigualdade social, concedem igualdade de acesso à informação, à cultura, ao livro, à leitura, à escrita, à recreação e à arte. Atendem as necessidades e demandas reais e potenciais da comunidade na qual estão inseridas por meio do desenvolvimento de programas, projetos em parcerias com outros órgãos públicos e privados, garantindo os direitos básicos dos cidadãos de acesso aos produtos e serviços da BP, bem como a produção de conhecimento.

O modelo de gestão em rede das bibliotecas públicas colombianas, permite a cooperação entre as bibliotecas, diminui custos, aumenta os recursos, possibilita expandir e melhorar os serviços. A integração e interação com outras redes possibilita maior extensão das ações e este avanço se dá por meio da cooperação mútua.

No Brasil ainda não há uma legislação específica para a BP, existe o PNLL e o PNLE, que valorizam a formação de leitores, a mediação, a leitura e as práticas de escrita. Apesar destes documentos abordarem pontos importantes e necessários para a promoção do livro, da leitura e das bibliotecas, não são documentos que

foram elaborados especificamente para a BP. O PNLE menciona as bibliotecas de acesso público, mas não foi elaborada exclusivamente para o desenvolvimento e avanços para a BP.

A cultura no Brasil é marcada pelo retrocesso e pela descontinuidade de políticas. Faltam investimentos em todo setor cultural e principalmente nos equipamentos culturais públicos como as bibliotecas públicas. O Estado deve regulamentar o repasse de verbas e investir em sua infraestrutura para reverter o quadro de precariedade que a BP ainda apresenta neste terceiro milênio.

Para isso, deve-se elaborar no Brasil, políticas públicas efetivas, que apresente soluções para os problemas enfrentados pela BP e que garanta seu desenvolvimento e investimentos do poder público viabilizando inovação nos seus produtos e serviços. A missão da BP na contemporaneidade é complexa e ampla, há inúmeras possibilidades de atuação, mas estas instituições devem ter estrutura e responsabilidade governamental para atuar como organismo vivo na sociedade.

Por meio das buscas e seleção das publicações científicas a respeito da temática abordada nesta pesquisa (livros, periódicos, trabalhos de conclusão de cursos etc.), foi possível observar que a CI apresenta importantes reflexões e pesquisas acerca do assunto, porém as ações práticas, o fortalecimento e o desenvolvimento da BP é papel do Estado. Neste sentido, é imprescindível e urgente a efetivação de uma política pública nacional exclusiva para a BP, que reflita na atuação destas nas esferas estaduais e municipais, assim como foi realizada na Colômbia.

Esta pesquisa partiu de uma breve revisão de literatura acerca das políticas públicas e políticas públicas culturais por meio de uma perspectiva histórica delas seguida de conceitos e definições. Na seção destinada a esse tema, atenção especial foi dada aos tipos de políticas e as etapas de elaboração, implementação e avaliação de uma política pública. Importante destacar que também foi apresentado nessa seção os processos de construção das políticas públicas na América do Sul.

Reconhece-se a importância dos programas Ibero-Americanos de cooperação cultural e o papel estratégico que estes possuem para inclusão social e desenvolvimento humano. Além disso, foi abordada as fragilidades e desafios que a cultura enfrentou e ainda enfrenta para sua estruturação e regulamentação apesar de ser um dos pilares para a construção da democracia.

Posteriormente, discutiu-se a respeito das crises e desafios que a BP

enfrentou ao longo do tempo e a necessidade de inovar os produtos e serviços. É uma instituição que sofre com falta de recursos e de políticas efetivas para exercer seu papel na contemporaneidade. Por meio do entendimento do panorama histórico dessa instituição, foi possível compreendê-la na atualidade e apresentar possibilidades para corrigir as deficiências do passado.

Porém deve ter uma política pública específica que gere transformação e insira a BP nas metas governamentais. Esta seção apresenta também as inúmeras vantagens do trabalho em rede, da cooperação entre as instituições e que permite economia de custos, dinamicidade nos serviços entre outros.

Após, descreveu-se a respeito dos procedimentos teórico-metodológicos adotados para atingir os objetivos da tese. Destaca-se nessa seção a análise de conteúdo para sistematização dos elementos coletados nos documentos do Brasil e Colômbia. Em seguida apresentou-se a discussão e análise dos dados e as diretrizes fundamentais para elaboração de uma política pública.

As diretrizes apresentadas levam a importantes reflexões a respeito dos processos relativos a BP, no que tange seus conceitos, missão, serviços, gestão, programas, projetos, estrutura organizacional, de organização do acervo, de pessoas, instalação predial etc. Algumas diretrizes foram apontadas a fim de demonstrar a importância delas na atuação da BP para construção da cidadania e de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Outras, porém foram elencadas, a fim de mostrar as necessidades de uma BP para que esta se torne uma instituição de interação e interlocução com os leitores, lugar de aprendizado, de incentivo à leitura, de pesquisas, de preservação da memória, de acesso às tecnologias, às informações utilitárias e literárias, ponto de encontro, de trocas, partilhas e produção textual e artística.

As diretrizes abrangem de modo geral todos os processos básicos, formativos, de gestão, organização e de atendimento que ocorrem nas bibliotecas públicas e possibilita o desenvolvimento humano, seu preparo para a cidadania e acesso à informação e às diversas formas de leitura, manifestações literárias e culturais.

Nesta perspectiva, é possível observar a complexidade que permeia esta instituição, que se configura neste milênio como instituição sociocultural, educativa, dinâmica, democrática que desempenha papel essencial na sociedade. Desse modo ficou visível durante a análise dos dados a necessidade de implementação e

investimento em equipamentos e dispositivos tecnológicos de inclusão social e virtual. Além disso, é necessário estruturar ações de mediação, disseminação e compartilhamento da informação na BP, de forma a atender a diversidade de demandas dos usuários e da realidade local.

Destaca-se também a importância do planejamento de trabalho em rede com outras bibliotecas com adoção de estratégias cooperativas de desenvolvimento destas instituições. Este processo contribui para implantação de novos serviços, redução de custos, possibilidade de trocas de experiências e construção de um novo conceito de BP sustentável, viva, dinâmica e interativa, que atue como centro de cultura e informações na comunidade.

Essa configuração de trabalho em rede tem impacto positivo na sociedade, pois as equipes pensam e discutem juntas metas, objetivos, projetos e novas práticas abordando o que é possível para as tomadas de decisões e articulações no meio político e na administração pública. Além disso, é um meio eficaz de viabilizar juntas recursos orçamentários para investir na BP.

A pesquisa atingiu seus objetivos e foi possível elaborar as diretrizes para construção de políticas voltadas às BPs brasileiras. De acordo com os objetivos específicos apresentados na pesquisa, estes também foram alcançados, primeiramente, quando se identificou no levantamento e seleção dos documentos, quais eram as políticas para BP, vigentes hoje no Brasil. Após as buscas dos documentos, foi possível na análise dos dados, comparar os documentos governamentais do Brasil e da Colômbia, apontando seus pontos principais e a partir destes, coletar elementos para compor diretrizes para elaboração de políticas públicas para bibliotecas públicas no Brasil.

Espera-se que estas diretrizes contribuam para elaboração de políticas públicas para a BP que garanta seu desenvolvimento, inovação e que amplie as possibilidades de desenvolvimento humano, social e cultural.

## REFERÊNCIAS

- ACHILLEZ, Daniele; BERNARDO, Hugo da Costa. A biblioteca pública entre a heterotopia e utopia. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 6 n. 2, n. 2, p. 11-27, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/berev/article/view/151815/149502>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Revista Agenda Política**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 12-42, jul./dez. 2015.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2003.
- AMARAL, João. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: Acesso em: 01 set. 2021
- ARAGON, Cláudia. **Gestão de redes de cooperação entre bibliotecas: uma análise dos casos REDARTE/RJ e CBIES/RJ**. 2017. 139 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.
- ARAÚJO, Leda Maria. **História das bibliotecas escolares no Brasil, no Paraná e em Londrina**. 2013. 76 f. Monografia (Pós-Graduação Gestão de Biblioteca Escolar) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.
- ARAÚJO, Leda Maria. **Memória do Sistema Municipal de Bibliotecas Públicas de Londrina**. 2015. 317 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.
- AZEVEDO, Fabiano Cataldo. 200 anos da primeira Biblioteca Pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. Belo Horizonte. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, jun. 2012.
- BANREPCULTURAL. Red Cultural del Banco de la República. **Acerca de la labor cultural del Banco de la República**. Bogotá, 2021a. Disponível em: <https://www.banrepcultural.org/acerca-de>. Acesso em: 15 maio 2021.
- BANREPCULTURAL. Red Cultural del Banco de la República. **Bienvenidos a la Biblioteca Luis Ángel Arango**. Bogotá, 2021b. Disponível em: <https://www.banrepcultural.org/bogota/biblioteca-luis-angel-arango/bienvenidos> Acesso em: 15 maio 2021.
- BANREPCULTURAL. Red Cultural del Banco de la República. **La red de Bibliotecas del Banco de la República a um clic**. Bogotá, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www.banrepcultural.org/noticias/la-red-de-bibliotecas-del-banco-de-la-republica-un-clic#bibliotecas>. Acesso em: 15 maio 2021.
- BARBALHO, Alexandre. **Política cultural**. Salvador: Secretaria do Estado da Cultura, 2018.

BARBIER, Frédéric (coord.). **A história do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARILON, Adriana Azenha; CALDAS, Rosângela Formentini; FERRAZOLI, Giulia de Sousa. Políticas culturais para bibliotecas públicas do estado de São Paulo: análise dos investimentos culturais. *In: ENCONTRO REGIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DAS REGIÕES SUDESTE, CENTRO-OESTE E SUL*, 5., 2018, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2018.

BAYARDO, Rubens. A política cultural na argentina do século XXI. **Revista Observatório Itaú Cultural: perspectivas sobre política e gestão cultural na América Latina**, São Paulo, n. 18, 2015.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.16, n.4, p.29-41, out./dez. 2011.

BERMÚDEZ, Emilia; SÁNCHEZ, Natalia. Política, cultura, políticas culturales y consumo cultural en Venezuela. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, [S. n.], v. 18, n. 3, p. 541-576, 2009.

BEZERRA, Thais Samara de Castro; GUERRA, Lemuel Dourado. **Breve panorama da literatura sobre políticas culturais públicas no Brasil**. 2012. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbossa/files/2012/09/Thais-Samara-de-Castro-Bezerra-et-alii.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BIBLORED - RED DISTRITAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE BOGOTÁ. **Mi biblioteca, mi casa**. Alcaldía de Bogotá, 2020. Disponível em: [www.bibliored.gov.co](http://www.bibliored.gov.co). Acesso em: 20 jun. 2021.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n.2, p.73-83, 2001.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo: Sesc, 2016.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, São Paulo, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em: [http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/viewFile/24/pdf\\_59](http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/viewFile/24/pdf_59). Acesso em: 18 abr. 2019.

BRANT, Leonardo. **Mercado cultural: panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos**. São Paulo: Escrituras Editora; Instituto Pensarte, 2004.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre Análise de Políticas. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 25, n. 1, p. 71-90, mar. 2015.



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 51.223, de 22 de agosto de 1961**. Cria o Ministério da Educação e Cultura, o Serviço Nacional de Bibliotecas. Brasília: Câmara dos Deputados, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51223-22-agosto-1961-390882-norma-pe.html>. Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992**. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1992. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0520.htm#:~:text=DECRETO%20No%20520%2C%20DE,da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20nos%20arts](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm#:~:text=DECRETO%20No%20520%2C%20DE,da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20nos%20arts). Acesso em: 5 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 72.614, de 15 de agosto de 1973**. Altera a estrutura básica da Ministério da Educação e Cultura e dá outras Providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: 5 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a política nacional do livro. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10753-30-outubro-2003-497306-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 9 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10994.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10994.htm). Acesso em: 5 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm). Acesso em: 9 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2010b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm). Acesso em: 29 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13696.htm). Acesso em: 9 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4084.htm).

Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.191, de 13 de dezembro de 1966**. Institui o “Dia Nacional do Livro”. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l5191.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5191.htm). Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1971. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&fileame=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&fileame=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009). Acesso em: 9 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.805, de 3 de outubro de 1972**. Estabelece normas destinadas a preservar a autenticidade das obras literárias caídas em domínio público. Brasília: Câmara dos Deputados, 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5805-3-outubro-1972-357949-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 8 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/l6757.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6757.htm). Acesso em: 9 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília: DF, Presidência da República, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8313cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm). Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: MinC, 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano nacional do livro e leitura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010c. Disponível em: <https://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/PNLL.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Proler: concepções e diretrizes**. Brasília: Minc, 2009.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006**. Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), de duração trienal, tendo por finalidade básica assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/migrado2046/>. Acesso em: 5 out. 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 28, de 2015**. Institui a Política Nacional de Bibliotecas. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119687>. Acesso em: 5

out. 2021.

BRASIL. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/> Acesso em 15 de out.2021.

BRAVO, Marta Elena. Políticas culturais em Colômbia. *In*: RUBIM, Antonio; BAYARDO, Rubens. **Políticas culturais na Ibero-América**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 119-158.

BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**: revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 101-118, jul./dez. 2010.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CABRAL, Ana Maria R. Ciência da informação, a cultura e a sociedade informacional. *In*: REIS, Alcenir Soares; CABRAL, Ana Maria (org.). **Informação, cultura e sociedade**: interlocuções e perspectivas. Belo Horizonte: Novatus, 2007. p. 29-48.

CALABRE, Lia. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. **Revista Escritos Sete**, v. 7, n. 7, 2013. Disponível em: <http://escritos.rb.gov.br/numero07/artigo12.php> Acesso em: 10 jan. 2020.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. *In*: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007. Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ENECULT, 2007. Disponível em: [www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre\\_l\\_politicas\\_culturais\\_no\\_brasil\\_balanco\\_e\\_perspectivas.pdf](http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_l_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf). Acesso em: 15 ago. 2019.

CAMILLO, Everton da Silva. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas**: foco no ODS 4 da Agenda 2030. 2020, 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020.

CAMILLO, Everton; JESUS, Miriam Fernandes; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recursos. **Páginas A&B**, v. 3, n. 12, p. 88-107, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag12a6>. Acesso em: 15 maio 2021.

CANCLINI, Nestor García. **Definiciones en transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARVALHO, Fernanda Cordeiro de; AMARAL, Sueli Angélica do. Educação e estudos de usuários em bibliotecas universitárias brasileiras: abordagem centrada nas competências em informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP,

2008.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy. Rede bibliotecas: considerações para o desenvolvimento. *In*: LEMOS, Anna Carolina Mendonça; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017. p. 177-196.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes. **Redes de bibliotecas escolares em Portugal e Brasil: diálogos entre políticas públicas para a educação**. 2018. 260 f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Claro. Ribeirão Preto, 2018.

CAVALCANTI, Joana. **Caminhos da literatura infantil e juvenil: dinâmicas e vivências na ação**. São Paulo: Paulus, 2002.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega. **Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa: 50 anos de cultura**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHEDID, Samira. Entenda: cultura como política pública. **Guia do Estudante**, São Paulo, 5 jun. 2018. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/entenda-cultura-como-politica-publica/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CHILE. **Ley 21045**. Crea el Ministerio de Las Culturas, Las Artes e EL Patrimonio. Chile, 2017. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1110097&idVersion=2019-09-16&idParte=9845560>. Acesso em: 14 abr.2021.

CLIVATI, Silvana Maria. Estágio profissional em serviços de bibliotecas públicas - Medellín, Colômbia: experiência de um mês na caixa de compensação familiar, COMFENALCO. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 10-20, maio 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/46405>. Acesso em: 14 jun. 2021.

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COLÔMBIA. Biblioteca Nacional. **Redes de bibliotecas na Colômbia**. 2021. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/bibliotecas-en-red> Acesso em: 15 mar. 2021.

COLÔMBIA. **Ley de bibliotecas públicas: una guía de fácil comprensión**. Bogotá:

Ministério da Cultura, 2010.

COLOMBIA. **Ley nº 397, 7 agostos de 1997**. Ley General de Cultura. Bogotá: Imprenta Nacional de Colômbia, 1997.

COLÔMBIA. República Federativa. **Compêndio de políticas culturales**. República da Colômbia: Ministério da Cultura, 2009.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, set./out. 2014.

CULTURA VIVA. **Rede de incentivos e disseminação de iniciativas culturais**. Brasília: Cultura Viva, 2021. Disponível em: <http://culturaviva.gov.br/rede/faq/>. Acesso em: 30 maio 2021.

DECOURT, Eugênio. O Sistema Calco e a Rede Bibliodata. **Revista de Biblioteconomia**, v.15, n.1, p.79-84, jan./jun.1987

DUARTE, Emeide Nóbrega *et al.* Estratégias metodológicas adotadas nas pesquisas de iniciação científica premiadas na UFPB. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 170-190, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14n27p170>. Acesso em: 10 set. 2017.

DURAND, José Carlos. **Política cultural e economia da cultura**. São Paulo: Sesc, 2013.

DYE, Thomas. **Understanding public policy**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984.

EASTONE, David. **A framework for political analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

EL INSTITUTO NACIONAL DE CULTURAL DEL PERÚ. **Organización y Funciones 1971-2001**. Lima, mayo de 2001.

ERMAKOFF, George. **Bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2015.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Temas emergentes em gestão e políticas públicas: tendências gerais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, Brasília, DF, n. 48, p. 43-66, jan./jun. 2006.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTECAS. **Conjunto de ferramentas: as bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

FERNANDEZ, Maria Aparecida; MACHADO, Elisa Campos. Projeto “mais bibliotecas públicas”: uma estratégia de mobilização local. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. esp., p. 163-180, 2015.

FERRAZ, Mariana Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, p. 18-30, out./dez. 2014.

FERRAZ, Wanda. **A biblioteca**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1957.

FERREIRA, Danielle Thiago. As novas competências da informação: reflexões e práticas. *In*: LEMOS, Anna Carolina Mendonça; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2017. p. 79-93.

FERREIRA, Juca. Um grande encontro no coração do Brasil: a mudança pela cultura. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CULTURAS POPULARES. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. p. 19-20.

FERREIRA, Maria Mary. Bibliotecas municipais no Brasil e políticas públicas: uma história do tempo para construir uma sociedade leitora. *In*: CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez; CASTRO, Cesar Augusto (org.). **Livro, leitura e leitor: perspectiva histórica**. São Luís: EDUFMA; Café & Lápis, 2016. p. 593-621.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. Tradução de Claudia Freire. São Paulo: UNESP, 2006.

FREITAS, Mariana Oliveira de. Políticas públicas: experiências em educação, cultura, comunicação e cidadania. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA E CIDADANIA, 3., 2009, Goiás, 2009. **Anais...** Goiás, 2009. Disponível em: [https://portais.ufg.br/up/76/o/politicas\\_publicas\\_experiencias\\_educacao\\_cultura.pdf](https://portais.ufg.br/up/76/o/politicas_publicas_experiencias_educacao_cultura.pdf). Acesso em: 13 abr. 2019.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GASPARI, Elio. Políticas públicas e intencionalidade. *In*: CHRISPINO, Alvaro **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 15-29.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Gilberto. **Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisas qualitativas em Ciências Sociais**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo, 2005.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007.

HUBNER, Marcos Leandro Freitas; PIMENTA, Jussara Santos. Bibliotecas Parque de Medellín: A biblioteca pública se reiventa. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 3, n. 3, p. 20-32, set./dez. 2020.

IBERBIBLIOTECAS. **Rede Nacional de Bibliotecas na Colômbia**. 2021. Disponível em: <https://www.iberbibliotecas.org/por/miembros-del-programa/colombia/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

IBERCULTURAVIVA.2021. **Histórico**. Disponível em: <https://iberculturaviva.org/o-programa/historico/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. **Catálogo**. Rio de Janeiro: INL, 1959.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **Diretrizes da IFLA**. [S. l.]: IFLA, 2012.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **Declaración de la IFLA sobre bibliotecas y desarrollo**. [S. l.]: IFLA, 2014. Disponível em: <https://www.ifla.org/node/8495>. Acesso em: 14 abr. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. [S. l.]: IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agendatoolkit-pt.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

KETTL, Donald. A revolução global: reforma da administração do setor público. *In*: BRESSER PEREIRA, Luiz. Carlos; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 75-122.

KLEIN, Ricardo; ZAMORANO, Mariano; RIUS, Joaquim. Algumas reflexões em torno da construção de modelos de políticas culturais. **Revista Observatório Itaú Cultural**: perspectivas sobre política e gestão cultural na América Latina, São Paulo, n. 18, 2015.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Fávero. Cooperação em bibliotecas no Brasil: um panorama da década de 50 até nossos dias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-24, jan./jun. 2007.

LANKES, R. David. **Expect more**: melhores bibliotecas para um mundo complexo. Tradução de Jorge do Prado. São Paulo: FEBAB, 2016.

LEAL, Janaina. A importância da implantação de uma administração voltada para aquisição de periódicos em bibliotecas em sistema de rede. **RDBCI**: revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 9, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1920>. Acesso em:

20 ago. 2019.

LEITE, Maria de Lourdes; HAMAR, Alfredo Américo; POBLACIÓN, Dinah Aguiar; NASCIMENTO, Miriam Salvadore. Sistema Taubip: Total automação de Bibliotecas Públicas. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v.8, n.2, jul./dez. 1980.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet. Bibliotecas. *In*: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra (org.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. (Coleção Ciência da Informação, v. 1).

LIMAS, Rubeniki Fernandes. **Redes de bibliotecas escolares no Brasil**: estudo exploratório. 2015. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

LIMAS, Rubeniki Fernandes; CAMPELLO, Bernadete Santos. Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 21-42, 2017.

LINDBLOM, Charles Edward. Still muddling, not yet through. **Public Administration Review**, Washington, v. 39, p. 517-526, 1979.

LINDBLOM, Charles Edward. The science of muddling through. **Public Administration Review**, Washington, v. 19, p. 78-88, 1959.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LYNN, Lee. **Designing public policy**: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica: Goodyear, 1980.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **INCID**: revista Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 94-110, 2010.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/publico/Tese.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MACHADO, Elisa; ELIAS JUNIOR, Alberto; ACHILLEZ, Daniele. A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, p. 115-127, out./dez. 2014.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2013.

MALHEIRO, Armando; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediações**



na **Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2011.

MARCIAL, Viviana Fernandez. Inovação em bibliotecas. *In*: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2016. p. 43-60.

MARTINS, Wilson A. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002. (Temas, v. 49).

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. Biblioteca Pública do século XXI. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 49-55, dez. 2012.

MEDEIROS, Ana Lígia. As bibliotecas na antiguidade. **Memória e Informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 69-85, jul./dez. 2019.

MEDEIROS, Ana Ligia. Biblioteca e cidadania. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, ano 4, p. 11-46, maio 2010. Disponível em:  
<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/682/1/MEDEIROS%2C%20A.%20L.%20-%20Biblioteca%20e%20cidadania%20-%20Sinais%20sociais.pdf>.  
 Acesso em: 14 maio 2020.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica sociais**. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MILANESI, Luís. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, 2013. Disponível em:  
<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685/64574>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar**: centro de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MIRANDA, Antônio. Considerações sobre o desenvolvimento de redes e sistemas de bibliotecas públicas no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 7, n. 2, jul./dez. 1979.

MIRANDA, Elis de Araújo; ROCHA, Elisabeth Soares; EGLER; Tamara Tânia Cohen. A trajetória das Políticas Públicas de Cultura no Brasil. *In*: **Novos Cadernos NAEA**. Pará, V.17, n.1, p. 25 -46, jun, 2014.

MOZER, Josiane Aparecida. **Gestão pública em livro e leitura**: revisitando o projeto “Uma biblioteca em cada município”. 2006. 179 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948.

NEPOMUCENO, Eric. No século XXI, somos latino-americanos ou não seremos nada. **Revista Observatório Itaú Cultural**: perspectivas sobre política e gestão cultural na América Latina, São Paulo, n. 18, 2015.

OLIVEIRA, Caroline Brito; CIANCONI, Regina de Barros. **Cooperação**,

compartilhamento e colaboração: caso da rede de bibliotecas e centros de informação em arte no estado do rio de janeiro (Redarte/RJ). **Revista BJIS**, Marília, v. 7, p. 224-246, 2013. Disponível em: <http://www2.marilia.Unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>. Acesso em: 9 jul. 2021.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers. **Políticas públicas de fomento à leitura: agenda governamental, política nacional e práticas locais**. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de biblioteca públicas no Brasil, 1937–1989. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

PAIVA, Marília de Abreu Martins. **Bibliotecas públicas**: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PEÑA GALLEGÓ, Luz Estela. Las bibliotecas públicas de Medellín como motor de cambio social y urbano de la ciudad. **BiD**: textos universitaris de biblioteconomia i documentació, Barcelona, n. 27, 2011. Disponível em: <http://bid.ub.edu/27/pena2.htm>. Acesso em: 18 nov. 2020.

PERROTTI, Edmir. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo: Summus, 1990.

PERU. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política Nacional de Cultura al 2030**. Perú, 2021.

QUEIRÓZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Ed. Ibpex, 2011.

PINHEIRO, Ricardo Queiróz. Política pública e participação social: o processo de construção do PMLLB de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RAMOS, Marília Cossich. **Marcos regulatórios para as bibliotecas públicas no Brasil**. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RASTELI, Alessandro. **Mediação da leitura em bibliotecas públicas**. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugenia. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 18, n.

36, p. 157-180, jan./abr. 2013.

REIS, Paula Félix. **Políticas de cultura a longo prazo: estudo comparativo entre o plano nacional de cultura do Brasil e da Colômbia.** 249 f. 2013. Tese (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade Artes e Ciências do Instituto de Humanidades) - Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2013.

RODRIGUES, Ana Ramos. **Formulação das políticas públicas para os museus nos governos democráticos populares do século XXI: Argentina, Brasil e Uruguai.** **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 298-318, jul./dez. 2018.

RODRIGUEZ, José Gregório. **Construcción y validación de una metodología de evaluación de los servicios y programas de promoción de lectura y de extensión de la Red Capital de Bibliotecas Públicas de Bogotá, BIBLORED.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2006.

ROSA, Daniele Achilles Dutra da. **Bibliotecas públicas brasileiras: sob a perspectiva da memória e experiência.** 278 f. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ROSA, Flávia Gourelart M. Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para aprender políticas públicas: conceitos e teorias.** Brasília: Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas IGEPP, 2013.

RUBIM, Albino Canelas. **Cultura e políticas culturais.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

RUBIM, Albino Canelas. Políticas culturais do Governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. *In:* RUBIM; Antônio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (org.). **Políticas culturais na Ibero – América.** Salvador: EDUFBA, 2008. p. 9-25.

RUBIM, Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. *In:* ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (Enecult), 2., 2006, Salvador. **Anais [...].** Salvador: FACOM/UFBA, 2006.

RUIZ-GUTIÉRREZ, Jaime. Entre o sonho e a realidade, o caso das políticas culturais na Colômbia. **Revista Observatório Itaú Cultural: perspectivas sobre política e gestão cultural na América Latina**, São Paulo, n. 18, 2015.

SÁ, Dominich Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. O Museu Nacional e seu papel na história das ciências e da saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 34, 2018.

SANTOS, Josiel Machado. A cultura da informação nas bibliotecas públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 54-67, jan./jun. 2014.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2013.

SEMPERE, Alfons Martinell. **As relações entre políticas culturais e políticas educacionais**: para uma agenda comum. In: COELHO, Teixeira.(org.) Cultura e educação. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2011.

SILVA, Gilvanedja Ferreira Mendes. **Políticas públicas**: acesso, disseminação e uso da informação e da cultura nas bibliotecas públicas pernambucanas. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA, Vanessa Barbosa; SOUZA, Daniel Armando. Considerações sobre a implantação do sistema de bibliotecas públicas no distrito federal. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 34-49, jan./jul. 2012.

SIQUEIRA, Bianca Lopes; MACHADO, Elisa Campos; LUCK, Esther Hermes. O papel do sistema nacional de bibliotecas públicas a construção de políticas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 358-387, maio/ago. 2019.

SOARES, Francisco Sérgio Mota *et al.* **A biblioteca pública da Bahia**: dois séculos de história: Salvador: Fundação Pedro Calmon 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: conceitos, tipologias e sub-áreas. Amaralina: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: Lisa, 1980.

SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública na reconstrução da verdade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 47, n. 2, sep. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4285>. Acesso em: 15 jan. 2020.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, [S. l.], 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politic-Publicas>. Acesso em: 21 jun. 2021.

TOLOSA, Luis Roberto Téllez. Breve história de las bibliotecas públicas em

Colômbia. **Revista Códices**, v. 8, n. 1, p. 57-86, ene./junio, 2012.

TOMAÉL, Maria Inês. **Redes de conhecimento**: o compartilhamento da informação e do conhecimento em consórcio de exportação do setor moveleiro. 2005. 291 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da UFMG, Belo Horizonte, 2005.

UNESCO. **Diversidad de las expresiones culturales**. 2020. Disponível em: [https://mincultura.gov.co/ministerio/quienes-somos/Paginas/2012-10-11\\_7222.aspx](https://mincultura.gov.co/ministerio/quienes-somos/Paginas/2012-10-11_7222.aspx). Acesso em: 15 jul. 2021.

UNESCO. **Manifesto sobre bibliotecas públicas 1994**. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 15 março. 2021.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. O perfil das bibliotecas contemporâneas. *In*: LEMOS, Anna Carolina Mendonça; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2017. p. 19-42.

VASCO, Irene; RODRIGUEZ, Gloria Maria. **La biblioteca pública que queremos**. Bogotá, BIBLIORED, 2021.

VAZ, Francisco António Lourenço. A função social da biblioteca pública na era da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-16, 2020.

**ANEXOS**

ANEXO A - Lei nº 1379 de 2010

## LEI 1379 DE 2010

(15 de janeiro)

**Pelo qual se organiza a rede nacional de bibliotecas públicas e dá outras providências.**

**O Congresso Colombiano**

Ver Decreto Nacional 4.947 de 2009 , Ver Resolução Min. Cultura 1.250 de 2010

### DECRETOS:

#### TÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 1.** *Finalidade da lei e âmbito de aplicação.* O objetivo desta lei é definir a política da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, regular o seu funcionamento e estabelecer os instrumentos para o seu desenvolvimento integral e sustentável.

Esta lei se aplica a instituições, entidades, processos e recursos relacionados à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas coordenada pelo Ministério da Cultura-Biblioteca Nacional da Colômbia.

O disposto na presente lei não é aplicável à rede de bibliotecas do Banco de la República, nem aos fundos de compensação, às bibliotecas escolares ou universitárias, nem em geral, a qualquer outra biblioteca ou sistema de bibliotecas que não faça parte da Rede Nacional. das Bibliotecas Públicas.

**Artigo 2.** *Definições .* Para os fins previstos nesta lei, são utilizadas as seguintes definições:

1. Livro: Obra científica, artística, literária, cultural ou de qualquer outro tipo que constitua uma publicação unitária em um ou vários volumes e que possa aparecer impressa ou em qualquer meio legível.
2. Biblioteca: Estrutura organizacional que, por meio de processos e serviços tecnicamente adequados, tem a missão de facilitar o acesso de uma comunidade ou determinado grupo de usuários a documentos publicados ou divulgados em qualquer meio.
3. Biblioteca digital: coleções organizadas de conteúdo digital que são disponibilizadas ao público. Podem conter materiais digitalizados, como cópias digitais de livros e outros materiais documentais de bibliotecas, arquivos e

museus, ou basear-se em informações produzidas diretamente em formato digital.

4. Acervo documental ou acervo bibliográfico: Conjunto de documentos em qualquer meio que fazem parte de uma biblioteca. Termo que pode ser usado de forma análoga ao de coleção, ou coleção.

5. Equipamento de biblioteca: Conjunto de elementos necessários à prestação de serviços de biblioteca. Estão incluídos todos os tipos de recursos: documentos, móveis e equipamentos, recursos financeiros e qualquer outro bem necessário à conservação, divulgação, comunicação e prestação do serviço.

6. Infraestrutura da biblioteca: Espaços físicos e imobiliários projetados, construídos ou adaptados para desempenhar funções, processos e serviços de biblioteca.

7. Patrimônio Bibliográfico e Documental da Nação: Conjunto de obras ou documentos que compõem um acervo nacional, que inclui coleções recebidas por depósito legal e qualquer obra que seja considerada patrimônio e memória, ou que contribua para a construção da identidade do Nação na sua diversidade. Inclui livros, folhetos e manuscritos, microformas, recursos gráficos, cartográficos, seriados, sonoros, musicais, audiovisuais, eletrônicos, entre outros.

8. Pessoal da biblioteca: Pessoas que prestam os seus serviços numa biblioteca devido à sua formação, competências e experiência.

9. Rede de bibliotecas: Um grupo de bibliotecas que compartilham interesses e recursos para atingir objetivos comuns.

10. Serviços de biblioteca: Conjunto de atividades desenvolvidas em uma biblioteca, com o objetivo de facilitar e promover a disponibilidade e acesso à informação e cultura com padrões de qualidade, pertinência e atualidade.

11. Cooperação Bibliotecária: Ações voluntárias estabelecidas entre bibliotecas, redes e sistemas, para compartilhar e trocar informações, ideias, serviços, recursos, conhecimento especializado, documentos e mídias para otimizar e desenvolver os serviços bibliotecários.

12. Biblioteca pública: É aquela que presta serviços ao público em geral, portanto, está disponível a todos os membros da comunidade igualmente, sem distinção de raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, idioma, deficiência, condição econômica e emprego ou nível educacional.

13. Biblioteca pública do Estado: Biblioteca pública da ordem nacional, departamental, distrital ou municipal, que pertença ou seja organizada pelo Estado nos seus vários níveis territoriais nos termos da presente lei e das demais disposições em vigor.



14. Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: É a rede que articula e integra as bibliotecas públicas estaduais e seus serviços bibliotecários em nível nacional, departamental, distrital e municipal, sob a coordenação do Ministério da Cultura-Biblioteca Nacional da Colômbia.

15. Biblioteca pública privada ou mista: É aquela criada por entidade autônoma ou não governamental, financiada com orçamento independente, na qual se incluem os elementos necessários ao seu sustento. As bibliotecas públicas privadas ou mistas, por sua vez, podem formar suas próprias redes de bibliotecas.

**Artigo 3.** Utilidade pública ou interesse social. Por seu papel estratégico no que diz respeito à educação, ciência, tecnologia, pesquisa, cultura e desenvolvimento social e econômico da Nação, infraestrutura e equipamentos, bem como os serviços prestados pelas bibliotecas que compõem a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas declaram de utilidade pública e social.

Conseqüentemente, a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas será objeto de especial promoção, proteção e intervenção do Estado através dos instrumentos determinados nesta lei através daqueles que a Constituição Política autorizar para atividades ou situações de utilidade pública ou interesse social.

Os recursos destinados à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas são considerados, para todos os efeitos legais, investimento social.

São um serviço público, os serviços prestados pelas bibliotecas que compõem a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

**Artigo 4.** Integração aos planos de desenvolvimento. A política cultural, e como parte dela as políticas de leitura e a promoção da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, devem ser integradas aos planos de desenvolvimento econômico e social do Estado em todos os níveis territoriais.

**Artigo 5. Objetivos estratégicos.** Para além dos previstos na Constituição Política e na Lei Geral da Cultura, esta lei constitui um instrumento de apoio à consecução dos seguintes fins:

1. Garantir às pessoas os direitos de expressão e acesso à informação, conhecimento, educação, ciência, tecnologia, diversidade e diálogo intercultural nacional e universal, garantindo seus direitos humanos, fundamentais, coletivos e sociais.

2. Promover o desenvolvimento de uma sociedade leitora, que utilize a informação e o conhecimento para o seu bem-estar e crescimento.

3. Promover a circulação de livros e as diversas formas de acesso à informação e ao conhecimento.

4. Promover a valorização e o desenvolvimento da cultura local, bem como o acesso à cultura universal.
5. Promover a recolha, conservação, organização e acesso ao património bibliográfico e documental da Nação.
6. Criar uma infraestrutura e serviços bibliotecários que respondam às necessidades educacionais, científicas, sociais, políticas e recreativas da população.
7. Promover uma política nacional abrangente, constante e sustentável de promoção da leitura e das bibliotecas públicas que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

**Parágrafo.** As bibliotecas que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas endossam e aplicam incondicionalmente os fins essenciais do Estado e os descritos nesta lei.

**Artigo 6.** Princípios fundamentais. São princípios fundamentais das bibliotecas que esta lei regulamenta e a que se submeterão o Governo Nacional e as entidades territoriais.

1. Todas as comunidades do território nacional têm direito aos serviços de biblioteca e, com eles, à leitura, à informação e ao conhecimento.
2. Todas as pessoas têm direito de acesso, em igualdade de condições e sem discriminação de qualquer natureza, aos materiais, serviços e instalações das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.
3. Todos os utilizadores têm direito ao respeito pela sua privacidade, à proteção dos seus dados pessoais e à confidencialidade das informações que procuram ou recebem, bem como dos recursos que consultam, emprestam, adquirem ou transmitem.
4. As bibliotecas são espaços adequados à promoção da leitura, à formação contínua ao longo da vida e ao desenvolvimento de uma cultura da informação que promova o conhecimento e a utilização das novas tecnologias.
5. Os acervos das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas serão permanentemente atualizados, e oferecerão aos seus usuários materiais que dão acesso aos documentos centrais da cultura universal, nacional e local. Da mesma forma, eles procurarão desenvolver coleções de autores locais e dos grupos culturais e étnicos que fazem parte da comunidade a que pertencem.
6. Pela sua natureza educativa, as bibliotecas não serão obrigadas a solicitar autorização aos proprietários de livros e outros materiais documentais para os emprestar e colocá-los ao serviço dos utilizadores, nos casos expressamente previstos nas normas que regulam as limitações e exceções aos direitos autorais e direitos conexos.

## TÍTULO II

### REGULAMENTO DA REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

#### CAPÍTULO I

##### Rede Nacional de Bibliotecas Públicas

**Artigo 7.** Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas articula e integra as bibliotecas públicas estaduais e seus serviços bibliotecários nos níveis nacional, departamental, distrital e municipal.

**Artigo 8.** Nós territoriais e cooperação bibliotecária. A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas aumentará a oferta e melhorará a qualidade dos serviços bibliotecários a partir de uma estrutura de nós regionais, departamentais, municipais e distritais, que assegurará o desenvolvimento bibliotecário de cada ente territorial, de forma a garantir a sustentabilidade. aspectos financeiros e sociais de suas bibliotecas públicas.

Igualmente, promoverá a sua articulação com outras redes de bibliotecas do país de natureza mista ou privada, através do estabelecimento de relações voluntárias de cooperação e complementaridade, sem prejuízo da aplicação dos respectivos regulamentos.

**Artigo 9.** Coordenação e desenvolvimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. A coordenação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas está a cargo do Ministério da Cultura por meio da Biblioteca Nacional da Colômbia.

**Artigo 10. Diretrizes da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.** As seguintes orientações são estabelecidas para a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, e neste sentido constituem atribuições no desenvolvimento do seu funcionamento:

1. Promover a ação coordenada do Estado, setor privado e organizações sociais e comunitárias para a sustentabilidade e fortalecimento das bibliotecas públicas que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.
2. Promover a formação de nós regionais que integrem a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e assegurar o desenvolvimento bibliotecário de cada ente territorial, com a respectiva coordenação.
3. Promover o desenvolvimento de serviços de biblioteca em comunidades carentes.
4. Assistir e promover as políticas, regulamentos, diretrizes e normas para o desenvolvimento da biblioteca pública do país.
5. Promover a aplicação de planos de leitura regionais e locais, de acordo com as diretrizes e políticas nacionais.

6. Promover o uso das tecnologias de informação e comunicação e promover seu conhecimento e uso pelos funcionários e comunidades das bibliotecas.
7. Promover a estabilidade no emprego e a formação contínua dos bibliotecários públicos tanto na educação formal quanto na educação para o trabalho e desenvolvimento humano.
8. Promover o acervo, organização, conservação e acesso ao patrimônio documental e bibliográfico da Nação.
9. Promover o estabelecimento de sistemas de informação e avaliação dos serviços, planos e programas das bibliotecas públicas que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas para orientar suas ações.
10. Promover a cooperação com outras redes de bibliotecas públicas, privadas, mistas, organizações sociais ou comunitárias e a nível internacional.
11. Participar ativamente nos espaços nacionais de planejamento, bem como nos órgãos consultivos e consultivos do Governo Nacional em matéria de bibliotecas e leitura.

## **CAPÍTULO II**

### **Disposições aplicáveis ao funcionamento das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas**

**Artigo 11.** Horário. A jornada mínima de trabalho para a prestação de serviços de consulta pelas bibliotecas públicas da Rede Nacional de Bibliotecas não pode ser inferior a 40 horas semanais, devendo incluir sábados e, sempre que possível, domingos e feriados.

Na definição dos horários, será promovida a coincidência com os horários em que a comunidade e os grupos escolares tenham tempo de consulta.

**Artigo 12.** Características dos serviços de biblioteca. Os serviços das bibliotecas públicas serão baseados em critérios de qualidade, relevância, pluralidade, diversidade e abrangência cultural e linguística, e seus funcionários desempenharão funções de acordo com os princípios do artigo 209 da Constituição Política.

**Artigo 13.** Planejamento. Para a gestão e administração das bibliotecas públicas serão formuladas estratégias que respondam aos planos de desenvolvimento nacional, regional e municipal, bem como ao contemplado nesta lei. Por seu lado, as autoridades nacionais e territoriais de ordenamento incluirão nos planos de desenvolvimento a componente específica do sector das bibliotecas públicas, para a qual contarão com a assessoria da Comissão Técnica Nacional de Bibliotecas Públicas.

**Artigo 14.** Avaliação. O Ministério da Cultura, com a assessoria da Comissão Técnica Nacional de Bibliotecas Públicas, definirá os métodos de avaliação das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

A Secretaria Nacional de Planejamento estabelecerá a metodologia com a qual essa avaliação fará parte dos indicadores de gestão dos entes territoriais.

**Artigo 15.** Criação de Bibliotecas. As entidades territoriais criarão a Biblioteca Pública, quer como dependência da sua organização, quer atribuindo as funções relacionadas com a biblioteca, a uma dependência já existente, mediante portaria da assembleia departamental ou acordo da câmara municipal, conforme o caso. .

**Artigo 16.º** Os funcionários públicos ao serviço das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas devem cumprir as competências laborais e os requisitos para o exercício de funções, de acordo com a categorização estabelecida para os departamentos, distritos e municípios, em acordo com a legislação vigente.

Dependendo da categorização territorial, quem dirige e dirige a biblioteca pública deve credenciar o grau profissional, técnico ou tecnológico, a formação em biblioteconomia ou credenciar experiência ou formação na área, que permitam o desempenho de funções relacionadas com a biblioteca.

**Artigo 17.** Estoques e serviços. Para todos os efeitos contabilísticos, orçamentais e financeiros, os fundos documentais e bibliográficos têm a qualidade de bens de consumo ou dispensáveis e como tal serão classificados nos inventários e contabilidade do Estado.

**Parágrafo 1.** Excetua-se as obras recebidas por depósito legal e as obras ou coleções que sejam declaradas Bens de Interesse Cultural.

**Parágrafo 2.** O pessoal bibliotecário das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, não será responsável criminal, disciplinar ou financeiramente pela perda ou deterioração de materiais bibliográficos em consequência da consulta e empréstimo, quando a sua origem for caso fortuito ou força maior, ou desgaste.

**Artigo 18.** Localização e espaços. O Ministério da Cultura, em coordenação com a Biblioteca Nacional, definirá as diretrizes técnicas para a infraestrutura bibliotecária da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

**Parágrafo.** No caso de partilha de espaços com outra instituição cultural como seja uma instituição de ensino, Casa de Cultura, centro de convivência ou outras, deve ser garantido que as atividades dessa instituição não interfiram no normal funcionamento da biblioteca pública.

**Artigo 19.** Mobiliário e abertura das coleções. Os materiais das bibliotecas públicas devem ser organizados e expostos em estantes abertas e ao alcance dos usuários.

As obras recebidas por depósito legal e as obras ou coleções que sejam declaradas Bens de Interesse Cultural, serão objeto de um tratamento especial que garanta a sua conservação e divulgação.

**Art. 20.** Serviços básicos e complementares. Os serviços bibliotecários das bibliotecas públicas terão o seguinte caráter:

1. Serviços básicos: serviços de consulta de biblioteca, empréstimo externo, referência, formação de utentes, serviço de informação local, programação cultural própria da biblioteca, serviços de extensão comunitária, acesso à Internet, promoção da leitura e literacia digital, bem como outros regulamentados pelo Ministério da Cultura .

2. Serviços complementares: Incluem, entre outros, reprografia, sujeita à lei de direitos autorais, cacifos, refeitórios, livrarias e, em geral, os que não são classificados como serviços básicos.

**Artigo 21.** Gratuidade e qualidade. Os serviços básicos da biblioteca são gratuitos para o público. Nenhuma autoridade nacional ou territorial, nem biblioteca pública pode estabelecer práticas destinadas a cobrar por esses serviços direta ou indiretamente.

O Ministério da Cultura regulará, com a assessoria da Comissão Técnica Nacional de Bibliotecas Públicas, tarifas especiais e flexíveis para serviços complementares, incluindo eventos e espetáculos de natureza cultural que exijam remuneração.

Todas as bibliotecas que fazem parte da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas devem cooperar para que os cidadãos tenham acesso gratuito a materiais documentais e serviços de biblioteca.

**Artigo 22.** Catalogação. As bibliotecas públicas devem ter um catálogo disponível ao público, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Cultura em coordenação com a Biblioteca Nacional. A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas coordenará as estratégias para que os catálogos de todas as bibliotecas possam ser consultados através da rede de informação pública.

**Artigo 23.** Aperfeiçoamento e gestão de coleções e doações. As bibliotecas públicas garantirão o desenvolvimento permanente de seus acervos, coleções e doações de acordo com os critérios e políticas estabelecidos pelo Ministério da Cultura com o assessoramento da Comissão Técnica de Bibliotecas Públicas e os estudos que a própria biblioteca realiza, a fim de atender às necessidades e interesses de sua comunidade.

**Artigo 24.** Visão territorial. As bibliotecas públicas assegurarão o desenvolvimento de um acervo e fornecimento de informação local que contenha, de forma especial, as obras publicadas pelos autores da respectiva jurisdição territorial.

**Artigo 25.** Estoques. As bibliotecas públicas assegurarão a organização e manutenção preventiva de seus acervos, acervos e doações e manterão um sistema atualizado de inventário e catalogação, para consulta pública quando pertinente.

**Artigo 26.** Conservação. As bibliotecas públicas devem preservar seus acervos e ter uma política para evitar sua perda ou deterioração, conforme diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Cultura por meio da Biblioteca Nacional.

### TÍTULO III

#### DO PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO

**Artigo 27.** Patrimônio Bibliográfico e Documental da Nação. O Patrimônio Bibliográfico e Documental da Nação é qualquer obra ou conjunto de obras ou documentos, em qualquer meio, que inclua coleções recebidas por depósito legal e qualquer obra que seja considerada patrimônio e memória, ou que contribua para a construção da identidade do Nação em sua diversidade. Inclui livros, folhetos e manuscritos, microformas, recursos gráficos, cartográficos, seriados, sonoros, musicais, audiovisuais, eletrônicos, entre outros.

**Artigo 28.** Depósito Legal. O depósito legal é um mecanismo que permite a aquisição, registro, preservação e disponibilização do patrimônio bibliográfico e documental, e que tem por finalidade preservar a memória cultural e ampliar e garantir o acesso ao Patrimônio Cultural da Nação. Tem caráter de interesse público ao possibilitar o acesso a qualquer pessoa.

**Artigo 29.** Poderes. A Biblioteca Nacional e as bibliotecas públicas departamentais são as entidades responsáveis pelo depósito legal como mecanismo essencial para o cumprimento da sua missão de reunir, organizar, aumentar, preservar, proteger, registrar e divulgar o patrimônio bibliográfico e documental da Nação no domínio nacional e regionais, respectivamente.

**Artigo 30.** Termos e Sanções. O descumprimento das obrigações decorrentes do depósito judicial será sancionado pelo Ministério da Cultura, com um salário mínimo diário em vigor para cada dia de atraso no cumprimento de tais obrigações e até que seja verificado o cumprimento. O responsável pelo depósito legal que não tenha cumprido esta obrigação, não pode participar directamente ou por interposta pessoa nos processos de contratação estatal para aquisição de livros e material de biblioteca, enquanto não cumprir a referida obrigação e, se for o caso, teria pago integralmente as sanções financeiras impostas.

A referida sanção será imposta por meio de resolução fundamentada, passível de recurso na via governamental.

**Parágrafo.** As quantias em dinheiro das sanções impostas nos termos deste artigo, constituirão fundos especiais que serão utilizados para o investimento da Biblioteca Nacional na sua missão patrimonial.

**Artigo 31.** Regime Especial de Proteção. No caso de prédios, infraestruturas, coleções, doações, livros, documentos ou outros bens de bibliotecas públicas declarados como Bens de Interesse Cultural, aplicar-se-á também o Regime Especial de Proteção previsto na Lei 1.185 de 2008. O Ministério da Cultura poderá estabelecer regulamentos, dentro do referido regime, para acervos bibliográficos.

## TÍTULO IV

### COMPETÊNCIAS NACIONAIS E TERRITORIAIS

**Artigo 32.** Funções do Ministério da Cultura. Além de quaisquer outras indicadas nesta lei ou nas Leis 397 de 1997 e 1185 de 2008, são atribuições do Ministério da Cultura com relação a esta lei:

1. Definir a política estadual relativa à Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, dirigi-la e coordená-la.
2. Ditar as normas técnicas e administrativas e outros requisitos a que deva estar sujeito o funcionamento, funcionamento, dotação e prestação dos serviços da biblioteca, bem como as condições mínimas das infra-estruturas.
3. Promover, em coordenação com as entidades territoriais e com outras dependências da ordem nacional, a cobertura total no país dos serviços de biblioteca pública.
4. Regulamentar uma política de desenvolvimento de acervo para as bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.
5. Definir o Plano Nacional de Leitura de acordo com os procedimentos e meios de consulta e participação estabelecidos na regulamentação em vigor, como enquadramento para o desenvolvimento de programas e planos de leitura nas bibliotecas públicas. As bibliotecas públicas darão especial atenção às crianças, oferecendo materiais que apoiem o seu desenvolvimento emocional, intelectual e cultural.
6. Participar, com os meios e recursos ao seu alcance, na dotação e dotação bibliográfica da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas de forma permanente.
7. Coordenar com o Ministério da Educação Nacional, com as universidades e outras instituições de formação, uma política de educação formal e de formação contínua para o pessoal das bibliotecas que integram a Rede Nacional de



Bibliotecas Públicas, bem como os promotores da leitura e da cultura e gerentes de informação.

8. Coordenar com o Ministério das Tecnologias de Informação e Comunicação os mecanismos, meios e instrumentos para disponibilizar a agenda de conectividade e tecnologias de informação e comunicação a todas as bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

O Ministério das Tecnologias de Informação e Comunicações tenderá a que no prazo máximo de 5 (cinco) anos todas as bibliotecas públicas do país tenham equipamento informático e conectividade suficiente na prestação dos seus serviços, de acordo com a dimensão das populações de utilizadores. As entidades designadas nesta lei apoiarão a prestação de informação, sustentabilidade do serviço e outros aspectos no âmbito das suas competências.

**Parágrafo.** Para o desenvolvimento dos poderes de governo sob sua responsabilidade, o Ministério da Cultura contará com a assessoria da Biblioteca Nacional da Colômbia e do Comitê Técnico de Bibliotecas Públicas.

9. Estabelecer um sistema de informação para tomada de decisão que permita orientar as políticas, planejamento, monitoramento e avaliação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e os planos nacionais e locais de leitura e escrita.

10. Promover modelos de cooperação entre as diferentes redes e sistemas de bibliotecas do país.

**Artigo 33.** Comitê Técnico Nacional de Bibliotecas Públicas. A Comissão Técnica Nacional de Bibliotecas Públicas é criada como órgão consultivo do Ministério da Cultura, para a coordenação e promoção do desenvolvimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

**Artigo 34.** Conformidade. A Comissão Técnica Nacional de Bibliotecas Públicas será composta por:

1. O Diretor da Biblioteca Nacional da Colômbia.
2. Um representante do Ministério da Educação Nacional.
3. Um representante do Ministério das Tecnologias de Informação e Comunicações.
4. Um representante do Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação.
5. Um representante da Rede de Bibliotecas do Banco da República.
6. Um representante da Rede de Bibliotecas dos Fundos de Compensação Familiar.

7. Um representante de outras redes de bibliotecas públicas, privadas, comunitárias ou mistas que desejem participar. Caso haja mais de três, essas redes escolherão 3 representantes para o Comitê.
8. Um representante da Associação Colombiana de Bibliotecários -ASCOLBI-.
9. Um representante das Faculdades de Biblioteconomia e Ciências da Informação do país.
10. Um representante de cada Comitê Regional de Bibliotecas Públicas.
11. Um representante das bibliotecas departamentais ou com funções de conservação do patrimônio documental da Nação.

**Parágrafo 1.** O Comitê Técnico Nacional de Bibliotecas Públicas poderá convidar instituições ou pessoas cuja participação considere importante para o cumprimento de suas funções.

**Parágrafo 2.** O Ministério da Cultura regulará o funcionamento, eleição de representantes, quórum e demais aspectos pertinentes e providenciará o que for necessário para o desenvolvimento de suas atividades de forma concertada.

Da mesma forma, se necessário, o Ministério da Cultura tem poderes para ampliar a participação de outros membros no Comitê. A Secretaria Técnica do Comitê estará a cargo da Biblioteca Nacional da Colômbia.

Veja a Resolução do Ministério da Cultura 422 de 2010

**Artigo 35.** Funções. As funções do Comitê Técnico Nacional de Bibliotecas Públicas são as seguintes:

1. Atuar como instância de articulação e articulação com o Ministério da Cultura e as instituições públicas, privadas ou pessoas físicas que possam contribuir para o desenvolvimento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.
2. Desenhar mecanismos de cooperação entre a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e outras redes de bibliotecas públicas, mistas, privadas e comunitárias.
3. Assessorar o Ministério da Cultura, a Biblioteca Nacional e demais entidades públicas, na definição de diretrizes, critérios e regulamentos relativos às bibliotecas públicas e à promoção da leitura, bem como demais assuntos relacionados com os temas que tratam da presente lei.
4. Propor pesquisas sobre leitura, escrita, uso de bibliotecas, desenvolvimentos tecnológicos, relações entre bibliotecas e suas comunidades e outros temas afins.

**Artigo 36.** Entidades territoriais. No cumprimento do objeto desta lei, são atribuições das entidades territoriais, além das indicadas na Constituição Política,

as Leis 397 de 1997 e 1185 de 2008, bem como qualquer outra disposição legal ou regulamentar:

1. Promover a execução das políticas sobre bibliotecas públicas e as diretrizes e recomendações formuladas pelo Ministério da Cultura em sua jurisdição.
2. Coordenar o funcionamento da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas da sua jurisdição.
3. Promover a participação do sector privado na manutenção e melhoria dos serviços bibliotecários sob a sua responsabilidade, nos termos da presente lei e das demais leis em vigor que incorporem incentivos para o efeito.
4. Promover o desenvolvimento de serviços de biblioteca para comunidades rurais.
5. Promover o desenvolvimento de coleções que respondam à composição étnica e cultural de cada jurisdição.
6. Em geral, cumprir no âmbito da sua competência competências semelhantes às atribuídas ao Ministério da Cultura, salvo as de natureza normativa geral.

**Parágrafo.** Os Ministérios da Cultura e das Comunicações apoiarão o funcionamento das bibliotecas públicas das entidades territoriais, no âmbito das suas competências e de acordo com os recursos adequados. Qualquer outra instância nacional pode participar neste propósito, de acordo com as suas competências e recursos adequados.

**Artigo 37.** Competências específicas dos departamentos. Para além do referido nos artigos anteriores, corresponde aos departamentos:

1. Gerir o Depósito Legal através da Biblioteca Pública Departamental ou da que lhe seja delegada para assumir as suas funções. Atuará de forma coordenada com a Biblioteca Nacional no acompanhamento e recebimento do referido depósito.
2. Organizar, no âmbito da sua jurisdição, a Rede Departamental de Bibliotecas Públicas com a respectiva coordenação, que será assumida pela biblioteca departamental, caso exista, ou por uma biblioteca da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

Em cada departamento, a coordenação da rede de bibliotecas será realizada por um profissional, um técnico com conhecimento no assunto, com dedicação exclusiva ao desenvolvimento da rede, que deve ter condições ótimas para o bom desempenho de suas funções.

3. Constituir a biblioteca pública departamental ou definir, por acordo, outra biblioteca da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas que exerça a função de

recolha, preservação e divulgação do património bibliográfico do departamento, em prazo não superior a 3 (três) anos.

**Artigo 38.** Comissões Departamentais de Bibliotecas Públicas. Podem ser criados Comitês Departamentais de Bibliotecas Públicas como órgãos de coordenação e assessoramento na direção de planos e políticas de desenvolvimento de bibliotecas em nível departamental e para promover a articulação entre as diferentes redes de bibliotecas existentes no departamento. A criação deste tipo de Comitês não suspenderá nem afetará o cumprimento das obrigações e funções a cargo das entidades territoriais.

**Artigo 39.º** Competências específicas dos municípios e distritos. Para além do referido nos artigos anteriores, corresponde aos municípios e distritos:

Ter pelo menos uma biblioteca pública municipal, de acordo com o regulamento de serviços, infraestrutura e dotação do Ministério da Cultura. Aqueles que na data de promulgação da lei estiverem privados dela, a criarão em um prazo não superior a 2 (dois) anos a partir da data de entrada em vigor desta lei.

Caso existam serviços de biblioteca adequados prestados por outras entidades da sede municipal, será preferível que o município cumpra esta obrigação estabelecendo bibliotecas nos seus distritos ou em bairros distantes do centro da população.

Recomenda-se que os municípios de categoria especial 1, 2, 3 e 4 disponham de mais do que uma biblioteca de acordo com as necessidades da população, pelo que deverá ser considerada a existência de outros tipos de bibliotecas públicas no respectivo município, com as quais princípios de complementaridade e coordenação podem ser aplicados, de modo a não duplicar esforços e recursos. Para isso, os municípios terão o apoio e coordenação da Comissão Técnica Nacional de Bibliotecas Públicas.

## TÍTULO V

### SISTEMA DE FINANCIAMENTO SUPLEMENTAR DA REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

**Artigo 40.º** Ao artigo 125.º do Estatuto Tributário é aditado o número seguinte.

**Parágrafo.** Incentivo à doação do setor privado na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e Biblioteca Nacional, as pessoas jurídicas obrigadas ao pagamento de imposto de renda para o exercício de qualquer tipo de atividade, que doarem dinheiro para a construção, dotação ou manutenção de bibliotecas do A Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e a Biblioteca Nacional terão ainda direito à dedução de 100% (cem por cento) do valor real doado para efeitos de cálculo do imposto sobre o rendimento da sua cobrança correspondente ao período tributável em que for doado. fazer a doação.

Este incentivo somente será aplicável, após verificação do valor da doação e aprovação do Ministério da Cultura. No caso de bibliotecas públicas municipais, distritais ou departamentais, será necessária a prévia aprovação do Ministério da Cultura e da autoridade territorial correspondente.

Para os fins acima, será constituído um fundo de conta sem personalidade jurídica, para o qual serão depositados os recursos dessas doações. O referido fundo será administrado pelo Ministério da Cultura por meio de cessão fiduciária, e não exigirá situação de recursos em matéria orçamentária.

O Ministério da Cultura definirá metodologias para alocar tais recursos aos projetos de bibliotecas, principalmente nos municípios das categorias 4, 5 e 6, e para sua canalização em parâmetros de equidade aos municípios de acordo com o Plano Nacional de Bibliotecas.

Caso o doador defina o destino da doação, caso seja aceito pelo Ministério da Cultura de acordo com as políticas e normas estabelecidas em matéria de bibliotecas públicas, tal destino será imutável.

Essas doações darão direito a um Certificado de Doação de Biblioteca que será um título transferível pelo doador e que será emitido pelo Ministério da Cultura no ano em que a doação for efetivamente realizada. O valor do incentivo poderá ser amortizado no prazo de 5 (cinco) anos contados da data da doação.

Os doadores de acervos de bibliotecas, recursos de informática e de bibliotecas em geral terão o mesmo benefício, prévia avaliação do respectivo patrimônio, conforme regulamentação do Ministério da Cultura.

Para os efeitos previstos neste parágrafo, poderão ser acordadas com o respectivo doador modalidades de divulgação pública da sua participação.

**Art . 41. Modificado pelo art. 10, Lei 1.393 de 2010** Fontes de financiamento. No desenvolvimento do disposto no art . artigo.

A mesma proporção se aplicará, onde houver, em relação ao selo Procultura. Em qualquer caso, nos distritos em que existam fontes de recursos diferentes do selo Procultura, não inferiores ao mínimo estabelecido nesta subsecção, estes poderão ser atribuídos sem que seja necessária a aplicação da referida percentagem do referido selo.

Em nenhum caso os recursos referidos neste parágrafo podem financiar a folha de pagamento ou o orçamento de funcionamento da respectiva biblioteca.

**Artigo 42. Comercialização de bens e serviços.** Sem prejuízo da gratuidade dos serviços básicos de biblioteca na forma estabelecida nesta lei, as bibliotecas públicas que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas podem comercializar bens e serviços que se tornarão fontes autônomas de recursos para financiar projetos de investimento.

**Artigo 43.** Apoio técnico às bibliotecas privadas. As bibliotecas privadas que prestam serviços ao público conforme regulamentação do Governo Nacional, podem ter acesso aos apoios que o Estado concede para a organização, conservação ou catalogação de acordo com regulamentação do Governo Nacional.

As bibliotecas particulares declaradas como Bem de Interesse Cultural terão acesso aos incentivos da Lei 1.185 de 2008.

## TÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art . 44.** A vigência do art. 21 da Lei 98 de 1993 é prorrogada pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados a partir de 31 de dezembro de 2013. A partir da referida data, as editoras beneficiárias do incentivo nela estabelecido deverão cumprir com depósito legal, de acordo com os regulamentos do Governo Nacional, sem exceder o número de dez (10) exemplares por título, a fim de fortalecer as bibliotecas públicas do país e os serviços da Biblioteca Nacional.

**Parágrafo.** Quando as cópias recebidas de acordo com o parágrafo anterior não forem pertinentes para os fins indicados neste artigo, a Biblioteca Nacional poderá dispô-los livremente. Em caso de descumprimento, serão aplicadas as sanções legais.

**Artigo 45.** Participação cidadã. A administração pública em todos os seus níveis garantirá a participação dos cidadãos na formulação de políticas, programas e projetos do setor bibliotecário.

**Artigo 46.** Vigilância e controle. Tanto os órgãos de fiscalização e controle do Estado como o Ministério Público, os cidadãos e suas organizações, o Conselho Nacional de Cultura, o Conselho Nacional de Leitura e Bibliotecas e os Conselhos Territoriais de Cultura, como o Conselho Nacional do Patrimônio Cultural e os Conselhos Departamental e Distrital do Patrimônio Cultural, fiscalizarão o adequado cumprimento e desenvolvimento desta lei.

**Artigo 47.** Validade e revogações. Esta lei está em vigor desde a data da sua promulgação, altera os artigos 24.º da Lei 397.º de 1997 e 125.º do Estatuto Tributário, e revoga todas as disposições que lhe sejam contrárias.

**O Presidente do ilustre Senado da República,**

**Javier Cáceres Leal.**

**O Secretário-Geral do ilustre Senado da República,**

**Emilio Ramon Otero Dajud.**

**O presidente da ilustre Câmara dos Deputados,**

**Edgar Afonso Gomez Romano.**

**O secretário-geral da ilustre Câmara dos Deputados,**

**Jesus Afonso Rodríguez Camargo.**

**REPÚBLICA DA COLÔMBIA - GOVERNO NACIONAL**

**Publique e cumpra.**

**Dado em Bogotá, DC, em 15 de janeiro de 2010.**

**ALVARO URIBE VELEZ**

**O Vice-Ministro das Finanças e Crédito Público, responsável pelas Funções do Gabinete do Ministro das Finanças e Crédito Público,**

**Maria Cristina Glória Inês Cortes Arango.**

**O Ministro da Educação Nacional.**

**Cecília Maria Velez Branco.**

**O Ministro das Tecnologias de Informação e Comunicações,**

**Maria del Rosario Guerra da Espriella.**

**O Vice-Ministro da Cultura, responsável pelas Funções do Gabinete do Ministro da Cultura,**

**Maria Cláudia Lopes Sorzano.**

**NOTA: Publicado no Diário Oficial nº 47.593 de 15 de janeiro de 2010.**

ANEXO B - Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018

**DISPONÍVEL EM:**

**<HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/NORMA/27440404/PUBLICACAO/27440548>**

**LEI Nº 13.696, DE 12 DE JULHO DE 2018**

***Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.***

## **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.

Parágrafo único. A Política Nacional de Leitura e Escrita será implementada pela União, por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas.

**Art. 2º** São diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;

II - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa;

III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

V - o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa.

Parágrafo único. A Política Nacional de Leitura e Escrita observará, no que couber, princípios e diretrizes de planos nacionais estruturantes, especialmente do:



I - Plano Nacional de Educação (PNE);

II - Plano Nacional de Cultura (PNC);

III - Plano Plurianual da União (PPA).

**Art. 3º** São objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I - democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;

II - fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;

III - valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas;

IV - desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público;

V - promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos;

VI - fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações;

VII - incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor;

VIII - promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas;

IX - incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC;

X - incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.

**Art. 4º** Para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita, será elaborado, a cada decênio, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que estabelecerá metas e ações, nos termos de regulamento.

§ 1º O PNLL será elaborado nos 6 (seis) primeiros meses de mandato do chefe do Poder Executivo, com vigência para o decênio seguinte.

§ 2º O PNLL será elaborado em conjunto pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação de forma participativa, assegurada a manifestação do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e de representantes de secretarias estaduais, distritais e municipais de cultura e de educação, da sociedade civil e do setor privado.

§ 3º O PNLL deverá viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e o disposto em acordos, convenções e tratados internacionais que visem a facilitar o acesso de pessoas com deficiência a obras literárias.

**Art. 5º** O Prêmio Viva Leitura será concedido no âmbito da Política Nacional de Leitura e Escrita com o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas, nos termos de regulamento.

**Art. 6º** Ato conjunto do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação regulamentará o disposto nesta Lei.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

**MICHEL TEMER**

Rossieli Soares da Silva

Sérgio Henrique Sá Leitão Filho

Gustavo do Vale Rocha

## ANEXO C – Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992

**DECRETO Nº 520, DE 13 DE MAIO DE 1992.**

Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, e de acordo com o disposto no art. 23, inciso V, da Constituição, e nos arts. 10 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e 2º, inciso III, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituído, junto ao Ministério da Cultura, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, visando proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura e estimular a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sócio-cultural do País. [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.297, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 2º O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas tem os seguintes objetivos:

I - Incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;

II - Promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes;

III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras;

IV - Manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas brasileiras;

V - Incentivar a criação de bibliotecas em municípios desprovidos de bibliotecas públicas;

VI - Proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais;

VII - favorecer a ação dos coordenadores dos sistemas estaduais e municipais, para que atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura no País;

VIII - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades;

IX - Firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas.

Art. 3º Respeitado o princípio federativo, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas atuará no sentido de fortalecer os respectivos sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 4º Para consecução dos objetivos do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, poderão ser celebrados convênios e contratos de prestação de serviços que visem:

I - À especialização do quadro de recursos humanos;

II - À orientação técnica, dentro dos padrões biblioteconômicos e normas comuns ou para casos localizados;

III - ao incremento da circulação de bens culturais;

IV- Ao apoio a programas de atualização profissional, com a colaboração das universidades, especialmente mediante seus cursos de biblioteconomia e de ação cultural;

V- À colaboração em projetos que envolvam entidades nacionais e internacionais.

Art. 5º Constituem receitas do Ministério da Cultura destinadas ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.297, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

I-recursos do orçamento da União;

II - doações e contribuições nacionais e internacionais;

III - participação financeira dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 6º O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas será dirigido pelo Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, competindo-lhe: [\(Redação dada pelo Decreto nº 8.297, de 2014\)](#) [\(Vigência\)](#)

I - Gerir os seus recursos financeiros na forma da lei;

II - Celebrar convênios com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para a execução dos seus programas;

III - firmar contratos de prestação de serviços, visando ao desenvolvimento de projetos a ele vinculados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de maio de 1992; 171º da Independência e 104º da República.

FERNANDO COLLOR